

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília

APARECIDO BORGES DA SILVA

**A INSERÇÃO DA HISTÓRIA REGIONAL NO CURRÍCULO
MATO-GROSSENSE (1970-1990)**

Marília-SP
2019

APARECIDO BORGES DA SILVA

**A INSERÇÃO DA HISTÓRIA REGIONAL NO CURRÍCULO
MATO-GROSSENSE (1970-1990)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, *Campus* de Marília, para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: Filosofia e História da Educação no Brasil.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosa Fátima de Souza Chaloba.

**Marília-SP
2019**

S586i

Silva, Aparecido Borges da

A inserção da História Regional no currículo mato-grossense
(1970-1990) / Aparecido Borges da Silva. -- Marília, 2019
206 f. : il.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Rosa Fátima de Souza Chaloba

1. História Regional. 2. Mato Grosso. 3. História das Disciplinas
Escolares. 4. História do Currículo. 5. Cultura Escolar. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

APARECIDO BORGES DA SILVA

**A INSERÇÃO DA HISTÓRIA REGIONAL NO CURRÍCULO MATO-
GROSSENSE (1970-1990)**

Tese para obtenção do título de Doutor em Educação, da Faculdade de Filosofia e Ciências,
da Universidade Estadual Paulista – UNESP, *Campus* de Marília, na Linha de Pesquisa de
Filosofia e História da Educação no Brasil.

Banca Examinadora

Presidenta e Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosa Fátima de Souza Chaloba
Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, *Campus* de Marília

1º. Examinador: Prof. Dr. Macioniro Celeste Filho
Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, *Campus* de Marília

2º. Examinador: Prof. Dr. Kazumi Munakata
Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, *Campus* de Perdizes

3ª. Examinadora: Prof.^a Dr.^a Elizabeth Figueiredo de Sá
Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, *Campus* de Cuiabá

4ª. Examinadora: Prof.^a Dr.^a Estela Natalina Mantovani Bertolotti
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba

Marília-SP
18 de junho de 2019

Aos profissionais da educação básica pública estadual mato-grossense que, no momento em que encerro a escrita desta tese, estão greve, lutando pelo respeito aos direitos duramente conquistados pela categoria e pela garantia de condições dignas de trabalho aos educadores: requisitos fundamentais para a consolidação de uma educação de qualidade para todos.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui não foi fácil, por muitas vezes pensei em desistir. Escrever uma tese não é uma tarefa simples. Requer muita disciplina e uma imersão profunda na pesquisa, que geralmente não é compreendida por quem está fora da academia. Ausências, no plural mesmo, talvez seja a palavra que melhor define quem está nesta empreitada para com suas pessoas mais próximas e queridas. Porém, o espaço acadêmico é, também, de muito conhecimento afetivo. Difícil passar por aí e não deixar uma porção de amigos. Acredito que é isso: de tudo o que vivi ao longo deste doutoramento, além de tê-lo concluído, é claro, alegro-me muitíssimo pelos amigos que reconheci nesta difícil caminhada. Por isso, não posso deixar de agradecer-los.

À professora Rosa Fátima de Souza Chaloba, minha dedicada orientadora, certamente a principal responsável pela conclusão desta pesquisa. Sempre uma referência como exemplo de profissionalismo. Agradeço pelo incentivo, pela paciência e pela confiança no meu trabalho. Sinto-me honrado e privilegiado por ter convivido com esta competente pesquisadora.

Aos membros das bancas do Exame Geral de Qualificação e da Defesa, pela leitura atenta e pelas preciosas observações e contribuições para o desenvolvimento e finalização desta tese: Prof.^a Dr.^a Elizabeth Figueiredo de Sá, Prof.^a Dr.^a Estela Natalina Mantovani Bertoletti, Prof. Dr. Kazumi Munakata e Prof. Dr. Macioniro Celeste Filho.

À professora Elizabeth Figueiredo de Sá, pessoa presente em todo o meu percurso acadêmico, por tornar possível a realização do mestrado e pela disposição em ajudar na realização deste trabalho de doutorado.

À professora Elizabeth Madureira Siqueira, pelas sugestões e auxílios no processo da pesquisa.

À equipe de técnicos do Instituto Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, pela presteza no fornecimento de parte das fontes utilizadas nesta investigação.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação da FFC-Unesp-Marília, pela contribuição ao meu processo de desenvolvimento intelectual.

À equipe da Seção Técnica de Pós-Graduação da FFC-Unesp-Marília, que sempre me auxiliou em todos os processos acadêmicos, com presteza e prontidão.

Aos amigos unespianos, especialmente Agnes Iara Domingos Moraes, Alexandre Simão, Ana Maria Gonçalves, Carlos Alberto Diniz, Geraldo Sabino Ricardo Filho, Kamila Cristina Evaristo Leite, Noely Costa Dias Garcia, Odaléia Alves da Costa e Reginaldo

Anselmo Teixeira, pelo apoio e pelo companheirismo que me permitiram continuar e chegar até aqui.

Aos amigos desde os tempos de mestrado na UFMT, Éderson Andrade, Elton Castro Rodrigues dos Santos, Josiane Brolo Rohden, Marijâne Silveira da Silva, Marineide de Oliveira da Silva e Rômulo Pinheiro de Amorim, pela força nos dias difíceis.

Há também, outras pessoas e instituições que foram de extrema importância para a conquista deste doutorado. Também os agradeço, mas, desde já, peço desculpas àqueles que, por eventual falha de minha memória, deixaram de ser mencionados.

Aos meus pais, Flávio e Maria, pelo amor, dedicação e ensinamentos valiosos ao longo de minha vida.

Às minhas irmãs, Daniela e Juliana, pela incansável torcida pelo meu sucesso.

À Rosimeire Ribeiro, amiga e companheira, pelas orações e estímulo indispensáveis à conclusão deste trabalho.

Ao Leandro Cimitan, amigo certo das horas incertas.

Aos amigos do Centro de Educação de Jovens e Adultos “Benedito Santana da Silva Freire”, por todos os esforços para a minha liberação para a qualificação, pelo companheirismo e compromisso para com minha formação docente.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso pelo financiamento parcial desta pesquisa de doutorado.

À Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, pela licença parcial para minha qualificação profissional.

A todos aqueles que colaboraram para a finalização deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

Em qualquer das hipóteses, o estudo do passado local ou regional pode ser extremamente gratificante para quem procure conhecer-se a si próprio e ao mundo a que pertence.

(MATTOSO, 1997, p. 180)

SILVA, Aparecido Borges da. *A inserção da História Regional no currículo mato-grossense (1970-1990)*. 2019. 206 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo analisar o processo de inserção da história regional no currículo escolar do estado de Mato Grosso. O recorte temporal estabelecido para o estudo situa-se entre a década de 1970, quando foram publicadas as primeiras tematizações sobre a necessidade de se instituir uma memória histórica regional em âmbito escolar, especialmente a revista *Educação em Mato Grosso*, e a década de 1990, quando foram produzidas as normatizações a obrigar o ensino de História Regional, fundamentalmente a Lei Estadual n. 5.573, de 06 de fevereiro de 1990, e as concretizações em livros didáticos de História de Mato Grosso. As principais fontes documentais analisadas foram artigos selecionados na revista *Educação em Mato Grosso*, legislação educacional, propostas curriculares e livros didáticos. O direcionamento da pesquisa norteou-se pelos pressupostos da História Cultural, tendo como instrumento teórico-metodológico de análise a noção de *representação*, de Roger Chartier, estabelecendo diálogo com as contribuições teóricas sobre *disciplina escolar*, de André Chervel e Ivor Goodson, e *cultura escolar*, de Dominique Julia, para compreender o processo de constituição da História de Mato Grosso em disciplina escolar e sua integração no currículo das escolas mato-grossenses. A pesquisa permitiu constatar que a conformação da memória histórica mato-grossense assumiu fundamental importância nas disputas pelo poder político na região, e mobilizou parte da elite local no desenvolvimento de uma noção de identidade regional que concebia a cidade de Cuiabá como o polo irradiador da cultura mato-grossense ao restante do estado, tendo a escola como o espaço privilegiado de difusão.

Palavras-chave: História Regional. Mato Grosso. História das Disciplinas Escolares. História do Currículo. Cultura Escolar.

SILVA, Aparecido Borges da. *The insertion of Regional History into the Mato Grosso curriculum (1970-1990)*. 2019. 206 f. Thesis (Doctorate in Education) – Faculty of Philosophy and Sciences, São Paulo State University, Marília, 2019.

ABSTRACT

The present research had the objective of analyzing the process of insertion of regional history in the school curriculum of the state of Mato Grosso. The time cut established for the research is between the 1970s, when the first thematizations on the need to establish a regional historical memory in school was published, especially the journal *Educação em Mato Grosso*, and the 1990s, when the norms to compel the teaching of Regional History were produced, fundamentally State Law n. 5,573, dated February 6, 1990, and the accomplishments in textbooks of History of Mato Grosso. The main documentary sources analyzed were articles selected in the journal *Educação em Mato Grosso*, educational legislation, curricular proposals and textbooks. The orientation of the research was guided by the assumptions of Cultural History, having as theoretical-methodological instrument of analysis the notion of *representation*, by Roger Chartier, establishing dialogue with the theoretical contributions on *school discipline*, by André Chervel and Ivor Goodson, and about *school culture*, by Dominique Julia to understand the process of constitution of the History of Mato Grosso in school discipline and its integration in the curriculum of the schools of Mato Grosso State. The research made it possible to verify that the conformation of the historical memory of Mato Grosso assumed a fundamental importance in the disputes for political power in the region and mobilized part of the local elite in the development of a notion of regional identity that conceived the city of Cuiabá as the radiating pole of the Mato Grosso culture to the rest of the state, with the school as the privileged space for diffusion.

Keywords: Regional History. Mato Grosso. History of School Disciplines. Curriculum History. School Culture.

SILVA, Aparecido Borges da. *La inserción de la Historia Regional en el currículo de Mato Grosso (1970-1990)*. 2019. 206 f. Tesis (Doctorado en Educación) – Facultad de Filosofía y Ciencias, Universidad Estatal Paulista, Marília, 2019.

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo analizar el proceso de inserción de la historia regional en el currículo escolar del estado de Mato Grosso. El marco de tiempo establecido para la investigación es desde la década de 1970, cuando se publicaron las primeras tematizaciones sobre la necesidad de instituir una memoria histórica regional en el entorno escolar, especialmente la revista *Educação em Mato Grosso*, y la década de 1990, cuando se produjeron las normas para obligar a la enseñanza de la Historia Regional, fundamentalmente la Ley del Estado n. 5.573, del 6 de febrero de 1990, y los logros en los libros de texto de Historia de Mato Grosso. Las principales fuentes documentales analizadas fueron: artículos seleccionados de la revista *Educação em Mato Grosso*, legislación educativa, propuestas curriculares y libros de texto. La investigación se guió por los supuestos de Historia Cultural, teniendo como instrumento de análisis teórico-metodológico la noción de *representación* de Roger Chartier, estableciendo un diálogo con las contribuciones teóricas sobre *disciplina escolar*, de André Chervel y Ivor Goodson, y *cultura escolar*, por Dominique Julia, para comprender el proceso de constitución de la historia de Mato Grosso en la disciplina escolar y su integración en el currículo de las escuelas de Mato Grosso. La investigación mostró que la conformación de la memoria histórica de Mato Grosso adquirió una importancia fundamental en las disputas por el poder político en la región y movilizó a parte de la élite local en el desarrollo de una noción de identidad regional que concibió a la ciudad de Cuiabá como el polo radiante de la cultura de Mato Grosso al resto del estado, teniendo a la escuela como el espacio privilegiado de difusión.

Palabras clave: Historia Regional. Mato Grosso. Historia de las disciplinas escolares. Historia del currículo. Cultura escolar.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do estado de Mato Grosso no Brasil e na América do Sul	20
Figura 2 – Rodovias Federais implantadas no estado de Mato Grosso, década de 1970 ..	50
Figura 3 – Capa do primeiro número da Revista <i>Educação em Mato Grosso</i> (1978)	76
Figura 4 – Capa da <i>Proposta Curricular do Ensino de 1º e 2º Graus</i> (1993)	121
Figura 5 – Capa de <i>Um estudo sobre a História de Mato Grosso</i> (1982)	133
Figura 6 – Capa de <i>História de Mato Grosso</i> (1985)	140
Figura 7 – Capa de <i>O processo histórico de Mato Grosso</i> (1990)	150
Figura 8 – Capa de <i>Revivendo Mato Grosso</i> (1997)	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Municípios que formam o território da Baixada Cuiabana e ano de criação .	19
Quadro 2 – Interventores de Mato Grosso	38
Quadro 3 – Governadores de Mato Grosso	44
Quadro 4 – Programas de Desenvolvimento Regional	47
Quadro 5 – Legislação sobre o ensino de História de Mato Grosso	102
Quadro 6 – Histórico da elaboração da Proposta da Curricular de Mato Grosso	120
Quadro 7 – Grade Curricular para 2º Grau, em 1991	125
Quadro 8 – Livros didáticos produzidos por sócios do IHGMT	128
Quadro 9 – Unidades temáticas e seus conteúdos de ensino	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População de Mato Grosso nos Censos Demográficos – 1960/2010	25
Tabela 2 – População de Cuiabá nos Censos Demográficos – 1950/2000	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMT	Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
AML	Academia Mato-grossense de Letras
APMT	Arquivo Público do Estado de Mato Grosso
CEE-MT	Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
DOMT	Diário Oficial do Estado de Mato Grosso
DTC	Departamento de Terras e Colonização
ETF-MT	Escola Técnica Federal de Mato Grosso
FBC	Fundação Brasil Central
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGMT	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
MACP	Museu de Arte e Cultura Popular
NDIHR	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
PIN	Programa de Integração Nacional
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SEC-MT	Secretaria de Educação e Cultura do estado de Mato Grosso
SEDUC-MT	Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UEMT	Universidade Estadual de Mato Grosso
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso

SUMÁRIO

Introdução	17
1 “Oásis” brasileiro: o novo Mato Grosso	33
1.1 A colonização recente no estado de Mato Grosso	34
1.2 Cuiabá, o epicentro de um estado em transformação	52
1.3 <i>Chapas-e-cruz e paus-rodado</i> : um choque cultural	59
2 Nossas raízes culturais, nossas tradições mais puras: o regionalismo mato-grossense em pauta	68
2.1 História Regional e regionalismo: algumas considerações	69
2.2 Revista <i>Educação em Mato Grosso</i> : enfoques regionalistas	74
2.2.1 Mato Grosso: o ensino que deve ser intensificado	81
2.3 A Universidade em defesa da História Regional	85
3 A História Regional: das leis aos conteúdos de ensino	92
3.1 História do currículo e das disciplinas escolares: algumas considerações	93
3.2 Antecedentes legais ao ensino da História Regional	100
3.3 Mato Grosso no currículo escolar: a criação da Lei Estadual n. 5.573/1990	113
3.4 A História Regional nas propostas curriculares	119
3.5 Livros didáticos de História Regional: estabilidade e mudança	126
3.5.1 <i>Um estudo de História de Mato Grosso</i> , de Octayde Silva	132
3.5.2 <i>História de Mato Grosso</i> , de Lenine Póvoas	139
3.5.3 <i>O processo histórico de Mato Grosso</i> , de Elizabeth Siqueira, Lourença Costa e Cathia Carvalho	148
3.5.4 <i>Revivendo Mato Grosso</i> , de Elizabeth Siqueira	158
Considerações finais	166
Referências	172
Fontes	182
Anexo A: Projeto de Lei n. 26/1983	187
Anexo B: Projeto de Lei n. 141/1983	189
Anexo C: Projeto de Lei n. 175/1989	191
Anexo D: Sugestões de conteúdos de ensino de História da <i>Proposta Curricular de Mato Grosso</i> (1993)	193
Anexo E: Títulos e autores de livros didáticos de História de Mato Grosso	195
Anexo F: Folha de rosto e índice do <i>Quadro Chorographico de Matto-Grosso</i> (1906) ..	197
Anexo G: Folha de rosto e sumário de <i>História de Mato Grosso</i> (1967)	198
Anexo H: Relação dos conteúdos de ensino de <i>Um estudo sobre a História de Mato Grosso</i> (1982)	199
Anexo I: Sumário de <i>História de Mato Grosso</i> (1985)	200
Anexo J: Sumário de <i>O processo histórico de Mato Grosso</i> (1990)	201
Anexo K: Sumário de <i>Revivendo Mato Grosso</i> (1997)	202
Anexo L: Projeto de Lei n. 426/2006	203
Anexo M: Carta Aberta da Casa Barão de Melgaço	205

Introdução

*É bem Mato Grosso
O guaraná ralado
O pacu assado
Manga madura no quintal*

*É bem Mato Grosso
Banho de rio ou cachoeira
Pescaria no Teles Pires
Araguaia ou Pantanal*

*É bem Mato Grosso
Festa de santo
Churrasco, pixé, caju*

*É bem Mato Grosso
Bombo, viola de cocho
Siriri e Cururu*

*É bem Mato Grosso
Belas igrejas
Casarões coloniais
Festas de rodeio
Praias, festivais*

*É bem Mato Grosso
Grandes rebanhos
Plantações fenomenais
Um povo hospitaleiro
Como não se viu jamais*

*É bem Mato Grosso
O sol mais quente que há
Aquele bem geladinho
A morena e a loirinha
Que faz a gente suspirar*

*É bem Mato Grosso
Um bailão de rasqueado
Ninguém fica parado
Até o dia clarear*

(*É bem Mato Grosso*, Pescuma e Ulisses Serotini)

A poesia de Pescuma¹ e Ulisses Serotini² (cantada pelo trio de *rasqueado cuiabano*³ Pescuma, Henrique & Claudinho) tornou-se uma espécie de hino informal de Mato Grosso.

¹ Benedito Donizete de Moraes, o *Pescuma*, nasceu em São Luiz de Paraitinga (SP), em 1959. É jornalista, cantor, compositor e apresentador do programa *É Bem Mato Grosso*, na TV Centro América, sediada em Cuiabá. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/tvcentroamerica/noticia/2013/04/conheca-mais-sobre-pescuma-apresentador-do-e-bem-mato-grosso.html>. Acesso em: 18 jun. 2019.

² Ulisses Serotini nasceu em São Paulo (SP), em 1964. É jornalista, gerente-geral da Rádio Centro América FM e diretor de comunicação corporativa da Rede Mato-Grossense de Comunicação, afiliada à Rede Globo, que está

Com versos que remetem aos elementos da natureza e da sociedade mato-grossense, assume aspecto ufanista que sintetiza as qualidades das paisagens, tradições e costumes regionais. É trilha sonora obrigatória em diversas ocasiões solenes, muitas vezes apresentada logo após o Hino Oficial do Estado de Mato Grosso. Em 2007, a composição passou a ser veiculada diariamente na TV Centro América, sendo exibida durante os intervalos da programação e, desde 2012, tornou-se tema de abertura de programa televisivo homônimo.

O programa de televisão *É bem Mato Grosso*, enquanto uma proposta privada com intuito de mostrar aos telespectadores as riquezas e belezas naturais, as crenças, o folclore e as artes mato-grossenses (pinturas, músicas, danças típicas, culinária etc.),⁴ considerados elementos simbólicos da identidade cultural do estado, foi precedido por um conjunto de iniciativas de preservação da cultura popular mato-grossense, que serão apresentadas mais adiante neste trabalho.

Chapa-e-cruz, *pau-rodado*, *pau-fincado* são expressões usadas para designar, respectivamente, os *nativos* de Cuiabá e municípios circunvizinhos (Baixada Cuiabana), os migrantes recém-chegados e os migrantes mais antigos e conhecedores das tradições cuiabanas, que se impõem como “verdadeira” cultura mato-grossense. Apesar de surgirem em épocas diferente, há mais de trinta anos estas “categorias antropológicas”, de identificação e diferenciação, fazem parte do imaginário mato-grossense, em geral, e do cuiabano, em particular. Portanto, como não haveria de procurar meu *lugar* neste mundo tão distinto das minhas origens?

O quadro a seguir apresenta os treze municípios que formam o território da Baixada Cuiabana e ano de criação, bem como a distância em quilômetros de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso.

dividida em duas emissoras de televisão: a TV Centro América, em Mato Grosso, e TV Morena, em Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.cafm.com.br/easy99-1fm/comunicadores/exibir.asp?id=31>. Acesso em: 18 jun. 2019.

³ É um ritmo musical, criado pelos ribeirinhos do rio Cuiabá, com influência de ritmos platinos, executado com instrumentos como a viola de cocho, o mocho e o ganzá. Sobre o *rasqueado cuiabano* e sua importância como símbolo da identidade cuiabana, Cf. ARIANO (2002).

⁴ Cf. *É Bem Mato Grosso*. Disponível em: <http://gshow.globo.com/TV-Centro-America/E-Bem-MT/noticia/2015/03/saiba-mais-sobre-o-e-bem-mato-grosso-um-programa-que-mostra-diversidade-do-nosso-estado.html>. Acesso em: 18 jun. 2019.

Quadro 1 – Municípios que formam o território da Baixada Cuiabana e ano de criação

Município	Ano de Criação	Distância para Cuiabá (km)
Acorizal	1953	58,7
Barão do Melgaço	1953	128,7
Chapada dos Guimarães	1953	62,8
Cuiabá	1719	-
Jangada	1989	72,6
Nobres	1963	142,0
Nossa Senhora do Livramento	1883	32,3
Nova Brasilândia	1979	194,6
Planalto da Serra	1993	253,8
Poconé	1831	94,8
Rosário Oeste	1833	124,0
Santo Antônio do Leverger	1899	34,0
Várzea Grande	1948	7,0

Fonte: BRASIL, 2006, p. 10

Eu, apenas um rapaz caipira⁵ sem dinheiro no banco, sem parentes importantes e vindo do interior do Paraná⁶, ao chegar ao estado de Mato Grosso (Figura 1), em meados de 2004, assumia minha condição de *pau-rodado*. Uma dupla condição, aliás, pois, naquele momento, não me identifiquei com a tradicional cultura mato-grossense da Baixada Cuiabana e, muito menos, com a nova cultura mato-grossense, do migrante, com forte influência gaúcha. Talvez, por isso, logo que cheguei, uma professora da escola em que eu lecionava me disse: “Então, você é do Paraná do café, não do Paraná do chimarrão!”. Ambos, *eu* e *outro*, não nos reconhecemos como pertencentes à mesma identidade cultural.

Realmente, não sou do Paraná do chimarrão. O estado do Paraná também tem suas subdivisões culturais: o Tradicional (primeiros povoadores), o Sudoeste (gaúcha) e o Norte (paulista/mineira), sendo o Norte, ainda, subdividido de acordo com a época de colonização: o Velho (segunda metade do século XIX), o Novo (a partir da década de 1930) e o Novíssimo (a partir da década de 1950)⁷. Sou do Norte Velho, Norte Pioneiro, região colonizada por mineiros e alguns paulistas. De Minas Gerais ao Paraná, o ramo materno da família chegou na década de 1870 e o ramo paterno, na década de 1950. Resumindo: sou um caipira mineiro nascido no Norte Pioneiro do Paraná, fruto da mistura das três raças que formaram o povo brasileiro de Martius e Varnhagen: o índio, o negro e o português.

⁵ Conforme definição de Darcy Ribeiro (1995), ao analisar a formação étnica-cultural brasileira, o *Brasil Caipira* representa a área cultural sob influência histórica do bandeirante paulista: estados de São Paulo e partes de Minas Gerais, Goiás, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

⁶ Parafraseando um trecho da canção *Apenas um Rapaz Latino-Americano*, composta por Belchior, em 1976.

⁷ Sobre a formação sócio-histórica do Norte do estado do Paraná, Cf. MUSSALAM (1974); PERARO (1978); TOMAZI (1997).

profissional é como professor de História na Educação Básica, nos Ensinos Fundamental e Médio, da rede pública do estado de Mato Grosso. Mas, fundamentalmente, é no âmbito da Pós-Graduação que meu envolvimento em pesquisas sobre a disciplina escolar História tem suas raízes.

Sobre a História de Mato Grosso, meu interesse surgiu como resultado do início da minha carreira no magistério público estadual, em 2004, quando deparei com a necessidade de lecionar conteúdos de História Regional, especialmente aos concluintes do Ensino Médio. Na época, eu, recém-migrado do estado do Paraná, pouquíssimo sabia sobre a História de Mato Grosso, mas a preocupação dos estudantes que estavam dispostos a enfrentar o processo seletivo para preenchimento de vagas nos cursos de graduação (vestibular) das universidades públicas do estado¹⁰ tornou imperativo o aprofundamento dos meus conhecimentos sobre a matéria¹¹. Isso porque, em cumprimento à Lei Estadual n. 4.667, de 06 de abril de 1984, um terço das questões sobre História e Geografia em concursos públicos organizados no/pelo estado abordariam a História e a Geografia de Mato Grosso¹².

Nesse processo de contínua formação para o ensino de História no estado de Mato Grosso, algumas questões tornaram-se permanentes entre as minhas indagações sobre a própria historicidade da disciplina escolar História de Mato Grosso: como se constituiu a disciplina escolar História de Mato Grosso? Quais sujeitos e grupos sociais estavam envolvidos na sua elaboração? Quais as finalidades educacionais de seu ensino? Quais saberes escolares foram registrados nos livros didáticos de História de Mato Grosso e qual grupo social representavam?

São as experiências descritas – o professor recém-formado que migrou para o estado de Mato Grosso em busca de um futuro melhor, deparando com uma cultura que não lhe pertencia, em um estado a tentar inculcar na sociedade uma *narrativa oficial*, mesmo com

Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro (FUNDINOPI) e Fundação Faculdades Luiz Meneghel (FFALM). Disponível em: <https://uenp.edu.br/institucional>. Acesso em: 18 jun. 2019.

¹⁰ Na época, as únicas Instituições de Ensino Superior públicas no estado de Mato Grosso eram a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

¹¹ Conforme Paulo Freire (1998, p. 28): “O fato, porém, de que ensinar ensina o ensinante a ensinar um certo conteúdo não deve significar, de modo algum, que o ensinante se aventure a ensinar sem competência para fazê-lo. Não o autoriza a ensinar o que não sabe. A responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente”.

¹² O texto original da Lei Estadual n. 4.667/1984 determina que “1/3 (um terço) das questões de Conhecimentos Gerais e/ou Estudos Sociais [esteja] versando sobre Geografia e História Política e Econômica de Mato Grosso”, porém, como resultado da mudança no currículo nacional proposto pela LDBEN n. 9.394/1996, os conteúdos de Estudos Sociais foram substituídos pelos de História e Geografia.

oposição ou aversão¹³ – que me trouxeram até aqui, à presente pesquisa. Este é o *lugar* de onde falo, de onde enuncio a minha narrativa sobre a identidade cultural mato-grossense que se pretendeu construir para a apropriação pela juventude em idade escolar.

Durante o mestrado, tive a oportunidade de analisar as representações sobre o estado de Mato Grosso presentes nos livros didáticos de História do Brasil utilizados nas escolas mato-grossenses durante a Primeira República Brasileira (1889-1930). Além destes, como contraponto, analisei o primeiro livro didático sobre a História de Mato Grosso, publicado em Cuiabá no ano de 1906, intitulado *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*, de autoria de Estevão de Mendonça, na época professor no tradicional Liceu Cuiabano. A pesquisa permitiu compreender que o primeiro livro didático mato-grossense a retratar a História e Geografia Regional teve a finalidade de construir, por meio de um conjunto de representações positivas sobre o estado de Mato Grosso, uma narrativa que o inserisse no mapa da civilização, afastando do imaginário coletivo qualquer representação negativa sobre a região: terra distante e desconhecida, de gente incivilizada e violenta (SILVA, 2013)¹⁴.

Nesta pesquisa,¹⁵ ampliei a discussão ao investigar a disciplina escolar História de Mato Grosso. Considerando que a escrita da História de Mato Grosso tem sua historicidade, certamente as finalidades de seus conteúdos mudaram ao longo do tempo. Não são as mesmas de um século atrás porque elas são fruto de seu tempo e influenciadas por condições diversas (social, política, cultural); e as narrativas são historicamente determinadas, por isso devem ser objeto de análise do historiador, como afirma Le Goff (1990, p. 19): “Ela [a historicidade] obriga a inserir a história numa perspectiva histórica”. Isto é: “Existe uma historicidade da história. Ela implica no movimento que liga uma prática interpretativa a uma prática social” (CERTEAU, 1982, p. 32).

¹³ Laville (1999) considera que é uma grande ilusão acreditar que a manipulação dos conteúdos do ensino de História permitirá dirigir as consciências ou as memórias dos membros da nação (ou região), pois não faltam exemplos de que tal proposta está longe de dar certo, como muitos ainda insistem em acreditar.

¹⁴ A dissertação de mestrado intitulada *Mato Grosso nos Livros Didáticos de História (1889-1930)*: imaginários e representações, defendida em 2013, foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, campus de Cuiabá, sob orientação do Prof. Dr. Nicanor Palhares Sá, e está vinculada ao GEM – Grupo de Pesquisa “História da Educação e Memória”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Elizabeth Figueiredo de Sá. O GEM está em funcionamento desde 1993, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil – CNPq e certificado pela UFMT. Informações disponíveis em: <http://gem.ufmt.br/>. Atualmente, esse grupo tem como líder a Prof.^a Dr.^a Elizabeth Figueiredo de Sá e, como vice-líder, a Prof.^a Dr.^a Elizabeth Madureira Siqueira.

¹⁵ Esta pesquisa está vinculada ao projeto *Ensino Secundário nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro: políticas governamentais e relações de poder (1945-1964)*, processo n. 304684/2014-7, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e vinculado ao GEPCIE – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Instituições Educacionais, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Rosa Fátima de Souza Chaloba e pela Prof.^a Dr.^a Vera Teresa Valdemarin. O GEPCIE está em funcionamento desde 2000, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil – CNPq e certificado pela UNESP/FCLAr. Informações disponíveis em: <https://www.fclar.unesp.br/gepcie>.

Portanto, a presente pesquisa configurou-se como um estudo sobre a história das disciplinas escolares, compreendidas como um artefato cultural com finalidades educacionais, conjugado com a história do currículo, compreendido como a manifestação de relações de poder e interesse de grupos sociais. Desse modo, para compreender o processo de constituição da História de Mato Grosso em disciplina escolar e sua integração no currículo das escolas mato-grossenses, foram utilizadas as teorizações de Chervel (1990), Goodson (1995; 1997), Julia (2001; 2002), Bittencourt (2003), Souza (2005; 2008), entre outros.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar o processo de inserção da história regional no currículo escolar do estado de Mato Grosso. Mais especificamente, compreender os conflitos provocados pela migração recente e seus reflexos na educação, identificar os sujeitos e grupos sociais envolvidos nas disputas em torno da constituição da disciplina escolar História de Mato Grosso e, por fim, interpretar as finalidades educacionais presentes no conteúdo dos livros didáticos de História de Mato Grosso. Deste modo, contribuir para a ampliação do conhecimento da história das disciplinas escolares e do currículo no Brasil.

A hipótese que conduziu a pesquisa é de que a iniciativa de criação da disciplina de História de Mato Grosso ocorreu como estratégia de alguns representantes da tradicional elite¹⁶ cuiabana para imporem uma identidade cultural mato-grossense aos migrantes, especialmente aqueles em idade escolar, que chegavam de diversos estados do Brasil para Mato Grosso. Através das escolas, pretendia-se imprimir na consciência da juventude estudantil uma memória histórica mato-grossense, visto que o processo de colonização recente impulsionou a migração de pessoas com matrizes culturais diversas. Mais tarde, os nativos perceberam que o contato/confronto entre duas culturas distintas provoca transformações em ambas as sociedades e, como resultado, há um processo de hibridização¹⁷ entre diferentes identidades culturais.

¹⁶ Segundo o sociólogo suíço Giovanni Busino (apud HEINZ, 2006, p. 07), o termo “elite” faz referência à “minoría que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação), quanto os indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual se manifesta sua preeminência. Plural, a palavra ‘elites’ qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade”.

¹⁷ Para Silva (2014, 87-88), o hibridismo – a mistura, a conjunção, o intercurso entre diferentes nacionalidades (ou regionalidades), entre diferentes etnias, entre diferentes raças coloca em xeque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas, divididas, segregadas. O processo de hibridização confunde a suposta pureza e insolubilidade dos grupos que se reúnem sob as diferentes identidades nacionais, raciais ou étnicas. A identidade que se forma por meio do hibridismo não é mais integralmente nenhuma das identidades originais, embora guarde traços delas. Entretanto, a hibridização se dá entre identidades situadas assimetricamente em relação ao poder. Os processos de hibridização nascem de relações conflituosas entre diferentes grupos nacionais (ou regionais), raciais ou étnicos. Eles estão ligados a histórias de ocupação,

O recorte temporal estabelecido para a pesquisa situa-se entre a década de 1970, quando foram publicadas as primeiras *tematizações* sobre a necessidade de se instituir uma memória histórica regional em âmbito escolar, especialmente a revista *Educação em Mato Grosso*, e a década de 1990, quando foram produzidas as *normatizações* a obrigar o ensino de História Regional, fundamentalmente a Lei Estadual n. 5.573, de 06 de fevereiro de 1990, e as *concretizações* em livros didáticos de História de Mato Grosso. Porém, quando necessário, para esclarecer questões pertinentes ao tema, consultei normatizações educacionais antecedentes, leis elaboradas tanto pelo Governo Federal quanto pelo Governo do estado de Mato Grosso¹⁸.

O *corpus* documental que concedeu suporte ao desenvolvimento desta tese compreende as seguintes fontes: a) artigos selecionados na revista *Educação em Mato Grosso*; b) legislação mato-grossense para o ensino de História Regional; c) propostas curriculares para o ensino de História no estado de Mato Grosso; d) livros didáticos de História de Mato Grosso publicados no período delimitado para esta pesquisa. São documentos que foram produzidos no contexto de estímulo ao engajamento da juventude estudantil na defesa das tradições e costumes regionais.

A revista *Educação em Mato Grosso*, que circulou entre 1978 e 1986, foi selecionada por se tratar de um importante periódico publicado pela Secretaria de Educação e Cultura do estado de Mato Grosso (SEC-MT), destinado aos professores da rede pública de ensino mato-grossense e que apresenta diversos artigos sobre a temática da cultura regional. No entanto, a pesquisa ateve-se, especialmente, aos artigos que versavam sobre a temática do ensino de História Regional.

A legislação mato-grossense para o ensino de História Regional foi selecionada como fonte por sua importância no processo de instituir e ordenar práticas de preservação da cultura regional em sala de aula. Fonte de inumeráveis temas e questões, explícitos e implícitos, as leis educacionais “expressam projetos políticos e de civilização carregados de

colonização e destruição. Trata-se, na maioria dos casos, de uma hibridização forçada. O hibridismo está ligado aos movimentos demográficos que permitem o contato entre diferentes identidades: as diásporas, os deslocamentos nômades, as viagens, os cruzamentos de fronteiras. Esses movimentos podem ser literais, como na diáspora forçada dos povos africanos por meio da escravidão, por exemplo, ou podem ser simplesmente metafóricos. “Cruzar fronteiras”, por exemplo, pode significar simplesmente mover-se livremente entre os territórios simbólicos de diferentes identidades. “Cruzar fronteiras” significa não respeitar os sinais que demarcam – “artificialmente” – os limites entre os territórios das diferentes identidades.

¹⁸ Utilizo a classificação de fontes documentais proposta por Mortatti (2015, p. 14), a saber: *tematizações* (livros, teses acadêmicas, artigos, relatos de experiências, memórias orais ou escritas e similares), *normatizações* (legislação, guias e propostas curriculares e similares) e *concretizações* (material didático para o aluno e para o professor, textos avulsos e livros de literatura infantil e juvenil, registros de trabalho docente e discente, memórias e similares).

sonhos, desejos, direitos, deveres, preconceitos, interesses públicos e privados, enfim trazem em si as contradições presentes na sociedade” (CASTANHA, 2011, p. 317).

As propostas curriculares para o ensino de História foram selecionadas por apresentarem os conteúdos e metodologias de ensino considerados significativos para os processos de escolarização no estado de Mato Grosso. Entre 1988 e 1993, período que é abarcado pela delimitação temporal desta tese, a SEC-MT elaborou e publicou um documento que seria implantado de forma centralizada em toda a rede pública de ensino mato-grossense: a *Proposta Curricular do Ensino de 1º e 2º Graus*. Apresentada às unidades escolares como instrumento para construção de um *currículo único* para a rede pública de ensino mato-grossense, o documento propôs mudanças significativas nas práticas pedagógicas e metodológicas, isto é, no trabalho dos professores em sala de aula.

Os livros didáticos de História de Mato Grosso foram selecionados por se tratarem de objetos culturais que expressam, além das visões de mundo dos seus autores, os projetos políticos do grupo do qual faziam parte. Para a análise, optou-se pelos seguintes livros didáticos: *Um estudo de História de Mato Grosso: roteiro para o ensino de 1º e 2º graus* (1982), de Octayde Jorge da Silva; *História de Mato Grosso* (1985), de Lenine de Campos Póvoas; *O processo histórico de Mato Grosso* (1990), de Elizabeth Madureira Siqueira, Lourença Alves da Costa e Cathia Maria Coelho Carvalho; e *Revivendo Mato Grosso* (1997), de Elizabeth Madureira Siqueira.

A pesquisa insere-se num contexto histórico singular do país, pois, a partir da década de 1970, o Governo Federal implantou projetos de colonização dirigida na Amazônia, promovidos pelo *Programa de Integração Nacional* (PIN), que introduziram no estado de Mato Grosso grandes levas de migrantes vindos das mais diferentes partes do Brasil. Este fenômeno provocou um acelerado crescimento populacional, como demonstram os censos demográficos realizados pelo IBGE no período de 1960 e 2010, conforme exposto na tabela 1:

Tabela 1 – População de Mato Grosso nos Censos Demográficos – 1960/2010

ANO	POPULAÇÃO	CRESCIMENTO
1960	330.610	-
1970	612.887	85,38%
1980	1.169.812	90,86%
1990	2.022.524	72,89%
2000	2.502.260	23,72%
2010	3.035.122	21,30%

Fonte: IBGE, 2011

O crescimento populacional alterou profundamente o quadro social do estado e teve como consequência, com o passar dos anos, a ascensão de alguns migrantes, ou descendentes, às posições de mando dentro da política regional, o que despertou forte reação de alguns representantes da tradicional elite mato-grossense. Como parte dessa reação, foi produzido um discurso regionalista e tradicionalista que, como estratégia, manifestou-se na iniciativa de criação da disciplina escolar História de Mato Grosso. Os nativos, temendo perder seu *status* político para os forasteiros, buscaram reforçar os laços culturais que os uniam dentro de um passado comum e, deste modo, desenvolveram uma noção de identidade regional baseada na imagem de uma “tradição”, porém inventada¹⁹, que concebia a cidade de Cuiabá como o polo irradiador da “verdadeira” cultura mato-grossense ao restante do estado.

O direcionamento da pesquisa norteou-se pelos pressupostos da História Cultural, tendo como instrumento teórico-metodológico de análise a noção²⁰ de *representação* de Roger Chartier, a partir da qual foi possível dialogar com o *corpus* documental (legislação educacional, programas curriculares, livros didáticos, periódicos de relevância para a pesquisa, entre outros) e compreender o processo de constituição da História de Mato Grosso em disciplina escolar e sua integração no currículo das escolas mato-grossenses.

A História Cultural, conforme a definição de Chartier (1990, p. 16-17), é um enfoque historiográfico que objetiva “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Deste modo, a interpretação das formas discursivas e imagéticas produzidas por um determinado grupo social é chave para a compreensão do mundo que o cerca.

A noção de *representação* possui um duplo sentido: 1. É um discurso que permite “ver uma coisa ausente”; 2. É a “exibição de uma presença [...] de algo ou de alguém” (CHARTIER, 1990, p. 20). Produz esquemas intelectuais que criam imagens mentais “graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p. 17).

¹⁹ Conforme Hobsbawn (2008, p. 09-10), muitas vezes, “tradições” que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas. Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam a inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecerem com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória.

²⁰ Segundo Barros (2011, p. 52): As “noções” são “quase conceitos”, mas ainda funcionam como tateamentos na elaboração do conhecimento científico, atuando à maneira de imagens de aproximação de um determinado objeto de conhecimento – imagens que, rigorosamente, ainda não se acham suficientemente delimitadas. Muitas vezes, as noções são resultado de uma descoberta progressiva, de experiências, de investimentos criativos de um ou mais autores que podem ou não ser incorporados regularmente pela comunidade científica.

As representações manifestam padrões, normas, instituições, imagens, cerimônias; construção que abriga ordenamento, identificação, legitimação e exclusão. Embora pareça produzir um julgamento universal do real, “são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Para Chartier (2002, p. 73), “a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade” através das distintas apropriações dos símbolos e das práticas culturais comuns. São as práticas comuns que fazem “reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição”. Por isso, “o conceito de representação foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular, sem dúvida, [...] as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social” (CHARTIER, 2011, p. 20).

Nestes termos, a disciplina escolar História Regional de Mato Grosso constituiu-se em discurso rico em representações. As práticas e os símbolos que produziu objetivavam o reconhecimento de uma identidade social, “a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um *status*, uma categoria social, um poder”. Deste modo, o controle político e cultural que uma fração da tradicional elite mato-grossense exerceu sobre os conteúdos de ensino selecionados para a apropriação pela juventude em idade escolar demonstra “as formas institucionalizadas pelas quais uns ‘representantes’ (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, ‘presentificam’ a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder” (CHARTIER, 2011, p. 20).

Na busca por localizar pesquisas que abarcassem e/ou se aproximassem das questões relacionadas à disciplina escolar de História Regional de Mato Grosso, observei a escassez de estudos sobre o tema. Apesar disso, os textos encontrados contribuíram com as reflexões sobre o objeto de pesquisa, bem como para a localização das fontes documentais.

A monografia *O ensino de História Regional em escolas secundárias de Rondonópolis, desde a implantação até 2005*, de Viviane Rodrigues da Silva, apresentada em 2006 na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), *campus* de Rondonópolis, aproximou-se do tema de meu objeto de pesquisa sem, no entanto, tocá-lo. A pesquisa apresenta um estudo sobre o ensino de História Regional nas duas escolas públicas mais antigas daquela cidade no período de 1976 a 2005. Assim, ao observar as práticas pedagógicas aplicadas no ensino de História nas referidas escolas, a pesquisa permitiu compreender o porquê de os

estudantes não conhecerem a História de Mato Grosso: apesar de ser matéria obrigatória nos concursos públicos em órgãos estaduais e exames vestibulares organizados no/pelo estado, ela não tem sido trabalhada no Ensino Médio.

Os estudos do historiador Ely Berço de Carvalho sobre as representações de natureza presentes nos livros didáticos de História de Mato Grosso resultaram na produção de três textos que muito contribuíram para minha pesquisa. São eles: *Identidade, Natureza e História: a coinvenção das identidades nas lutas por apropriação do mundo natural em Mato Grosso e a produção e divulgação da História Regional*, trabalho completo publicado em 2013 nos *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História* (ISBN: 978-85-98711-11-9); *Uma História a serviço da destruição?* Livros de História e a modernização de Mato Grosso, Brasil, 1964-1992, artigo científico publicado em 2013 na *Revista HALAC - Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña* (ISSN: 2237-2717); e *A quem serve a História?* Livros de popularização da História de Mato Grosso, Brasil, 1990-2012, artigo científico publicado em 2014 na *Revista de Historia Iberoamericana* (ISSN: 1989-2616).

Nestes textos, Carvalho (2013, 2014) utiliza como principais fontes da pesquisa os livros didáticos de História de Mato Grosso, publicados entre 1964 e 2012. Analisando as fontes pelo viés da História Ambiental e fazendo uso das noções de *representação* e *apropriação* de Roger Chartier, o autor apresenta os livros didáticos de História de Mato Grosso como espaços de construção de memória articulados com os projetos de identidades em disputa. Concluiu que, nos livros analisados, a natureza e a maior parte da população mato-grossense foram silenciadas em nome de uma elitista identidade regional, na qual os “mato-grossenses” são heróis que mantêm a civilização em meio à barbárie, justificando um projeto modernizador que implicava a colonização de vastas áreas com a derrubada da floresta e exclusão da população autóctone.

Carvalho (2013, 2014) analisou os livros didáticos apenas pela função *ideológica e cultural*, enquanto transmissor de valores e, em certos casos, de doutrinação das jovens gerações. Deixou de lado sua função *referencial*, isto é, do livro didático enquanto uma referência para elaboração de currículos ou programas, conforme propõe Alain Choppin (2004, p. 553).

Por fim, a tese *História e Universidade: a institucionalização do campo histórico na Universidade Estadual de Mato Grosso/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul* (1968-1990), de Tiago Alinor Hoissa Benfica, defendida em 2016 na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), investigou o surgimento do campo histórico-acadêmico na região sul de Mato Grosso (hoje, atual Mato Grosso do Sul), a partir da implantação dos cursos de

História e de Estudos Sociais, no contexto da criação da Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), com sede em Campo Grande e unidades em Corumbá, Três Lagoas, Dourados e Aquidauana. Utilizando-se de documentos do arquivo institucional da UEMT/UFMS e entrevistas com professores que lecionaram nestas unidades universitárias, sob a perspectiva bourdieusiana, o autor defende que o campo histórico se estruturou para atuar em duas frentes: o da reprodução do campo (formação de profissionais) e o da produção no campo (a pesquisa histórica), atento às suas condições institucionais no campo universitário.

Apesar de não abordar o ensino de História Regional no estado de Mato Grosso, a tese teve relevância para minha pesquisa porque apresenta dados sobre a política de formação inicial de professores para a disciplina escolar de História e/ou Estudos Sociais em Mato Grosso no contexto de implantação da Lei Federal n. 5.692/1971 – *Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus*. Na década de 1970, a Secretaria de Educação do estado desenvolveu projetos de atualização profissional para os professores da rede pública no intuito de adequação das práticas pedagógicas do quadro docente às políticas educacionais elaboradas durante a Ditadura Militar (1964-1985).

Deste modo, posso dizer que, se os estudos sobre o ensino de História Regional no estado de Mato Grosso são escassos, uma investigação sobre sua introdução no currículo escolar estadual é inédita.

Após a revisão bibliográfica, comecei a pesquisa documental sobre o ensino de História Regional na legislação educacional e nas propostas curriculares produzidas no estado de Mato Grosso, visando a compreender os processos de organização do seu currículo escolar, ora inserido como parte da disciplina de História, ora com a pretensão de assumir o formato de uma disciplina escolar autônoma: “Mapear fontes é, portanto, preparar o terreno para uma crítica empírica vigorosa que constitua novos problemas, novos objetos e novas abordagens” (NUNES; CARVALHO, 1992, p. 14).

A primeira etapa da pesquisa consistiu-se em uma busca preliminar no *site* da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT) para localizar as leis que versavam sobre o ensino de História Regional produzidas no estado de Mato Grosso, conforme o recorte temporal delimitado para o estudo, mas o resultado demonstrou que há poucos documentos sobre o assunto. Foi localizada apenas a Lei Estadual n. 5.573/1990, que “dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino das disciplinas de História, Geografia e Literatura de Mato Grosso, nas Escolas de 1º e 2º Graus, públicas ou particulares, que funcionem no Estado”. Nota-se que a referida lei foi aprovada antes da vigência da Lei Federal n.

9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) –, portanto ainda sob a influência legal das diretrizes educacionais elaboradas durante a Ditadura Militar (1964-1985).

Considerando o contexto educacional nacional no qual a Lei Estadual n. 5.573/1990 estava inserida, recuei à busca de leis do período de vigência da Lei Federal n. 5.692/1971, da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus. Assim, mesmo não abordando o ensino de História Regional, para complementar o corpo documental, localizei a Lei Estadual n. 4.570/1983, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão da literatura mato-grossense, nos currículos plenos, das escolas de 1º e 2º Graus”. Também localizei a Lei Estadual n. 4.667/1984, que estabelece a “obrigatoriedade de que 1/3 (um terço) das questões de Conhecimentos Gerais e/ou Estudos Sociais nos concursos organizados por órgãos governamentais e de economia mista, deve versar sobre Geografia e História Política e Econômica de Mato Grosso”. Ambas são leis que se inserem no processo de constituição de uma memória histórica regional.

Após a localização, veio a etapa de recuperar as fontes. Para isso, consultei o acervo documental do Instituto Memória do Poder Legislativo (IMPL), órgão ligado à ALMT. De posse desta legislação, neste arquivo encontrei os projetos de lei, com suas respectivas justificativas, e as atas das sessões ordinárias da ALMT, nas quais os projetos de lei foram apresentados, discutidos e aprovadas após votação. As justificativas dos projetos de lei e as atas das sessões ordinárias são documentos valiosos, pois permitem entender, além do ritual de produção de uma lei, as intencionalidades políticas que motivaram tal proposição.

Na segunda etapa da pesquisa, consultei os arquivos institucionais de unidades escolares públicas vinculadas à Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT). Era o momento de localizar e recuperar documentos que demonstrassem a inserção da História Regional nos currículos escolares: propostas curriculares, diários de classes, livros didáticos, planos de aulas, entres outros.

Encontrar a primeira proposta curricular²¹ produzida em Mato Grosso não foi fácil. Alguns dos tradicionais acervos documentais de Mato Grosso não receberam exemplares para depositar em seus arquivos. Em Cuiabá, consultei as hemerotecas do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT), da Biblioteca Central da UFMT, da Casa Barão de Melgaço²² e o arquivo do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso (CEE-MT). Em

²¹ Até o presente momento, o estado de Mato Grosso produziu quatro propostas curriculares: 1993, 1998, 2010 e 2018.

²² Localizada no Centro Histórico de Cuiabá, a Casa Barão de Melgaço foi, entre 1843 e 1880, moradia do almirante Augusto João Manuel Leverger, o Barão de Melgaço. Atualmente, o prédio abriga as duas mais antigas

Sinop-MT, consulte a biblioteca da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), porém foi na Assessoria Pedagógica²³, órgão vinculado à SEDUC-MT, que tive acesso aos exemplares da primeira proposta curricular estadual, de 1993²⁴.

Posteriormente, busquei documentos que permitissem compreender o processo de elaboração de tematizações sobre a constituição de uma memória histórica regional. Na hemeroteca da Biblioteca Central da UFMT, localizei a revista *Educação em Mato Grosso*, publicação da SEC-MT entre os anos de 1978 a 1986, e que, desde seu lançamento, trazia textos sobre questões pedagógicas variadas (muitos deles produzidos por professores da própria rede pública estadual), inclusive sobre a introdução do ensino de História Regional de Mato Grosso. Nesta *Revista*, ao que interessa a esta pesquisa, há propostas de atividades, reflexões sobre temas de História e Geografia, bem como particularidades do folclore mato-grossense. No entanto, como a *Revista* foi publicada enquanto vigorava a Lei Federal n. 5.692/1971, os conteúdos para o ensino de 1º Grau estavam sob a rubrica da disciplina escolar de Estudos Sociais.

Ainda na fase de pesquisa empírica, visitei o arquivo da Escola Estadual Professor Nilo Póvoas, em Cuiabá. Nesta consegui recuperar diversos documentos produzidos a partir do ano de 1971, sendo os mais significativos as grades curriculares de 1989 a 2005, algumas acompanhadas dos seus respectivos pareceres.

Por fim, pela *internet*, fiz buscas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso (DOMT) e nos jornais mato-grossenses disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional com o objetivo de localizar informações pertinentes ao tema investigado. No DOMT, recuperei editais de concursos de livros didáticos regionais (História e Geografia de Mato Grosso) e outros documentos públicos da Secretaria de Educação do estado, por exemplo: editais de concurso público para provimento de cargo de professores com seus respectivos conteúdos programáticos (baseado no currículo da rede estadual de ensino) e bibliografia para consulta. Nos jornais mato-grossenses, recuperei notícias sobre a implantação do Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional (NDIHR), órgão ligado à UFMT, e sobre as disputas encampadas por membros do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) pela memória histórica regional.

e atuantes reservas culturais de Mato Grosso, o Instituto Histórico e Geográfico – instalado em 1919 – e a Academia Mato-grossense de Letras – criada em 1921.

²³ Segundo a Portaria n. 059/GS/2002/SEDUC/MT, as finalidades das Assessorias Pedagógicas são coordenar, supervisionar, orientar, controlar e executar atividades da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, nas suas respectivas áreas de jurisdição.

²⁴ Em 1993, foi produzido a primeira proposta curricular do estado de Mato Grosso, que está dividida em três volumes: *Proposta Curricular do Ensino de 1º e 2º Graus*; *Proposta Curricular da Educação Infantil*; e, *Proposta Curricular do Magistério* (Profissionalizante).

De posse das fontes documentais reunidas e selecionadas para a produção do texto da tese, ordenei-as conforme a estrutura dos capítulos que serão adiante apresentados. São três capítulos que abarcam, além da contextualização do objeto de estudo, as tematizações, normatizações e concretizações sobre o ensino de História Regional no estado de Mato Grosso.

O primeiro capítulo, *“Oásis” brasileiro: o novo Mato Grosso*, é dedicado à contextualização do tema de pesquisa, apresentando uma síntese da história da colonização recente no estado de Mato Grosso, com enfoque nas conseqüentes transformações na cultura mato-grossense, bem como os conflitos causados pelo choque entre a cultura dos nativos e a cultura dos migrantes.

No segundo capítulo, *Nossas raízes culturais, nossas tradições mais puras: o regionalismo mato-grossense em pauta*, busca-se apresentar as tematizações para o ensino de História Regional em Mato Grosso: livros, artigos de jornais e revistas, entre outros, que discutem a necessidade de preservar a cultura mato-grossense em sala de aula. A revista *Educação em Mato Grosso* é abordada em dois momentos distintos: como divulgadora dos símbolos mato-grossenses e como sistematizadora de uma proposta para o ensino de História de Mato Grosso. Adiante, discute-se a importância da Universidade no processo de atualização da historiografia regional mato-grossense, mediante a inserção de novas fontes e novas abordagens, geralmente feitas por historiadores forasteiros²⁵.

No terceiro capítulo, *A História Regional: das leis aos conteúdos de ensino*, enfoca-se a trajetória sócio-histórica da disciplina escolar História de Mato Grosso cotejando a legislação e seu currículo escrito. A partir da análise dos livros didáticos, por meio dos conteúdos de ensino e finalidades educacionais, apresentam-se evidências de padrões de estabilidade e mudança nesta disciplina.

Por fim, na conclusão, são tecidas algumas considerações sobre os motivos da não-regulamentação da Lei Estadual n. 5.573/1990 e os protestos que a elite local, representados pela Academia Mato-grossense de Letras (AML) e IHGMT, fizeram/fazem porque não aceitam a paralisia do Governo Estadual sobre o tema.

²⁵ Entende-se por historiadores forasteiros aqueles que nasceram e formaram-se fora do estado de Mato Grosso, porém construíram sua carreira profissional por aqui. Cf. BENFICA (2016).

1 “Oásis” brasileiro: o novo Mato Grosso

*Eu vou para o Oeste
Adeus, meu amor
O beijo que me deste
Levarei para onde for*

*Levo teu beijo comigo
Guardado em meu coração
Mas ao voltar, hei de te dar
Em troca de um beijo, um milhão*

*Teus lindos sonhos de agora
Realidade serão
Quando eu voltar, para pagar
Teu beijo que vale um milhão*

(*Marcha para o Oeste*, João de Barro e Alberto Ribeiro)

A canção de João de Barro¹ e Alberto Ribeiro², de 1938, permite exemplificar a imagem que o estado de Mato Grosso adquiriu na visão de parte da população brasileira nas últimas décadas. A natureza selvagem, com bichos ferozes e índios hostis, já não amedronta os aventureiros, pois animados estão com a promessa de uma vida mais próspera virar realidade. O Oeste tornou-se sinônimo de riqueza ao alcance de todos, um “oásis” de esperança, onde um milhão de dinheiro na mão recompensaria toda a saudade das pessoas amadas.

Durante os dois primeiros séculos de sua formação, o estado de Mato Grosso foi visto pela sociedade do litoral como um lugar longínquo, quase inacessível e perigoso, pois incivilizado, para aqueles que quisessem se “aventurar” a explorá-lo (GALETTI, 2012): um enorme sertão³. Este estereótipo só seria alterado definitivamente na segunda metade do século XX, após a implantação pelo Governo Federal de programas de ocupação e

¹ Carlos Alberto Ferreira Braga, o João de Barro ou Braguinha, nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 1907. Foi um dos compositores de maior expressão na música popular brasileira. Sua discografia completa, que inclui versões e músicas compostas para histórias infantis, passa dos 400 títulos. Morreu no Rio de Janeiro (RJ), em 2006. *DICIONÁRIO Cravo Albin da Música Popular Brasileira*. Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/braguinha/dados-artisticos>. Acesso em: 18 jun. 2019.

² Alberto Ribeiro da Vinha nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 1902. Foi médico, compositor e cantor. Em parceria com João de Barro, o Braguinha, compôs algumas das mais famosas marchas carnavalescas do Brasil. Morreu no Rio de Janeiro (RJ), em 1971. *DICIONÁRIO Cravo Albin da Música Popular Brasileira*. Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/alberto-ribeiro/dados-artisticos>. Acesso em: 18 jun. 2019.

³ Sertão, para as elites governantes do Brasil durante os três primeiros séculos de formação, define os extensos “espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura” (AMADO, 1995, p. 149). Com o advento do regime republicano brasileiro, tal definição, além de mantida, foi ampliada e aprofundada.

colonização dos “vazios geográficos”⁴ brasileiros. No entanto, assim que o almejado incremento populacional e desenvolvimento econômico surgiam no horizonte, as elites locais, temendo perder o controle político sobre seu território, reativaram os discursos sobre a identidade mato-grossense para, assim, garantir a *primazia do mando*⁵ (ZORZATO, 1998).

Neste capítulo, dedicado à contextualização do tema de pesquisa, busca-se apresentar uma síntese da história da colonização recente no estado de Mato Grosso, com enfoque nas consequentes transformações na cultura mato-grossense, bem como os conflitos causados pelo choque entre a cultura dos nativos e a cultura dos migrantes.

1.1 Colonização recente no estado de Mato Grosso

Para a maioria das pessoas, falar sobre colonização⁶ recente no Brasil pode causar algum tipo de estranhamento, mas não para quem vive e/ou viveu no estado de Mato Grosso⁷. Quando se estuda a colonização do território nacional, os livros didáticos de História remetem-nos, geralmente, aos primeiros tempos do Brasil, quando os primeiros portugueses desembarcaram nestas terras. No entanto, quando se focaliza o estado de Mato Grosso, a historiografia nos diz que, nesta porção do território nacional, foram diversos movimentos de colonização, em diversos momentos históricos, sob a responsabilidade dos mais diversos agentes.

Nos tempos da Colônia, a partir do século XVIII, tivemos os bandeirantes, com sua ambição por capturar indígenas e/ou encontrar minerais preciosos, formando o primeiro núcleo populacional da região: Cuiabá⁸. Nos tempos do Império, foi a vez dos herdeiros da

⁴ A noção de vazio demográfico, segundo Maciel (1998, p. 167), era utilizada para definir os espaços onde havia “ausência de uma população disciplinada, habituada ao trabalho ordenado e regular, com moradia fixa, capaz de tomar em suas mãos a defesa do território contra os interesses dos países vizinhos”. Nesta concepção, as populações indígenas foram consideradas parte do espaço natural, mais um elemento da fauna regional.

⁵ Para Zorzato (1998, p. 36), a primazia do mando pode ser pensada como o esforço de “os herdeiros, selecionar e apropriar-se de supostos papéis atribuídos a seus antepassados, e, através desta memória, novamente distinguir-se dos demais cidadãos e continuar com o controle”.

⁶ O conceito de colonização pode ser definido como “um fenômeno de expansão humana pelo planeta, que desenvolve a ocupação e o povoamento de novas regiões”, no qual “colonizar está intimamente associado a cultivar e ocupar uma área nova, instalando nela uma cultura preexistente em outro espaço” (SILVA; SILVA, 2009, p. 67, grifo do original). Geralmente, a colonização apresenta-se como um “processo de ocupação e valorização de áreas disponíveis para o povoamento e exploração econômica [...], um processo indissociável da migração [que] envolve múltiplos condicionantes de natureza econômica e social, e também causas subjetivas, de difícil avaliação” (MORENO, 2005, p. 52-53).

⁷ Por colonização recente entende-se a colonização efetivada em Mato Grosso a partir do movimento de expansão da fronteira agrícola ocorrido na segunda metade do século XX.

⁸ Cidade fundada em 8 de abril de 1719, por Paschoal Moreira Cabral. Criado e instalado em 6 de julho de 1726, pelo capitão-general da capitania de São Paulo Rodrigo Cesar de Menezes. A 1º de janeiro de 1727, Cuiabá recebe o foro de vila por determinação do Capitão-General de São Paulo, passando a se chamar Villa do Senhor Bom Jesus do Cuyabá. Em 17 de setembro de 1818, por Carta Régia de D. João VI, a Villa de Cuiabá é elevada à

Guerra do Paraguai (1864-1870) que, após o término do conflito, decidiram fixar suas raízes em território mato-grossense⁹. Mas é nos tempos da República, a partir da década de 1930, com o movimento conhecido como *Marcha para o Oeste*, que o processo toma outros contornos que conferem singularidade ao movimento de colonização do estado de Mato Grosso.

Vale dizer que, até o final do século XIX, o território mato-grossense (formado, até 1943, pelos atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e parte de Rondônia) estava parcialmente ocupado; os núcleos populacionais mais abundantes localizavam-se nos arredores de Cuiabá, onde se estabeleceram as primeiras povoações de Mato Grosso. E, como aconteceu em outras regiões do Brasil, o processo de ocupação das terras mato-grossenses esteve associado à exploração de algum produto que tivesse aceitação no mercado externo: ouro, diamante, açúcar, pecuária, poaia¹⁰, erva-mate¹¹ e borracha¹² (PIAIA, 2003).

Ainda, é importante considerar que o estado de Mato Grosso há tempos tem sido habitado por populações distintas: indígenas, camponeses posseiros, extrativistas, ribeirinhos, entre outros. Deste modo, o emprego do termo *ocupar*, e seus derivados, representa um movimento que rejeita as populações nativas desta região. Isso porque a expressão “ocupar”, usada especialmente por agentes do governo e empresas colonizadoras, foi associada, com frequência, ao termo *vazio demográfico*, visando a atrair pessoas dispostas a desbravar os *sertões* do Brasil, com a missão de levar a *civilização* às regiões consideradas *desabitadas*, quando não habitadas por pessoas apresentadas como vivendo nos limites da *barbárie*¹³.

categoria de cidade. A partir de 1823, por decisão do imperador D. Pedro I, Cuiabá passou a ser capital da província de Mato Grosso (FERREIRA, 2014).

⁹ Sobre a migração paraguaia à Província de Mato Grosso, após o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870), Cf. PERARO (2000).

¹⁰ A poaia (*Cephaeles ipecacuanha*), nativa na região entre as bacias dos rios Paraguai e Guaporé, “é uma raiz de um pequeno arbusto, rica em emetina [alcaloide], substância que compõe os ingredientes de diversos medicamentos fabricados para a cura da coqueluche, bronquite e até mesmo dissenteria” (SIQUEIRA, 2002, p. 107).

¹¹ A erva-mate (*Ilex paraguariensis*), nativa na porção central da bacia platina, é uma planta que, a partir da infusão de suas folhas e ramos tostados e moídos, se produz diversos tipos de bebidas de alto valor nutritivo, amplamente consumida pelas populações daquela região (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990).

¹² A borracha é produzida a partir da coagulação do látex que se obtém após a escarificação do tronco da seringueira (*Hevea brasiliensis*), árvore nativa na região amazônica. Em Mato Grosso, além da borracha do látex da seringueira, foi produzida a borracha do látex da mangabeira (*Hancornia speciosa*), extraído na porção inicial da bacia do rio Paraguai (SIQUEIRA, 2002).

¹³ Pesquisadores como Moreno (1999), Guimarães Neto (2002), Joanoni Neto (2007) e Barrozo (2008) tratam o processo de colonização recente do estado de Mato Grosso como um movimento de reocupação do território estadual, pois são críticos à noção de espaços vazios, que desconsidera os habitantes nativos (indígenas, camponeses posseiros, extrativistas, ribeirinhos, entre outros) neste processo.

O governo de Getúlio Vargas¹⁴ (1930-1945) foi marcado pelo incentivo à urbanização e à industrialização do país, que, no campo da economia, acabou subordinando as atividades agrícolas às necessidades do capital urbano-industrial. Isso, em certa medida, “representou a derrota parcial das oligarquias e do modelo econômico primário-exportador” e a articulação de “um novo projeto econômico para o Brasil, comandado pelas forças políticas da burguesia urbana” (PIAIA, 2003, p. 26). Como resultado, a economia rural brasileira, aos poucos, foi se transformando em fornecedora de produtos primários de origem agropecuária para a economia urbana, bem como consumidora de produtos industrializados e do excedente populacional das regiões mais desenvolvidas.

No campo social, o Governo Federal passou a limitar a entrada de imigrantes estrangeiros no país, estabelecendo cotas para cada nacionalidade¹⁵. Em substituição à imigração estrangeira, redimensionou os fluxos migratórios do Nordeste para o Centro-Sul do Brasil, especialmente para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Desde que assumiu a presidência da República, “Getúlio Vargas explicitou em seus discursos a preocupação com o Centro-Oeste e a Amazônia, regiões que, na sua concepção, precisavam ser integradas ao Brasil, necessitando para isso de uma política de povoamento e de viabilização da infraestrutura” (BARROZO, 2008, p. 17).

Ao final da década de 1930, com a implantação do Estado Novo (1937-1945)¹⁶, o Presidente Vargas, por meio de uma série de discursos nacionalistas, “passou a enfatizar a

¹⁴ Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja (RS), em 1882. Formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1907. Atuou na política gaúcha e nacional, tornando-se, pelo estado do Rio Grande do Sul, Deputado Estadual por dois mandatos (1909-1913 e 1917-1924), Deputado Federal (1924-1926), Governador (1928-1930) e Senador (1946-1951). Ocupou o cargo de Ministro da Fazenda (1926-1927) no governo do Presidente Washington Luís e, anos depois, tornou-se Presidente da República após o movimento revolucionário de 1930. Entre 1937 e 1945 governou o país sob um regime autoritário e centralizador, orientando-se cada vez mais para a intervenção estatal na economia e para o nacionalismo econômico. Em 1950, venceu as eleições e, no ano seguinte, assumiu novamente a presidência da República, porém não concluiu seu mandato. Suicidou-se no Rio de Janeiro (RJ), em 1954 (ABREU, 2001).

¹⁵ O governo de Getúlio Vargas (1930-1945) ocorreu concomitante ao desenrolar da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nesta época, houve a propagação de teorias eugenistas (de aprimoramento da raça) e higienistas (de saneamento da sociedade) no Brasil. O Governo Federal desenvolveu mecanismos de controle estatal sobre as imigrações, visando a dificultar a entrada de grupos sociais considerados indesejados, com exceção do branco europeu, adotando restrição aos asiáticos e proibição aos africanos: “A queda na entrada de imigrantes passou a servir também de justificativa para a promoção ou imposição de deslocamentos de brasileiros de uma região para outra, servindo aos interesses da exploração econômica do trabalhador ou da simples desocupação e concentração fundiária.” (AGUILAR FILHO, 2011, p. 59-60). As restrições da entrada de estrangeiros no território brasileiro (Lei de Cotas) estão inscritas na Constituição Brasileira de 1934, no parágrafo 6º do artigo 121, e mantidas no artigo 151 da Constituição Brasileira de 1937.

¹⁶ O Estado Novo foi um período autoritário da história do Brasil, que durou de 1937 a 1945. Foi instaurado por um golpe de Estado que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas à frente do governo central, tendo a apoiá-lo importantes lideranças políticas e militares. O regime do Estado Novo, instaurado pela Constituição Brasileira de 1937, trouxe para a vida política e administrativa brasileira as marcas da centralização e da supressão dos direitos políticos. Foram fechados o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras municipais. Os governadores que concordaram com golpe do Estado Novo permaneceram no poder, mas os que se opuseram

necessidade de ocupação dos ‘vazios demográficos’ do Centro-Oeste e da Amazônia Meridional, integrando-os ao território nacional e tornando-os produtivos para o mercado nacional e internacional” (BARROZO, 2008, p. 18). Portanto, em 1938, lançou a *Marcha para o Oeste*, um programa que, entre outros objetivos, pretendia “fazer com que as fronteiras econômicas e políticas convergissem e, para isso, era necessário que a nação se constituísse territorialmente num bloco homogêneo” (SIQUEIRA, 2002, p. 229). Entra em jogo, como suporte ideológico, a construção de uma identidade nacional que lança mão da *mitologia bandeirante*¹⁷ como modelo simbólico da tarefa de conquista do Oeste brasileiro. Nas palavras do Presidente Vargas, em discurso lido no Palácio da Guanabara e transmitido pela Rádio Nacional para todo o país nas últimas horas do dia 31 de dezembro de 1937: “O verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para o Oeste” (VARGAS, 1938, p. 124).

Foram instalados “pontos avançados de colonização” dirigidos pelo Governo Federal – que formulou diretrizes, administrativamente centralizadas, inspiradas na ótica nacionalista – com a finalidade de ocupar os “espaços vazios” do Oeste e da Amazônia¹⁸, para criar no “novo espaço” a “nova ordem social” (SOUZA, 2004, p. 36). Esperava-se, como isso, provocar o esvaziamento dos centros urbanos com maior densidade demográfica, localizados no litoral brasileiro, remanejando esses contingentes populacionais para o interior do país, especialmente Mato Grosso.

foram substituídos por interventores diretamente nomeados por Getúlio Vargas. Os militares tiveram grande importância no novo regime, definindo prioridades e formulando políticas de governo, em particular nos setores estratégicos, como siderurgia e petróleo. Em linhas gerais, o regime propunha a criação das condições consideradas necessárias para a modernização da nação: um Estado forte, centralizador, interventor, agente fundamental da produção e do desenvolvimento econômicos. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, [s.d.], [n.p.]).
¹⁷ Por *mitologia bandeirante* entende-se um conjunto de representações sobre o bandeirante que o caracteriza como o construtor da nacionalidade através da expansão territorial por ele promovida e como o símbolo do caráter paulista. Cf. ABUD (1986).

¹⁸ Em 1943, o Governo Federal promoveu a *Batalha da Borracha*, transferindo cerca de 50 mil trabalhadores nordestinos, especialmente cearenses, para os seringais da Amazônia. Como parte dos *Acordos de Washington*, firmados entre os anos de 1943 e 1945, o Brasil forneceria matérias-primas estratégicas aos Estados Unidos, tais como a borracha e alguns minerais, em troca receberia material bélico, financiamento para programas de saneamentos e abastecimento alimentar. Visando a controlar a produção e racionalizar a migração para a Amazônia, foi criada uma série de instituições e organizações, dentre as quais destacam-se o *Banco de Crédito da Borracha* (BCB), o *Serviço Especial de Saúde Pública* (SESP), o *Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia* (SEMTA) e, mais tarde, a *Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia* (CAETA), o *Instituto Agrônomo do Norte*, a *Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico* (SAVA) e o *Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará* (SNAAPP). Os nordestinos recrutados, chamados de *soldados da borracha*, pois receberam *status* de combatentes de guerra, acreditavam na possibilidade de uma vida melhor numa região para a qual se antevia um futuro promissor. No final das contas, estima-se que cerca de vinte mil migrantes morreram nos seringais, mortes provocadas principalmente pela malária e pela fome (GUILLEN, 1997).

Os colonos preferidos foram os migrantes da região Sul¹⁹ do Brasil, pois possuíam, segundo a visão reformista de [Getúlio] Vargas, uma mentalidade empresarial, europeia e, sobretudo, porque estes migrantes, além da experiência que possuíam no trato com a terra, traziam, quase sempre, um pecúlio que os auxiliaria na organização inicial do empreendimento. (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990, p. 255).

Ao assumir a chefia do Poder Executivo Federal, Getúlio Vargas determinou a extinção dos mandatos eletivos de todos os presidentes dos estados, o fechamento do Congresso Nacional e de todas as Assembleias Legislativas estaduais e Câmaras municipais. Para substituir os presidentes dos estados, nomeou interventores federais. Em Mato Grosso, até 1937, vários interventores foram nomeados, todos com curtos períodos de administração, conforme exposto no quadro 2:

Quadro 2 – Interventores de Mato Grosso

INTERVENTOR	OCUPAÇÃO	NATURALIDADE	ANO DE POSSE	PERÍODO DE ATUAÇÃO
Sebastião Rabello Leite	Militar	Cuiabá-MT	1930	4 dias
Antonino Mena Gonçalves	Militar	Rosário-RS	1930	5 meses e 21 dias
Artur Antunes Maciel	Engenheiro Civil	Pelotas-RS	1931	1 ano e 52 dias
Leônidas Antero de Matos	Advogado	Cuiabá-MT	1932	2 anos e 180 dias
César de Mesquita Serva	Diplomata	Salvador-BA	1934	2 meses e 24 dias
Fenelon Müller	Engenheiro Civil	Cuiabá-MT	1935	5 meses e 20 dias
Newton de Andrade Cavalcanti	Militar	Palmeira dos Índios-AL	1935	10 dias
Mário Corrêa da Costa	Médico	Cuiabá-MT	1935	1 ano e 182 dias
Manuel Ari da Silva Pires	Militar	Rio de Janeiro-RJ	1937	6 meses e 4 dias
Júlio Strübing Müller	Professor	Cuiabá-MT	1937	8 anos e 47 dias

Fonte: CAVALCANTE (2013)

Durante o Estado Novo, Mato Grosso esteve sob chefia de Júlio Strübing Müller, interventor federal nomeado pelo Presidente Vargas, em 24 de novembro de 1937. Os projetos de colonização implantados no estado ocorreram durante sua gestão e, então, a parte que

¹⁹ Em 1940, o IBGE elaborou uma proposta de divisão regional do Brasil que, além dos aspectos físicos, levasse em consideração os aspectos socioeconômicos. As unidades federadas ficaram agrupadas em cinco grandes regiões, a saber: Norte (Amazonas, Maranhão, Pará, Piauí e Território do Acre), Nordeste (Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), Leste (Bahia e Espírito Santo), Centro (Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais) e Sul (Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo) (BENEDICTO, MARLI, 2017).

competia ao Governo Estadual esteve sob sua responsabilidade. Júlio Müller foi o interventor federal que mais tempo permaneceu no poder. Isso pode ser explicado, possivelmente, pelo fato de ele ser irmão de Filinto Müller,²⁰ chefe da Polícia do Distrito Federal e homem de confiança do Presidente Getúlio Vargas. Júlio Müller também era irmão de Fenelon Müller, interventor federal nomeado em 1935.

Para implementar a política de integração econômico-territorial, o Governo Federal criou uma série de órgãos públicos (Institutos, Departamentos, Conselhos etc.), que passaram a coordenar e dirigir o funcionamento da economia. Faziam parte desta política, para o sucesso da *Marcha para o Oeste*, “algumas medidas elementares como pré-requisitos para a ocupação [de Mato Grosso]: construção de estradas, saneamento, educação e transportes” (SOUZA, 2004, p. 35).

Desde o início da República, o Governo Federal entendeu que era necessário estimular o povoamento e/ou ocupação territorial na fronteira Oeste do Brasil, especialmente com Uruguai, Paraguai, Argentina e Bolívia, pois a Guerra do Paraguai (1864-1870) havia demonstrado a vulnerabilidade dessa região. Diante disso, o poder público esforçou-se em gerar uma corrente migratória para o interior do Brasil, promulgando várias leis com o objetivo de aumentar a população nesta região.

Com Getúlio Vargas, a primeira iniciativa nessa direção foi a criação dos *núcleos coloniais*²¹, uma reunião de lotes medidos e demarcados pela União, Estados, Municípios e por empresas particulares, destinados a abrigar agricultores em pequenas propriedades rurais. Os núcleos coloniais serviram de base à implantação dos grandes projetos de colonização, as *Colônias Agrícolas Nacionais*.

Por meio do Ministério da Agricultura, foram criadas as *Colônias Agrícolas Nacionais*²², destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que apresentassem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros. Minuciosamente planejadas, as *Colônias* tiveram sua fundação, instalação e manutenção, bem como a construção e conservação das estradas de acesso, custeadas pela União. Conforme o Decreto-lei n.

²⁰ Filinto Müller nasceu em Cuiabá (MT), em 1900. Militar, formou-se pela Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro (RJ), em 1922. Quando Chefe da Polícia do Distrito Federal (1933-1942), ganhou repercussão internacional o caso da judia alemã Olga Benário, militante comunista e esposa de Luís Carlos Prestes, que por sua ordem foi deportada para um campo de concentração nazista na Alemanha, onde foi executada em 1942. Atuou na política mato-grossense e nacional, tornando-se Senador pelo estado do Mato Grosso (1947-1951 e 1955-1973). Em 1950, disputou a eleição para o governo de Mato Grosso, mas foi derrotado. Morreu em Paris (França), em 1973 (ABREU, 2001).

²¹ Decreto-lei Federal nº 2.009, de 09 de fevereiro de 1940.

²² Decreto-lei Federal n. 3.059, de 14 de fevereiro de 1941.

3.059/1941, nas *Colônias* seriam mantidas escolas primárias para alfabetização de todas as crianças em idade escolar. Ao todo, entre 1941 e 1944, foram criadas sete *Colônias Agrícolas Nacionais*, sendo uma delas instalada no estado de Mato Grosso.

Segundo Lenharo (1986, p. 50), “as colônias agrícolas nacionais funcionariam como viveiros de trabalhadores disciplinados e produtivos”. Para garantir a ordem, foi implantado um rígido controle disciplinar sobre os trabalhadores, que poderiam perder sua terra se “por sua má conduta tornar-se elemento de perturbação para a Colônia”. Nas *Colônias Agrícolas Nacionais* “o pé descalço, a camisa fora da calça, cachimbo de barro, o aguardentismo, o jogo, foram coisas banidas” (LENHARO, 1986, p. 50).

Em Mato Grosso, foi criada a *Colônia Agrícola Nacional de Dourados*²³, “que atraiu milhares de migrantes pobres oriundos de Minas Gerais, do interior de São Paulo e principalmente dos estados do Nordeste, predominando entre eles os baianos” (BARROZO, 2008, p. 18). Apesar de implantada depois, em 1948, era um “projeto [que] tinha como meta a expansão da pequena propriedade, como forma de diversificação da produção nacional, a partir do desenvolvimento da indústria nacional” (MORENO, 1999, p. 75). Vale dizer que, na época, suas terras foram demarcadas em região desmembrada do estado de Mato Grosso, o Território Federal de Ponta Porã: o objetivo do Presidente Vargas era atrair migrantes sulistas e nordestinos, que se dedicariam à pecuária e agricultura, no recém-criado Território Federal (SIQUEIRA, 2002, p. 231).

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, motivou o Governo Federal, visando ao “fortalecimento de seus domínios nas áreas de fronteira” (MORENO, 1999, p. 75), a desmembrar seis territórios em regiões estratégicas para administrá-los diretamente. Destes, dois foram instalados no estado de Mato Grosso: o Território Federal de Guaporé²⁴, na fronteira norte, atual estado do Rondônia, e o Território Federal de Ponta Porã²⁵, na fronteira sul, atual estado de Mato Grosso do Sul, nas terras outrora controladas pela *Companhia Mate Laranjeira*²⁶.

²³ Decreto-lei Federal n. 5.941, de 28 de outubro de 1943.

²⁴ O Congresso Nacional, em homenagem ao mato-grossense Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, pela Lei Federal n. 2731, de 17 de fevereiro de 1956, mudou a denominação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia. Anos depois, pela Lei Complementar Federal n. 41, de 22 de dezembro de 1981, este Território Federal foi elevado a condição de estado de Rondônia.

²⁵ A Constituição Brasileira de 1946, promulgada em 18 de setembro do corrente ano, extinguiu o Território Federal de Ponta Porã, reincorporando-o ao estado de Mato Grosso.

²⁶ A *Companhia Mate Laranjeira*, criada por Tomás Laranjeira, em 1891, foi uma empresa brasileira que monopolizou a extração da erva-mate na região Sul de Mato Grosso (fronteira entre Brasil e Paraguai) para exportação, especialmente, para a Argentina. Era detentora de extraordinária riqueza (possuía seus próprios portos fluviais, estradas de terra, ferrovias e instalações para construção e reparo de veículos e embarcações, além de ter fundado as cidades de Porto Murtinho-MS e Guaiá-PR), resultado dos lucros obtidos com as

Em seus discursos oficiais, transmitidos pelas ondas do rádio, o Presidente Vargas promoveu intensa propaganda²⁷ sobre a *Marcha para o Oeste*, as *Colônias Agrícolas Nacionais*, bem como sobre a *Expedição Roncador-Xingu*²⁸, que foi criada “tendo como objetivo principal conhecer e desbravar as áreas que aparecem em branco nos mapas” (SOUZA, 2004, p. 42). A *Expedição*, partindo de Uberlândia (Minas Gerais) em direção à Serra do Roncador e, logo depois, à região do Alto Xingu, ambos no estado de Mato Grosso, na concepção do Governo Federal, provocariam “um novo movimento colonizador que, partindo de São Paulo, adentrasse o território mato-grossense e amazônico” (SIQUEIRA, 2002, p. 230). A *Expedição*, naquele mesmo ano, foi integrada à *Fundação Brasil Central*.²⁹

A *Fundação Brasil Central* (FBC) tinha como principal objetivo “a exploração e a colonização de regiões ‘desconhecidas’” (MORENO, 1999, p. 76) e atuou nos terrenos do vale do rio Araguaia e rio Xingu, criando as condições necessárias para instalação de migrantes nesta região. Conduzida pelos Irmãos Villas Bôas, a FBC “passou a operar como uma empresa de civilização; abriu escolas, hospitais, estradas, colaborou na urbanização, ‘defendeu’ o índio das frentes de posseiros e fazendeiros” (LENHARO, 1986, p. 49). Vale dizer que as diversas etnias indígenas que habitavam a região foram vistas como um obstáculo ao projeto de implantação dos núcleos de povoamentos. A solução encontrada foi a demarcação de reservas para o recolhimento dos indígenas sobreviventes do contato com o “homem civilizado” e, assim, liberar as terras restantes para a expansão capitalista³⁰.

Como visto, o programa de colonização promovido em Mato Grosso pela *Marcha para o Oeste* ficou limitado à região sul (Dourados) e à região leste (rio Araguaia). A região

imensas concessões públicas para a exploração da erva-mate nativa, e poder político, interferindo, inclusive, nos rumos da política do estado de Mato Grosso. Em 1943, com o objetivo de enfraquecer a empresa e, ainda, impulsionar seu programa de colonização (*Marcha para o Oeste*), o Presidente Getúlio Vargas cancelou todas as concessões da *Companhia*, criou os Territórios Federais do Iguaçu e de Ponta Porã e o *Serviço de Navegação da Bacia do Prata*, que, posteriormente, incorporou todas as instalações portuárias e ferroviárias da *Companhia*: “a economia ervateira foi especialmente importante [em Mato Grosso] no período entre o final da guerra com o Paraguai (1870) e a década de 1960 [porque] esteve nessa época relacionada a todos os aspectos da vida social nessa região: migrações, costumes, atividades produtivas e comerciais, vias e meios de transporte, práticas políticas e, enfim, as políticas públicas em todos os níveis de governo – sem excluir a própria política exterior do estado nacional brasileiro, haja vista a situação fronteiriça da região considerada” (QUEIROZ, 2015, p. 205).

²⁷ Durante o Estado Novo, o órgão oficial de propaganda das obras do governo era o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, criado pelo Decreto-lei Federal n. 1.949, de 30 de dezembro de 1939.

²⁸ Portaria n. 77, de 03 de junho de 1943, da Coordenação da Mobilização Econômica, órgão diretamente subordinado ao presidente da República.

²⁹ Decreto-lei Federal n. 5.878, de 04 de outubro de 1943. A FBC foi extinta em 1967, quando da criação da Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), que recebeu todo seu acervo patrimonial e recursos orçamentários.

³⁰ Orlando Villas-Bôas (1914-2002), Cláudio Villas-Bôas (1916-1998) e Leonardo Villas-Bôas (1918-1961), sertanistas brasileiros, foram idealizadores de uma campanha para a proteção dos povos indígenas da região, que resultou na criação do Parque Nacional do Xingu, instituído pelo Decreto Federal n. 5.0455, de 14 de abril de 1961.

norte, para além de Cuiabá, não foi atingida pela política federal de colonização, “[...] embora o Governo Estadual tivesse reservado 200.000 ha [hectares] no vale do rio São Lourenço para esse fim” (MORENO, 1999, p. 76). A precariedade das estradas de rodagem foi, em grande medida, a responsável pela demora no loteamento das terras devolutas³¹ nas proximidades de Cuiabá. Na região ao norte de Mato Grosso (Amazônia), estes programas só seriam implantados muito mais tarde, especialmente a partir da década de 1970³².

A renúncia do Presidente Vargas, em 29 de outubro de 1945, representou uma interrupção dos programas de ocupação e colonização dirigidos pelo Governo Federal em Mato Grosso. Com a abertura democrática proporcionada pela Constituição Brasileira de 1946, o Governo Estadual assumiu a orientação da colonização do estado, mas dividindo a tarefa com o capital privado. As empresas particulares de colonização compravam extensas porções de terras públicas/devolutas a baixos preços e, depois, loteavam-nas e revendiam àqueles que dispusessem de algum dinheiro para investir na região. Ao mesmo tempo, o Governo Estadual promoveu uma política de regularização fundiária para legalização de antigas possessões particulares.

Algumas medidas legais foram tomadas para agilizar o processo de concessão e venda de terras públicas/devolutas a terceiros: em 1946, foi criado o *Departamento de Terras e Colonização* (DTC)³³, órgão responsável pelo controle e venda de terras públicas e concessão de títulos de propriedades; em 1947, foi criada a *Comissão de Planejamento da Produção* (CPP)³⁴, destinada a atrair e orientar as empresas colonizadoras no estado; e, em 1949, foi criado o *Código de Terras do Estado de Mato Grosso*³⁵ que, modificado várias vezes em anos posteriores, tinha como objetivo ampliar e modernizar o processo de venda de terras devolutas do estado.

³¹ São terras do Estado que, sob o ponto de vista jurídico, estão desocupadas. Porém, é comum estarem ocupadas por posseiros, que são pessoas que vivem nestas terras, mas não têm o seu título de propriedade.

³² Vale lembrar que, desde o início do século XX, o Governo Federal vinha incrementando o território mato-grossense com obras que atendiam ao interesse estratégico de povoamento e/ou ocupação e de integração das regiões oeste e amazônica ao território brasileiro. Entre 1907 e 1915, a *Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*, conhecida como *Comissão Rondon*, chefiada pelo oficial do Exército brasileiro Cândido Mariano da Silva Rondon, construiu uma linha telegráfica ligando Cuiabá a Santo Antônio do Madeira, atual Porto Velho, visando a apoiar as atividades produtivas da região, especialmente a extração do látex para a fabricação da borracha (ARANHA, 2012). Mais tarde, foram construídas duas ferrovias, a saber: ao norte, a *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*, inaugurada em 1912, ligando Porto Velho, na margem direita do rio Madeira, a Guajará-Mirim, na divisa com a Bolívia, destinada ao transporte da produção de borracha na bacia amazônica; e, ao sul, a *Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*, inaugurada em 1914, ligando Bauru, no interior de São Paulo, a Corumbá, também na divisa com a Bolívia, impulsionando o povoamento da porção sul do Estado de Mato Grosso, bem como a mudança do eixo econômico de Corumbá para Campo Grande (QUEIROZ, 2008).

³³ Decreto-lei Estadual n. 787, de 28 de setembro de 1946.

³⁴ Artigo 146 da Constituição do Estado de Mato Grosso de 1947.

³⁵ Lei Estadual n. 336, de 6 de dezembro de 1949.

A venda de terras públicas/devolutas foi, na verdade, uma estratégia para o aumento da receita estadual. Em detrimento à colonização de Mato Grosso por trabalhadores pobres migrantes de outros estados do Brasil, o Governo Estadual favoreceu os grupos econômicos (e políticos), que adquiriram terras a preços irrisórios, com o compromisso de assentar a infraestrutura necessária para a colonização (escolas, hospitais, estradas): “A política de colonização foi transformada num rendoso negócio de terras para a maior parte dos concessionários, que não cumpriram os contratos firmados com o estado e usaram a terra para especular em benefício próprio” (MORENO, 1999, p. 78).

[...] atente-se para os anos 50 [do século XX], época de livre exercício democrático e de atividades parlamentares, condições insuficientes, no entanto, para coibir os abusos relativos à farta distribuição da terra pública e a subsequente especulação do solo, fonte segura de acumulação para grandes capitalista e empresas do centro-sul, bem antes que o *boom* da penetração das multinacionais entrasse em evidência. (LENHARO, 1986, 47-48, grifo do original).

A partir de 1945, com a democratização da política do país, foram criados os primeiros partidos nacionais: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado por Getúlio Vargas; o Partido Social Democrático (PSD), formado por aliados de Getúlio Vargas; e a União Democrática Nacional (UDN), partido conservador de oposição a Getúlio Vargas e seus aliados. Em Mato Grosso, os grupos políticos que disputavam o controle estadual dividiram-se entre o PSD, liderado por Filinto Müller, e a UDN, liderada por Fernando Corrêa da Costa, parentes consanguíneos (Filinto Müller e Fernando Corrêa da Costa eram primos).

O quadro a seguir fornece informação sobre um padrão político que se estabeleceu neste período, no qual os cuiabanos passaram a controlar o executivo estadual. Dos sete governadores do Período Democrático (1945-1964), apenas três romperam com a tradição, o que significa que as pautas políticas e econômicas da região de Cuiabá se sobrepuseram em relação às das outras regiões do estado.

Quadro 3 – Governadores de Mato Grosso

GOVERNADOR	OCUPAÇÃO	NATURALIDADE	PARTIDO	ANO DE POSSE	PERÍODO DE ATUAÇÃO
Olegário Moreira de Barros	Desembargador	Corumbá-MS	Intervenção	1945	9 meses e 20 dias
José Marcelo Moreira	Advogado	Cuiabá-MT	Intervenção	1946	7 meses e 20 dias
Arnaldo Estêvão de Figueiredo	Engenheiro Agrônomo	Rosário Oeste-MT	PSD	1947	3 ano e 87 dias
Jari Gomes	Médico	Corumbá-MS	PSD	1950	7 meses
Fernando Corrêa da Costa	Médico	Cuiabá-MT	UDN	1951	5 anos
João Ponce de Arruda	Engenheiro Civil	Cuiabá-MT	PSD	1956	5 anos
Fernando Corrêa da Costa	Médico	Cuiabá-MT	UDN	1961	5 anos

Fonte: CAVALCANTE (2013)

De modo geral, é possível perceber que todos os governadores eleitos por Mato Grosso eram nativos do estado. Essa situação, com poucas exceções, mantém-se por todo o século XX. Importante dizer que João Ponce de Arruda era cunhado de Júlio Strübing Müller, interventor de Mato Grosso durante o Estado Novo e irmão de Filinto Müller.

A UDN e o PSD se revezavam no poder em Mato Grosso e adotaram o estilo clientelista como forma de atrair a adesão ao partido, bem como mecanismo para exercer uma forte influência no eleitorado mato-grossense. Esta forma de comando partidário foi bem evidenciada nas figuras políticas de Filinto Müller e Fernando Corrêa da Costa, pois os dois utilizavam essa política clientelista ao negociar junto as suas bases eleitorais as trocas de favores e o ingresso nos cargos públicos. (AMORIM, 2013, p. 91).

As lideranças da UDN e PSD intercalavam-se pelos membros de uma só família, que adotaram o controle dos cargos públicos como estratégia para recrutamento de aliados. Vagas de emprego no governo eram negociadas em troca de votos aos membros do partido. De outro modo, ao alterar o mandatário estadual, demitia-se todo o quadro do funcionalismo público colocado pelo adversário derrotado, substituindo-o por apadrinhados políticos, demonstrando que o clientelismo não desapareceu em Mato Grosso.

Com o DTC não foi diferente, pois passou a ser gerido por interesse político. O controle dos cargos públicos impossibilitava a fiscalização do órgão responsável pela venda de terras públicas e concessão de títulos de propriedades. A maioria de seus funcionários eram comissionados “sem nenhum preparo técnico e domínio do aparato legal”. No final das contas, a marca indelével do DTC foi a corrupção e a gestão fraudulenta, obrigando a

paralisação de suas atividades por diversas vezes: “[...] o reordenamento fundiário no Estado, no período de 1950 e 1964, teve como marca a venda indiscriminada de terras devolutas e sua utilização nas disputas eleitorais, servindo como premiação ou pagamento de favores políticos” (MORENO, 1999, p. 78).

Para piorar, o DTC adotou como prática a venda de uma mesma área para diferentes compradores (*beliches fundiários*) ou, então, a venda de títulos falsos (*títulos voadores*) que mais tarde seriam legitimados pelo próprio Governo Estadual sobre alguma “terra desocupada”. Depois de muitas denúncias, em 1966, o órgão foi extinto, mas isso não representou grande abalo à especulação sobre a terra em Mato Grosso, pois coincidiu como o início da intervenção federal sobre os negócios agrários na Amazônia³⁶.

[...] a decisão de fechar o órgão de terras, que não conferia confiabilidade a qualquer investidor, combinava com a política de desenvolvimento para a Amazônia, iniciada em 1964 pelos governos militares, ocasião em que ocorreu a redistribuição da terra a uma classe privilegiada, (empresários nacionais e estrangeiros). Isto era condição necessária aos empreendimentos idealizados, como pode ser confirmado mais tarde com a federalização de 64% das terras devolutas sob a jurisdição do Estado³⁷. (MORENO, 1999, p. 80).

O retorno de Getúlio Vargas à presidência da República (1951-1954) marca a retomada da participação do Governo Federal na política de ocupação de terras no interior do Brasil, mas dessa vez com foco na Amazônia. Em 1953, foi criada a *Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia* (SPVEA)³⁸, órgão diretamente subordinado à Presidência da República e dotado de autonomia administrativa, com o objetivo de elaborar e conduzir um plano de desenvolvimento para a região amazônica. Sua missão era “aproveitar de maneira mais racional as várzeas, modernizar os portos e a frota mercante da Amazônia, melhorar as condições de saúde e educação da população regional” (BARROZO, 2008, p. 17-18). No entanto, o plano não obteve o sucesso esperado.

³⁶ O DTC foi fechado definitivamente, em 1966, ficando a atribuição de expedição de títulos de propriedades, até 1975, sob a responsabilidade da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Neste ano, em substituição ao DTC, foi criado o Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT).

³⁷ Decreto-lei Federal n. 1.164, de 1º de abril de 1971, que declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal (atualmente Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão).

³⁸ Lei Federal n. 1.806, de 6 de janeiro de 1953. A SPVEA foi extinta em 1966, quando da criação da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), alterando substancialmente as suas funções.

O governo de Juscelino Kubitschek³⁹ (1956-1961) manteve a política de interiorização da população brasileira promovida pela *Marcha para o Oeste*. Neste contexto, houve a construção de Brasília, bem como a construção de rodovias ligando a nova sede do Governo Federal do Brasil às principais cidades do Centro-Sul e à região amazônica, destacando-se as rodovias Belém-Brasília (BR-153) e Brasília-Acre (BR-364).

A construção de Brasília tornou-se “como um símbolo desse desenvolvimentismo, elemento necessário para a ocupação efetiva do território e o deslocamento populacional da costa” (SOUZA, 2004, p. 45). Milhares de nordestinos (chamados de *cangangos*) migraram para o Planalto Central para trabalharem na construção da nova sede do Governo Federal do Brasil, sendo dispensados logo após a conclusão das principais obras públicas. Abandonados à própria sorte, muitos destes trabalhadores seguiram para o Norte pela rodovia Belém-Brasília, onde ocuparam terras devolutas e/ou desocupadas nos estados de Goiás e do Pará. Outros tantos migraram para o estado de Mato Grosso, na esperança de conquistarem um pedaço de terra para plantar. Porém, no encalço dos migrantes pobres seguiam-se os fazendeiros e madeireiros: “Vislumbra-se já nesse momento a valorização das terras com as construções de Brasília e da rodovia Belém-Brasília pelo governo [Juscelino] Kubitschek” (MORENO, 1999, p. 78).

Com a instauração da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), o Governo Federal adotou uma nova orientação à ocupação das terras mato-grossenses. Na área econômica, “através de incentivos fiscais e crédito facilitado, privilegia a instalação de amplos latifúndios, cujos proprietários eram, na maioria das vezes, empresários do Centro-Sul do Brasil” (PIAIA, 2003, p. 28). Na área política, em 1966, lançou *Operação Amazônia*, que, orientada pela *doutrina de segurança nacional*,⁴⁰ tinha como objetivo principal ocupar os “espaços vazios” da região, defendendo-a da cobiça de potências estrangeiras e/ou de organizações subversivas: “A concepção do governo era [de] que a Amazônia era desabitada, sendo considerada pelo

³⁹ Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu em Diamantina (MG), em 1902. Formou-se em medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1927. Atuou na política mineira e nacional, tornando-se, pelo estado de Minas Gerais, Deputado Federal (1935-1937 e 1946-1950) e Governador (1951-1955). Foi Presidente da República (1956-1961), implantando seu Plano de Metas (50 anos de progresso em 5 anos de realizações), que previa investimentos do governo nos setores da energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília (meta-síntese). Encerrou a carreira política como Senador pelo estado de Goiás (1961-1964), quando teve seu mandato cassado pela Ditadura Militar. Morreu em Resende (RJ), em 1976 (ABREU, 2001).

⁴⁰ Decreto-lei Federal n. 314, de 13 de março de 1967. Criada no contexto da *Guerra Fria* (1947-1991), período de disputa pela hegemonia mundial entre os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), tinha como objetivo principal identificar e eliminar os “inimigos” (comunistas) da Ditadura Militar do Brasil. Seus princípios foram formulados pelos quadros da Escola Superior de Guerra (ESG).

governo como um ‘vazio demográfico’, onde pouco se produzia além de não estar integrada ao Brasil” (BARROZO, 2008, p. 19).

Entre as décadas de 1960 e 1970, o Governo Federal criou uma série de órgãos públicos com objetivo de viabilizar a ocupação produtiva e integração da Amazônia e do Centro-Oeste ao restante do Brasil, entre os quais destacam-se o *Banco da Amazônia S.A.* (BASA)⁴¹, a *Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia* (SUDAM)⁴², a *Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste* (SUDECO)⁴³ e o *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (INCRA)⁴⁴. Além destes, os militares criaram diversos programas federais, conforme quadro a seguir.

Quadro 4 – Programas de Desenvolvimento Regional

ANO	POLO/PROGRAMA	OBJETIVOS
1970	PIN – Programa de Integração Nacional ⁴⁵	- Financiar obras de infraestrutura: construção de estradas e viabilizar a colonização às suas margens; - Integração das áreas amazônicas e nordestinas à nacional.
1971	PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste ⁴⁶	- Promover o acesso do homem a terra; - Criar condições de emprego da mão-de-obra no campo; - Fomentar as agroindústrias nas regiões da SUDAM e SUDENE; - Produção de forrageiras, fibras, criação de animais e produção de alimentos; - Atender a projetos de colonização particular, empréstimos fundiários, financiamentos da agroindústria e assistência técnica à modernização das propriedades rurais, através do BASA e do Banco do Brasil.
1971	PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste ⁴⁷	- Integrar a Região Centro-Oeste às demais áreas consideradas desenvolvidas, colocando infraestrutura para atividades agropecuárias, abertura de estradas vicinais e saneamento básico. Estava em consonância com o I PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.
1972 (I) 1977 (II) 1981 (III)	PROBOR – Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal ⁴⁸	- Aumentar a produção e produtividade do setor de borracha vegetal; - Criar condições para a consolidação e expansão da heveicultura no país, com a gradativa substituição do

⁴¹ Lei Federal n. 5.122, de 28 de setembro de 1966.

⁴² Lei Federal n. 5.173, de 27 de outubro de 1966.

⁴³ Lei Federal n. 5.365, de 1º de dezembro de 1967.

⁴⁴ Decreto-lei Federal n. 1.110, de 9 de julho de 1970.

⁴⁵ Decreto-lei Federal n. 1.106, de 16 de junho de 1970.

⁴⁶ Decreto-lei Federal n. 1.179, de 6 de julho de 1971.

⁴⁷ Decreto-lei Federal n. 1.192, de 8 de novembro de 1971.

⁴⁸ Decreto-lei Federal n. 1.232, de 17 de julho de 1972 (I); Resolução n. 33, de 3 de outubro de 1977, do Conselho Nacional da Borracha, órgão do Ministério da Indústria e do Comércio (II); Decreto Federal n. 85.929, de 23 de abril de 1981 (III).

		seringal nativo pelo de cultivo racional.
1974	POLOAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia ⁴⁹	- Promover a ocupação de “espaços vazios” na Amazônia Legal; - Promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, sob a coordenação do Ministério do Interior, em 15 áreas selecionadas da Amazônia Legal; apoio aos colonos, orientando aplicações dos investimentos em projetos de infraestrutura econômica e sociais, além de ordenar a ocupação espacial de acordo com a vocação e condições ecológicas regionais.
1975	POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados ⁵⁰	- Transformar os cerrados em área de expansão de frentes comerciais a partir do Centro-Oeste e Oeste de Minas Gerais. Sua meta era incorporar 3,7 milhões de hectares ao setor produtivo nas áreas de agricultura, pecuária e florestas. Suas ações preconizavam apoio à infraestrutura (armazenamento, estradas rurais, eletrificação e assistência técnica etc.).
1981	POLONOROESTE – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil ⁵¹	- Promover a adequada ocupação demográfica e econômica de pequenos produtores da região, favorecendo a redução das disparidades de desenvolvimento, assegurar a preservação do sistema ecológico e proteção das comunidades indígenas.

Fonte: Adaptado de SOUZA (2004, p. 76-77)

Na década de 1970, o Brasil passou pelo período mais repressivo da Ditadura Militar, conhecido como *Anos de Chumbo*, marcado pela perseguição política e violação dos direitos humanos. Na economia, o *Milagre Brasileiro* não conseguiu melhorar a situação da classe trabalhadora urbana, corroída pela inflação crescente e pela má distribuição de renda no país. No campo, a modernização da agricultura provocou o desemprego camponês, alçando o êxodo rural a números jamais vistos: “O *Milagre Brasileiro* se caracterizou pelo arrocho salarial para os pobres, concentração de renda para os ricos, financiamento e crédito para a classe média” (SOUZA, 2004, p. 47, grifo do original).

O *Programa de Integração Nacional* (PIN)⁵², entre outros objetivos, pretendia aliviar a pressão demográfica e os conflitos fundiários existentes nas regiões Nordeste e Centro-Sul do país, deslocando grandes contingentes de migrantes para a Amazônia, atraindo-os com propaganda de terras férteis e incentivos financeiros facilitados. Constituído sob os lemas “integrar para não entregar” e “uma terra sem homens para homens sem terra”, o PIN visava a criar a infraestrutura necessária (estradas, escolas, hospitais, energia elétrica) para, ao oferecer

⁴⁹ Decreto Federal n. 74.607, de 25 de setembro de 1974.

⁵⁰ Decreto Federal n. 75.320, de 29 de janeiro de 1975.

⁵¹ Decreto Federal n. 86.029, de 27 de maio de 1981.

⁵² Decreto-lei Federal n. 1.106, de 16 de junho de 1970.

estímulos fiscais, linhas de crédito e subsídios, também atrair empresários para a região. O Programa implantou grandes projetos de colonização na Amazônia, porém os resultados objetivos foram a concentração de terras nas mãos de grandes grupos econômicos e conflitos sociais pela posse, sobretudo às margens das rodovias federais: “Para que a Amazônia fosse povoada com migrantes, foi necessário despovoá-la primeiro de índios e posseiros, investir fundamentalmente em infraestrutura (rodovias) e promover a colonização.” (SOUZA, 2004, p. 50).

[...] proposta e executada pelo governo foi a abertura de grandes rodovias de “integração nacional” e a transferência de milhares de famílias para projetos de colonização, públicos (INCRA e órgãos estaduais) e privados, sobretudo os organizados por cooperativas do Sul e empresários do Paraná e São Paulo. (BARROZO, 2008, p. 25)

Os projetos de colonização oficial criados pelo INCRA em Mato Grosso estavam organizados em três modalidades conforme as características de sua implantação: 1. *Projetos de Assentamento Rápido* (PAR), criados em áreas com infraestrutura básica (estrada de acesso, escola, posto de saúde, energia elétrica) implantada pelos governos estaduais e municipais; 2. *Projetos de Ação Conjunta* (PAC), criados em parceria com cooperativas ou empresas rurais, nos quais o INCRA implantaria a infraestrutura básica e as cooperativas planejavam e executariam a ocupação dos lotes do assentamento; 3. *Projeto Especial de Assentamento* (PEA), criado para atender populações vindas de áreas em conflitos por terra. Os projetos de colonização oficial criados pelo INCRA em Mato Grosso objetivavam o assentamento de milhares de pequenos e médios agricultores oriundos, sobretudo, das regiões Nordeste e Centro-Sul do Brasil.

Nos projetos de colonização particular em Mato Grosso, as empresas colonizadoras cadastradas no INCRA deveriam submeter seus projetos à avaliação do órgão e, após aprovado, iniciava-se o empreendimento. As empresas colonizadoras eram obrigadas a abrir estradas de acesso, demarcar lotes rurais, construir armazéns, escolas, postos de saúde, delimitar o perímetro urbano, demarcar lotes urbanos, fornecer energia elétrica, assistência técnica e créditos para a produção. A maioria dos projetos de colonização particular em Mato Grosso estabeleceu-se nas terras devolutas federalizadas pela União e situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado das rodovias federais (Figura 2) que estavam sendo abertas na Amazônia: a Cuiabá-Santarém (BR-163), a Cuiabá-Porto Velho (BR-364), a Perimetral Norte (BR-210) e a Transamazônica (BR-230).

situação, muitos camponeses da região aderiram aos movimentos organizados pela reforma agrária.

O estado do Paraná, entre os anos 1950 e 1960, devido à expansão da cultura do café⁵³, experimentou um grande crescimento demográfico e econômico, porém, entre 1970 e 1980, tornou-se um dos maiores fornecedores de migrantes para outras regiões do país, especialmente após a geada de 1975, que destruiu quase todos os cafezais do estado. Muitos destes migraram para o estado de Mato Grosso.

A cidade de Tangará da Serra, no estado de Mato Grosso, é um bom exemplo da dinâmica do movimento migratório no Brasil:

As famílias que migraram para Tangará da Serra são aquelas que seguem o roteiro de movimento migratório do Brasil, geralmente do Nordeste, que migraram para São Paulo e depois, para o Paraná. São paulistas que foram para o Norte Novo do Paraná, em busca do *ouro verde*; são mineiros que migraram para São Paulo e depois para o Paraná e de Minas Gerais para o Paraná; ou, paulistas e paranaenses que foram para o sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul e depois chegaram a Tangará da Serra, tendo como nova parada, e não como porto seguro, Mato Grosso. (OLIVEIRA, 2009, p. 81, grifo do original).

Havia um forte interesse do Governo Federal pela modernização da agricultura mato-grossense. Isso só foi possível a partir dos anos 1980, quando começaram a chegar os gaúchos e catarinenses que desenvolveriam a monocultura da soja, utilizando tecnologia mecanizada em grande escala. A partir desse momento, haveria uma significativa alteração no quadro socioeconômico do estado de Mato Grosso, com o surgimento dos “novos ricos” da fronteira: grandes proprietários rurais, comerciantes, dirigentes e funcionários das empresas agropecuárias, entre outros (SOUZA, 2008, p. 223).

No âmbito estadual, foi criada a *Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso* (CODEMAT)⁵⁴, com a finalidade de legitimar as posses de terras devolutas do estado, e o *Instituto de Terras de Mato Grosso* (INTERMAT)⁵⁵, com a finalidade de promover a regularização fundiária de terras do estado. Com a federalização da maioria das terras devolutas do estado de Mato Grosso, CODEMAT e INTERMAT ficaram com pouco menos de 40% do território mato-grossense para executar projetos de colonização e assentamento.

⁵³ O café (*Coffea arabica*), nativo da Etiópia, é uma planta que, a partir da infusão de seus grãos maduros torrados e moídos, produz uma bebida estimulante, pois é rico em cafeína (alcaloide).

⁵⁴ Lei Estadual n. 2.626, de 07 de julho de 1966.

⁵⁵ Lei Estadual n. 3.681, de 28 de novembro de 1975.

Porém, a falta de infraestrutura, de política de crédito e de assistência técnica provocaram o abandono progressivo dos lotes pelos assentados (BARROZO, 2008, p. 23).

Sob a ideologia de segurança e integração nacional, os governos militares centralizaram e militarizaram a questão fundiária nesses Estados [da Amazônia], objetivando garantir a territorialização do capital nacional e internacional. A terra, que já era alvo de especulação e disputa, passou a ser abertamente franqueada aos grandes grupos econômicos, através da definição de uma política de regularização fundiária que privilegiava a implantação dos chamados projetos de “colonização empresarial” (projetos agropecuários, agroindustriais e minerais) e de colonização oficial e particular. (MORENO, 1999, p. 81).

Apesar dos estímulos governamentais, muitos migrantes não obtiveram o sucesso almejado e a colonização de Mato Grosso se tornou motivo de decepção. Aos que fracassaram, sobraram as seguintes possibilidades: trabalhar na terra alheia, voltar para a terra natal, migrar para as cidades mais próximas e trabalhar como assalariado ou migrar para a capital em busca de melhores oportunidades. Muitos migrantes pobres se estabeleceram em Cuiabá, provocando enorme mudança no perfil da cidade, mudanças estas que abrangeram a economia, a sociedade, mas, sobretudo, no caso que nos interessa, a cultura.

1.2 Cuiabá: o *Portal da Amazônia*

A cidade do estado de Mato Grosso que mais sentiu as consequências da colonização recente, ocorrida na segunda metade do século XX, foi, indubitavelmente, Cuiabá. A capital mato-grossense tornou-se um ponto de atração de migrantes de todo país, uma espécie de paragem para aqueles que estavam a caminho da nova fronteira agrícola do Brasil. Aos migrantes que passavam⁵⁶ por Cuiabá, havia três escolhas possíveis: 1. Estabelecer-se na capital e nela buscar meio de vida; 2. Seguir para as áreas de colonização no Norte do próprio estado; 3. Rumar para o estado de Rondônia.

Cuiabá figurou nesse processo como cidade estratégica para a política desenvolvimentista do Governo Federal, inserindo-se na movimentação de capitais para a Amazônia. O papel da cidade seria o de eixo de passagem dos fluxos migratórios. Um entreposto pelo qual os colonos, que chegariam ao norte do país para colonizar o imenso vazio, teriam de passar. (AMEDI, 2012, p. 43).

⁵⁶ Nesta época, muitos migrantes que desembarcavam no estado de Mato Grosso haviam previamente adquirido lotes de terras de empresas imobiliárias no Sul ou Sudeste do Brasil. Para tomar posse dos lotes recém-adquiridos, esses migrantes embarcavam em caminhões ou ônibus com todos os seus pertences rumo ao desconhecido Mato Grosso (OLIVEIRA, 2009).

A importância de Cuiabá esteve ligada ao processo de anexação de novas terras para o capital na Amazônia Meridional. Devido à sua condição geográfica, uma cidade importante localizada num entroncamento rodoviário estratégico para a ocupação das novas fronteiras agrícolas (Norte de Mato Grosso e Rondônia), um ponto de dispersão de migrantes que vinham da direção de Campo Grande, Goiânia e Brasília para, depois, seguirem viagem pela rodovia na esperança de um futuro melhor, Cuiabá tornou-se o “epicentro desse movimento quase ‘inexorável’, do avanço do capitalismo no Brasil” (BRANDÃO, 1997, p. 66).

A tabela abaixo apresenta as taxas de crescimento populacional de Cuiabá, que atingiu seu auge entre as décadas de 1970 e 1990. De 57.860 habitantes, em 1970, chegou a 103.427 habitantes, em 1980. Em 1990, chegou aos 401.303 habitantes. Em resumo, a população de Cuiabá dobrou de tamanho a cada década.

Tabela 2 – População de Cuiabá nos Censos Demográficos – 1950/2000

ANO	POPULAÇÃO	CRESCIMENTO
1950	56.204	-
1960	57.860	2,95%
1970	103.427	78,75%
1980	219.477	112,20%
1991	401.303	82,85%
2000	483.044	20,37%

Fonte: IBGE, 2011

Historicamente, Cuiabá passou por um processo de modernização⁵⁷ que, segundo Brandão (1997), sucedeu em dois momentos distintos. O primeiro, de *modernização equilibrada*, que incorporou o antigo espaço urbano local e respeitou o Centro Histórico da cidade, ocorreu durante a gestão do interventor federal Júlio Müller, no Estado Novo (1937-1945). As transformações urbanas deste momento estavam em sintonia com as orientações políticas do Governo Federal, no contexto da *Marcha para o Oeste*, e representavam uma demonstração de que Cuiabá se modernizava em consonância com os desígnios do Presidente da República.⁵⁸

⁵⁷ Em sua interpretação, Brandão (1997) utiliza-se do conceito de “modernização” formulado por Le Goff (1990, p. 185), em que “distinguir-se-ão três tipos de modernização: a) a *modernização equilibrada*, em que o êxito da penetração do ‘moderno’ não destruiu o valores do ‘antigo’; b) a *modernização conflitual* que, atingindo apenas uma parte da sociedade, ao tender para o ‘moderno’, criou conflitos graves com as tradições antigas; c) a *modernização por tentativas* que, sob diversas formas, procura conciliar ‘moderno’ e ‘antigo’, não através de um novo equilíbrio geral, mas por tentativas parciais”.

⁵⁸ Em 1941, o Presidente Getúlio Vargas visitou Cuiabá, capital de Mato Grosso. Acompanhado de autoridades locais, inaugurou uma série de obras realizadas sob a administração do interventor federal Júlio Müller. Durante o Estado Novo, Cuiabá recebeu diversos melhoramentos urbanos executados com auxílio do Governo Federal: “foram erguidas construções modernas, como o Grande Hotel, o Cine Teatro Cuiabá e muitas repartições públicas” (SIQUEIRA, 2002, p.188).

Marcou o governo de Júlio Müller, dentre muitas obras, a modernização urbana de Cuiabá, ocasião em que construiu edificações como a residência dos governadores, o Tesouro do Estado, o Palácio Arquiepiscopal, o Clube Feminino, o Cine Teatro Cuiabá, o Grande Hotel, assim como abriu avenidas e novas ruas [...]. Mandou edificar a primeira ponte ligando Várzea Grande e Cuiabá [...], tendo sido inaugurada em janeiro de 1942, e ainda mandou construir uma estação de tratamento de água para a capital, tendo sido também responsável pela construção do primeiro Centro de Saúde. (SIQUEIRA, 2002, p. 201).

Essas transformações urbanas voltadas à modernização de Cuiabá provocaram uma ruptura no estilo de vida da sociedade local, marcada por uma cultura de tradição rural. Ao introduzir alguns signos da modernidade na paisagem urbana cuiabana, pretendia-se contribuir para a formação de um cidadão moderno e civilizado, com novos hábitos e práticas sociais. Mais que uma mudança estética dos espaços urbanos da cidade, a modernização mirava uma transformação dos costumes locais, de maneira que “fosse incorporada aos atos, falas e modos dos habitantes” (BUZATO, 2017, p. 49). Deste modo, a execução destas *obras oficiais* delineou um novo perfil de sociedade, modificando as práticas culturais e sociais, bem como os modos de viver da população cuiabana.

Além das orientações políticas do Governo Federal, no contexto da *Marcha para o Oeste*, o conjunto das obras edificadas em Cuiabá emergia como uma estratégia para cessar as pressões pela transferência da capital e, conseqüentemente, da sede do poder de Cuiabá para Campo Grande. Nestas cidades, ao longo do século XX, as elites políticas e econômicas regionais protagonizaram constantes disputas pelo *status* de capital de Mato Grosso, resultado de suas diferenças econômicas e sociopolíticas, que desembocaram na divisão do estado, assinada pelo presidente Ernesto Geisel, em 1977⁵⁹. Da divisão, originou-se o estado de Mato Grosso do Sul, cuja capital ficaria em Campo Grande. Já Cuiabá continuaria sendo a “capital eterna do estado de Mato Grosso” (AMEDI, 2014, p. 62). A instalação oficial do estado de Mato Grosso do Sul ocorreria apenas em 1º de janeiro de 1979.

O segundo momento, de *modernização conflitual*, iniciou-se com a construção do novo Palácio Alencastro, entre 1959 e 1965, moderno edifício-sede do Governo Estadual que “custou a demolição da antiga, setecentista, e de outros tantos casarões de valor histórico” (CASTOR, 2013, p. 214). Adiante, em 1968, a demolição da antiga Catedral Metropolitana de

⁵⁹ Em 11 de outubro de 1977, pela Lei Complementar Federal n. 31, assinada pelo Presidente Ernesto Geisel, foi criado o estado de Mato Grosso do Sul, sendo sua área desmembrada do estado de Mato Grosso. A ideia de dividir o estado de Mato Grosso em duas unidades federativas (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) era resultado da política desenvolvimentista adotada durante a Ditadura Militar brasileira (1964-1985).

Cuiabá, acontecimento que marcou a memória coletiva de sua população, inaugurou a fase de demolições que ameaçaria o Centro Histórico da cidade alguns anos depois. Mais adiante, a criação do *Programa de Integração Nacional* pela Ditadura Militar, em 1970, potencializou as intervenções urbanas modernizantes que desprezaram muitos lugares do passado colonial da cidade. Assim, no anseio de alçar Cuiabá ao progresso, parte de seu patrimônio arquitetônico foi definitivamente destruído.

Um outro episódio que marcou esse momento foi a remodelação do Jardim Alencastro, entre 1963 e 1966. Palmeiras imperiais e árvores centenárias, postes decorados, coreto e chafariz importados da Europa, todos foram substituídos por elementos que simbolizavam a chegada da modernidade à Cuiabá. Aos poucos, o aspecto e a feição colonial da cidade desapareciam, evidenciando um caso de *modernização conflitual*.

A reurbanização da Praça Alencastro, percebida como uma “destruição”, compõe a “trilogia” de demolição de importantes referências espaciais da cidade, constituída pelo antigo Palácio Alencastro (1959), pela Catedral (1968) e finalmente pela Praça Alencastro. A importância desses “espaços culturais” na constituição, inclusive, da “identidade” cuiabana é tal que [...] a destruição deles foi compreendida com uma “facilitação” da destruição de tudo o mais que se seguiu.

Estado, Igreja e Povo. Palácio do Governo, Catedral e Praça. Estes símbolos, enquanto referidos a um determinado universo simbólico, têm seus conteúdos substituídos por novos significados, ou são “ressignificados”, ou ainda, servem suas ruínas [...] de base para a construção do novo simbolismo. (BRANDÃO, 1997, p. 108).

A destruição do patrimônio arquitetônico de Cuiabá, em proveito da modernização do estado de Mato Grosso, fez surgir uma consciência preservacionista. Antes, uma visão otimista sobre a modernização impedia que qualquer opinião contrária fosse esboçada à demolição dos lugares de memória da cidade. Depois, a exploração capitalista desenfreada sobre a cidade e seus antigos moradores despertou reação manifestada, principalmente, em discursos nos meios de comunicação. E, como o progresso avançava sem que a população pudesse evitar, alguns jornais tornaram-se o meio de se questionar os benefícios dessa modernização.

Brandão (1997) nos diz que:

Cinco anos após a derrubada da catedral, lamentava-se o ocorrido. Atribuiu-se à “ganância do enriquecimento fácil” a onda de demolições e destruição da história e tradições cuiabanas. À catedral era atribuída uma importância para além da “pompa e beleza” que a distinguia. Era o ambiente apropriado ao encontro com Deus. Sua derrubada era sentida, ainda em 1974, como um

crime sem absolvição, pois a nova, apesar de uma “igreja moderna e linda”, não possuía os atributos para-estéticos da antiga.

A velha Matriz tornou-se uma referência estruturante de uma determinada época, assim como se tornou a sua derrubada. As tensões entre o velho e o novo já estavam estabelecidas em outros processos de transformação anteriores, entretanto, nenhuma outra intervenção espacial teve a força deflagradora dessas tensões como teve a demolição da catedral. (BRANDÃO, 1997, p. 91-92).

Ao final da década de 1970, parte da intelectualidade local passou a reivindicar medidas preservacionistas para o Centro Histórico de Cuiabá, em uma tentativa de combater a destruição dos bens culturais da cidade. No interior desse conflito, emergiu um movimento cidadão unido à dimensão pedagógica da vivência da cidade (BRANDÃO, 1997), que resultaria na defesa dos lugares de memória da capital de Mato Grosso. Por fim, do espanto inicial pela destruição dos bens culturais da cidade, passou-se ao engajamento pela conservação do que, após um longo processo judicial para a catalogação e tombamento, viria a ser o patrimônio arquitetônico de Mato Grosso.

Esse processo judicial foi demorado: teve início, em 1979, com uma petição pública; materializou-se em 1985; para o tombamento, em 1992. Foram muitos anos de indecisão sobre o destino do Centro Histórico da capital de Mato Grosso. Nesse mesmo tempo, houve alguns prefeitos e grupos políticos que defendiam o tombamento, mas outros se aproveitaram da demora do processo judicial para demolir ou modificar algumas construções que haviam sido catalogadas para o tombamento.

A modernização de Cuiabá veio acompanhada de decepção. A expansão demográfica necessitava de mais espaços para construção de novos imóveis que abrigariam os novos empreendimentos. A demolição de vários casarões antigos, que os proprietários não tinham interesse em conservar, tornou-se o símbolo do desprezo de parcela da elite cuiabana pelo próprio passado, pois operaram para atender aos interesses da expansão capitalista desenfreada sobre a cidade. Muitos proprietários usaram da sabotagem para provocar a demolição dos imóveis já tombados pelos órgãos públicos. Em 1990, “[...] o Centro Histórico de Cuiabá, já tombado pela antiga SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), é atingido por seguidas ações predatórias autorizadas pelo Executivo Municipal” (BRANDÃO, 1997, p. 30).

Numa outra perspectiva, o intenso movimento migratório para nova fronteira agrícola do Brasil, a partir da década de 1970, provocou o crescimento urbano descontrolado de Cuiabá. Muitas famílias que compraram terras na região amazônica acabaram falindo e, ao vender tudo o que possuíam, rumavam em direção a Cuiabá, na esperança de lá encontrar

algum meio de vida (emprego, moradia, serviços públicos). Mas muitos outros que desembarcaram na cidade nada possuíam, chegavam apenas com a “cara e a coragem”, sem nenhuma posse e com muita esperança. Estes, ao chegarem em Cuiabá, acabavam por aumentar a população de suas periferias.

A construção de Brasília, bem como a construção de rodovia ligando a nova sede do Governo Federal do Brasil a Cuiabá (BR-364), permitiu que milhares de trabalhadores, que haviam sido dispensados logo após a conclusão das principais obras públicas da nova capital do país, migrassem para o estado de Mato Grosso. Aos que se estabeleceram em Cuiabá, encontraram uma cidade despreparada para tamanha transformação em curto espaço de tempo. Faltava infraestrutura e sobrava demanda por moradia e serviços públicos. Como consequência, a urbanização desordenada da periferia provocou o surgimento das primeiras “favelas” em Cuiabá.

O crescimento desordenado da cidade produziu uma série de consequências que atingiu toda sua população. O aumento populacional exigiu a criação de vários núcleos habitacionais, com casas populares, um modelo arquitetônico padrão e localização cada vez mais distante das áreas centrais da cidade, liberando o espaço para a especulação imobiliária (FREIRE, 1997).

O desgosto de setores da elite cuiabana era nítido. Em 1968, foram publicadas no editorial do jornal *O Estado de Mato Grosso*, de Cuiabá, como uma exigência à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, medidas policiais urgentes para combater o “perigo” dos migrantes indesejados que se fixavam na capital deste estado. Todos os problemas enfrentados em Cuiabá de algum modo eram atribuídos aos migrantes pobres, tornando-se uma representação recorrente no imaginário dos cuiabanos.

A cidade está alarmada e não é para menos. A onda de crimes se alastra. Mortes, assaltos e outras coisas, apresentando até crimes que não eram conhecidos aqui em Cuiabá, formam o lamentável quadro da Cuiabá de hoje. “É o preço do progresso” [...] Felizmente, as autoridades policiais estão empenhadas em pôr um fim nesta situação. [...] Queira Deus que os carros radio-patrulhas de Cuiabá estejam em breve circulando nas ruas de Cuiabá, dando tranquilidade para esta boa gente, ordeira a toda prova, que vê, estarecida as constantes chegadas de forasteiros. Há entre eles, reconhecemos, um número acentuado de pessoas bem intencionadas, à procura de dias melhores para si e sua família. Contudo, existem, também, os que vêm para Cuiabá hipnotizados (*sic*) pelas informações de riqueza fácil, não importando os métodos para conseguí-la. É uma emergência. Cuiabá em pêsso exige do governo o fim desta onda de crimes. É uma emergencia. Os cuiabanos querem progresso, mas com tranquilidade. É uma emergencia. A cidade espera que a Polícia saiba agir com o rigor necessário

e com a eficiência condigna ao tratamento humano. (O ESTADO DE MATO GROSSO, Cuiabá, p. 02, 03 jul. 1968).

Os migrantes tinham uma dupla representação nos discursos dos cuiabanos. Ora eram representados como aqueles que tirariam Mato Grosso do atraso e ajudariam no seu desenvolvimento, chegando à condição de modernidade; ora eram representados como aqueles que tirariam os mato-grossenses de seu sossego, trazendo a criminalidade, as doenças e a crise dos serviços públicos, com a superlotação de escolas e hospitais.

Os artigos publicados nos jornais mato-grossenses, entre as décadas de 1970 e 1990, apresentam aspectos do pensamento de setores sociais (especialmente representantes da elite local) envolvidos nas discussões sobre o processo de defesa de uma identidade cuiabana (mato-grossense) ligada à preservação do patrimônio histórico local, bem como do esforço de recuperação de elementos de uma memória histórica de Mato Grosso que impedisse o “esquecimento” do passado imposto pelas transformações na capital, resultado da intensificação das relações capitalistas em território mato-grossense.

O esforço para a construção de uma memória histórica mato-grossense teve como substrato o resultado dos conflitos decorrentes das alterações na paisagem urbana de Cuiabá. Em grande medida, a chegada de milhares de pessoas oriundas das mais diversas regiões do país impulsionou o debate. Algumas destas vieram com muito dinheiro e sem nenhum tipo de apego cultural e afetivo com a cidade, tendo unicamente o interesse de lucrar com a especulação imobiliária. Associando-se a alguns antigos moradores de Cuiabá, que não se interessavam pelo estabelecimento de um Patrimônio Histórico, mas sim por um patrimônio particular, os agentes responsáveis pela modernização da cidade iniciaram as demolições no Centro Histórico, produzindo em parcela da população uma aversão ao progresso (BRANDÃO, 1997).

Para Guimarães (2002), essa mudança no perfil urbanístico de Cuiabá gerou uma preocupação com aquilo que foi nomeado de “patrimônio cultural cuiabano”. Inicialmente, houve uma preocupação com a mudança estética da cidade e, depois, com preservação dos lugares de memória: já que os prédios se iam, ao menos poderiam fazer sobrar as memórias daqueles antigos pontos de encontros, das antigas construções frequentadas pela alta sociedade de Cuiabá. Esse processo de construção de uma memória histórica também levou a um processo de busca de diferenciação da sociedade cuiabana em relação às pessoas que chegavam de outras regiões do país. Então, no bojo da construção de uma narrativa memorialística, também se tem a ideia da construção de uma identidade regional.

Essa construção memorialística não tinha um estofo dentro da cultura da elite cuiabana, que, na sua maioria, tinha uma formação ligada especialmente aos grandes centros do país, como São Paulo, Rio de Janeiro ou do estrangeiro. Seus idealizadores foram em busca daquilo que era considerado pitoresco, daquilo que era considerado provinciano, daquilo que era considerado, no passado, motivo de vergonha para os cuiabanos por ser visto como arcaico, iletrado e rural. A cultura popular ribeirinha passou a ser entendida como a legítima cultura cuiabana, o substrato das verdadeiras tradições e, por isso, acabou sendo apropriada e reconstruída como uma identidade cultural mato-grossense; tendo tido inicialmente uma identidade cultural cuiabana que posteriormente seria disseminada para a totalidade de Mato Grosso.

1.3 Choque cultural: os *Chapa-e-cruz* versus os *Pau-rodados*

Os movimentos migratórios internos do Brasil, na segunda metade do século XX, e principalmente a partir da década de 1970, trouxeram milhares de novos habitantes para os chamados “vazios demográficos” amazônicos. Era o processo de colonização dirigida na Amazônia, promovido pelo *Programa de Integração Nacional* (PIN), que introduziu em Mato Grosso grandes levas de migrantes vindos das mais diferentes partes do Brasil.

Por vazio demográfico entendem-se as áreas absolutamente desabitadas ou com poucos habitantes. Porém, tanto para a região amazônica, em geral, quanto para o estado de Mato Grosso, em particular, essa definição é inadequada e equivocada, pois este território foi historicamente ocupado por diferentes populações: indígenas, camponeses posseiros, extrativistas, ribeirinhos, entre outros. Afirmar que essa região se tratava de um vazio demográfico, para sua posterior ocupação por outros agentes externos a ela, serviu apenas para justificar projetos oficialmente financiados prejudiciais àquelas populações, especialmente aos povos indígenas.

Em Cuiabá, o processo migratório alterou profundamente sua configuração sociopolítica, econômica e cultural. De modo geral, estes novos migrantes provocaram inquietação entre os cuiabanos: os pobres porque, na visão preconceituosa da elite local, poderiam se entregar à criminalidade, disseminar doenças e/ou provocar a crise dos serviços públicos, como a superlotação de escolas e hospitais; os ricos porque poderiam usurpar as posições de mando dentro da política regional, colocando os nativos em condição de subordinados aos interesses dos forasteiros.

Os representantes da tradicional elite cuiabana, temendo perder seu *status* político para estes forasteiros, buscaram reforçar os laços culturais que os uniam dentro de um passado

comum e, deste modo, desenvolveram uma noção de identidade regional baseada na imagem de uma “tradição” que concebia a cidade de Cuiabá como o polo irradiador da “verdadeira” cultura mato-grossense ao restante do estado.

Como oposição à tradição cultural do migrante – especialmente os gaúchos, com seus Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) –, criou-se a noção de *cuiabanidade*⁶⁰. Esta noção, que foi inventada como tradição, tornou-se a matriz de toda a cultura do estado de Mato Grosso e, apropriada por representantes da tradicional elite cuiabana – *cuiabania*⁶¹ –, serviu como uma estratégia de intimidação aos migrantes que “venceram na vida” em terras mato-grossenses. Porém, nem sempre foi assim! Antes deste momento, ao longo do século XIX, a *cuiabanidade* foi negligenciada e depreciada pela *cuiabania*, que a considerava vulgar e atrasada para o modelo de desenvolvimento da época.

Sobre a expressão *cuiabania*, Lenine Póvoas, renomado intelectual mato-grossense, explica:

Perguntaram-me o que entendo por “cuiabania”. Sinceramente, não sei responder. Para cuiabanos da minha geração isso é um neologismo, aparecido há pouco, não sei nascido onde, nem com que significado. Nos meus 64 janeiros nunca havia ouvido esta palavra, a não ser muito recentemente. Se me perguntassem o que entendo por “cuiabania”, responderia que é a região habitada pelos cuiabanos. Pelo que tenho visto, pretendem, alguns interpretar por “cuiabania” um presumível posicionamento bairrista dos cuiabanos, com características de segregação grupal, de hostilidade aos que vem de fora e com objetivos de conservar intocáveis hábitos e maneiras de falar. (PÓVOAS, 1987, p. 05).

Esta disputa pela hegemonia cultural em Mato Grosso (*chapa-e-cruz* versus *pau-rodado*) não ficou restrita à dicotomia: os de dentro contra os de fora. Caracterizou-se, também, numa disputa interna, na qual a cultura popular serviria de substrato às elites locais, porém isto não garantiria a inserção dos populares nas tomadas de decisão sobre o futuro do estado.

A cultura cuiabana, ou melhor, a cultura matogrossense – o projeto político era ambicioso – estava em plena emergência, e os detentores do poder hegemônico estavam alerta a tudo o que os sujeitos do povo pudessem

⁶⁰ De modo geral, pode-se dizer que a *cuiabanidade* é uma expressão cultural ligada à tradição popular de Cuiabá, fortemente influenciada pela vida ribeirinha de uma população urbana pobre, de origem miscigenada, indígena e escrava, que produziu seus usos e costumes dentro de um cotidiano marcado pela relação com a natureza, a religiosidade católica e o espírito festeiro.

⁶¹ Habitualmente usada para indicar as elites locais, a expressão *cuiabania* refere-se, além de Cuiabá, aos habitantes de todos os municípios cuja imbricação histórica e geomorfológica permite uma aglutinação identitária.

produzir e como esses produtos poderiam ser utilizados em favor de uma “causa maior”. [...] A elite política e intelectual de Cuiabá estava aparelhada para aproveitar da melhor maneira os bens culturais do povo, para fabricar uma ideia sobre Mato Grosso. Ela agiu como interlocutora. Foi porta-voz, deixando a população falar, mas nunca por si só. (REZZIERI, 2014, p. 95).

As expressões *Chapa-e-cruz*, *pau-rodado*, *pau-fincado* não são contemporâneas.

Pau-rodado é a mais antiga delas. Filogônio Corrêa⁶² escreveu um artigo na revista *Civilização*, em 1934, em que atribuía a Frederico de Oliveira, o Zé Capilé⁶³, a autoria da expressão. Segundo o autor, a denominação apareceu, pela primeira vez, “numas quadras [...] feitas para serem cantadas com a música do *Siô Anastaço chegô de viagem*”⁶⁴ (CORRÊA, 1934, p. 137, grifo do original).

E depois a canaia de fóra,
Páo rodado que aqui encaió,
Priquitada em redó do gôverno
A chupá todo o nosso suô.

A expressão, de tão utilizada, consolidou-se. Porém, em artigo publicado no jornal *O Estado de Mato Grosso*, em 1978, Gervásio Leite⁶⁵, renomado intelectual mato-grossense, considerando a situação em que se encontravam os cuiabanos na configuração geral da sociedade da capital, punha em dúvida o original sentido da expressão, bem como apontava a “extinção” dos cuiabanos de tradição. Assim, emitiu seu parecer:

⁶² Philogonio de Paula Corrêa nasceu em Cuiabá (MT), em 1886. Formou-se bacharel em Ciências e Letras pelo Liceu Salesiano São Gonçalo de Cuiabá (MT), em 1906. Foi professor de história no Liceu Cuiabano e na Escola Normal “Pedro Celestino”, onde, em ambas, foi diretor. Ainda, foi diretor-geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso. Na política, foi vereador por Cuiabá (1924-1927) e Deputado Estadual (1935-1937) e suplente do Senador Filinto Müller (1947). No campo da Geografia e História publicou, em 1918, o opúsculo *Limites de Mato Grosso com Goiás*. Foi sócio fundador do IHMG e AML. Morreu em Cuiabá (MT), em 1952. *INSTITUTO Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Disponível em: <https://www.ihgmt.com.br/institucional/68-socios/socios-fundadores/311-philogonio-de-paula-correa>. Acesso em: 18 jun. 2019.

⁶³ Frederico Augusto Prado de Oliveira, o Zé Capilé, nasceu em Cuiabá (MT), em 1877. Escreveu em diversos jornais cuiabanos, incidindo satírica e criticamente sobre algumas alas políticas de seu tempo. Na política, foi vereador por Cuiabá. Dirigiu a Imprensa Oficial de Mato Grosso. Morreu no Rio de Janeiro (RJ), em 1911. *ACADEMIA Mato-grossense de Letras*. Disponível em: <http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/57-cadeira-38>. Acesso em: 18 jun. 2019.

⁶⁴ *Nhô Anastácio Chegou de Viagem*, produzido em 1908, é um curta-metragem dirigido por Marc Ferrez e Arnaldo Gomes de Souza, que retrata a chegada de um caipira à cidade grande. *INTERNET Movie Database*. Disponível em: <https://www.imdb.com/title/tt1380169/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

⁶⁵ Gervásio Leite nasceu em Cuiabá (MT), em 1916. Formou-se bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro (RJ), em 1938. Foi advogado, professor na Faculdade de Direito da UFMT e Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Na política, foi Deputado Estadual em Mato Grosso (1947-1950). Estudioso das questões sobre a educação de Mato Grosso, publicou os livros *Aspecto Matogrossense do Ensino Rural* (1942), comunicação apresentada no VIII Congresso Nacional de Educação, e *Um século de instrução pública* (1970). Foi sócio efetivo do IHMG e AML. Morreu no Rio de Janeiro (RJ), em 1990. *ACADEMIA Mato-grossense de Letras*. Disponível em: <http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-2/64-gervasio-leite>. Acesso em: 18 jun. 2019.

[...] Frederico Prado era o celebre Zé Capilé, inventor da expressão páu rodado aplicado em quantos de outros estados do Brasil vêm residir em Cuiabá, o que me parece inexplicável, pois que chegando os mesmos, antigamente, pelo rio Cuiabá acima não compreendemos como possam ter rodado. O apelido ou apodo valia ao tempo em que Cuiabá era uma cidade fechada, ilhada no fim do mundo. Hoje, constata-se, com desalento, que nós outros os cuiabanos é que estamos em via de nos tornar páus rodados. Espécie de exilados em nossa terra onde já não temos nem vez nem voz, dentro de pouco tempo estaremos boiando rio abaixo a justificar a denominação dada por Zé Capilé. (LEITE, 1978, p. 4).

As expressões *Chapa-e-cruz* e *pau-fincado* são mais recentes. As referências mais antigas foram localizadas em alguns jornais mato-grossenses, respectivamente a partir das décadas de 1980 e 2000.

Até o início do século XX, as elites mato-grossenses, que habitualmente concluíam seus estudos superiores nos grandes centros urbanos do Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo), ao regressarem ao estado de Mato Grosso, reproduziam os usos e costumes destes lugares em Cuiabá, como se fossem o baluarte da modernidade e civilidade em terras dos confins do sertão brasileiro. Porém, a chegada dos migrantes, principalmente os gaúchos, com seu tradicionalismo cultural, mudou este quadro. Tal episódio forçou as elites locais a criarem uma cultura de oposição ao gauchismo, daí a apropriação da cultura popular ribeirinha de Cuiabá como tradição.

São práticas e discursos que buscam justamente estabelecer uma continuidade histórica, tentando fixar certos rituais, valendo-se, para isso, das tradições, mais ou menos “inventadas” que privilegiam o passado e a memória que seriam comuns a todos.

O discurso tradicionalista toma a história como o lugar da produção da memória, como discurso da reminiscência e do reconhecimento. Ele faz dela um meio de os sujeitos do presente se reconhecerem nos fatos do passado, de reconhecerem uma região já presente no passado, precisando apenas ser anunciada. Ele faz da história o processo de afirmação de uma identidade, da continuidade e da tradição, e toma o lugar de sujeitos reveladores desta verdade eterna, mas encoberta. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 79).

Perceba que a migração pós-1970 produziu uma espécie de reação regionalista, ou nativista, porque os cuiabanos se sentiram ameaçados, como evidenciado por Gervásio Leite na página anterior. É a ideia de que o grupo, que seria coerente em torno de suas tradições e da sua cultura (tradições e cultura inventadas), estaria ameaçado por estranhos, por

alienígenas, por estrangeiros, reais ou culturais. Esse processo ganhou força após a divisão do estado de Mato Grosso, em 1977.

O longo crôni-conto *O caráter biopsicossocial do cuiabano*, de Silva Freire⁶⁶, oferece uma explicação esclarecedora dessa reação regionalista.

— Pois é, caro leitor, sempre-sempre estão me fazendo perguntas. São os novos mato-grossenses que chegam para ficar, e querem se informar a nosso respeito. Uma chusma dessas indagações vão, hoje, refletidas nessas considerações que tentarei ordenar, principalmente, enfocando o caráter *biopsicossocial* e *político* de nossa gente. E o faço como mais uma homenagem aos nossos ancestrais que nos fizeram herdeiros de um patrimônio histórico e cultural dos mais relevantes.

Por isso, podemos dizer que o cuiabano nos oferece, em seus componentes psicossomáticos, um biótipo inconfundível de riqueza humana. Tendo vivido e sobrevivido à luz da filosofia do abandono, até poucos anos, somos um Povo que estratificou seu caráter cultural, seu código moral, seu padrão de linguagem, sua sensibilidade artística e sua vocação política.[...].

— Perguntaram-me como o cuiabano encara o progresso repentino que nos assola. E eu respondo, lembrando o semblante de sabedoria humana do meu pai, Randolpho Rodrigues Freire: Simplinho. Nós não confundimos, conceitualmente, progresso com civilização. Sabemos quem nos está trazendo progresso material somente, quem sedimentou o progresso civilizatório, e quem o está enriquecendo. Uma coisa é água poluída, outra é vinho velho da melhor estirpe.

— Perguntaram-me, ainda: de que o cuiabano mais gosta? Pois lhes digo: recrear-se em amplos espaços abertos, em roda de amigos, com as emoções estatutárias. *Viver* e ter saúde para *conviver*. Somos peritos nisso, até que nos ofendam; aí, então, o pau quebra!

— Se o cuiabano é hospitaleiro!? Muito mais. É irmão, quando gosta, depois da desconfiança inicial, instintiva. Somos um Povo que alcançou a consciência da importância da simplicidade. Somos um Povo fácil, porque simples, pois só se é fácil e simples quem leva nas costas o longo caminho que caminha para o terceiro século de afirmação de seu caráter coletivo.

— De repente, vem a pergunta boba: “os paus-rodados”, como o cuiabano está convivendo com eles? Respondo, definitivamente, para que não se renove essa tolice perguntativa: os “paus-rodados” rodaram no enxurro das enchentes. Os que aqui ficaram, se identificando, tornaram-se cuiabanos ilustres. E são muitos, no Poder Judiciário, no Legislativo, no Executivo, no mundo empresarial, no exercício profissional, nas atividades culturais de todo gênero, e por aí afora. Mas é claro: de vez em quando, um ou outro cospe no prato que lhe mata a fome. (FREIRE, 2008, p. 29-32, grifo do original).

⁶⁶ Benedito Sant’Ana da Silva Freire nasceu em Santo Antônio de Leverger (MT), em 1928. Formou-se bacharel em Direito pela Faculdade Cândido Mariano, no Rio de Janeiro (RJ), em 1959. Atuou como advogado criminalista e, ainda, como professor da Faculdade de Direito da UFMT. Escreveu para diversos jornais mato-grossenses, divulgando seus ideais políticos e culturais. Poeta de grande expressão na literatura mato-grossense, foi um dos criadores do *intensivismo*, movimento literário de vanguarda internacional fundado em Cuiabá na década de 1940, e o precursor da *poesia concreta* em Mato Grosso. Foi membro da AML. Morreu em Cuiabá (MT), em 1991. *ACADEMIA Mato-grossense de Letras*. Disponível em: <http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-38/185-benedito-sant-ana-da-silva-freire>. Acesso em: 18 jun. 2019.

Na defesa da identidade cultural cuiabana frente a outra, a sulista, dos CTGs, a iniciativa pioneira nesta empreitada foi o movimento *Muxirum*⁶⁷ *Cuiabano*, criado em 19 de abril de 1984 por representantes das tradicionais famílias cuiabanos. Seu principal objetivo era exaltar as tradições e costumes cuiabanos, bem como realizar ações de preservação da identidade cultural mato-grossense em face do avanço da frente de colonização e ocupação da região por pessoas oriundas de outros estados brasileiros. Temia-se que a chegada dos forasteiros, especialmente os sulistas, sufocasse a tradicional cultura mato-grossense, principalmente da região denominada *Baixada Cuiabana*⁶⁸.

O movimento *Muxirum Cuiabano* foi uma resposta deste segmento à larga difusão dos Centros de Tradições Gaúchas e dos Centros de Tradições Nordestinas em Mato Grosso. Um de seus dirigentes foi o apresentador Ulisses Calháo⁶⁹, que promovia a cultura cuiabana em seu programa de TV. O *Muxirum Cuiabano* foi reconhecido como uma associação de utilidade pública pela Lei Estadual n. 5.830, de 20 de setembro de 1991.

Este posicionamento bairrista, aos poucos, vai se arrefecendo. A migração e suas consequências socioculturais tornou-se irreversível. E, apesar de todo esforço dispendido na tentativa de apartar os ilustres cuiabanos das massas forasteiras, o resultado disso tudo foi a hibridização da cultura (SILVA, 2014).

Poucos são os cuiabanos, ou os que estão cuiabanos, que conhecem, pelo menos superficialmente, a história de Cuiabá, o seu progresso vertiginoso e desordenado, a transformação por que passou nos últimos quinze anos e a miscigenação que hoje se verifica. Não conhecem, ou ignoram as próprias consequências desses fatores, a influência que tudo teve para se chegar a Cuiabá que hoje vivemos.

De 1719 a 1986, muito se tem para contar. Do ciclo da mineração, que provocou um verdadeiro êxodo e outros acontecimentos, até alcançar a maioria, Cuiabá passou por fases negras, alegres, por definições que marcaram a sua história. Durante todo este período, registra-se a luta dos cuiabanos para manter a tradição (a Rusga é um bom exemplo, porém, com o passar dos anos a transformação foi inevitável). Força do progresso, consequência de atos dos governantes que visavam o lucro, o desenvolvimento, sem medir as consequências.

⁶⁷ Muxirum é um neologismo. Significa mutirão ou trabalho comunitário. Na *Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso*, há o seguinte verbete: “MUXIRUM. É corruptela do termo mutirão, que designa aglutinação de pessoas trabalhando gratuitamente em torno de um serviço ou propósito” (FERREIRA, 2014, p. 409-410).

⁶⁸ Cf. *Muxirum Cuiabano*. Disponível em: <http://www.portalmatogrosso.com.br/matopedia/muxirum-cuiabano/18686>. Acesso em: 18 jun. 2019.

⁶⁹ Ulisses Antônio Calháo nasceu em Cuiabá (MT), em 1957. É empresário e membro de família tradicional de Cuiabá. Juntamente com seu irmão, Antônio Ernani Pedroso Calháo, fundou o movimento *Muxirum Cuiabano*. *DIÁRIO de Cuiabá*. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=439471>. Acesso em: 18 jun. 2019.

Pouco resta então daquilo que marcou a nossa história. De Palácio das Águias restam escombros, ou as lembranças em samba de enredos de escolas de samba. O córrego da Prainha, por onde navegou Pascoal Moreira Cabral, está soterrado no asfalto da hoje [avenida] Coronel Duarte. Os velhos casarões das ruas do Meio, de Baixo e de Cima, deram seus lugares a modernos edifícios, que nada retratam da nossa verdadeira arquitetura. Os bairros transformaram-se também, sendo hoje amados por muitos e criticados por uma maioria descontente. (JORNAL DO DIA, Cuiabá, p. 02, 06 abr. 1986).

Ao que parece, o próprio sentido de *cuiabanidade*, que serviria para segregar, através de um discurso cultural, política e economicamente, além dos migrantes que vinham de outros estados para o Mato Grosso, também os populares que estavam dentro, acabou por esvaziar-se. O cuiabano do final do século XX era o fruto da mistura genética e cultural de nativos e forasteiros.

A cuiabanidade mudou, o sotaque arrastado deixa de existir. A era da transformação, de mudanças em tudo. A influência de uma miscigenação, do progresso desenfreado. Onde estariam os cuiabanos? Ainda existem muitos e guardam raízes profundas, pois viveram essa transformação. É uma minoria, mas ainda podem ter orgulho de contar à nova geração o que viveram na Cuiabá pacata e serena, ladeada por palmeiras imperiais, muitas árvores, que levou a receber a denominação de “Cidade Verde”. São aqueles que estão ainda hoje enraizados em bairros como Baú, Araés, Porto, Canjica, Areal e outros que, pelo menos no costume dos moradores mais antigos, ainda resistem à transformação por que passou a cuiabania.

Falar em recuperação é tarde pois, o tempo teve uma grande ajuda para que essa transformação fosse inevitável, a ganância do homem a força do progresso e a sede do lucro. Ao chegar em abril, quando Cuiabá completa seu 267º aniversário, infelizmente vivemos uma realidade diferente da vivida pelos antepassados. Já não podemos mais chamar Cuiabá de “Cidade Verde” foram-se os casarões, os costumes mudaram, apesar de alguns, como já foi dito, ainda guardarem o que deve ser preservado.

Hoje temos a Cuiabá dos buracos, da violência, Cuiabá dos políticos, Cuiabá dos outros. Mas, vale mais uma vez repetir, que são forças das circunstâncias e, em mais um aniversário, resta lembrar do que se foi e viver o que temos hoje, afinal de contas, como diz o refrão, recordar é viver. Dessa maneira, vamos viver Cuiabá, de todos nós. (JORNAL DO DIA, Cuiabá, p. 02, 06 abr. 1986).

O movimento migratório alterou o quadro socioeconômico do estado de Mato Grosso, fazendo surgir um novo grupo social: os “novos ricos”. Eram grandes proprietários rurais, comerciantes, dirigentes e funcionários das empresas agropecuárias, que, além de dinheiro, também passaram a almejar poder político local e regional. Assim, elegeram seus representantes na política (deputados, senadores e governadores) e a pretensão de autonomia da região norte do estado não parou por aí. No final dos anos 1980 e início dos 1990,

passaram a promover campanha pela divisão do estado e a criação do Novo Estado de Mato Grosso do Norte. Foi um movimento “liderado pelos sulistas, representantes da população migrante que ocupa esta região e que pretende a divisão” (SOUZA, 2004, p. 251).

Foram uma agressão para os nativos cuiabanos as pretensões da região norte do estado em se separar. Dunga Rodrigues⁷⁰, em julho de 1991, escreveu um texto, *E agora José?*, por ocasião de um surto separatista aventado em todos os veículos publicitários da época.

Depois que nos despojamos de nossas características ancestrais: como a desconfiança do índio, a malícia do negro e conservamos a cabeça dura dos portugueses, temos levado lambadas de amargar.

Abrimos os braços aos forasteiros, demo-lhes tudo: cadeira de vereador e deputado, cadeira presidencial, chefia, diretoria de repartição pública e de clubes sociais, partilhamos com eles a nossa panela de carne com arroz que eles plantaram nos terrenos que lhe demos, ensinando-lhes nossa lábria política, que não é das boas, nem tão responsáveis, mas dá para quebrar galho. Até os pequenos truques e mutretas passamo-lhes de mãos beijadas.

E, agora, o que aconteceu?

Os nortistas dividiram e outros querem fracionar a terra que tão bem os acolheu.

Paraná, recordando-se dos pinheirais que destruiu: quer o Nortão, rico ainda em madeiras de lei.

O gaúcho, de olho gordo nas terras de plantio, é mais modesto e só quer um território, do qual, bem sabem, já tiraram uma boa fatia do nosso município, limítrofe com Barra do Garças.

São Paulo, que é mais urbanístico vai querer o miolo que aliás já perdemos; o Bufante, o Pito Aceso, o Bosque, o Lava Pés, o Baú, o Morro da Luz, o Mundéo e o Mundéozinho, seu filhote. A Caixa D'Água, a Cruz Preta, a Chacrinha e a Lixeira, o Morro Capitão Claudino, o Costa Campos, ...aí, ainda bem que não tenho tempo para cultivar saudades!

Eles serão rebatizados e um dia toparemos com toda aquela paulistada: Adhemar de Barros, pai e filho, José Bonifácio, Armando Sales de Oliveira, Júlio Prestes, Paulo Maluf, esse vai ficar na rua de Baixo, onde há lojinhas de patrícios, ou na Várzea Grande, perto do compadre Júlio, José Ermínio, Matarazo, Chiquinho Scarpa, toda aquela súcia de vivos e defunto “socialite” e importantes.

E agora José?

E agora Ulisses Calhaó do Muxirum, órgão defensor das nossas tradições, será que vamos ficar só cantando o hino do Senhor Divino?

Está na hora de raer o forno!

Onde estão os cuiabanos, que não agem?

⁷⁰ Maria Benedita Deschamps Rodrigues, a Dunga Rodrigues, nasceu em Cuiabá (MT), em 1908. Diplomou-se em piano e harmonia pelo Conservatório Musical de Mato Grosso e pelo Conservatório Brasileiro de Música. Foi professora de francês no antigo Colégio Estadual de Mato Grosso e estudiosa da história da música e da cultura mato-grossenses, publicando vários livros sobre o tema. Filha do professor e político Firmo José Rodrigues, membro de família tradicional de Cuiabá, é autora de várias obras memorialísticas. Foi sócia efetiva do IHMG e AML. Morreu em Santos (SP), em 2001. *ACADEMIA Mato-grossense de Letras*. Disponível em: <http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-39/187-maria-benedita-deschamps-rodrigues>. Acesso em: 18 jun. 2019.

E aquele nosso amigo Kazu Sano, que sempre esteve ao nosso lado, em todas as emergências precárias?
Estarão todos dormindo?... (RODRIGUES, 1994, p. 184).

A divisão do norte foi arquitetada pelos sulistas que enriqueceram na fronteira. Além de poder econômico, também objetivavam o poder político e o controle da região. Queriam mais. Queriam a autonomia política: “O tema da redivisão territorial do Brasil chega ao Congresso Nacional através de um Projeto de Decreto Legislativo nº. 55 de 1995, assinado pelo Deputado Federal/MT Welinton Fagundes, dispondo sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado de Mato Grosso do Norte” (SOUZA, 2004, p. 250). Sem sucesso, em 1999, o projeto foi arquivado.

Esta disputa entre nativos e forasteiros, entre *chapa-e-cruz* e *paus-rodados* não se encerra no limite temporal deste trabalho, entre as décadas de 1970 e 1990. Ainda hoje, em 2019, há fortes resquícios desta prática. Ademais, ao que nos interessa nesta tese, esta disputa revelou-se na área da educação escolar. Foi um período fecundo, com a elaboração de tematizações sobre a constituição da identidade mato-grossense no contexto do ensino de História Regional, inclusive com a publicação da revista *Educação em Mato Grosso* e com a participação da Universidade na preservação da memória e dos valores da terra e da gente mato-grossense. Mas estas questões serão analisadas no próximo capítulo.

2 Nossas raízes culturais, nossas tradições mais puras:¹ o regionalismo mato-grossense em pauta

- Não, Cuiabá, não são as crianças quem lhe sangram de agulhas envenenadas a veia jugular da vida...
 - Não são elas quem lhe entopem as flautas da respiração...
 - Quem enforca seu sono-sonho com gritos de **assalto!**, não são suas crianças...
- Não são elas que poluem a convivência familiar de suas praças-sem-folguedos-de-crianças...
 - Quem encaixota sua qualidade de vida, não são as crianças.
- Não são elas que estão garroteando seus santos de festas, suas lendas e mitos. As crianças **não carnavalharam** seu carnaval...
- Quem ordenha suas tetas maternas, para traí-la depois, não são as crianças. Elas só sabem amar sua bondade ferida.
 - Não são as crianças que debicam de sua história-orgulho-nacional.
 - Quem entristece o poema sonoro que seu povo fala, não são as crianças.
- Quem povoa de poluição sonora, verbal, escrita e visual seu espaço público, não são as crianças.
 - Quem desorganiza a higiene de seus rios, não são as crianças.
- Não são elas que atijam fogo em seus limites de respeito coletivo. As crianças não sabem da indústria da posse...
 - Quem está favelizando o seu calor humano, não são as crianças. Elas não usam tóxico.
- Não são as crianças que se esquecem de seus valores permanentes. Elas se alimentam das raízes da raça.
 - Não são as crianças que se enriquecem a curto prazo e a qualquer preço, à custa de seu empobrecimento...
 - Quem está descarnando o seu patrimônio espiritual?
 - Quem quer apagar a memória de seu Povo?
 - Quem deforma a sua imagem histórica?
 - Quem dilapida nossa herança?
 - Quem camufla a trambicagem?
- Não são as crianças que borram a imundície da vida em suas paredes seculares. As crianças, suas crianças, Cuiabá, sabem pintar de alegria a cidade-útero-materno.
- Não, redigo: as crianças são o poema inconsútil da vida, ninhando a peraltice no andor do arco-íris cuiabano.
 - Não, as crianças musicam suas dores, feridas por mãos anônimas.
 - As crianças aromatizam o mau hálito que bafam sobre você, Cuiabá.
- Não, tresdigo: as crianças aliviam, num abraço, o desespero-escuro onde o lamaçal esconde o crime.
 - Quem está sufocando a cidade de seus artistas?
 - Quem está querendo calar a capital das catedrais?
 - Quem nos quer a marca dos excluídos?
 - Quem está fazendo o rio Cuiabá suar de mal usado?
- Que buracolândia é essa? Essa valeta vai esconder quantas omissões?!
[...]
- Não, não são as crianças quem está rasgando o tecido cultural da cidade!
- As crianças são o futuro-interior da comunidade, e vão pedir contas à história.

(Trechos da poesia *Canto-murmúrio para minha cidade*, de Silva Freire)

¹ O título deste capítulo – *Nossas raízes culturais, nossas tradições mais puras* – é uma referência a um conjunto de artigos da seção “Enfoques” da revista *Educação em Mato Grosso*, publicados na edição número 20, de 1983, ano 6. A seção “Enfoques” era reservada à valorização da cultura mato-grossense, indo do simples folclore ao regionalismo.

Indubitavelmente, o cuiabano Benedito Sant’Ana da Silva Freire foi, e continua sendo, um dos mais respeitados intelectuais do estado de Mato Grosso. Sua poesia regionalista revela um “projeto de valorização e construção da identidade mato-grossense, seja através dos recursos vanguardistas, seja através de seu linguajar fabuloso-local, ou seja, pelo retrato de um homem simples” (MAGALHÃES, 2010, p. 146). Assim como muitos outros intelectuais de seu tempo, considerava Cuiabá como a *cidade-útero-materno* da tradicional cultura do estado de Mato Grosso. Por isso, defendia que era necessário e urgente protegê-la daqueles que por ganância e egoísmo *descarnavam o seu patrimônio espiritual*.

Para essa geração de intelectuais, a palavra tornou-se arma contra aqueles que, por ambição, *rasgaram o tecido cultural da cidade* de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso. Entendiam que a maioria dos forasteiros que por aqui aportaram, ao invés de riqueza material, traziam o empobrecimento cultural do povo cuiabano. Ainda, entendiam que aqueles que buscavam apenas riqueza material, iludidos pela promessa do lucro fácil, tornaram-se os únicos responsáveis pelos crimes cometidos contra o patrimônio histórico da cidade, porque desapoiavam a preservação da cultura regional. E, às crianças, representação da esperança de um futuro melhor, caberia julgar os maus cuiabanos, gananciosos e egoístas, e, então, fazer/escrever uma nova História Regional.

O texto a seguir apresentará algumas considerações sobre o conceito de região e a relação entre História Regional e regionalismo. Depois, será apresentada uma descrição da revista *Educação em Mato Grosso* como um lugar de representação de uma identidade cultural que se pretende apropriar em sala de aula. E, por fim, será apresentada uma descrição da Universidade como um lugar de produção da História Regional no estado de Mato Grosso.

2.1 História Regional e Regionalismo: algumas considerações

O conceito de região é polissêmico, pois, apesar de ser território da Geografia, foi apropriado de diferentes maneiras pelas mais variadas disciplinas acadêmicas da área das ciências humanas e sociais e, sob qualquer perspectiva de análise, o conceito de região relaciona-se com a noção de espaço. Nas pesquisas historiográficas, é conceito pouco discutido, pouco problematizado. Por vezes, a região aparece como um dado da realidade que não precisa ser em si mesmo pensado ou problematizado, não precisa ser tratado historicamente (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008).

Para Martins (2009), os estudos regionais na historiografia brasileira sucederam em três períodos distintos. O primeiro, durante o século XIX e a primeira metade do século XX, ocorreu sob a influência do IHGB e de seus congêneres provinciais e, depois, estaduais – no

caso de Mato Grosso, o IHGMT. Esta foi a época das corografias², monografias regionais que misturavam história, tradição e memória coletiva. Com raras exceções³, elas eram escritas por membros dos institutos históricos, com subsídio de “informações orais, obtidas de ‘testemunhas’ dos episódios do passado ou originárias da tradição coletiva e/ou dos grupos familiares” (MARTINS, 2009, p. 141). Nestas corografias, havia descrições sobre elementos da natureza, como fauna, flora e recursos naturais; sobre atividades econômicas e, ainda, havia resumos dos principais acontecimentos do passado e biografias de pessoas importantes das regiões e localidades estudadas.

Apesar de suas limitações, como, por exemplo, a fraca articulação entre a História e a Geografia, os conteúdos de ensino das corografias nortearam, ao menos até a década de 1960, “a elaboração de material didático usado nas escolas das localidades e regiões brasileiras, quando não foram, elas próprias, os textos de consulta direta das crianças nas aulas sobre história local e regional” (MARTINS, 2009, p. 141). Nesta época, para o ensino de História Regional de Mato Grosso, destacou-se o livro *Quadro Chorographico de Matto-Grosso* (1906), de Estevão de Mendonça.

De modo geral, pode-se dizer que, durante o século XIX até a primeira metade do século XX, atendendo ao projeto de construção do Estado-nação, aqui entendido como uma *comunidade imaginada*⁴, os estudos regionais serviriam à compreensão dos aspectos identitários específicos que tivessem relevância para a construção de uma identidade nacional brasileira. Na articulação entre História e Geografia, campos que se institucionalizavam à época, surge a História Regional que, entre outras coisas, tinha o propósito de legitimação das fronteiras internas estabelecidas entre os estados, bem como da construção de um passado e tradição comuns, que destacassem as especificidades de cada região e sua respectiva contribuição para a grandeza da nação (MARTINS, 2009).

O segundo período, a partir da década de 1960, ocorreu após a institucionalização do ensino superior no Brasil, elevando a universidade à condição de lugar social privilegiado de

² O termo corografia (do latim, *chorographia*), instituído por Cláudio Ptolomeu (90-168d.C.), figura como uma “descrição de qualquer lugar, país ou região particular” (BLUTEAU, 1712, p. 556). Para Santos (2009, p. 88, grifo do original), é “uma espécie de *história geográfica*, onde aspectos históricos são acompanhados de elementos geográficos”.

³ Em Mato Grosso, Amélia de Arruda Alves, por não ser membro do Instituto Histórico e Geográfico, constituiu-se uma exceção ao escrever seu *Compendio de Chorographia de Matto-Grosso* (1930). Cf. SILVA, SILVA (2018).

⁴ Benedict Anderson (2008) definiu nação como uma *comunidade política imaginada*. E, “é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. [...] Na verdade, qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas.” (ANDERSON, 2008, p. 32-33, grifo do original).

produção da história nacional. Na Universidade de São Paulo (USP)⁵, foram produzidos os primeiros estudos regionais atualizados e rigorosos, teórica e metodologicamente. Entretanto, os historiadores uspianos abordaram especialmente aspectos da história paulista, tais como: a economia cafeeira, a imigração, a industrialização, os conflitos urbanos, os movimentos sindicais e artísticos, entre outros. Além disso, “a hegemonia econômica e acadêmica do estado de São Paulo possibilitou a identificação de sua história com a História do Brasil mais recente” (MARTINS, 2009, p. 142). Para as demais regiões do país, um valor negativo, de falta ou carência, foi atribuído em diversos quesitos na comparação com São Paulo, que foi tomado como um padrão de desenvolvimento. Ainda hoje, nos livros de didáticos empregados nos ensinos fundamental e médio, o regime republicano brasileiro é examinado à luz do “modelo paulista” (MARTINS, 2009, p. 142). Em Mato Grosso, o primeiro curso de História foi implantado no ano de 1968, com a criação do Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá (BENFICA, 2016).

O terceiro e último período, a partir dos anos 1980, coincide com a expansão da pós-graduação para fora do estado de São Paulo. Essa ocorrência permitiu aos programas de mestrado e doutorado corrigirem as distorções resultantes da generalização, para todo Brasil, da trajetória paulista e alimentou novas propostas de estudos regionais, assentadas em bases mais sólidas que dos estudos corográficos. Essa renovação do interesse pelo regional alçou novas perspectivas de estudos, com temas e acervos documentais inéditos, dando visibilidade a eventos relevantes da história de outras regiões do país. No caso de Mato Grosso, os estudos regionais foram aprofundados, com novos objetos e fontes, após a instalação do primeiro curso de pós-graduação em História, criado no ano de 1998, na UFMT.

Para Pesavento (1990, p. 69), a História Regional “seria aquela que buscaria resgatar a dinâmica da prática social dos homens, a partir da análise das condições históricas objetivas num espaço delimitado”. Neste caso, o *espaço* eleva-se a conceito fundamental para se pensar qualquer objeto da História Regional.

História Regional é aquela que toma o espaço como terreno de estudo, que enxerga as dinâmicas históricas *no* espaço e *através* do espaço, obrigando o historiador a lidar com os processos de diferenciação de áreas. A História Regional é a que vê o lugar, a região e o território como a natureza da sociedade e da história, e não apenas como o palco imóvel onde a vida acontece. Ela é História Econômica, Social, Demográfica, Cultural, Política

⁵ O Decreto Estadual n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934, que criou a USP, regulamentou seus oito institutos oficiais, dentre eles a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que abrigou o então curso de Geografia e História, o primeiro da modalidade no Brasil.

etc., referida ao conceito chave de *região*. (MARTINS, 2009, p.143, grifo do original).

Para Bourdieu (1989),

[...] a região é o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas, não só geógrafos, é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que existe uma política de “regionalização” e movimentos “regionalistas”, economistas e sociólogos. (BOURDIEU, 1989, p. 108).

Viscardi (1997, p. 84-85) nos alerta: “A História Regional não se constitui em um método e nem possui um corpo teórico. É uma opção de recorte espacial do objeto estudado”. Ainda, considera que dois problemas se impõem aos pesquisadores da História Regional: 1. A *definição de região*; e 2. Os *critérios definidores do espaço regional*. Diante disso, analisando as pesquisas sobre a temática no Brasil, a autora distingue duas correntes de entendimento a respeito da definição e delimitação do espaço regional.

Na *primeira* corrente, a definição parte do objeto e não do sujeito do conhecimento. É o caso das definições dos pesquisadores que se utilizaram do instrumental marxistas [...]. Para eles, o que define e delimita as fronteiras regionais é o modo de produção vigente visto sob um aspecto mais amplo, o qual envolve não só as relações de produção internacionais como a própria dinâmica da luta de classes. É também o caso daqueles historiadores que se referem ao enfoque sistêmico, [para eles] a região só pode ser entendida como parte de um sistema mais amplo, entendendo por sistema um conjunto de elementos econômicos, políticos e sociais interrelacionados. Por fim, é também a concepção daqueles que priorizam o enfoque cultural [...]. Para eles, a região e sua delimitação se explicam pela construção social elaborada pelos autores estudados. Muito embora tais autores guardem diferenças essenciais entre si, podem ser agrupados a partir desse elemento comum em destaque. Na *segunda* corrente, a definição do que seja a região e suas fronteiras surge das análises produzidas pelo sujeito do conhecimento. Para estes autores, a região é uma construção do sujeito, que igualmente a delimita, a partir de padrões próprios, porém fundamentados na realidade existente. (VISCARDI, 1997, p. 88-89).

Na produção bibliográfica sobre o assunto, deparamos com algumas características básicas, utilizadas para delimitar um determinado espaço, a saber:

a) Fronteiras político-administrativas: são as fronteiras espaciais – país, estado, município – onde acontece o processo histórico. Um exemplo significativo foi a divisão do território nacional em mesorregiões e microrregiões, realizado pelo IBGE, para facilitar a coleta de dados estatísticos. Muitos economistas, geógrafos, planejadores, sociólogos,

inclusive historiadores, têm-se utilizado desta divisão para delimitar uma região;

b) Critérios econômicos: são os casos das regiões onde predominam uma determinada cultura agrícola, ou seja, as zonas canavieiras, cafeiras, algodozeiras, mineradoras, de pecuárias, industriais etc.;

c) Base físico-climática: são as regiões de terras férteis, áridas, semiáridas, desérticas, etc. Neste caso, parte-se do princípio da fertilidade da terra ou das condições climáticas para delimitar uma região;

d) Características vegetativas: são as regiões do brejo, sertão, litoral, agreste, cerrado, pantanal, Amazônia, serra Atlântica, serra do mar etc. Neste tipo de delimitação a vegetação é o sujeito de construção da região;

e) Distribuição demográfica: neste caso, as regiões são delimitadas conforme o fluxo populacional: êxodo rural, superpopulação, vazios populacionais etc. (PRIORI, 1994, p. 182)

Estas características, no entanto, não resolvem o problema da delimitação de um espaço, de uma região: “A região não é uma realidade natural, econômica ou política apenas: ela é uma construção cultural que se faz a partir e levando em conta estas outras dimensões do sublunar” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 60). Diante disso, “o historiador do regional seria aquele que se voltaria contra qualquer cristalização do regional, que fugiria do gesto comum de alojar a região no passado, numa origem” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 64).

Para Mattos (1990), uma região:

[...] não deve ser reduzida a determinados limites administrativos, como os das capitanias. Ela não deve ter também como referências apenas a distribuição de seus habitantes em um determinado território, definido como uma área ecológica, pois não é o fato de um grupo de pessoas habitar um mesmo território que determina o estabelecimento de uma rede de relações sociais e o desenvolvimento de uma consciência comum de pertencer a um mesmo mundo, embora seja certo que uma região não prescinde de uma base territorial. (MATTOS, 1990, p. 02).

O historiador que se propõe a estudar a História Regional frequentemente defronta-se com a questão do regionalismo, quando não é, muitas vezes, ele próprio o seu objeto de estudo.

[...] o regionalismo, em si, define-se como um comportamento político de defesa de interesses, por atores que compartilham uma identidade historicamente construída. Ele pode ser um dos elementos que unificam e mobilizam grupos sociais nas disputas do jogo político. Tende a assumir uma face mais radical, o que implica no desejo de autonomia, podendo chegar, em casos extremos, ao desejo de separatismo, quando resultantes de uma situação, em que seus atores se sentem vitimados pela quebra das regras da distribuição equitativa de vantagens. Portanto, o regionalismo existe e

permanece nos diferentes contextos da História, mesmo em períodos de centralização política, se apresentando de forma encoberta por outros elementos de unificação de interesses. Mas pode ser fortalecido e tornar-se mais visível em determinadas circunstâncias, principalmente naquelas em que a disputa de bens públicos ou de poder político se baseia em critérios de distribuição regionais. (VISCARDI, 1997, p. 90).

O regionalismo exposto das páginas da revista *Educação em Mato Grosso* priorizava a região da Baixada Cuiabana, secundarizando as expressões culturais do restante do estado de Mato Grosso. Compreende-se que a região privilegiada não corresponde às fronteiras geográficas do estado. Assim, “o regional torna-se um conjunto de identidades não vinculado necessariamente aos limites formais estabelecidos” (VISCARDI, 1997, p. 87).

2.1 Revista *Educação em Mato Grosso*: enfoques regionalistas

A revista *Educação em Mato Grosso* foi um periódico educacional publicado pela Secretaria de Educação e Cultura do estado de Mato Grosso (SEC-MT), tendo sua circulação entre os anos de 1978 a 1986. Ao todo, foram produzidas 35 edições ao longo de quase uma década de circulação.

A distribuição era gratuita [...], encaminhada via malotes para todas as delegacias que se encarregavam de distribuí-las para as escolas [...] Uma vez enviada às Delegacias Regionais de Ensino (DRECs), as revistas eram encaminhadas para as escolas estaduais; dependendo do número de exemplares, era encaminhada também para as escolas municipais. (SILVA, 2013, p. 76).

De modo geral, a *Revista* estava estruturada em três grandes partes: “Enfoques”, “Seções” e “Legislação”. O número de páginas variou entre 44 e 96, conforme a edição, pois, como não havia parâmetros pré-estabelecidos para o número de páginas, elas eram ajustadas à quantidade de conteúdo e/ou matéria produzidos para publicação em cada edição. Sua tiragem oscilou entre dois e cinco mil exemplares. Sendo que quatro números não apresentam registro da quantidade de exemplares impressos.

Com relação à sua periodicidade, no início, ela era publicada bimestralmente: da edição número 01, de janeiro de 1978, à edição número 04, de 1979, ano 2. A partir da edição número 01, de 1980, ano 3, a publicação tornou-se trimestral. Porém, por falta de liberação de verbas, “no ano de 1978 e no ano de 1979 ela deixou de circular por um bimestre. No primeiro ano de publicação trimestral, 1980, a *Revista* deixou de circular, também, por um trimestre; o último número deste ano não foi publicado” (SILVA, 2013, p. 75).

A revista *Educação em Mato Grosso* teve ampla circulação tanto no estado de Mato Grosso quanto em outros estados brasileiros. Havia nela uma seção denominada “Correspondências”, na qual se publicavam as cartas de diretores de escolas, fundações, prefeitos, secretários de educação e autoridades dos mais diferentes lugares. A maioria das cartas impressas na seção “Correspondências” são congratulações ao trabalho da equipe técnica responsável. Há cartas de agradecimento dos remetentes pelo recebimento de um exemplar da *Revista*, afirmando ser um instrumento de trabalho de alto valor e, inclusive, fazendo sugestão de matérias para edições futuras.

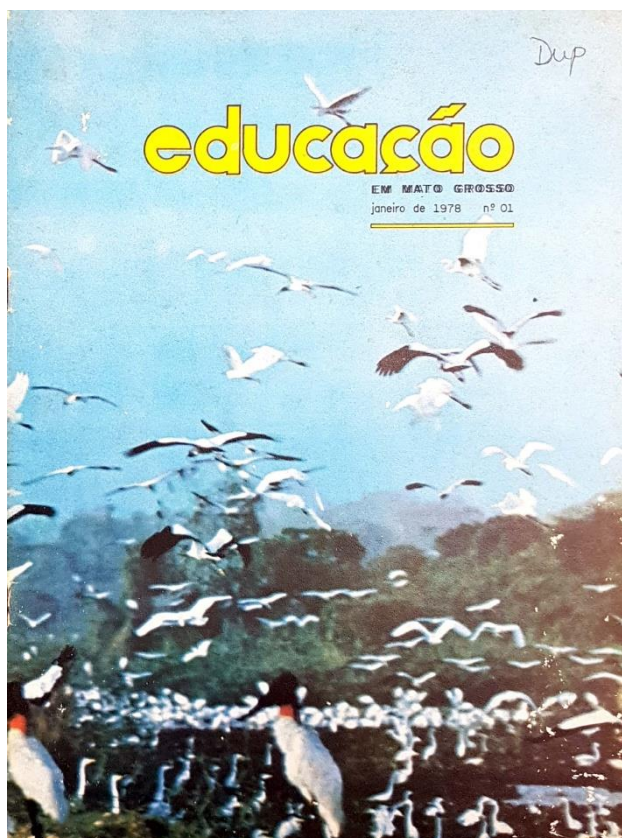
Para a elaboração de conteúdo e/ou matéria para publicação na revista *Educação em Mato Grosso*, a equipe técnica responsável recebeu a colaboração de intelectuais e/ou instituições variadas, mas, especialmente, de professores da Universidade Federal de Mato Grosso.

A Revista Educação em Mato Grosso voltava-se para dar orientação didático pedagógica aos professores, do ensino primário ao segundo grau, através de sugestões de planos de aula, atividades práticas, trabalhos manuais, sugestões de recursos, poesia, literatura, etc. Procurava assim auxiliar o professor no dia a dia da sala de aula trazendo artigos importantes para os leitores como os direcionados à literatura mato-grossense, linguajar cuiabano, produção de textos, sobre cartilhas, em sua maioria de autoria de professores da Universidade Federal de Mato Grosso. (SILVA, 2013, p. 70, grifo do original).

A SEC-MT, ao produzir a revista *Educação em Mato Grosso*, visava à elaboração de uma ferramenta pedagógica que pudesse auxiliar os professores em sua prática cotidiana, especialmente aos que lecionavam no interior do estado. Assim, foi estabelecido um meio de comunicação entre os docentes e a SEC-MT. Com a *Revista*, o Governo Estadual pôde levar e trazer informações, formar e informar professores e profissionais da educação em geral, bem como apresentar as mudanças implementadas pela Lei n. 5692/1971, da *Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus*. Segundo Oliveira (2009, p. 34): “É importante salientar, que em Mato Grosso a Lei 5.692/1971 foi implementada nas escolas a partir de 1975”.

Uma característica da revista *Educação em Mato Grosso* foi a ênfase ao regional, inclusive estampada em suas capas (Figura 3). Abordou-se em várias edições conteúdo e/ou matéria sobre a Literatura mato-grossense, a História e Geografia de Mato Grosso, o linguajar cuiabano, entre outros. A seção “Enfoques”, por vezes, apresentava-se como uma parte da *Revista* dedicada a exibir elementos da cultura mato-grossense.

Figura 3 – Capa do primeiro número da Revista *Educação em Mato Grosso* (1978)⁶



Fonte: Biblioteca Central da UFMT

Na edição número 20, de 1983, ano 6, da *Revista*, a seção “Enfoques”, iniciada com o título “*Nossas raízes culturais, nossas tradições mais puras...*”, apresenta cinco pequenos artigos que abordam traços da cultura mato-grossense. São textos que descrevem as tradicionais festas mato-grossenses, mas, também, os elementos da cultura trazidos pelos migrantes: *O propósito da tradicional Festa de São Benedito*, de Josephina Paes de Barros Lima; *Festas Antigas do Divino Espírito Santo*, de Nilce de Mattos Barreto; *A primeira corrida de touros*, de Francisco Alexandre Ferreira Mendes; *O antigo Campo D’Ourique*, de Mariluce Badre Teixeira e de Maria de Lourdes Coutinho Silva; *Vocabulário “canaranense”, resultado da migração sulista*, de Ceres Elisa da Fonseca Rosas.

No texto *O propósito da tradicional Festa de São Benedito*, de Josephina Paes de Barros Lima⁷, exigiu-se que fosse preservada a cultura tradicional cuiabana, porém sem negar a cultura dos migrantes que estavam chegando ao estado de Mato Grosso. Para autora, a nova

⁶ Revoada de pássaros no Pantanal de Mato Grosso, com o enquadramento de um tuiuiú (*Jabiru mycteria*) em primeiro plano. O tuiuiú, ou jaburu, é considerado a ave-símbolo do Pantanal.

⁷ Josephina Paes de Barros Lima nasceu em Cuiabá (MT), em 1930. É professora aposentada pela UFMT. Filha do médico e político Agrícola Paes de Barros, membro de família tradicional de Cuiabá. Autora de estudos sobre a geografia e a cultura mato-grossense, foi uma das fundadoras do *Muxirum Cuiabano*.

cultura mato-grossense deveria ser uma cultura híbrida, que mantivesse elementos do passado somados ao que de melhor fosse herdado dos migrantes.

A tradicional festa de S. Benedito, hoje, já não se apresenta com o esplendor de antigamente.

Coisas do progresso, dizem os conformistas.

E, nesse conformismo estamos perdendo nossas raízes culturais, nossas tradições mais puras.

Vai chegar o dia em que o siriri, o cururu, as danças embaladas pelos rasqueados fronteiriços, os famosos limpa-bancos serão substituídos pelos forrós, pelas danças gaúchas e outras mais.

Em lugar de enriquecermos nossos valores culturais, com novas aquisições dos que conosco vêm viver, abdicamos do que é nosso, por esquecimento, ignorância ou descaso, e, assumimos outros valores alienígenas...

Sinal do Progresso? (LIMA, 1983, p. 11).

Nesta época, a grande preocupação dos representantes da elite local era a descaracterização da cultura mato-grossense com a substituição dos referenciais nativos pelos dos migrantes. Uma estratégia para sua preservação era a fusão com a cultura dos migrantes que estavam chegando em Mato Grosso. Deste modo, era desnecessária uma atitude bairrista, xenofóbica, pois o processo de migração era irreversível. E, se a situação já estava posta, a melhor atitude seria a assimilação daquilo que melhor convinha à manutenção da cultura mato-grossense⁸.

Os textos *Festas Antigas do Divino Espírito Santo*, de Nilce de Mattos Barreto⁹, e *A primeira corrida de touros*, de Francisco Alexandre Ferreira Mendes¹⁰, narram dois diferentes momentos festivos de encontro entre as famílias cuiabanas, mas que ocorriam um por conseguinte ao outro, reminiscências da Cuiabá de outrora, das “festas lindas e maravilhosas [que] havia nos tempos passados; festas essas que deixaram eterna recordação!...” (BARRETO, 1983, p. 14). Até as primeiras décadas do século XX, ao término da Festa do Divino Espírito Santo, aconteciam as corridas de touros – as touradas cuiabanas –, no antigo Campo D’Ourique, hoje Praça Pascoal Moreira Cabral, onde se localiza a Câmara Municipal

⁸ Em conversa entre Eduardo Mahon, membro da Academia Mato-Grossense de Letras, e Antônio Ernani Pedroso Calháo, um dos fundadores do *Muxirum Cuiabano*, foram apontadas as estratégias utilizadas por representantes das tradicionais famílias cuiabanas para enfrentar a influência cultural do migrante sobre a cultura regional. *Diário de Cuiabá*. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=521772>. Acesso em: 18 jun. 2019.

⁹ Nilce de Mattos Barreto foi escriturária do Departamento de Saúde do estado de Mato Grosso.

¹⁰ Francisco Alexandre Ferreira Mendes nasceu em Cuiabá (MT), em 1897. Foi professor, jornalista e historiador. Exerceu diversos cargos públicos, como diretor da Escola Normal “Pedro Celestino” e diretor-geral da Instrução Pública do Estado. Escreveu em vários jornais e publicou vários livros sobre a cultura mato-grossense. Foi sócio efetivo do IHMG e AML. Morreu em Cuiabá (MT), em 1984 (FERREIRA, 2014, p. 254).

de Cuiabá. A descrição das festas, comidas e tradições locais, narrativas marcadas por determinados regionalismos, serviria para construção de uma memória histórica regional.

A velha gente cuiabana porém, revive na memória por entre saudades dos tempos idos e vividos, a lembrança daquela época passada. E enquanto a cidade bicentenária se transforma e cresce, agita-se e moderniza-se, perpetuando nas gerações que surgem, o espírito da antiga gente, nesse bruhá-há (sic) contínuo das ruas agitadas, paira sobre a urbs imortal a memória imperecível das glórias que nobilitam, enobrecem e tornam grande o povo tradicional, que continua imortal na alma e no coração da nossa gente cuiabana. (MENDES, 1983, p. 18).

As touradas de Cuiabá, extintas em 1936, eram a expressão profana das festividades locais (CAMARGO, 2012). De regra, ocorriam como arremate das solenidades religiosas, tais como as festas do Divino Espírito Santo ou de São Benedito. Ainda hoje, a Festa do Divino Espírito Santo é realizada como parte das celebrações do dia de Pentecostes¹¹ e a Festa de São Benedito, em Cuiabá, é realizada no primeiro domingo de julho¹².

No texto *O antigo Campo D'Ourique*, as autoras Mariluce Badre Teixeira¹³ e Maria de Lourdes Coutinho Silva¹⁴, ao apresentarem um pouco da história da praça onde se faziam as execuções de condenados à pena de morte, recordam a trajetória histórica de Cuiabá e sua importância para formação contemporânea do estado de Mato Grosso, bem como para a configuração dos então novos espaços geográficos brasileiros. Para as autoras, os lugares de memória de Cuiabá havia imperiosa necessidade de cultivar porque eram eles que caracterizavam o povo cuiabano.

Cuiabá vive hoje momentos semelhantes aos do início de colonização, quando os bravos bandeirantes abeiravam a nossa Forquilha em busca do sonho dourado.

Podemos dizer que Cuiabá, hoje, é Terra de Canaã, onde a migração de pessoas em busca de melhores perspectivas assolam a terra do Senhor Bom Jesus, na esperança de vida melhor. São os bandeirantes do século XX, na luta pela sobrevivência.

¹¹ Pentecostes é uma “festa da Igreja católica em memória da descida do Espírito Santo aos apóstolos [de Jesus Cristo], 50 dias depois da Páscoa” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2180).

¹² Noutros lugares do Brasil, a Festa de São Benedito ocorre em diferentes datas, conforme calendário de cerimônias religiosas da localidade.

¹³ Mariluce Badre Teixeira nasceu em Cuiabá (MT), em 1954. Formou-se em Letras pela UFMT, em 1979, e concluiu o doutorado em Educação pela mesma instituição, em 1999. Foi professora do Instituto de Linguagens da UFMT. Morreu em Cuiabá (MT), em 2013.

¹⁴ Maria de Lourdes Coutinho Silva nasceu em Sapé (PB), em 1926, e mudou-se para Cuiabá (MT), em 1969. Formou-se em Letras pela UFMT, em 1973. Foi professora da rede pública de ensino do estado de Mato Grosso. Morreu em Cuiabá (MT), em 2003.

Se voltarmos ao passado, reviveremos as nossas origens, as nossas tradições as quais nos dão aquele agradável saudosismo e a vontade de, também, consolidarmos com aqueles que preservam a tradição da memória regional. Nas nossas raízes, sentimos a grandiosidade da resistência dos nossos antepassados e, a bravura de homens aventureiros que aqui aportavam em busca de ouro e de pedras preciosas. Esses bandeirantes, às margens de rios e córregos, armaram suas barracas e, de alavanca nas mãos, desbravaram a terra virgem, extraindo o precioso metal que, no subsolo, assegurava o poderio do pequeno arraial que surgia em pleno centro da América do Sul. Dessa maneira, Cuiabá foi-se impondo, de arraial ao polo desenvolvimentista de hoje, cheia de história com páginas repletas de suor e de glória. (TEIXEIRA; SILVA, 1983, p. 19).

O processo de transformação de Mato Grosso foi resultado da política de ocupação da Amazônia Meridional, que trouxe para a região milhares de pessoas provenientes dos mais diferentes lugares do Brasil, bem como da divisão do estado, em 1977, e posterior desmembramento da parte sul do seu território, em 1979. Em resumo, a criação de Brasília, a construção de rodovias que conectassem a região amazônica ao restante do país e a implantação do *Programa de Integração Nacional* (PIN) pelo Governo Federal, em 1970, resultaram no surgimento de diversas novas cidades em Mato Grosso e ampliação da fronteira agrícola nacional. Neste período, Cuiabá passou a ser conhecida como o *Portal da Amazônia*.

Vale dizer que, nos últimos 50 anos, há uma forte relação entre o processo de colonização e migração e as políticas de identidade em Mato Grosso, como afirma Galetti (2012):

Os anos 70 [do século XX] correspondem também a uma fase de renascimento do IHMT, que entra numa fase de mutismo desde os anos 50 [do século XX]. Como à época de seu nascimento, feitas as devidas ressalvas, a instituição se confronta com a perspectiva da ameaça à supremacia política e cultural dos *nativos*, representada por velozes transformações demográficas, econômicas e sociais decorrentes do avanço da frente de expansão capitalista em Mato Grosso e com a própria discussão acerca da divisão do estado, consumada pelo regime militar em 1977. Tem-se, neste momento, uma reativação do discurso histórico elaborado nos anos 1920/1930 por esta instituição, e uma maior utilização de elementos do universo da cultura popular mato-grossense nas representações da identidade regional, até então pouco explorados pelo IHMT. (GALETTI, 2012, p. 367-368, grifo do original).

No texto *Vocabulário “canaranense”, resultado da migração sulista*, a autora, Ceres Elisa da Fonseca Rosas¹⁵, relatou sua experiência como professora numa região de intenso

¹⁵ Ceres Elisa da Fonseca Rosas formou-se em Letras pela Universidade de São Paulo. É professora aposentada da rede pública de ensino do estado de Mato Grosso. Foi uma das fundadoras da *Associação de Estudos Huna do*

fluxo migratório. Ao chegar em Canarana, cidade do estado de Mato Grosso, a autora, uma professora migrante do estado de São Paulo, encontrou “dificuldades de comunicação oral, pois sendo a população de origem predominantemente sulina, seu falar incluía termos desconhecidos para mim [Ceres] até então” (ROSAS, 1983, p. 21). Alguns termos usados na localidade eram puramente regionais do Sul, tais como *piá* (criança), *inço* (erva daninha), *caíque* (bote).

A autora fez a opção de respeitar os conhecimentos prévios de seus alunos. Ao invés de considerar seus regionalismos como errado, ela buscou compreender as experiências sociais de cada um deles. Como resultado, produziu um pequeno dicionário, com os vocábulos e as expressões mais utilizadas pelo povo da região, que julgou ser útil para outros professores que, porventura, viessem a passar por situação semelhante (ROSAS, 1983).

Na edição número 27, de 1985, ano 7 da *Revista*, a seção “Enfoques” traz o artigo intitulado *Valor social do falar cuiabano*, de autoria de Maria Luiza Canavarros Palma¹⁶, no qual se destacou a importância da conservação de traços linguísticos dos cuiabanos tradicionais para preservação da cultura regional. Para a autora, os cuiabanos mais jovens, entre vinte e quarenta anos de idade, para alcançar maior prestígio social, estavam forçosamente substituindo *tche* e o *dje*, que identificam o típico falar da região, pelo uso do *ch* e *je*, de maior prestígio social em palavras, por exemplo, como chuva (*tchuva*) e jeito (*djeito*).

Dizer que cuiabanos de vinte (20) a quarenta (40) anos substituem, mais fortemente, traços linguísticos de sua comunidade por outros de maior prestígio não significa somente dizer que seu falar se modifica. Significa muito mais. Significa que vêm eles incorporando outros padrões de comportamentos sociais, outros valores, outro modo de vida. O relevante aqui não é somente o fato de o cuiabano estar substituindo seu modo de falar, seu modo de viver; relevante é o fato de o cuiabano querer banir esse traço linguístico de sua comunidade, banir o modo de viver que o identifica com seus familiares, com seu crescer nessa região. (PALMA, 1985, p. 44).

A autora considerou que a substituição de traços linguísticos regionais por outros exóticos (dos migrantes que chegavam à região desde a década de 1960: paulistas, paranaenses, gaúchos, mineiros, entre outros) podia ser atribuído à posição sócio-político-

Brasil, uma organização que tem como finalidade divulgar os ensinamentos do psicólogo americano Max Freedom Long (1890-1971).

¹⁶ Maria Luiza Canavarros Palma nasceu em Cuiabá (MT), em 1925. Foi autora do primeiro estudo científico sobre o linguajar cuiabano. Concluiu o doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 1989. Foi professora do Instituto de Linguagens da UFMT. Filha única da professora e musicista Zulmira Canavarros, membro de família tradicional de Cuiabá. Morreu em São Paulo (SP), em 2005. Disponível em: <https://www.ufmt.br/noticias/noticia/4026/morre-autora-do-primeiro-estudo-cientifico-sobre-o-falar-cuiabano>. Acesso em: 18 jun. 2019.

econômica que Mato Grosso ocupava no cenário nacional. Para autora, o lugar social de onde falava o mato-grossense, durante décadas, vinha sendo estigmatizado pelas representações que lhes atribuíam os habitantes dos grandes centros urbanos do país. Por isso, os cuiabanos negavam o falar dos seus ancestrais (PALMA, 1985).

Em síntese, a revista *Educação em Mato Grosso*, periódico educacional publicado pela Secretaria de Educação e Cultura do estado de Mato Grosso, foi um instrumento de formação de professores, mas foi também uma ferramenta de divulgação das coisas da gente e terra mato-grossenses. Nas suas páginas, buscou apresentar as festas tradicionais, as cidades símbolos e as manifestações culturais que caracterizavam o espírito do cuiabano. São textos que auxiliavam o planejamento em Literatura, História e Geografia de Mato Grosso.

2.2 Mato Grosso: o ensino que deve ser intensificado

O título deste texto é uma referência ao artigo homônimo da revista *Educação em Mato Grosso*, publicado na edição número 1, de 1980, ano 3. De autoria das professoras Clarice Ramos Corrêa¹⁷ e Romilda Scarmanhani da Silva¹⁸, nele há reflexões que visam a contribuir com o debate sobre a implantação de temas regionais no currículo escolar mato-grossense naquele período.

É importante lembrar que, nesse período, as determinações legais para a educação pública brasileira estavam expressas na Lei n. 5692/1971, da *Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus*, que extinguiu dos currículos escolares o ensino da História e da Geografia no 1º Grau como disciplinas autônomas. Estas foram fundidas na disciplina de Estudos Sociais. De inspiração estadunidense, esta disciplina foi implantada em obediência aos acordos celebrados entre a Ditadura Militar do Brasil e o governo dos Estados Unidos (Acordos MEC-USAID)¹⁹.

As autoras começam citando o objetivo da disciplina de Estudos Sociais que, segundo o artigo 3º, alínea b, da Resolução n. 08, de 10 de dezembro de 1971, fixa o núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º Graus, definindo-lhes os objetivos e a

¹⁷ Clarice Ramos Corrêa nasceu em Cuiabá (MT), em 1949. É professora aposentada da rede pública de ensino do estado de Mato Grosso.

¹⁸ Romilda Scarmanhani da Silva nasceu em Mandaguari (PR), em 1947, e mudou-se para Cuiabá (MT), em 1973. É professora aposentada da UFMT, onde formou-se em Geografia, em 1976. Concluiu o mestrado em Educação pela mesma instituição, em 1999. É esposa do músico, jornalista e escultor Hélio Pimentel, autor de *Cuiabália* (2013), livro que reúne crônicas impressas nos jornais de Cuiabá, ao longo da década de 1980, trazendo como temática central a conservação do Patrimônio Histórico de regional.

¹⁹ Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Visavam a estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. *NAVEGANDO na história da educação brasileira – HISTEDBR*. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_mec-usaid%20.htm. Acesso em: 18 jun. 2019.

amplitude: “ao ajustamento crescente do educando ao meio, cada vez mais amplo e complexo, em que deve não apenas viver como conviver, dando-se ênfase ao conhecimento do Brasil na perspectiva atual do seu desenvolvimento” (BRASIL, 1971).

Adiante, citam a realização de um seminário em Cuiabá, no ano de 1979, intitulado *O que se ensina sobre Cuiabá nas escolas de 1º Grau*, no qual se constatou que a temática era pouco conhecida, ou totalmente desconhecida, pelos professores da rede pública de ensino. Logo, nada, ou quase nada, era ensinado pelos professores nas escolas públicas de 1º Grau do estado.²⁰ Tal situação, segundo as autoras, foi confirmada quando se avaliou o nível de conhecimento dos estudantes mato-grossenses sobre o tema.

Diante da situação, as autoras elencaram três questões norteadoras para se pensar a implantação de temas regionais no currículo escolar mato-grossense:

Estaria também este fenômeno ocorrendo no ensino de Estudos sociais em todo o Estado de Mato Grosso? Qual tem sido a ênfase dada ao ensino sobre o município e o estado em nossas escolas? Como “o meio ambiente próximo” tem sido explorado no ensino dos Estudos Sociais? (CORRÊA; SILVA, 1980, p. 52).

Naquela época, para o ensino de Estudos Sociais, sugeria-se a metodologia dos círculos concêntricos, isto é, a aprendizagem dos alunos deveria ocorrer dentro de uma lógica linear, partindo do mais simples e próximo ao mais complexo e distante: família, escola, comunidade, município, estado e país, objetivando a integração espaço-temporal. Segundo as autoras, “pouca atenção vem sendo dada no cumprimento desse processo lógico para o ensino-aprendizagem de Estudos Sociais” (CORRÊA; SILVA, 1980, p. 52). Prática que, segundo elas, comprometeria a implantação de temas regionais no currículo escolar mato-grossense.

Considerando o que está mais próximo, sabe-se que a maior ênfase dada em Estudos Sociais, tem-se restringido a datas comemorativas, prescindindo de estudo e análise crítica dos fatos (causas e consequências). Assim, pode-se mesmo afirmar que, de modo geral, pouco ou quase nada se estuda sobre

²⁰ O primeiro evento para a discussão da História de Mato Grosso de que se tem notícia ocorreu em 1973, em Cuiabá. Realizado pela Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso, o *1º Simpósio Estadual de Pesquisa Histórica* contou com a participação de professores universitários, de professores de História das escolas de Mato Grosso e de pessoas da comunidade interessadas no assunto. O *Simpósio* teve como objetivos “a necessidade de defesa do patrimônio histórico mato-grossense, a proposta de desenvolver a pesquisa histórica [regional] e de ‘criar condições para a elaboração de uma História de Mato Grosso’ para ser utilizada como material didático nas escolas de 1º e 2º graus do Estado” (BENFICA, 2016, p. 314).

Mato Grosso, decorrendo daí o fato de os jovens estudantes pouco ou nada conhecerem da cultura mato-grossense.²¹

Tal problemática pode trazer o perigo de descaracterização do patrimônio artístico-cultural mato-grossense, bem como o de tornar o estado alheio e desconhecido dos seus próprios habitantes, em todos os aspectos e, particularmente, no seu processo de evolução político-econômica. (CORRÊA; SILVA, 1980, p. 53).

Percebe-se que o resultado da migração para o estado de Mato Grosso, após a década de 1970, resultou em preocupação excessiva aos representantes da elite política local. O receio de uma descaracterização dos costumes nativos era sensível nos discursos sobre a necessidade de implantação de temas regionais no currículo escolar mato-grossense. Estes discursos nos levam a deduzir que, se não houvesse a migração, os temas regionais poderiam ter recebido menor atenção, sendo atribuída pouca importância aos seus conteúdos.

Considerando que atualmente o Estado de Mato Grosso vem sofrendo sensíveis transformações, cabe à escola assumir uma linha de trabalho no sentido de possibilitar ao professor transformar-se no verdadeiro dinamizador do processo educativo, estimulando os alunos ao conhecimento e estudo crítico das transformações por que vem passando o Estado.

Qualquer atividade empreendida, ainda que o enfoque central não seja o ensino sobre Mato Grosso e/ou município, o orientador de aprendizagem tem possibilidade de explorar aspectos relacionados, a fim de que o ensino atenda à sequência proposta no currículo de Estudos Sociais, facilitando a integração espaço-temporal. (CORRÊA; SILVA, 1980, p. 53).

Para as autoras, ao professor cabia o papel de defensor da cultura mato-grossense. Era ele que deveria estar atento para que tais conteúdos nunca faltassem no planejamento das aulas. No entanto, havia alguns problemas a serem resolvidos: como fazer se boa parte dos professores da rede pública de ensino também eram migrantes? Como se ensinar um conteúdo que não se sabe? Esse foi um desafio a ser resolvido pelas políticas educacionais dos governos daquela época.

Na tentativa de subsidiar o trabalho do professor, na elaboração dos planos de ensino de Estudos Sociais, as autoras elencaram uma seleção de temas regionais, tomando a cidade de Cuiabá como exemplo.

- I. Cuiabá Atual: Localização no Estado; Cidades limítrofes; Distritos; Principais bairros; Importância de Cuiabá para o Estado;
- II. Fundação de Cuiabá: Origem; Principais fatos; Primeiras povoações;

²¹ Vale dizer que, sob o discurso de adequação à linguagem e à realidade regional mato-grossense, em 1977, foi elaborada a cartilha *Nossa Terra, Nossa Gente*, depois transformada em *Ada e Edu*, em 1978 (AMÂNCIO; CARDOSO, 2006).

- III. Aspectos naturais: Relevo; Clima; Vegetação; Hidrografia;
- IV. População: Distribuição; Grupos étnicos; Fluxo migratório; Tipo característicos;
- V. Atividades econômicas: Pecuária; Agricultura; Indústria; Comércio e Serviços;
- VI. A região da Grande Cuiabá: Municípios fronteiriços; Várzea Grande, a cidade industrial; A interdependência dos municípios;
- VII. Rio Cuiabá: Valor econômico; Áreas pesqueiras; Papel histórico; Cidades banhadas pelo rio Cuiabá;
- VIII. Cuiabá, Portal da Amazônia: Importância de Cuiabá para a integração nacional; Principais rodovias;
- IX. Aspectos turísticos e ecológicos de Cuiabá: Praças; Monumentos históricos; Paisagem atual e antiga; Museus;
- X. Governo Municipal: Os três poderes; Serviços públicos; Direitos e deveres do cidadão;
- XI. Folclore Cuiabano: Lendas; Artes; Danças; Costumes; Artesanato; Festas tradicionais;
- XII. Personagens ilustres;
- XIII. Símbolos municipais: Bandeira; Hino e Brasão. (CORRÊA; SILVA, 1980, p. 53-54).

Porém, as autoras consideram que não era necessário ao professor restringir os conteúdos de seu plano de ensino de Estudos Sociais ao estado e município, mas à realidade em que o aluno estava inserido. Para um maior aproveitamento e interesse na aquisição de informações dos conteúdos pelos alunos, o professor deveria “partir sempre do ambiente próximo do aluno para se chegar ao conhecimento mais amplo, do concreto para o abstrato, do conhecido para o desconhecido, estabelecendo relações, comparações, analisando criticamente fatos e fenômenos” (CORRÊA; SILVA, 1980, p. 54).

Outra preocupação manifestada no texto era de libertar o professor do controle exercido pelas sugestões de temas e/ou esquemas indicados pelos livros didáticos ou pelo roteiro geral da proposta curricular de Estudos Sociais. Isso porque, se o objetivo era valorizar a cultura mato-grossense, estes documentos deveriam ser produzidos com ênfase na região, mesmo que abdicassem de especificações técnicas mais detalhadas.

Deste modo, caberia ao professor elaborar um roteiro de ensino de Estudos Sociais que melhor correspondesse às especificidades do meio social ao qual sua escola estivesse inserida. É uma tomada de posição política, porque, além de atender às peculiaridades de cada município, de cada cidade, de cada escola e aos diferentes interesses dos alunos, valorizaria as coisas da gente e terra mato-grossenses.

Uma tomada de posição frente ao ensino de Estudos Sociais deve ser assumida, de modo a facilitar ao educando a oportunidade de conhecer e valorizar a terra mato-grossense em todos os aspectos, o que concorrerá,

certamente, para a compreensão de fatos e fenômenos do processo de evolução e desenvolvimento do país e do mundo.

Assim, urge que sejam intensificados estudos e pesquisas concernentes a Mato Grosso, por parte do professor, para que este, seguro de informações, possa despertar nos estudantes da terra o desejo de melhor conhecê-la. (CORRÊA; SILVA, 1980, p. 54).

O texto apresentado é um exemplo do principal objetivo da revista *Educação em Mato Grosso*, ou seja, estimular a implantação de temas regionais no currículo escolar mato-grossense. Esta tarefa não foi exclusividade da Secretaria de Educação e Cultura do estado de Mato Grosso. Outras instituições também assumiram essa empreitada. Se no início do século XX o IHGMT havia sido o baluarte da construção e preservação da memória historiografia regional, nas últimas décadas do mesmo século esse papel fora assumido pela UFMT. São momentos distintos do tempo com agentes e instituições distintas na produção e escrita da História de Mato Grosso.

2.3 A Universidade em defesa da História Regional escolarizada

A primeira iniciativa de implantação do ensino superior institucionalizado em Mato Grosso, com sede física e estrutura burocrática criadas para este fim específico, data da década de 1930²², porém foi apenas nos anos de 1970 que as primeiras universidades foram criadas no estado (SÁ; MONTEIRO, 2017): a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT)²³ e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)²⁴, ambas no governo de Pedro Pedrossian²⁵ (1966-1971).

Quando o estado de Mato Grosso foi dividido em dois, em 1977, dando origem ao estado de Mato Grosso, com capital em Cuiabá, e ao estado de Mato Grosso do Sul, com capital em Campo Grande, a Universidade Estadual de Mato Grosso teve sua unidade mantenedora alterada. Assim, em 1979, a UEMT foi transformada em Universidade Federal

²² Através do Decreto-lei Estadual n. 87, de 18 de setembro de 1936, no segundo governo de Mário Corrêa da Costa, foi criada a Faculdade de Direito de Mato Grosso (DORILEO, 2005).

²³ Criada pela Lei Estadual n. 2.947, de 16 de setembro de 1969. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-2947-1969.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

²⁴ Criada pela Lei Federal n. 5.647, de 10 de dezembro de 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5647.htm. Acesso em: 18 jun. 2019.

²⁵ Pedro Pedrossian nasceu em Miranda (MS), em 1928. Formou-se engenheiro civil pela Escola de Engenharia da Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo (SP), em 1952. Ocupou os cargos de engenheiro residente e chefe de divisão da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil no então estado de Mato Grosso e de diretor superintendente em Bauru (SP), de 1961 a 1964. Foi assessor do presidente da Rede Ferroviária Federal, no Rio de Janeiro. Na política, foi governador do estado de Mato Grosso (1966-1971), senador pelo estado de Mato Grosso do Sul (1979-1980) e governador do estado de Mato Grosso do Sul por dois mandatos (1980-1983 e 1991-1995). Ao longo de suas gestões, foram criadas três universidades: a UEMT (atual UFMS), em 1969, a UFMT, em 1970 e a UEMS, em 1993. Morreu em Campo Grande (MS), em 2017 (ARAÚJO, 2007; BENFICA, 2016).

de Mato Grosso do Sul (UFMS), que, posteriormente, teve uma parte desmembrada para dar origem à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em 2005.

Com relação à formação de professores de História, a primeira iniciativa ocorreu no ano de 1968, com a criação do Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá (BENFICA, 2016). Além desse, anos depois, foram criados mais cinco cursos de História, nas seguintes cidades: Três Lagoas (1970), Dourados (1973), Aquidauana (1983) e Rondonópolis (1986), os três primeiros vinculados à UEMT/UFMS e o último vinculado à UFMT. Soma-se, ainda, o primeiro curso de História da UFMT, criado em 1970, mas instalado no ano de 1979, em Cuiabá. É desde a fundação do primeiro curso de História que se propôs aprofundar pesquisas sobre a História Regional de Mato Grosso.

A construção de um campo de pesquisa em história regional foi empreendida, sobretudo, por forasteiros, professores que buscaram compreender as forças sociais que atuavam ao seu entorno e procuraram estudar objetos históricos espacialmente mais próximos. A denominação “regional” incorpora as divisões políticas do Brasil entre a União, Estados e Municípios. A pesquisa que se restringisse aos fenômenos de um município apontava para a história local; aquela que ampliava a demarcação espacial para outros municípios, que politicamente eram atraídos pelo poder político-administrativo da capital, apontava para a chamada história regional. (BENFICA, 2016, p. 22)

Antes das universidades, a produção historiográfica mato-grossense ficava a cargo do IHGMT, representado pela sua plêiade de memorialistas locais (ZORZATO, 1998). O processo de modernização do estado de Mato Grosso possibilitou a ampliação da rede pública de ensino superior e, por isso, impulsionou a importação de professores de outros estados brasileiros para lá trabalharem. Este movimento ocasionou a renovação das metodologias de investigação e análise das fontes históricas e, com isso, novas formas de interpretação do passado.

No entanto, esse processo não foi tranquilo, pois a chegada de novos intelectuais (professores/historiadores universitários) ao estado, sem nenhum vínculo familiar com os donos do poder, revelando fatos desconhecidos, ou escondidos, pelos memorialistas locais, causou um mal-estar entre os representantes do IHGMT e da UFMT, como se pode ver no editorial do jornal *O Estado de Mato Grosso*, de 17 de janeiro de 1974. Neste, sob a direção do jornalista Pedro Rocha Jucá²⁶, foi assim apresentado o impasse:

²⁶ Pedro Rocha Jucá nasceu em Crato (CE), em 1941, e mudou-se para Cuiabá (MT), em 1959. É jornalista e escritor. Foi diretor do jornal *O Estado de Mato Grosso* por vinte e cinco anos e fundador do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Mato Grosso, que presidiu por nove anos. Publicou mais de dez livros

Rebuscando o Passado de MT

Tomamos ontem contato, através do professor Célio Cunha, diretor do Departamento de Ensino e Pesquisas, da Universidade Federal de Mato Grosso, de um dos mais importantes projetos culturais já postos em prática dentro de nosso Estado. Trata-se de um completo levantamento sobre o passado de Mato Grosso, rebuscando fatos que até mesmo os nossos melhores historiadores deixaram de citar, justamente por falta dos elementos necessários para a competente pesquisa. Este levantamento está se processando há vários meses e já levou elementos da Universidade Federal de Mato Grosso até a península ibérica, à procura de documentos importantíssimos que precisam ser consultados não só pelos universitários e outras pessoas interessadas sobre o assunto. Agora mesmo foram contratados serviços de microfilmagens sobre diversas fases da vida mato-grossense e, segundo o professor Célio Cunha, a Universidade Federal de Mato Grosso vai aprofundar estas pesquisas, numa contribuição mais do que importante para a cultura e para a história do nosso Estado.

Diante da imensidão de elementos disponíveis, já manuseiados [sic], já identificados, já microfilmado, já catalogados, já programados, já coordenados e até mesmo já antevistos, pudemos fazer uma idéia exata sobre a grande obra realizadas por nomes como Estevão de Mendonça, Rubens de Mendonça, Francisco Alexandre Ferreira Mendes, Luis Philippe Pereira Leite, Isac Póvoas, Firmo Rodrigues e tantos outros nomes de escol que reviveram as brilhantes páginas da História de Mato Grosso sem ajuda oficial, sem recursos técnicos, usando única e exclusivamente a sua inteligência e o ideal de prestar um serviço de monta ao Estado na rememoração histórica.

Agora, quando a Universidade Federal de Mato Grosso lança-se neste arrojado e caríssimo projeto, sugerimos o aproveitamento da inteligência destes historiadores, pois eles podem oferecer nova e decisiva colaboração ao levantamento histórico do nosso Estado. Temos a plena certêza de que, se convocado, o Instituto Histórico de Mato Grosso dará tôda a ajuda possível visando o maior êxito deste empreendimento.

Convocamos, também, a Secretaria da Educação e Cultura para que se integre a este programa, pois se a união faz a fôrça a conjugação de esforços facilita a realização da obra por todos almejada que é o levantamento da nossas História e da nossa cultura.

Aproveitamos a ocasião para endereçar os melhores aplausos à Universidade Federal de Mato Grosso, especialmente ao seu reitor Gabriel Novis Neves e ao professor Célio Cunha, diretor do DEPEs. (JUCÁ, 1974, p. 2).

Para os professores/historiadores universitários, era necessário colocar o estado de Mato Grosso no centro das preocupações historiográficas. Com isso, além de maior visibilidade, haveria também a possibilidade de reinterpretar fatos já consagrados pelos memorialistas locais e, provavelmente, estimular o aumento do número de obras

sobre a história e a cultura mato-grossense, além de ter recebido diversas comendas e títulos de cidadania cuiabana e mato-grossense. É sócio efetivo do IHMG e AML. *ACADEMIA Mato-grossense de Letras*. Disponível em: <http://www.academiadeletrasmt.com.br/site/cadeiras/cadeira-22/138-pedro-rocha-juca>. Acesso em: 18 jun. 2019.

memorialísticas. Segundo Corrêa, em artigo intitulado *Em defesa da História Regional*, publicado na revista *Grifo*²⁷, de dezembro de 1979:

Existe hoje entre historiadores, professores e estudantes de História uma tendência à valorização e incentivo da pesquisa sobre o que convencionou chamar de **História Regional**. Nesse sentido, muito cursos superiores de História já têm incluído em seus currículos essa disciplina que visa introduzir nos meios universitários conhecimentos básicos a respeito da história local.

No entanto, pode parecer à primeira vista de uma disciplina que tem por objetivo o estudo de aspectos de uma região em sua formação histórica, possa levar a um enfoque de cunho particularista, e ainda com ranços tradicionais de um regionalismo estéril. Entretanto, o estudo de História Regional deve adquirir um sentido muito mais amplo, de modo a contribuir para uma maior compreensão da própria História do Brasil.

Dessa forma, a ênfase dada à História de Mato Grosso, como exemplo, não deve ser encarada dentro da perspectiva de que o somatório de histórias regionais daria melhores condições para o entendimento real da História do Brasil. Os estudos e análises da História Regional permitem sim, compreender a própria história brasileira considerando-se que as bases estruturais que as fundamentam são as mesmas, ainda que resguardadas as peculiaridades de cada região.

Nessa perspectiva, a disciplina História Regional deve adquirir um dinamismo próprio, transformando-se num foro de debates que leve a uma compreensão da realidade histórica com novos caminhos para uma revisão do processo da região mato-grossense. Tendo-se em mente que a “História é filha do seu tempo”, no dizer de Lucien Febvre, a revisão crítica da historiografia mato-grossense apresenta-se cada vez mais como uma necessidade face às novas conquistas metodológicas do campo histórico. Esse posicionamento, entretanto, não deve levar a uma xenofobia com relação aos historiadores tradicionais que procuraram tão somente descrever a História de Mato Grosso, e que devem ser compreendidos dentro da vasta historiografia mato-grossense, cada qual com a contribuição que prestou, circunscrito em seu tempo e sua realidade.

Por outro lado, do estudo crítico da História Regional é que devem sair livros didáticos que realmente representem a realidade mato-grossense. Com raras exceções (como o livro “Terra Verde” da professora Lúcia Salsa Corrêa, do Centro Universitário de Corumbá – UEMT), os livros didáticos refletem uma visão distorcida da geografia, da história, dos costumes de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. É clássico o exemplo do livro que afirma “que os bandeirantes **foram** para o Mato Grosso”. Dentro dessa visão, torna-se difícil aos estudantes mato-grossense compreender a perspectiva litorânea do Oeste, pois os bandeirantes não **foram** e sim **vieram** para o Mato Grosso. Um exemplo mais recente, e com grande probabilidade um dos mais absurdos, está no livro didático de Estudos Sociais – Mato Grosso do Sul, adotado em larga escala nas escolas do Estado, que afirma estar a capital Campo Grande situada às margens do rio Paraguai.

²⁷ A revista *Grifo* foi lançada simultaneamente à implantação do estado de Mato Grosso Sul, em janeiro de 1979, constituindo-se, portanto, na primeira revista do novo estado. Publicou sete edições, variando de 68 a 92 páginas. Desenvolveu um jornalismo notadamente interpretativo que buscou abordar em profundidade as temáticas mais latentes do recém-instalado Mato Grosso do Sul (FERNANDES; ZAMPIERI, 2016).

Finalmente, a disciplina História Regional deve se transformar num polo irradiador que sensibilize a população mato-grossense para uma real política de valorização e preservação dos elementos mais importantes para a compreensão da formação histórica e da realidade da região. Infelizmente, vê-se hoje com tristeza os muitos crimes perpetrados contra a História, os mais comuns a queima e deterioração de documentos e destruição de monumentos e prédios de valor histórico.

Nesse momento, se destaca o papel das Universidades e de seus cursos de História, principalmente através da disciplina História Regional – não somente na conscientização da importância e preservação dos valores histórico-culturais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, como também na criação de melhores condições para um reexame da maneira pela qual está sendo desenvolvido o ensino de História na região. Para atingir tal dimensão não basta as Universidades serem apenas o repositório de conhecimentos pré-estabelecidos, mas serem os centros criadores e geradores de uma nova História, na qual ensino e pesquisa conjugam-se e complementam-se. Este é o sentido que deve ser dado ao curso de História Regional – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. (CORRÊA, 1979, p. 82, grifo do original).

A Universidade desempenhou um papel importante na preservação da memória e dos valores da terra e da gente mato-grossense. Nos anos após a instalação da UFMT, o Governo Federal criou o Museu Rondon de Etnologia e Arqueologia (Musear)²⁸, em 1972; o Museu de Artes e Cultura Popular (MACP)²⁹, em 1974; e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR)³⁰, em 1976. O NDIHR tornou-se passagem obrigatória para todo pesquisador que se interessa pelo passado mato-grossense. Juntamente como a APMT e a Casa Barão, o NDIHR é um importante lugar de memória mato-grossense.

Importante dizer que, no mesmo ano em que o curso de História foi implantado na UFMT, em 1979, os vestibulares da Universidade Federal de Mato Grosso passaram a exigir conhecimentos sobre História de Mato Grosso, “ainda que não conste dos programas obrigatórios de 2º Grau [da época] o ensino de História Regional” (CRUDO, 1983, p. 16).

Uma forma de suprir a carência de materiais didáticos e conhecimentos atualizados sobre a História de Mato Grosso foi a promoção de cursos de pós-graduação para os

²⁸ O Museu Rondon foi criado pela Resolução do Conselho Diretor n. 32/1972 com o objetivo de “trabalhar a diversidade cultural, especialmente a indígena, tão presente no território mato-grossense, dando visibilidade à sua cultura” (SIQUEIRA, DOURADO, RIBEIRO, 2011, p. 39).

²⁹ O Museu de Artes e Cultura Popular foi criado pela Resolução do Conselho Diretor n. 03/1974 como um “agente dinamizador das artes plásticas no estado de Mato Grosso. [...] o MACP fornece subsídios atualizados para alimentar o meio cultural de Cuiabá e, por extensão, de Mato Grosso” (Humberto Espíndola e Aline Figueiredo apud SIQUEIRA, DOURADO, RIBEIRO, 2011, p. 61).

³⁰ O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional foi criado pela Resolução do Conselho Diretor n. 66/1976 como um “centro de pesquisa de Mato Grosso, capaz de armazenar fontes que pudessem alimentar as pesquisas, assim como, ao longo do tempo, disponibilizar resultados e avanços dessas investigações” (SIQUEIRA, DOURADO, RIBEIRO, 2011, p. 43).

professores do estado. Por isso, em 1982, o Departamento de História e o NDIHR³¹ ofereceram o curso de Especialização “Mato Grosso: História e Historiografia”, que “vem atender à proposta de trabalho integrado dos dois órgãos, à política de capacitação de docentes da UFMT e propiciar aos professores de História de 1º e 2º graus instrumentos de trabalho para conhecimento de sua própria história regional.” (UFMT, 1983, p. 02).

O projeto do curso de Especialização “Mato Grosso: História e Historiografia” propunha, como objetivo principal, oferecer aos professores da educação básica conhecimentos atualizados sobre o passado local, bem como inseri-los nas mais recentes técnicas de pesquisa histórica da época. De certo modo, ao atender os anseios da comunidade docente do estado, os proponentes do curso estavam a estimular a formação de professores pesquisadores, assunto caro ainda para a atualidade.

O presente curso pretende dar uma resposta aos questionamentos e interesses apresentados pela comunidade mato-grossense quanto ao conhecimento de sua realidade histórica, enfocando:

- a nova visão da ciência histórica como instrumento para conhecimento da realidade econômico-social mato-grossense;
- o processo histórico mato-grossense dentro do contexto nacional no qual está inserido;
- os métodos e técnicas da pesquisa histórica partindo da utilização do material empírico que compõe o acervo do NDIHR. (UFMT, 1983, p. 03).

A justificativa para a implantação do curso de Especialização “Mato Grosso: História e Historiografia” reconhecia que a Universidade quase nada fez, até aquele momento, para prover a escola pública mato-grossense com matérias e materiais didáticos sobre História Regional. Após esse diagnóstico, elencaram-se algumas necessidades que, em proposição, seriam supridas pelo curso em questão.

A FUFMT, a partir de 1976, com a implantação do NDIHR e do Departamento de História vem atuando junto à rede escolar de 1º e 2º graus, tendo detectado as carências existentes quanto ao ensino de História:

- ausência de informações por parte da clientela, sobre a ciência História e seus novos métodos;
- carência de material didático-pedagógico referente à História de Mato Grosso;
- ausência de preparação específica de docentes de 1º e 2º graus quanto a conteúdo de História regional exigido pela lei 5.692;
- desconhecimento de pesquisas já elaboradas e em desenvolvimento sobre História de Mato Grosso;

³¹ Em 1976-77, o NDIHR/UFMT promoveu a Especialização em Informação e Documentação Histórica Regional com o objetivo de formar quadros de pesquisadores no Centro-oeste do Brasil.

- necessidade de incrementar a utilização das fontes de pesquisa existentes no acervo do NDIHR, bem como de dinamizar as informações contidas no mesmo. (UFMT, 1983, p. 04).

Delca Simões Freire³², aluna concluinte do referido curso de especialização, na dedicatória de sua monografia, intitulada *A História de Mato Grosso e o Livro Didático*, de 1983, em epígrafe assim dedicou: “à Professora Maria das Graças Pinto Alencar, Secretária de Educação e Cultura, na certeza de que nos dará condições para a concretização do objetivo a que propusemos neste trabalho: Elaborar textos didáticos alusivos à História de Mato Grosso: para o ensino de 1º e 2º Graus” (FREIRE, 1983, p. 3).

A implantação do curso de Especialização “Mato Grosso: História e Historiografia” foi aqui utilizada como um exemplo de ação que demonstra a disposição de instituições e/ou pessoas no estado de Mato Grosso em produzir uma historiografia regional, que ora se aproximava das interpretações dos memorialistas locais, mas ora se afastava e, como consequência, causava ciúme por parte desses.

Porém, não é apenas a ausência de tais matérias e materiais didáticos que motivou o engajamento dessas instituições e/ou pessoas na missão de elaborá-los. Na verdade, era a necessidade de se produzir novos textos, com novos olhares, isto é, com novas interpretações sobre o passado mato-grossense. O que se esperava, de certo modo, era a produção de pesquisas históricas e literatura regional acessíveis às escolas de 1º e 2º Graus e ao público leigo, refletindo um movimento de valorização cultural.

A década de 1980 foi fecunda para as discussões sobre as questões educacionais no estado de Mato Grosso, especialmente porque existiu uma tendência de valorização da cultura regional. Foi época de produção de normatizações sobre a importância da constituição de uma identidade mato-grossense no contexto do ensino de História Regional. Estas normatizações impulsionaram a produção de concretizações em livros didáticos de História de Mato Grosso, que garantiriam os conteúdos de ensino selecionados para a apropriação pela juventude em idade escolar. São estes os temas que serão analisados no próximo capítulo.

³² Delca Simões Freire nasceu em Pindamonhangaba (SP), em 1948. Formou-se em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Taubaté-SP, em 1973. É professora aposentada da rede pública de ensino do estado de Mato Grosso.

3 A História Regional: das leis aos conteúdos de ensino

*O filósofo Kierkegaard me ensinou que cultura
é o caminho que o homem percorre para se conhecer.
Sócrates fez o seu caminho de cultura e ao fim
falou que só sabia que não sabia de nada.*

*Não tinha as certezas científicas. Mas que aprendera coisas
di-menor com a natureza. Aprendeu que as folhas
das árvores servem para nos ensinar a cair sem
alardes. Disse que fosse ele caracol vegetado
sobre pedras, ele iria gostar. Iria certamente
aprender o idioma que as rãs falam com as águas
e ia conversar com as rãs.*

*E gostasse mais de ensinar que a exuberância maior está nos insetos
do que nas paisagens. Seu rosto tinha um lado de
ave. Por isso ele podia conhecer todos os pássaros
do mundo pelo coração de seus cantos. Estudara
nos livros demais. Porém aprendia melhor no ver,
no ouvir, no pegar, no provar e no cheirar.*

*Chegou por vezes de alcançar o sotaque das origens.
Se admirava de como um grilo sozinho, um só pequeno
grilo, podia desmontar os silêncios de uma noite!
Eu vivi antigamente com Sócrates, Platão, Aristóteles –
esse pessoal.*

*Eles falavam nas aulas: Quem se aproxima das origens se renova.
Píndaro falava pra mim que usava todos os fósseis linguísticos que
achava para renovar sua poesia. Os mestres pregavam
que o fascínio poético vem das raízes da fala.*

*Sócrates falava que as expressões mais eróticas
são donzelas. E que a Beleza se explica melhor
por não haver razão nenhuma nela. O que mais eu sei
sobre Sócrates é que ele viveu uma ascese de mosca.*

(Aprendimentos, Manoel de Barros)

A escola é, indubitavelmente, uma instituição “transmissora e produtora de cultura” (SOUZA, 1998, p. 242). Certamente, o poeta mato-grossense Manoel de Barros¹ sabia disso, apesar de acreditar que os *aprendimentos* mais importantes para sua vida provieram da natureza (folhas, caracóis, rãs, pássaros e grilos) em vez da cultura (Kierkegaard, Sócrates, Platão, Aristóteles e Píndaro).

Cultura, aqui, de acordo com a definição proposta por Alfredo Bosi,

¹ Manoel Wenceslau Leite de Barros nasceu em Cuiabá (MT), em 1916. Formou-se bacharel pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1941. Foi um dos poetas de maior expressão na literatura brasileira. Publicou mais de vinte livros e recebeu diversos prêmios, incluindo dois Prêmios Jabuti (1990 e 2002). Morreu em Campo Grande (MS), em 2014. *FUNDAÇÃO Manoel de Barros*. Disponível em: <http://www.fmb.org.br/o-poeta>. Acesso em: 18 jun. 2019.

[...] é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social. [...] Cultura supõe uma consciência grupal operosa e operante que desentranha da vida presente os planos para o futuro. (BOSI, 1992, p. 16).

Esta definição de *cultura* aproxima-se do sentido do ato de educar. Faz entender que a escola, ao transmitir certos valores e conhecimentos às jovens gerações, estaria garantindo a sobrevivência da própria sociedade. No entanto, lembra-nos Chervel, a escola não é mera transmissora de uma cultura exógena. Ao contrário, “o sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado” (CHERVEL, 1990, p. 184).

Neste capítulo, após algumas considerações sobre a história do currículo e das disciplinas escolares, enfoca-se a trajetória sócio-histórica da disciplina escolar História de Mato Grosso cotejando a legislação e seu currículo escrito. A partir da análise dos livros didáticos, por meio dos conteúdos de ensino e finalidades educacionais, apresentam-se evidências de padrões de estabilidade e mudança nesta disciplina.

3.1 História do currículo e história das disciplinas escolares: algumas considerações

O currículo, definido como “*o projeto seletivo de cultura, cultural, social, política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar e que se torna realidade dentro das condições da escola tal como se acha configurada*” (SACRISTÁN, 2000, p. 34, grifo do original), é um território em disputa. Nele, há diferentes grupos de interesse envolvidos na seleção e ordenação de elementos da cultura que serão transmitidos nas escolas, entre outros meios, pelas disciplinas escolares.

Porque o currículo e as disciplinas escolares têm sua historicidade, eles não podem ser compreendidos como algo neutro, espontâneo, atemporal: são construídos pela ação de pessoas reais e revelam interesses de determinados grupos sociais permeados por relações de poder.

[...] o currículo está longe de ser uma unidade construída desapaixonadamente e é, de facto, um terreno de grande contestação, fragmentação e mudança. A disciplina escolar é construída social e politicamente e os actores envolvidos empregam uma gama de recursos ideológicos e materiais para levarem a cabo as suas missões individuais e colectivas. (GOODSON, 1997, p. 27).

Àqueles que se propuserem a estudar a história do currículo, Souza (2005) faz um alerta:

[...] currículo é um conceito polissêmico, escorregadio e com uma multiplicidade de usos. Quando o utilizamos devemos ter clareza acerca das dimensões e realidades que enuncia, isto é, a produção de conhecimento sobre o modo de conceber a seleção e organização de saberes escolares – as teorias do currículo –, e os usos institucionais dos dispositivos de ordenação desses saberes, ou seja, os programas de ensino, a grade curricular, o horário, os livros didáticos, entre outros. (SOUZA, 2005, p. 76).

Nestes termos, o estudo do currículo alicerça-se sobre uma teoria que lhe representa, permitindo a inteligibilidade do objeto em questão. No nosso caso, esta pesquisa adotou a perspectiva sócio-histórica para a investigação da construção do currículo e da disciplina escolar História de Mato Grosso, compreendendo-os como “um artefacto social [e cultural], concebido para realizar certos objectivos humanos específicos” (GOODSON, 1997, p. 17). Deste modo, a pesquisa representou um esforço “de desconstruir o processo de *fabricação* do currículo mostrando os interesses subjacentes à configuração dos programas de ensino e os determinantes sociais e políticos na seleção do conhecimento escolar” (SOUZA, 2005, p. 83).

O currículo, segundo Goodson, por ser “construído, negociado e renegociado em vários níveis e campos” (GOODSON, 1995, p. 67), revela-se como produto de uma *seleção cultural*², que expõe diferentes valores e interesses sociais em disputa pela definição dos conteúdos de ensino que serão incluídos ou excluídos nos processos de escolarização. Nesta concepção, a seleção, organização e distribuição dos conteúdos de ensino nos programas escolares são compreendidas como parte de uma *tradição seletiva*, isto é, um conjunto de ênfases e omissões que definem qual conteúdo da educação será considerado legítimo e válido para ser perpetuado na escola.

Neste ponto, destaca-se a importância conferida à análise do currículo escrito. Para Goodson (1997, p. 20), “o currículo escrito define as racionalidades e a retórica da disciplina, constituindo o único aspecto tangível de uma padronização de recursos (financeiros, avaliativos, materiais etc.)”. Ele defende que, ao analisar o currículo como construção social, o pesquisador deve entendê-lo “primeiramente em nível da própria prescrição [*currículo preativo*], mas depois também em nível de processo e prática [*currículo interativo*]” (GOODSON, 1995, p. 67).

² *Seleção cultural e tradição seletiva* são conceitos desenvolvidos por Raymond Williams para explicar “a relação entre conteúdo do ensino, a educação e as questões de poder e controlo” (GOODSON, 1997, p. 23).

O currículo *preativo* abrange a dimensão oficial do currículo: documentos legais, programas de ensino, livros didáticos e todo tipo de material que sirva como diretriz a ser seguida pelos envolvidos no ensino de uma determinada disciplina. Já o currículo *interativo* corresponde ao que é realizado em sala de aula por professores e alunos. Embora apartados em muitas pesquisas, o currículo *preativo* e o currículo *interativo* são categorias complementares quando se pretende analisar uma determinada realidade escolar: “a história do currículo não se pode basear apenas nos textos formais, tendo de investigar também as dinâmicas informais e relacionais, que definem modos distintos de aplicar na prática as deliberações legais” (NÓVOA apud GOODSON, 1997, p. 10).

E isto não significa afirmar uma relação directa entre a definição pré-activa do currículo escrito e a sua realização interactiva na sala de aula. Significa, sim, afirmar que o currículo escrito fixa frequentemente os parâmetros importantes para a prática da sala de aula (nem sempre, nem em todas as ocasiões, nem em todas as salas de aula, mas *frequentemente*) (GOODSON, 1997, p. 20, grifo do original).

Goodson (1995, p. 78), tomando o conceito de “tradição inventada” de Eric Hobsbawm como referência, avalia que “a elaboração do currículo pode ser considerada um processo pelo qual se inventa uma tradição”. Ou seja, a fabricação do currículo escrito sempre visará atender a um projeto de poder no qual os interesses políticos e sociais se sobrepõem aos de qualquer outra ordem. Porém, isso não faz do currículo escrito algo inexorável. Na verdade, a todo tempo sua credulidade será colocada à prova para, no contexto de uma revisão epistemológica, estabelecer ou restabelecer seus projetos de poder.

Com o currículo da disciplina escolar História de Mato Grosso não seria diferente. Ao examinar sua construção sócio-histórica, por intermédio dos conteúdos de ensino nele inseridos, compreendem-se os interesses e as disputas entre os agentes sociais responsáveis pela sua fabricação. São as prioridades políticas e sociais que definem a inserção ou exclusão de determinados conhecimentos escolares no repertório curricular.

Agora, àqueles que se propuserem a estudar a história das disciplinas escolares, importante considerar o alerta de Vinão (2008):

Para o estudo das disciplinas escolares sugiro considerá-las como organismos vivos. As disciplinas não são, com efeito, entidades abstratas com uma essência universal e estática. Nascem e se desenvolvem, evoluem, se transformam, desaparecem, engolem umas às outras, se atraem e se repelem, se desgarram e se unem, competem entre si, se relacionam e intercambiam informações (ou as tomam emprestadas de outras) etc.

Possuem uma denominação ou nome que as identifica frente às demais, ainda que em algumas ocasiões, como se tem advertido, denominações diferentes mostram conteúdos bastante similares e, vice-versa, denominações semelhantes oferecem conteúdos nem sempre idênticos. Tais denominações constituem, além disso, sua carta de apresentação social e acadêmica. (VINÃO, 2008, p. 204).

Essa concepção de disciplinas escolares como “organismos vivos” (VINÃO, 2008), que se transformam e se adaptam conforme determinantes pedagógicos (e também políticos, econômicos e culturais), aproxima-se do modelo teórico proposto por Goodson. Este, a partir dos seus estudos sobre a emergência, estabilização e mudança das disciplinas escolares ao longo da história, chegou a três conclusões gerais acerca do seu processo de constituição:

A primeira conclusão é a de que as disciplinas escolares não são entidades monolíticas, mas, antes, amálgamas flutuantes de subgrupos [adversários] e de tradições que, através da contestação e do compromisso influenciam o rumo das mudanças. Em segundo lugar, o processo de conquista da condição de disciplina escolar revela a evolução da comunidade disciplinar, desde a promoção de propósitos pedagógicos e utilitários até a definição da disciplina como ‘acadêmica’, com ligações aos especialistas universitários. Em terceiro lugar, o debate sobre o currículo pode ser interpretado em termos de conflitos entre as disciplinas a propósito de *status*, de recursos e de territórios. (GOODSON, 2001, p. 101, grifo do original).

Goodson (2001, p. 174) defende a existência de três tradições curriculares no interior das “comunidades” ou “subculturas disciplinares”: 1. *Acadêmica*, que prioriza o ensino de conhecimentos teóricos abstratos estreitamente vinculados às universidades; 2. *Utilitária*, que focaliza conhecimentos práticos e técnicos, estando “relacionado com as vocações não profissionais em que a maioria das pessoas trabalha, durante grande parte da vida adulta” (GOODSON, 2001, p. 179); 3. *Pedagógica*, que concentra na criança e valoriza os conhecimentos pessoais, sociais e os do senso comum, desafiando a especialidade e a autoridade dos professores. Pela lógica processual de Goodson, o conhecimento disciplinar transita de uma tradição inicialmente pedagógica e utilitária para uma tradição mais acadêmica.

Para Chervel (1990), as disciplinas escolares são entidades relativamente autônomas em relação às influências externas à escola. Deste modo, a escola deverá ser entendida como um lugar de produção de saberes próprios e não de vulgarização de saberes exógenos a ela: “a escola não se define por uma função de transmissão dos saberes, ou de iniciação às ciências de referência [...] a escola cria e recria os seus próprios saberes” (CHERVEL, 1990, p. 181). Esse saber produzido no interior da escola é definido por ele como *cultura escolar*.

Julia (2001) propôs uma definição já bastante famosa. Para ele, *cultura escolar* é:

[...] um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p. 10, grifo do original).

Nestes termos, a análise da *cultura escolar* não pode prescindir das normas e das práticas escolares. No nosso caso, a análise da disciplina escolar História de Mato Grosso limitou-se aos documentos normativos (propostas curriculares e livros didáticos). Atendendo parcialmente a sugestão de Chervel (1990), observou-se apenas a *gênese* e as *finalidades* educativas da referida disciplina escolar. Seu *funcionamento* não foi objeto desta pesquisa.

Porém, Julia (2002) nos alerta que, para evitar anacronismos, ao estudar as disciplinas escolares, três tentações devem ser evitadas:

A primeira é a de estabelecer genealogias enganosas, querendo a todo custo recuperar as “origens” de uma disciplina em tal ou qual segmento antecedente. [...] a segunda é pensar que uma disciplina não é ensinada porque ela não aparece nos programas escolares, ou porque não existem cátedras oficialmente com seu nome. [...] Não obstante, seria possível, assim mesmo, fazer a observação inversa: não é porque a finalidade de uma disciplina é explicitamente indicada nos textos normativos que ela existe no ensino real das salas de aula. [...] Uma última tentação a ser evitada, que todavia é a mais constante, é imaginar um funcionamento das disciplinas escolares idêntico a antigamente. (JULIA, 2002, p. 44-51).

A história do currículo e a história das disciplinas escolares, embora próximos, são campos de estudos e pesquisas distintos, com origens e finalidades singulares. Esta aproximação permite compreender também as disciplinas escolares, componente estruturador do currículo, como uma construção social.

Sobre as disciplinas escolares, Goodson (1995, p. 76) afirma que “sabemos muito pouco sobre como as matérias e temas fixados nas escolas se originam, e são elaborados, redefinidos e metamorfoseados”. Ainda, aponta que os estudos sobre as disciplinas escolares avançaram “no sentido de examinar a relação entre o conteúdo e a forma da disciplina escolar, e de analisar as questões da prática e dos processos escolares” (GOODSON, 1997, p. 26). No entanto, é preciso questionar os mecanismos de produção das disciplinas escolares, bem como as relações de poder e interesses que os abarcam.

De acordo com Chervel (1990), essas relações de poder e interesses ocorrem porque a disciplina é um modo de transmissão cultural que se dirige aos alunos, constitui saberes, concorre com sua formação e provoca a aculturação conveniente. Por isso,

[...] torna-se imperativa a pesquisa empírica sobre as diferentes disciplinas para a compreensão do processo pelo qual cada uma delas se origina e se instala nos currículos. Torna-se um ponto importante verificar a singularidade de cada disciplina assim como o que elas, em seu conjunto, possuem de semelhante entre si e se integram como saber escolares legitimados pelos currículos, com fronteiras delimitadas e nítidas. (BITTENCOURT, 2003, p. 29).

Ao estudo da História de Mato Grosso e sua contribuição para a realização do processo de escolarização, outro obstáculo se impôs: a inexistência de uma disciplina acadêmica de referência, contribuindo para a formação de professores na área.³ Como afirma Goodson (apud BITTENCOURT, 2003, p. 27), “muito do que se trabalha na escola nem possui uma disciplina-base ou ciência de referência, sendo comunidades autônomas que sofrem interferências múltiplas, como a dos próprios professores e toda uma série de pessoas ligadas ao poder da administração escolar”.

A História das disciplinas escolares busca explicar a emergência e evolução, as transformações ocorridas em uma disciplina escolar ao longo do tempo, bem como as permanências e/ou mudanças na organização e estruturação do conteúdo e métodos de ensino. É preciso entender, então, que as disciplinas “não são nem uma vulgarização nem uma adaptação das ciências de referência, mas um produto específico da escola, que põe em evidência o caráter criativo do sistema escolar” (JULIA, 2001, p. 33).

A história das disciplinas escolares [...] mostra, por exemplo, que a disciplina é, por sua evolução, um dos elementos motores da escolarização, e que se encontra sua marca em todos os níveis e em todas as rubricas da

³ A partir da década de 1970, surgiram propostas de tornar a História Regional uma disciplina acadêmica, entretanto com maior ênfase em pesquisa histórica do que em formação de professores. Na UEMT (atual UFMS), em 1973, o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso autorizou o oferecimento da complementação em História para os egressos do curso de Estudos Sociais do Centro Pedagógico de Aquidauana, criando “uma oportunidade de inovar o ensino, por meio do estudo da História de Mato Grosso, incluída no currículo das disciplinas de História do Brasil III e IV” (BENFICA, 2016, p. 258). Anos depois, entre 1977 e 1978, foi criada a disciplina História Regional no currículo do curso de História do Centro Pedagógico de Corumbá. Na UFMT, a tentativa de tornar a História de Mato Grosso uma disciplina acadêmica ocorreu, de acordo com as matrizes curriculares do curso de História, em duas etapas: na primeira, de 1979 a 1987, uma disciplina optativa de 60 horas denominada *Tópicos Especiais de História de Mato Grosso*; na segunda, de 1988 e 2009, uma disciplina obrigatória de 120 horas denominada *História e Historiografia de Mato Grosso*. A partir de 2010, a disciplina História Regional recebeu diferentes denominações, cargas horárias e tipos de ofertas no ensino superior mato-grossense. Disponível em: <http://sistemas.ufmt.br/matrizcurricular/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

história tradicional do ensino, desde a história das construções escolares até a das políticas educacionais ou dos corpos docentes. (CHERVEL, 1990, p. 220).

A *fabricação* de uma disciplina escolar envolve diferentes sujeitos e categorias profissionais (professores e pesquisadores), que mobilizam recursos para recrutamento e formação de grupos organizados em defesa da estabilidade e/ou da mudança dos padrões curriculares. Estes são chamados de *comunidades disciplinares*.

A comunidade disciplinar não deveria ser vista como um grupo homogêneo cujos membros comungam dos mesmos valores e definição de papéis, interesses e identidades. A comunidade disciplinar deve ser vista, sim, como um “movimento social” incluindo uma gama variável de “missões” ou “tradições” distintas representadas por indivíduos, grupos, segmentos ou facções. A importância destas facções varia consideravelmente ao longo do tempo. (GOODSON, 1997, p. 44)

No nosso entendimento, o IHGMT, no período abordado na pesquisa, configurou-se como uma comunidade disciplinar. Ao longo de décadas, seus membros esforçaram-se para alocar recursos que lhes rendessem prestígio na sociedade e, conseqüentemente, no âmbito da definição dos conteúdos de ensino das disciplinas escolares.

A missão do grupo disciplinar é a de promover a disciplina conquistando os grupos legítimos com vista à obtenção de apoio ideológico e de recursos. Para cumprir esta missão, a definição e retórica da disciplina são, num sentido muito real, um *manifesto* ou *slogan* político, porque o fundamento lógico de uma versão específica da disciplina é, neste sentido, uma conveniência política. (GOODSON, 1997, p. 51, grifo do original).

Então, por que estudar História Regional? Qualquer que seja a resposta desta questão, um aspecto é certo: assim como qualquer disciplina escolar, os saberes constituídos nesta rubrica são indissociáveis dos objetivos e finalidades do ensino ao qual se encontra submetido, sob influência de fatores internos e externos à escola. Considerando a historicidade da disciplina escolar História de Mato Grosso, ela também possui seus padrões de estabilidade (permanência) e/ou de mudança (ruptura) no currículo, que refletem as relações complexas estabelecidas entre escola e sociedade, expondo as interdependências que ora as unem, ora as opõem, evidência dos conflitos em torno dos saberes escolarizados.

Esta pesquisa buscou mobilizar diferentes campos, quais sejam o ensino de História Regional, o campo do Currículo e a História da Educação, especialmente a história das disciplinas escolares e sua relação com a cultura escolar, para compreender a problemática

acerca do ensino de História Regional e a complexidade da seleção cultural para as escolas do estado de Mato Grosso.

3.2 Antecedentes legais ao ensino da História Regional

No estado de Mato Grosso, depois do início do regime republicano brasileiro, foi intensificada a produção de normatizações escolares que incentivassem o cultivo de uma memória histórica regional. Pode-se dizer que o objetivo era proporcionar à juventude mato-grossense conhecimentos de fatos importantes e dos grandes vultos da sua história política. Visava-se, com isso, a práticas sociais que valorizassem a região no contexto da constante preocupação com a “constituição da nacionalidade e formação da nação” brasileira (NADAI, 1992, p. 147).

Esse movimento tomou corpo, em 1919, com a fundação do IHGMT⁴, como parte das comemorações do Bicentenário de Cuiabá. Nesta época, o estado de Mato Grosso era, frequentemente, representado pelas elites litorâneas como uma região selvagem, incivilizada, violenta. No IHGMT, um grupo de intelectuais, sob o comando de D. Aquino⁵, serviu-se de sua pena para afastar, ao menos dentro de suas fronteiras, o estigma da barbárie (GALETTI, 2012). Para isso, um conjunto de representações foi produzido para que pudesse ser apropriado, inclusive em sala de aula.

Ao IHGMT, coube a missão de construir um passado glorioso para o estado de Mato Grosso. Certamente, por ser uma instituição centenária, cada geração de seus sócios tentou aproximar-se do modelo historiográfico vigente em seu tempo. Isso vale também para a escrita dos livros didáticos de História de Mato Grosso.

Os sócios do IHGMT, com destaque para Virgílio Corrêa Filho⁶ e José de Mesquita⁷, durante quase 60 anos viram sua produção memorialista ser incontestável. Somente na década

⁴ Sobre a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), Cf. LEOTTI (2013).

⁵ Francisco de Aquino Corrêa nasceu em Cuiabá (MT), em 1885. Foi um religioso elevado à categoria de bispo de Prusíade, em 1915, e arcebispo de Cuiabá, em 1921. Foi indicado, em 1917, pelo governo de Venceslau Brás, como elemento conciliador da crise política local e, posteriormente, eleito governador do estado de Mato Grosso (1918-1922). Em 1926, foi recebido como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, na condição de poeta, em 1927, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Amparou a cultura regional, tomando a iniciativa de fundar, em 1921, o Centro Mato-grossense de Letras (atual AML) onde, depois, como titular, seria aclamado por unanimidade presidente de honra. Criou também, em 1919, o Instituto Histórico de Mato Grosso (atual IHGMT), do qual foi eleito presidente perpétuo. Morreu em São Paulo (SP), em 1956. *ACADEMIA Brasileira de Letras*. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/aquino-correia-dom/biografia>. Acesso em: 18 jun. 2019.

⁶ Virgílio Alves Corrêa Filho nasceu em Cuiabá (MT), em 1887. Formou-se engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (RJ), em 1908. Foi engenheiro residente da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, da Estrada de Ferro Central do Brasil, entre outras. Foi diretor da Repartição de Terras do Estado de Mato Grosso e secretário-geral no governo de Pedro Celestino Corrêa da Costa (1922-1924). Membro do Conselho Nacional de Geografia, do IBGE, chefiou a seção de Documentação. Representou o estado de Mato Grosso no 2º Congresso

de 1970, com a criação da UFMT, seu lugar social de produção da História Regional seria ameaçado. No tocante à cultura escolar, em 1990, veio à luz o primeiro livro didático produzido por alguém ligado à UFMT: *O processo histórico de Mato Grosso*, de Elizabeth Madureira Siqueira e outras duas professoras da Secretaria de Estado de Educação, que representa um padrão de mudança na concepção dessa disciplina.

O quadro a seguir mostra que a primeira determinação legal a incluir conteúdos versando sobre a História de Mato Grosso nos programas de ensino remete ao Período Imperial. Seguramente, as finalidades educacionais destes conteúdos de ensino não foram as mesmas um século depois. A legislação consultada permite inferir que, até década de 1950, o ensino de História Regional assumia um caráter patriótico, de civismo e amor ao Brasil. Essa situação só se altera com a chegada no estado de Mato Grosso dos milhares de novos habitantes chamados a ocupar os “vazios demográficos” de seu território.

de História Nacional (1931), 4ª Conferência Nacional de Educação (1932), Assembleia Inaugural do Instituto Panamericano de Geografia e História (1932), 1º Congresso das Academias de Letras (1936), 1ª Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia (1937), 3º Congresso de História Nacional (1938), 1º Congresso Brasileiro de Cultura (1940) e outras reuniões de âmbito nacional e internacional; fez parte da delegação brasileira à 4ª Assembleia do Instituto Panamericano de Geografia e História (1946), à 1ª Reunião Panamericana de Consulta sobre História, no México (1947). Foi sócio fundador do IHMG e AML. Pertenceu ao Instituto do Ceará, ao Instituto Histórico de Petrópolis, aos Institutos Históricos e Geográficos do Maranhão, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Sergipe e ao Instituto Paraguaio de Investigações Científicas. Foi eleito sócio efetivo do IHGB, em 1931, passou a benemérito, em 1947, e a grande-benemérito, em 1958. Foi, sucessivamente, segundo e primeiro-secretário e, desde 1969, por nomeação do presidente Pedro Calmon, e posterior eleição, terceiro vice-presidente. Entre suas principais obras estão: *Mato Grosso* (1922), *Monografias Cuiabanas* (1925), *As Raias de Mato Grosso* (1925-1926) e *História de Mato Grosso* (1969). Morreu no Rio de Janeiro (RJ), em 1973. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/vcfilhos.html>. Acesso em: 18 jun. 2019.

⁷ José Barnabé de Mesquita nasceu em Cuiabá (MT), em 1892. Formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1913. Exerceu diversos cargos públicos, como professor de Língua Portuguesa na Escola Normal de Cuiabá e de Direito Constitucional da Faculdade de Direito de Cuiabá. Foi Procurador-geral do estado de Mato Grosso, juiz de direito da comarca do Registro de Araguaia, desembargador do Tribunal da Relação do Estado de Mato Grosso e secretário geral do Território Federal do Guaporé (atual Rondônia). Representou o estado de Mato Grosso no 1º Congresso das Academias de Letras (1936), no 3º Congresso de História Nacional (1938), no 2º Congresso das Academias de Letras e de Intelectuais (1939), no 9º Congresso Brasileiro de Geografia (1940) e outras reuniões de âmbito nacional. Foi sócio fundador do IHMG, do qual foi eleito orador perpétuo, e da AML, tendo sido seu primeiro presidente. Pertenceu ao Instituto do Ceará, ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à Academia Mineira de Letras, à Academia Carioca de Letras, ao Instituto Riograndense de Letras, à Academia de Ciências e Letras de São Paulo, ao Instituto de Estudos Genealógicos e a outros centros culturais. Publicou, além de contos, poesias, discursos, livros, como: *Elogio histórico do Antônio Corrêa da Costa* (1921), *Elogio fúnebre do General Doutor Caetano Manoel de Faria e Albuquerque* (1926), *A Cavallhada* (1928), *Um paladino do nacionalismo* (1929), *O thaumaturgo do sertão* (1931), *Atentado contra a Justiça* (1932), *Pela boa causa* (1936), *O sentido da literatura mato-grossense* (1937), *Manuel Alves Ribeiro* (1938), *O sentimento de brasilidade na História de Mato Grosso* (1939). Foi eleito sócio correspondente do IHGB, em 1937. Morreu em Cuiabá (MT), em 1961. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/JBMesquita.html>. Acesso em: 18 jun. 2019.

Quadro 5 – Legislação sobre o ensino de História de Mato Grosso

ANO	DOCUMENTO	CONTEÚDO
1880	<i>Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Província de Mato Grosso</i>	Art. 61, § 4º: Generalidades de Geografia e de História, especialmente da província de Mato Grosso [Escola Primária de 2º Grau].
1896	<i>Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso</i>	Art. 10, § 7º: Geografia Física e História do Estado [Escola Elementar]; Art. 15, § 5º: História Pátria, especialmente de Mato Grosso [Escola Complementar]; Art. 58: História do Brasil e especialmente do Estado de Mato Grosso [Curso de Humanidades: 4º Ano].
1927	<i>Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso</i>	Art. 6º: Noções de História Pátria, Corografia do Brasil e especialmente de Mato Grosso [Escola Isolada Rural].
1951	<i>Lei Orgânica do Ensino Primário do Estado de Mato Grosso</i>	Art. 8º: Conhecimentos das atividades econômicas da região. [...] Trabalhos manuais e práticas educativas referentes às atividades econômicas da região

Fonte: Elaborado pelo autor

O período da Ditadura Militar (1964-1985) é marcado por uma intensificação de propostas de conteúdos de ensinos regionais nas disciplinas escolares do currículo mato-grossense, especialmente de Geografia, História e Literatura. Para se ter um exemplo: em 1968, o Governo Estadual, ao implantar o Sistema Estadual de Ensino⁸, determinou que, no Ensino Secundário, “haverá disciplinas e práticas educativas obrigatórias e optativas, sendo considerados obrigatórias as cadeiras de Geografia de Mato Grosso e História de Mato Grosso” (MATO GROSSO, 1968, p. 04). Para o funcionamento da disciplina, era necessária a produção de livros didáticos que auxiliassem a prática escolar, o que seria resolvido quando “a Secretaria de Educação e Cultura, pelos seus órgãos técnicos, incentivará a publicação de trabalhos em que se focalize a história e a geografia do estado de Mato Grosso e seus municípios” (MATO GROSSO, 1968, p. 09). Apesar da pretensão, esta medida só seria posta em prática mais de uma década depois, em 1979.

Em 1971, a *Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus* (Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971) ampliou a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos e uniu o Ensino Primário, de quatro séries, ao curso Ginásial, eliminando, assim, o exame de admissão⁹. O Colegial, sob a

⁸ O Sistema de Ensino do estado de Mato Grosso foi instituído com o intuito de fazer cumprir o que determinava a Lei Federal n. 4.024, de 20 dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

⁹ Segundo Souza (2008), a Reforma Francisco Campos – Decreto Federal n. 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino secundário – instituiu a obrigatoriedade dos exames de admissão ao ensino secundário, o qual estava dividido em dois cursos seriados: fundamental (com duração de cinco anos) e complementar (com duração de dois anos), sendo este último exigido para o acesso a alguns cursos superiores. Os exames de admissão foram extintos pela Lei Federal n. 5.692, de 1971, que unificou o ensino primário com o ginásio, constituindo o primeiro grau, com duração de oito anos, e o segundo grau, com duração de três anos.

denominação de ensino de 2º Grau, passou a ser profissionalizante e os ensinos de 1º e 2º graus passaram a ter a seguinte organização dos currículos:

Art. 4º – Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos. (BRASIL, 1971).

Conforme a referida Lei, cabia ao Conselho Federal de Educação fixar, para os 1º e 2º Graus, as matérias relativas ao núcleo comum, definindo seus objetivos e a amplitude. Aos Conselhos Estaduais de Educação, cabia a atribuição de relacionar as matérias, dentre as quais cada escola escolheria as que constituiriam seu currículo específico.

Em Mato Grosso, o Conselho Estadual de Educação, atendendo ao que determinava o artigo 4º, da Lei n. 5.692/1971, promulgou a Resolução n. 3, de 13 de janeiro de 1978, que:

[...] autorizou a SEC [Secretaria de Educação e Cultura] a incluir as disciplinas abaixo citadas, na parte diversificada da educação geral e formação especial dos currículos de 2º Grau: 1. Redação e Expressão – Técnicas; 2. Língua Estrangeira Moderna; 3. Matemática aplicada; 4. Geografia Econômica; **5. História Econômica e Estudos Regionais, para as habilitações nos 3 setores da Economia**; 6. Mecânica Agrícola; 7. Adubos e Adubação; 8. Classificação dos solos; 9. Bovinocultura, para as Habilitações do Setor Primário; 10. Técnicas de Alfabetização; 11. Conteúdo e Metodologia do ensino da Língua Portuguesa, de Matemática, de Iniciação às Ciências e de Estudos Sociais, para a Habilitação do Magistério de 1º Grau. (MATO GROSSO, 1978, grifo nosso).

As proposições de Goodson permitem compreender a disciplina de Estudos Regionais como representante do “status baixo [do currículo, pois] relacionado a conhecimentos práticos” (GOODSON, 2001, p. 179). A ênfase na formação profissional e nas finalidades práticas do currículo foram marcas indeléveis da política educacional durante a Ditadura Militar.

Segundo Silva (2006), que analisou as grades curriculares das duas escolas públicas mais antigas da cidade de Rondonópolis-MT, a disciplina escolar de Estudos Regionais esteve presente no currículo escolar entre 1976 e 1997, período de vigência da Lei n. 5.692/1971 no estado de Mato Grosso. A referida disciplina escolar foi removida do currículo após a implantação da Lei n. 9.394/1996.

A década de 1970 foi marcada pela implantação de programas de ocupação e colonização dirigidos pelo Governo Federal em Mato Grosso, sendo responsável pela

introdução de milhares de migrantes na região. A partir desse momento, as determinações legais produzidas sobre a introdução da História Regional no currículo mato-grossense passam a atender às finalidades sociopolíticas, isto é, de garantir a inculcação de uma identidade cultural mato-grossense. O discurso da tradicional elite mato-grossense defendia políticas que protegessem a cultura regional da descaracterização promovida pela invasão cultural exógena. Neste contexto, a produção de livros didáticos tornou-se estratégia privilegiada.

Em 1979, o governo do estado de Mato Grosso promoveu concurso, com premiação em dinheiro, para incentivar a produção de livros didáticos sobre História de Mato Grosso. O então Secretário de Educação e Cultura do estado de Mato Grosso, o Desembargador Milton Armando Pompeu de Barros, criou o *Concurso de História de Mato Grosso*, “que premiará com 100 mil cruzeiros a melhor obra apresentada versando sobre a História de Mato Grosso. Além do prêmio em dinheiro, a obra será adotada como livro de leitura nas escolas de I e II graus, da Va a VIIa Séries” (MATO GROSSO, 1979b, p. 01).

[...] CONSIDERANDO a necessidade de difundir o ensino da História de Mato Grosso e a respectiva localização geográfica do fato (Geografia de Mato Grosso); CONSIDERANDO a intensa corrente migratória verificada nos últimos anos em Mato Grosso e que geraram características peculiares ao nosso Estado; CONSIDERANDO a inexistência de livro didático específico para adoção nas escolas e que venham atender às peculiaridades acima referidas; [A Secretaria de Educação e Cultura] RESOLVE instituir o Concurso de História de Mato Grosso, conforme regulamento a seguir: Artº 1º - O concurso visará a escolha de livro didático, versando sobre a História do Estado de Mato Grosso, a ser adotado como livro de leitura nas escolas de 1º grau, séries V a VIII. Artº 2º - O prêmio, indivisível, e no valor de Cr\$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros), será atribuído à melhor obra apresentada. Artº 3º - A Comissão Julgadora será composta de representantes da Academia Mato-Grossense de Letras, Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso e Fundação Cultural do Estado de Mato Grosso, atribuindo-se a cada membro a importância de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), pela sua colaboração. Artº 4º - A decisão final da Comissão Julgadora deverá ser justificada em relatório, que será lido na solenidade de entrega do prêmio e divulgado pelo Diário Oficial do Estado. [...] (MATO GROSSO, 1979a, p. 17).

A referida Comissão Julgadora foi composta por três representantes: um da Academia Mato-grossense de Letras, o historiador Rubens de Mendonça; um do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, o professor Octayde Jorge da Silva; e um da

Fundação Cultural de Mato Grosso¹⁰, a professora Marly Pommot Maia. Tal composição demonstra o protagonismo que, naquele momento, possuíam as tradicionais agremiações culturais mato-grossenses, que ainda ocupavam o lugar social autorizado à enunciação da História de Mato Grosso.

Em seu parecer, a Comissão Julgadora parabenizou o então Secretário de Educação e Cultura do estado de Mato Grosso, o Desembargador Milton Armando Pompeu de Barros, pela promoção do concurso:

[...] num elogiável entendimento do que seja a flexibilidade do currículo, e manipulando com a matéria “Estudos Sociais” para introduzir Estudos Regionais, de uma necessidade meridiana para que a memória regional local não seja apenas um privilégio dos museus e dos estudiosos do assunto: seja mais conversa, diálogo, discussão, informação, interesse, presença em cada jovem mato-grossense de nascimento, de adoção ou, por circunstância, convivendo e estudando conosco. (MATO GROSSO, 1980, p. 03).

O trabalho vencedor foi premiado, mas a Comissão concluiu, em seu parecer, que era incapaz de ser uma referência didática apropriada para as escolas mato-grossenses. Deste modo,

[...] sugeriu ao Secretário que se premie o autor que se esconde sob o pseudônimo de “O Nativo” [Ubiratã Nascentes Alves], baseados no mérito valor, pesquisa e muito esforço e atividade escritora encontrados em seu trabalho. Mas, não aconselha a Comissão ao Secretário de Educação e Cultura que seja o referido trabalho transformado em livro, compendioso-escolar, para os fins a que se propôs o documento que nos convocou, porque, para tal finalidade efetivamente a obra fica aquém do que seria aconselhável. (MATO GROSSO, 1980, p. 03).

Porque o trabalho vencedor não cumpria a finalidade a ele reservada – tornar-se uma referência para elaboração de currículos ou programas –, a SEC-MT optou por constituir seu

¹⁰ A Fundação Cultural de Mato Grosso, criada pela Lei Estadual n. 3.632, de 20 de junho de 1975, e regulamentada pelo Decreto Estadual n. 126, de 31 de julho de 1975, foi uma instituição que teve a finalidade de preservar o patrimônio cultural e estimular as manifestações da cultura mato-grossense. Instalada no antigo Palácio da Instrução, onde passou a funcionar como sede administrativa, recuperou a Biblioteca Pública do Estado e, em suas dependências, montou o *Atelier Livre*, onde aconteciam oficinas de artes plásticas. Anos depois, pela Lei Complementar Estadual n. 14, de 16 de janeiro de 1992, a Fundação Cultural foi transformada em Fundação de Cultura e Turismo do Estado de Mato Grosso. Adiante, pela Lei Complementar Estadual n. 36, de 11 de novembro de 1995, a Fundação de Cultura e Turismo foi desmembrada em Secretaria de Estado de Cultura e Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo. A documentação que estava em posse da Fundação de Cultura e Turismo foi distribuída entre ambas as Secretarias e, nesse processo, muito dela se perdeu. Conforme Rezzieri (2014, p. 46): “[...] a Fundação Cultural [de Mato Grosso], dirigida e com apoio de uma elite política, intelectual e econômica, apropriou-se do discurso relativo à preservação do patrimônio e passou a recriar práticas culturais que não lhes pertenciam, difundindo-as como comuns a toda sociedade cuiabana”.

próprio “grupo de trabalho para a elaboração de um livro didático, a partir dos estudos existentes, com a colaboração de todos os interessados na preservação da memória matogrossense” (MATO GROSSO, 1980, p. 03). Dois anos depois, o Governo Estadual adotou nas escolas públicas de Mato Grosso o livro *Um estudo de História de Mato Grosso: roteiro para o ensino de 1º e 2º graus*, elaborado pelo militar e professor Coronel Octayde Jorge da Silva. Livro este que foi, originalmente, elaborado em 1980 para suas aulas na Escola Técnica Federal de Mato Grosso (atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT). Sua reedição, em 1982, foi patrocinada pela Fundação Cultural de Mato Grosso, órgão do governo estadual. Este livro será objeto de análise mais adiante.

Na década de 1980, o estado de Mato Grosso começou a experimentar as consequências negativas do aumento descontrolado de migrantes em seu território. Muitos dos que marcharam para a região nada possuíam além da esperança de um futuro melhor. Ao chegarem na capital, esperavam que alguma oportunidade surgisse na fronteira amazônica, em Rondônia ou no norte de Mato Grosso. Porém, aqueles que nada conseguiram por Cuiabá ficaram e fizeram aumentar o número de pessoas que passavam por algum tipo de necessidade: emprego, moradia, educação. A par da mudança social, a mudança cultural foi sentida pelos nativos, que na época representavam algo em torno de 30% da população do estado.

Para proteger os costumes e tradições mato-grossenses das transformações promovidas pela migração desenfreada e preservar uma memória histórica regional, a primeira iniciativa nesta direção não foi exatamente para o ensino de História, mas para o ensino de Literatura. Em 1983, o deputado estadual Francisco Monteiro¹¹ apresentou o Projeto de Lei n. 26 (Anexo A), que estabelecia a “obrigatoriedade da inclusão da literatura Mato-grossense, nos currículos plenos, das escolas de 1º e 2º Graus, do Estado de Mato Grosso”. E assim justificou sua proposição:

A valorização da nossa literatura é uma necessidade nos dias atuais, quando Mato Grosso vem recebendo inúmeras levas de imigrantes, oriundos de regiões mais desenvolvidas e onde as atividades literárias são mais divulgadas e difundidas. [...] A nossa intenção é preservar a cultura da gente mato-grossense, que conseguiu mesmo no isolamento por mais de 250 anos, construir uma civilização. A finalidade primordial do ensino da literatura mato-grossense, convergirá para o cultivo da linguagem, como expressão da

¹¹ Antônio Francisco Monteiro da Silva nasceu em Nossa Senhora do Livramento (MT), em 1948. Foi um deputado estadual em Mato Grosso, eleito por dois mandatos (1983-1986 e 1987-1991) pelo Partido Democrático Social (PDS).

cultura regional, conduzindo o aluno a descoberta e compreensão dos valores mais típicos. [...] Na preservação das nossas tradições e no cultivo da nossa literatura, estão as esperanças da tomada de consciência do governo e do povo, para perpetuidade da nossa raça. (MATO GROSSO, 1983a, [s.p.]).

O discurso de preservação da cultura e dos valores típicos da gente mato-grossense, na verdade, era uma estratégia para manter a elite cuiabana em evidência. Receosa com o fortalecimento político-cultural dos forasteiros, as antigas elites locais esforçaram-se em reinventar suas tradições, tomando como substrato a cultura popular do estado de Mato Grosso. Assim, inserir conteúdos regionais nas escolas mato-grossenses (públicas e particulares) era uma forma possível de conservar o poder político nas mãos das mesmas pessoas, de perpetuação da “raça” mato-grossense nos cargos de decisão.

No dia 16 de julho de 1983, durante a Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso para a 2ª discussão do Projeto de Lei n. 26/1983, o deputado estadual Kazuho Sano, corroborando com a proposta apresentada, assim se pronunciou:

A destruição das expressões culturais típicas regionais pelo esquecimento e pela inculcação de modelos culturais exógenos é um dos artifícios para desestruturação dos povos e grupos culturais que vão, aos poucos, perdendo sua identidade, perdendo sua capacidade de resistência, tornando mais fácil a manipulação e a exploração econômica dos mesmos. Mato Grosso experimenta, hoje, uma veloz descaracterização cultural agravada por tipicidades especiais de sofrer um processo colonizador em pleno século XX, recebendo grupos culturais de todo o País, com cultura e comportamentos típicos. Acrescenta-se, ao todo, o impacto provocado pelo processo colonizador, a influência da televisão que parece pretender destruir em todo o País as manifestações culturais regionais, impondo modelos homogeneizantes, de fácil consumo. É fundamental que as gerações tenham contato com a produção artística que registra e relata a história desta terra, dos homens que aqui viveram e vivem. [...] E isso é importante não só para os que são naturais de Mato Grosso, mas também para os que aqui chegam e deveriam, de uma forma, por que não dizer, democrática, conhecer e respeitar a cultura regional. É nas suas tradições regionais que o homem encontra a confirmação de sua identidade e a Arte funciona como uma trincheira diante da avassaladora desestruturação cultural que aqui assistimos. (MATO GROSSO, 1983b, p. 1).

O deputado estadual Kazuho Sano usou o termo *trincheira* para designar um campo em disputa: o cultural. No entanto, a cultura era um pano de fundo de outro campo em disputa: o político. Vale lembrar que o que vai definir a estrutura do campo é o estado das relações de força entre os protagonistas em luta, agentes ou instituições (BOURDIEU, 1983, p. 133); nesse caso, os “novos ricos” da fronteira, geralmente sulistas, muitas vezes reunidos

em torno dos Centro de Tradições Gaúchas (CTGs), e a elite cuiabana, já consagrada e que lutou para manter sua posição de prestígio no campo.

Para o deputado estadual Kazuho Sano, era necessário entender a produção artística mato-grossense como um bastião a resistir à invasão da cultura exógena, forasteira, sulista. Para reforçar seu posicionamento, cita um renomado artista mato-grossense, Waldemir Dias Pino¹²:

Precisamos conceituar a nossa identidade reanimar os que se deixaram abater por essa invasão bárbara que ainda estamos assistindo. A identidade de um povo é a sua invenção maior. O instrumento de resistência sempre foi a ideia. A invasão sulista tem mostrado em nossos dias a clara ligação entre o econômico e o cultural, colonização dura e completa. Sabemos que, como os índios, tombaremos, porém, é preciso que fiquem documentados na nossa consciência, e essa é a própria função, no momento, na literatura cuiabana. (PINO apud MATO GROSSO, 1983b, p. 1).

Na tentativa de viabilizar a difusão de uma identidade cultural mato-grossense para além dos espaços escolares, criou-se determinação legal obrigando a introdução de conteúdos sobre História Regional nos editais de concursos públicos em órgãos estaduais e exames vestibulares organizados no/pelo estado.

A Lei n. 4.667/1984 assim determinava:

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade de que 1/3 (um terço) das questões de Conhecimentos Gerais e/ou Estudos Sociais nos concursos organizados por órgãos governamentais e de economia mista, deve versar sobre Geografia e História Política e Econômica de Mato Grosso. (MATO GROSSO, 1984c, p. 01).

O deputado estadual Kazuho Sano¹³, autor da Lei n. 4.667/1984, na justificativa de sua proposição (Projeto de Lei n. 141/1983), teceu considerações que ilustram bem a

¹² Wlademir Dias Pino nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 1927. Em decorrência de perseguição política, seu pai transfere-se com a família, em 1936, para Cuiabá, onde passa a juventude. Em 1952, volta para o Rio de Janeiro, onde passa a participar dos movimentos de vanguarda política e cultural da época. Foi poeta, artista visual e artista gráfico. Juntamente com Décio Pignatari, Ferreira Gullar, Haroldo de Campos, Augusto de Campos, Ronaldo Azeredo, foi considerado um dos fundadores do movimento da poesia concreta no Brasil. Morreu no Rio de Janeiro (RJ), em 2018. *GALERIA Superfície*. Disponível em: <http://www.galeriasuperficie.com.br/artistas/wlademir-dias-pino/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

¹³ Kazuho Sano nasceu em Bauru (SP), em 1938, e mudou-se para Cuiabá (MT), na década de 1960. Filho de imigrantes japoneses estabelecidos em Cuiabá, começou na política assessorando o ex-deputado estadual Isaías Borges Rezende, do qual conquistou o eleitorado. Foi eleito deputado estadual em Mato Grosso por dois mandatos (1983-1986 e 1987-1991) pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sendo o primeiro parlamentar a defender causas ambientalistas na região. Morreu em Belo Horizonte (MG), em 2011. *Olhar Direto*. Disponível em: <https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=219443>. Acesso em: 18 jun. 2019.

contradição socioeconômica do estado de Mato Grosso: ora um contentamento geral com as melhorias implantadas como resultado da expansão capitalista em Mato Grosso, ora uma ojeriza entre as classes mais abastadas com relação aos efeitos contrários impostos pela migração.

Inicialmente, na justificativa do Projeto de Lei n. 141/1983 (Anexo B), Kazuho Sano apresenta os diversos benefícios recebidos pelo estado de Mato Grosso a partir da década de 1960:

A partir da década de 60 [do século XX] o desenvolvimento socioeconômico de Mato Grosso experimentou um grande impulso. Vários fatores determinaram e influenciaram essa arrancada. A criação de Brasília, a pavimentação das rodovias existentes e a abertura de novas estradas e o assentamento de colonos de outros Estados contribuíram para que o fluxo migratório se tornasse intenso. Igualmente, a busca de novos mercados de trabalho e a variedade de oportunidades existentes influenciaram a expansão econômica do Estado.

Aliado ao processo de mudanças econômicas está o das transformações sociopolíticas e culturais. A realidade mato-grossense se alterou em seus diversos aspectos. O progresso, a intensa atividade decorrente da exploração agrícola, o crescimento das cidades, o aparecimento de novos polos econômicos, modificaram sua paisagem humana, cultural e social. (MATO GROSSO, 1983c, [s.p.]).

Mais adiante, o deputado reconhece que o fluxo migratório se revelou maior e mais intenso do que o esperado. E, como consequência, uma parte significativa da população do estado não se reconhece como pertencente à cultura mato-grossense:

O intenso fluxo migratório resultou que mais da metade da população que aqui vive é oriunda de outros Estados da Federação. Para essa população a falta de informação sobre a história e geografia do Estado, representa uma grande lacuna em suas relações com o povo e a terra mato-grossenses. Para eles, nada pode representar a data de 13 de junho¹⁴ a não ser uma rua em Cuiabá e, talvez, em outras cidades do interior. Nomes como Isaac Póvoas, Dom Aquino Corrêa, Ponce de Arruda, Moreira Cabral nada significam. As manifestações culturais típicas como Cururu e Siriri, festas de São Gonçalo e Congada, entre outras, se perdem ou se transformam totalmente. Assim, Mato Grosso, gradualmente vai perdendo aquelas expressões originais que delineiam o perfil de um povo e definem sua identidade cultural. (MATO GROSSO, 1983c, [s.p.]).

¹⁴ A data celebra a *Retomada de Corumbá*, em 1867, pelo Exército Brasileiro durante a Guerra contra o Paraguai (1864-1870).

Kazuho Sano faz críticas à falta de informações sistematizadas sobre a História de Mato Grosso. Para ele, a falta pode ser atribuída aos responsáveis pela difusão cultural no estado.

Esse grande vazio e esse silêncio sobre todo um processo histórico que tem início no século XVIII permite que se ignore um passado de lutas e trabalho que pesquisado e sistematizado viria a enriquecer todos que aqui vivem e constroem a atual história mato-grossense.

Essa desinformação cria uma falta de identificação com a terra, que não é característica apenas dos gaúchos, paranaenses ou paulistas que aqui vivem. A juventude mato-grossense que hoje está nas escolas sofre da mesma desinformação. Basta perguntarmos a qualquer estudante alguma questão sobre história e geografia de Mato Grosso e teremos como resposta o silêncio. (MATO GROSSO, 1983c, [s.p.]).

Por fim, o deputado apresenta a solução para o problema da amnésia histórica:

É necessário que se resgate urgentemente a história de Mato Grosso e suas tradições encontrem o espaço necessário para sobreviver.

A obrigatoriedade de questões versando sobre a História Econômica e Política de Geografia de Mato Grosso em concursos públicos, forçará a sistematização desse conhecimento assim como determinará sua procura, razão pela qual justifica-se a presente proposição. (MATO GROSSO, 1983c, [s.p.]).

Pode parecer estranho a defesa da História de Mato Grosso emanar de um *nissei* paulista. Acontece que Kazuho Sano, ao ingressar na política partidária, conquistou um eleitorado formado predominantemente por nativos mato-grossenses. Ao assumir a autoria de proposições importantes à *cuiabania*, deixou de ser um forasteiro, como afirmou Dunga Rodrigues, para tornar-se um “amigo” do povo cuiabano (RODRIGUES, 1994, p. 184). Deixou a condição de *pau-rodado* e conseguiu conquistar um capital político que lhe rendeu dois mandatos como deputado na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Ainda, quando o deputado estadual Kazuho Sano elaborou o Projeto de Lei Estadual n. 141/1983, que estabelecia a obrigatoriedade de que 1/3 (um terço) das questões de Conhecimentos Gerais e/ou Estudos Sociais nos concursos organizados por órgãos governamentais e de economia mista devia versar sobre Geografia e História Política e Econômica de Mato Grosso, recebeu o seguinte parecer da Comissão de Constituição e Justiça da ALMT:

O presente Projeto de Lei, [...] cremos ter vindo em boa hora, haja visto a descaracterização pelo que vem passando a nossa história, à nossa Geografia

e porque não dizer, os nossos costumes e nossas tradições. Quando hoje, nós cuiabanos já representamos apenas 23% (vinte e três por cento) na formação da população de Cuiabá, quando vemos chegar das mais diferentes regiões deste País, homens que ombro a ombro conosco vem somar no desenvolvimento e progresso deste Estado, temos que zelar pelas nossas coisas. Há que se exigir que pelo menos os que se propõe a desempenhar funções Públicas conheçam um pouco de história de Mato Grosso, e sendo assim só temos a apoiar a aprovação deste Projeto. Quanto aos aspectos Jurídicos, Constitucional e Legal é perfeito, somos portanto favorável à sua tramitação. (MATO GROSSO, 1983d, [s.p.]).

É possível perceber que o problema nunca foi a migração de pessoas das mais diversas regiões do país. Se estes forasteiros chegassem e ocupassem posições subalternas no quadro político-social, a migração não causaria desconforto algum à tradicional elite cuiabana. O problema é que, geralmente, quem detém o capital econômico também detém o capital político. E, neste caso, os migrantes ricos, ligados ao agronegócio, vaidosos pela sua origem e cultura sulista, representavam a perda da hegemonia política da elite cuiabana.

No dia 13 de março 1984, durante a Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso para a 1ª discussão do Projeto de Lei n. 141/1983, o deputado estadual Kazuho Sano assim se pronunciou:

[...] ao apresentarmos o presente Projeto de Lei tivemos a intenção pura e simplesmente de corrigir ou tentar corrigir uma distorção que vem ocorrendo neste Estado em função principalmente do grande surto desenvolvimentista que estamos experimentando. Quanto a este aspecto desenvolvimentista temos a acrescentar que muitas das tradições, dos muitos valores morais e culturais de Mato Grosso correm risco de desaparecerem no tempo, face a presença maciça de migrantes de todas as regiões de nosso País. (MATO GROSSO, 1984a, p. 20).

Para o autor do Projeto de Lei n. 141/1983, que era paulista, a proposição de tal matéria era uma forma de retribuir a hospitalidade que recebeu do povo mato-grossense, inclusive ao aceitá-lo como representante na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

E era mais que justo que nós tentássemos ao vermos o esquecimento em que começou a ser relegado tudo aquilo que diz respeito a cultura, tudo aquilo que diz respeito a tradição, tudo aquilo que diz respeito a história de Mato Grosso e era evidente que ao constatararmos isso, que nós tivéssemos que retribuir aquilo que nós recebemos neste Estado através de apresentação de tal proposição. (MATO GROSSO, 1984a, p. 20).

No dia 15 de março 1984, durante a Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso para a 2ª discussão do Projeto de Lei n. 141/1983, o deputado estadual Francisco Monteiro, corroborando com a proposta apresentada, demonstrou preocupação com o perfil do funcionalismo público mato-grossense. Para ele, era um incômodo saber que existiam funcionários do governo do estado de Mato Grosso que nada sabiam a respeito do lugar onde viviam e trabalhavam.

[...] contatamos realmente que constitui uma necessidade urgente, o Governo do Estado ao instituir concursos públicos para todos os cargos da administração do nosso Estado, exigir um conhecimento maior por parte da história, da geografia, da política econômica do Estado de Mato Grosso, daqueles que participam do concurso, e é comum, muito comum em, nos nossos dias assistirmos levas e levas de elementos oriundos de outras regiões do Estado serem aprovados nos concursos públicos sem conhecimento nem sequer um acidente geográfico do nosso Estado. (MATO GROSSO, 1984b, p. 22).

A instituição de conteúdos em concursos públicos em órgãos estaduais e exames vestibulares, de certo modo, buscava dar alguma vantagem aos nativos mato-grossenses na disputa. Acreditava-se que, se dependesse desse quesito, as vagas abertas nos órgãos públicos e universidades estaduais seriam preenchidas por pessoas que conhecessem a História e a Geografia do estado de Mato Grosso.

Ademais, é nítida a preocupação de que a elite cuiabana tinha de perder o controle do poder político do estado para os migrantes ricos. A relação estabelecida entre a elite cuiabana e os migrantes ricos, durante a década de 1980, assume contornos *bairristas* (PÓVOAS, 1987), com predomínio do poder político da elite nativa. Esta, ao propor a institucionalização de conteúdo de História Regional, especialmente nas escolas públicas, pretendia que a juventude mato-grossense aceitasse o seu domínio sobre os *bens simbólicos* (BOURDIEU, 1983), que estavam implícitos nos currículos escolares.

A disciplina escolar História de Mato Grosso, apesar de anunciada na Lei Estadual n. 2.821/1968, só seria definitivamente criada em 1990. Nesses mais de 20 anos, as finalidades do ensino de seus conteúdos nem sempre foram as mesmas: de desenvolvimento do espírito patriótico evoluiu para a difusão de uma identidade regional. No entanto, por motivos que veremos adiante, a disciplina escolar História de Mato Grosso passou por vieses que impossibilitaram sua total implantação nos currículos escolares mato-grossenses.

3.3 Mato Grosso no currículo escolar: a criação da Lei Estadual n. 5.573/1990

A partir da década de 1960, o estado de Mato Grosso experimentou um crescimento populacional acelerado. Cuiabá tornou-se um ponto estratégico no processo de ocupação da Amazônia Meridional. Investimentos em infraestrutura (estradas, eletricidade, educação e transportes) foram realizados. Mato Grosso era definitivamente inserido no mapa da civilização. Porém, o processo de mudanças socioeconômicas e culturais alteraram significativamente o quadro da política local.

O *Programa de Integração Nacional* (PIN) deslocou milhares de migrantes para o interior da Amazônia mato-grossense, estimulados pelo *slogan* “uma terra sem homens para homens sem terra”. Anos depois, alguns migrantes inseriram-se na política regional e, conseqüentemente, passaram a disputar espaço na arena política como os nativos mato-grossenses. Disso, produziu-se um sentimento de perda do poder político pelos representantes da tradicional elite mato-grossense. Na consciência deles, era preciso agir para manter sua *primazia do mando* (ZORZATO, 1998). O processo de colonização e migração promovido pelo Governo Federal, pós-1970, havia reconfigurado as peças do jogo político local.

A escolarização passou a ser entendida, por uma parcela da elite cuiabana, como um espaço favorável ao controle político, através da divulgação de conteúdos que valorizassem aqueles que já ocupavam o poder por décadas. Assim, em 1990, o deputado Hermes de Abreu¹⁵ viu sua proposição virar lei. Pela Lei Estadual n. 5.573/1990, tornava-se obrigatório o ensino das disciplinas de História, Geografia e Literatura de Mato Grosso, nas Escolas de 1º e 2º Graus, públicas ou particulares, que funcionassem no estado:

Art. 1º Passa a ser obrigatório o ensino da História, da Geografia e da Literatura de Mato Grosso nas Escolas Públicas ou Particulares, de 1º e 2º Graus, que funcionem no Estado; Art. 2º Nos cursos de 1º Grau o ensino se restringirá a noções de História e Geografia de Mato Grosso, como complemento das noções gerais de História e Geografia do Brasil; Art. 3º No 2º Grau a História, a Geografia e a Literatura de Mato Grosso constituirão objeto de uma cadeira autônoma, com programas específicos; Art. 4º Compete à Secretaria de Educação e Cultura baixar as normas e programas básicos para a inclusão dessas disciplinas nos currículos escolares, nos termos desta lei. (MATO GROSSO, 1990, p. 25).

A Lei n. 5.573/1990 demonstrou ser uma proposta concreta para o estudo de conteúdos regionais. Porém, para o 1º Grau, determinava que os conteúdos ficassem inseridos nas disciplinas de História e Geografia do Brasil. Para o 2º Grau, constituir-se-iam como

¹⁵ Hermes Gomes de Abreu nasceu em Alto Garças (MT), em 1953. Foi um deputado estadual em Mato Grosso, eleito por dois mandatos (1987-1991 e 1991-1994) pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

disciplinas autônomas. Foi aí que surgiu o gargalo: disciplina autônoma requeria professores específicos para seu ensino e, conseqüentemente, mais investimentos em salários, formação acadêmica e materiais didáticos.

O autor da lei, o deputado estadual Hermes de Abreu, assim justificou a sua proposição, o Projeto de Lei n. 175/1989 (Anexo C):

A alienação cultural porque passa boa parte da população brasileira tem contribuído para que estejamos perdendo, ao longo dos anos, algumas das mais importantes manifestações culturais, que, aliás, sempre nos individualizou das outras nações do mundo.

Mesmo entendendo que a cultura é universal, não defendo a tese de que devemos deixar de aprender o que é nosso para assimilar o que é dos outros.

Tenho visto em muitos currículos escolares disciplinas que não retratam, com a devida fidelidade e importância, a realidade cultural brasileira, o que tem contribuído negativamente na formação escolar dos nossos jovens.

Uma das falhas que precisa ser corrigida com bastante rapidez é a obrigatoriedade do ensino das disciplinas de Geografia, História e Literatura de Mato Grosso nos currículos plenos das Escolas de 1º e 2º Graus.

Não restam dúvidas que a presente medida contribuirá decisivamente para um melhor conhecimento dos principais fatos histórico-literários e das características geográficas do nosso Estado. (MATO GROSSO, 1989a, [s.p.])

O deputado estadual Hermes de Abreu apresentou sua proposição como uma alternativa às legislações similares anteriores que, segundo seu ponto de vista, não haviam sido postas em funcionamento por má vontade do Governo Estadual. Neste caso, as determinações da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso não foram obedecidas pelo Poder Executivo.

[...] existe uma lei de autoria do ilustre Deputado Francisco Monteiro, sancionada, no Governo passado, pelo ilustre Governador Júlio Campos e que, infelizmente, a lei não conseguiu alcançar o seu objetivo. Não conseguiu alcançar o seu objetivo, que era de preservar a nossa história, que era de preservar a nossa cultura, a nossa memória, através da nossa literatura. E a nossa Geografia e a nossa História, foram incluídas nos currículos escolares como matérias não autônomas, ficavam nos finais dos currículos escolares e, dificilmente, a nossa juventude, as nossas crianças, tinham acesso a essas informações para a sua formação. (MATO GROSSO, 1989b, p. 22).

Havia pressa do deputado estadual Hermes de Abreu em aprovar o Projeto de Lei n. 175/1989 porque, naquele mesmo ano, a Secretaria de Educação e Cultura estava elaborando uma Proposta Curricular para o estado de Mato Grosso. Ele temia que o Projeto de Lei n.

175/1989 fosse aprovado depois da Proposta Curricular ser concluída, por isso pediu urgência na votação. A referida Proposta Curricular será analisada mais adiante.

E nós estamos na véspera da formulação do currículo para o ano que vem, é exatamente por isso que nós pedimos urgência para que a partir da obrigatoriedade, no próximo ano letivo, estejam incorporadas essas disciplinas. Por este motivo, nós entendemos que ela deve ser votada com urgência até para que a própria Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso tenha tempo de formular essa nova política albergando essas disciplinas que nós reputamos como da maior importância para a preservação dos valores históricos, da nossa literatura e da nossa cultura, e saber um pouco da nossa Geografia, também. O Estado de Mato Grosso vive momentos “sui generis”. Mais da metade de sua população é oriunda de outros Estados, e esses valores vão se perdendo ao longo dos tempos, e nós não tivemos coragem de enfrentar o problema, fazendo com que a nossa juventude tem acesso a essas informações, por certo, nós teremos um Estado sem memória. E é exatamente este o objetivo da lei: fazer com que a juventude do nosso Estado não seja privada desses conhecimentos mínimos, desses fatos históricos, conhecendo também os nossos escritores e os nossos poetas, para que eles possam ter, efetivamente, uma familiaridade maior com a nossa cultura. (MATO GROSSO, 1989b, p. 22).

Uma coisa, porém, é o escrito; outra coisa é o realizado. O deputado estadual Kazuho Sano indaga sobre a falta de professores para ensinar tais conteúdos: “para as três matérias, incluídas no currículo pleno, de 1º e 2º Grau da Educação Mato-grossense, será que nós temos quadro [docente] para preencher Geografia, História e Literatura Mato-grossense, para o princípio do ano letivo? Ora, isso não traz complexidade?” (MATO GROSSO, 1989b, p. 22).

Certamente, a principal complexidade à regulamentação das leis que criavam disciplinas escolares era de ordem econômica. Ao se criar uma disciplina escolar, faz-se necessário contratar professores, promover cursos de capacitação, adquirir livros didáticos, entre outros investimentos. Desse modo, os interesses dos representantes do poder Legislativo não se coadunavam com os interesses dos representantes do poder Executivo.

O deputado estadual Francisco Monteiro, corroborando, faz longa digressão sobre o assunto e reclama da inoperância da Lei Estadual n. 4.570/1983, proposta por ele há sete anos:

Infelizmente, não há interesse da Secretaria de Educação e Cultura na divulgação de um trabalho de tamanha importância da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Nós aqui não avocamos o direito da nossa autoria àquela Lei, porque nós entendemos que é obrigação do Estado de Mato Grosso, é obrigação da Secretaria de Educação e Cultura ministrar ensinamentos que além dos conhecimentos dos vultos da Pátria brasileira,

nós temos por obrigação e deveremos de uma forma mais incisiva mostrar os valores do Estado de Mato Grosso.

E, quando apresentamos aquele Projeto de Lei, nós não só tivemos o apoio dos nobres Pares com acento nesta Casa, tivemos de todas as Bancadas de todos os Partidos políticos, como também, contamos com anuência do Sr. Governador em sancioná-la e encaminhar para a execução na Secretaria de Educação.

Ao final do Governo Júlio Campos, no início do Governo Wilmar Peres de Farias, nós tivemos a Secretaria de Educação um trabalho voltado para o levantamento dos escritores do Estado de Mato Grosso daqueles que participaram da nossa literatura dos membros da Academia [Mato-grossense de Letras] para que pudéssemos inserir no currículo escolar a matéria, a disciplina, de Literatura mato-grossense.

Hoje, novamente somos conduzidos a esta Casa para aqui assistirmos, participarmos de uma votação de um Projeto do mesmo teor, e isto é lamentável sobre todos os aspectos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque no Brasil as leis são feitas e não são cumpridas. (MATO GROSSO, 1989c, p. 11).

Para o deputado Francisco Monteiro, por desinteresse do Governo do estado de Mato Grosso, a Lei n. 4.570/1983 não foi cumprida. No seu entendimento, isso provocou a perda de oportunidade aos professores e alunos conhecerem os valores do estado de Mato Grosso e os nomes dos escritores, motivo de orgulho para toda a sociedade cuiabana.

Evidentemente, não há necessidade de aqui falarmos que o trabalho desenvolvido pelos parlamentares, em todos os níveis, em todas as casas de leis deste País, tornam-se até mesmo desnecessários, porque se elas são elaboradas, se nós dispomos de um trabalho de assessoramento para ajudarmos o Governo, não o Governo de hoje e nem o Governo de ontem, mas aos governantes do nosso Estado mostrarem a Mato Grosso, mostrarem aos nossos irmãos brasileiros que vem para o nosso Estado em busca de melhores dias, – a nossa juventude a oportunidade de conhecer a literatura de nosso Estado e conhecer os membros da Academia Mato-grossense de Letras, porque para nós cuiabanos serve de orgulho dizermos que o único mato-grossense que adentrou para a eternidade da Academia Brasileira de Letras pois justamente D. Francisco de Aquino Corrêa, cuiabano, mato-grossense, que brilhou e elevou bem alto o nome do nosso Estado. Então seria para nós motivo de orgulho contarmos com outros nomes também elevando o nome do nosso Estado, também engrandecendo o Estado de Mato Grosso, participando da Academia Brasileira de Letras. (MATO GROSSO, 1989c, p. 11).

Ainda, havia o interesse de mostrar aos migrantes os vultos da cultura mato-grossense, o nome daqueles que fizeram Mato Grosso brilhar para além das suas fronteiras.

Então, foi por isto que nós evidenciamos e apresentamos aquele Projeto de Lei, transformando em Lei, em que o Estado de Mato Grosso e a Secretaria de Educação não vem cumprindo. E agora, nós vamos ter que votar

novamente um outro Projeto de autoria do nobre, do ilustre Deputado Hermes de Abreu, que também obriga no ensino não só da literatura mato-grossense, mas também da história e da geografia do Estado de Mato Grosso para os alunos dos cursos de 1º e 2º Graus das Escolas Públicas e nas Escolas Particulares.

Nós parabenizamos o Deputado Hermes de Abreu porquanto nós entendemos que é meritória sua intenção é louvável, é digna de aplausos por toda a sociedade mato-grossense. E esperamos que votando essa lei, nós tenhamos o cumprimento da mesma. E não fique no esquecimento, nos descasos como estão as outras que nós aprovamos nessa mesma Casa e que não vem sendo cumpridas. (MATO GROSSO, 1989c, p. 11).

Por fim, destaca a incapacidade dos técnicos da Secretaria Estadual de Educação em formular qualquer política de formação que observasse o cumprimento da Lei n. 4.570/1983.

Já por diversas vezes indignamos [sic] aos técnicos da Secretaria de Educação e os mesmos divagam nas informações. E nunca chega a uma conclusão lógica capazes de demonstrar que não seria necessário o ensinamento da literatura e da história e geografia do Estado de Mato Grosso.

Nós temos professores no Estado de Mato Grosso, que não seria capaz de apontar dez escritores do Estado de Mato Grosso. E dizer, pelo menos, cinco nomes de pessoas que compõe a atual Academia Mato-grossense de Letras. E isso, é vergonhoso para o nosso Estado.

Nós não podemos concordar com isso. Nós não podemos aceitar. Nós não podemos de forma nenhuma acreditar que não haja interesse do Estado, que não haja interesse dos nossos governantes na difusão da nossa literatura, na difusão desses órgãos que compõe a Secretaria da Educação. Porque eu entendo que hoje, a Academia Mato-grossense de Letras, ela obrigatoriamente, ela deve participar da vida, até administrativa.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, votaremos favorável ao Projeto para que nós possamos exigir dos governantes, não seria do Governador atual e nem do atual Secretário de Educação mas, dos governantes do Estado de Mato Grosso que cumpriria essas leis, que elas são de suma importância para a vida do nosso Estado. (MATO GROSSO, 1989c, p. 11).

Na réplica, o deputado estadual Kazuho Sano também reclama da inoperância da Lei Estadual n. 4.667/1984, proposta por ele seis anos antes:

Ainda na Legislatura passada tivemos a oportunidade de apresentar um projeto de lei que passou a determinar a obrigatoriedade da apresentação de um terço de quesitos versando sobre história e geografia mato-grossense em todos os concursos públicos realizados pelo Estado de Mato Grosso, ou no Mato Grosso, pelos Poderes Municipal e Estadual. Esta lei entrou em vigor, até hoje, não vimos o cumprimento dela. Não assistimos por parte do poder público a intenção de obedecer o que dispõe a lei que inclusive visava não somente cultivar o passado, a história, a tradição, a cultura do Estado de Mato Grosso, mas também de fazer valorizar os autores mato-grossenses.

Uma vez que, quando a realização de um concurso, todos fossem obrigados a se preparar para responder quesitos sobre a história, e a geografia mato-

grossense, evidentemente, teria que se valer de autores mato-grossense para poderem assimilarem de um pouco do conhecimento da história, da geografia do nosso Estado, para que pudéssemos ter condições de participar do movimento público.

Mas, lamentavelmente, nós não temos vistos isso ser cumprido. (MATO GROSSO, 1989c, p. 11).

O deputado Kazuho Sano também lamenta o descumprimento da Lei n. 4.667/1984 e emenda dizendo que, quando o texto da Constituição Estadual estava em elaboração, ele propôs a inserção de dispositivo que garantisse a obrigatoriedade do ensino de temas regionais do estado de Mato Grosso. Porém, teve seu voto vencido.

Quando da elaboração da nossa Constituição, tivemos a oportunidade de apresentar igual dispositivo para que se ficasse inserido no texto, para que nunca mais pudesse ser levantada qualquer dúvida sobre a validade da nossa Constituição.

Lamentavelmente, não passou na Constituição, mas hoje com a iminência da aprovação da matéria de autoria do ilustre Deputado Hermes de Abreu, vemos que há a possibilidade, através da obrigatoriedade, do ensino de história, geografia e literatura mato-grossense de também fazer valer o que dispõe a lei em vigor, que determina um terço de questões sobre história, e geografia em todos os concursos públicos estaduais. Por isso, nós temos a certeza de que se ficará completo o ciclo da obrigatoriedade para a validade do ensino e do estudo da história, da geografia, e da literatura mato-grossense. Era só, um adendo que nós queríamos fazer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para nós manifestarmos quando a oportunidade, quanto a relevância da matéria ora apresentada pelo ilustre Deputado Hermes de Abreu. (MATO GROSSO, 1989c, p. 11).

O fato é que, ainda hoje, a Lei n. 5.573/1990 não foi regulamentada, talvez pelos mesmos motivos de outrora: a economia aos cofres públicos. A criação de três novas disciplinas escolares implicaria na contratação de novos professores. Então, a prática mais usual, muitas vezes institucionalizada no Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas, foi que os professores das disciplinas de História, Geografia e Língua Portuguesa reservassem parte de suas aulas para o ensino de conteúdos regionais.

Sobre as relações entre política e literatura, a prova contundente de que as relações são construídas por relações de poder é o projeto de lei que torna obrigatório o ensino de “literatura mato-grossense” nas escolas. Certamente estão envolvidos na criação desta lei interesses de editoras, de escritores, de políticos, de grupos preocupados em reiterar ou criar uma memória. (COCCO, 2006, p.136, grifo do original).

O desabafo também vale para o ensino de História Regional, que tem os mesmos objetivos e finalidades.

3.4 Mato Grosso nas propostas curriculares de História

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 surgiu como uma normatização que romperia com a tradição autoritária dos tempos de Ditadura Militar (1964-1985), promovendo uma nova concepção de homem e sociedade, propondo mudanças possíveis e desejadas pela maioria da população, direta ou indiretamente envolvida. Em seu artigo 3º, determina:

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988).

No entanto, havia um impasse para a educação brasileira, pois, até aquele momento, vigorava a Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, da *Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus*, elaborada no governo dos militares. Uma nova LDB só viria à luz em 1996.

Em Mato Grosso, a Lei n. 5.692/1971 foi implementada a partir de 1975 (OLIVEIRA, 2009), mas antes, em 1972, com o objetivo de proporcionar atualização aos professores frente às propostas da Lei n. 5.692/71, a Secretaria de Educação do estado de Mato Grosso criou o *Projeto Bola de Neve* (BENFICA, 2016).

O *Projeto Bola de Neve* foi um esforço dos agentes do campo educacional de Mato Grosso para “aplicar” a Lei 5.692/71. Os esforços foram frutos de uma concepção pedagógica moderna à época, mas que ficou conhecida pelo “tecnicismo educacional”. Os professores que se envolveram no Projeto estavam em início de carreira e se empenhavam para contribuir com a melhoria da qualidade do sistema educacional público. (BENFICA, 2016, p. 104).

No ano seguinte, em 1973, “a equipe técnica da Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso elaborou o documento ‘Orientações Programáticas’, contendo orientações de 1ª e 8ª série, referentes ao núcleo comum e ao artigo 7º da Lei n. 5.692” (BERTOLETTI, 2017, p. 121). Nos anos que se seguiram, as Diretorias Regionais de Ensino promoveram cursos de capacitação “para os professores por área de atuação, abrangendo séries e disciplinas, por meio de convênio com a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul e com o Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul” (BERTOLETTI, 2017, p. 121-122).

A partir de 1988, os professores do estado de Mato Grosso entenderam que era necessário garantir coerência entre os objetivos constitucionais da Educação, das Unidades Escolares e dos Planos de Ensino. É nesse contexto que, para solucionar a crise educacional por falta de concordância entre a Constituição Federativa e a Lei de Diretrizes e Bases, se produziu a primeira proposta curricular do estado de Mato Grosso.

A produção da *Proposta Curricular do Ensino de 1º e 2º Graus*, conforme o quadro a seguir, teve as seguintes etapas¹⁶:

Quadro 6 – Histórico da elaboração da Proposta de Reformulação Curricular de Mato Grosso

ETAPAS	OBJETIVOS	COMPETÊNCIA	PERÍODO
1º. Análise dos Planos Regionais de Educação	Análise dos PREs denunciando a insatisfação quanto à prática pedagógica e sugerindo a reestruturação curricular.	SEE/SRE/EU	1988/1989
2º. Viagens de assistência técnica e planejamento em seis polos.	Viagens às SREs para: a) confirmar, discutir e relacionar dados sobre a sugestão feita aos PREs; b) planejar Seminários Regionais em seis polos.	SEE/SRE/EU	1990
3º. Seminários Regionais	Realização dos Seminários Regionais. Cada polo incorporou, em média, cinco Superintendências Regionais.	1º. Polo – Tangará da Serra 2º. Polo – Rondonópolis 3º. Polo – Mirassol D'Oeste 4º. Polo – Sinop 5º. Polo – Barra do Garças 6º. Polo – Cuiabá	10 a 12/10/1990 10 a 12/10/1990 16 a 18/10/1990 16 a 18/10/1990 23 a 25/10/1990 23 a 25/10/1990
4º. Seminário Estadual	Realização do Seminário Estadual para primeira sistematização dos Seminários Regionais.	SEE/UFMT	1991
5º. Sistematização	Sistematização do Seminário Estadual, retorno às SREs e UEs.	SEE/UFMT	1991
6º. Composição da edição revisada da Proposta Curricular	Revisão e retorno às SREs e UEs.	SEE	1992/1993

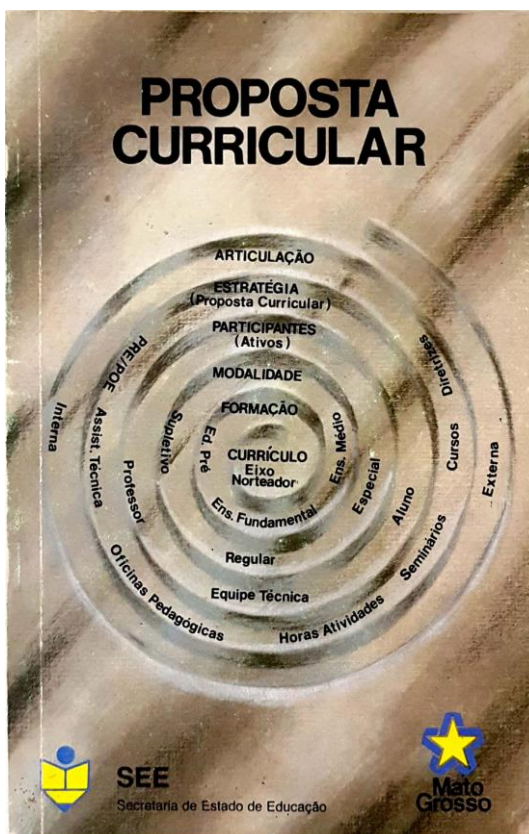
Fonte: MATO GROSSO, 1993, p. 14-15

Em 1994, as Unidades Escolares começaram a receber os exemplares da *Proposta Curricular* das Superintendências Regionais de Educação, um ano depois que a Secretaria de Estado de Educação havia mandado distribuí-los (MARCATO, 1994).

¹⁶ Entenda-se: PRE – Plano Regional de Educação; SEE – Secretaria de Estado de Educação; SRE – Superintendência Regional de Educação; UE – Unidade Escolar.

Na apresentação da *Proposta Curricular*, o então Secretário de Estado da Educação no governo de Jayme Campos¹⁷, Osvaldo Roberto Sobrinho, esclarece que a obra é um documento elaborado a partir de “ampla discussão junto aos educadores mato-grossenses [...] sob a coordenação de docentes da U.F.M.T. e técnicos desta Secretaria [de Educação]” (MATO GROSSO, 1993, p. 05).

Figura 4 – Capa da *Proposta Curricular do Ensino de 1º e 2º Graus* (1993)



Fonte: Acervo pessoal

Na sua organização, a *Proposta Curricular* articula três áreas de conhecimentos que são desdobradas em disciplinas, a saber: Linguagens (Língua Portuguesa e Literatura; Línguas Estrangeiras Modernas; Arte; Educação Física), Ciências Naturais e Matemática (Ciências Físicas e Biológicas; Matemática e Geometria; Física; Química; Biologia; Programas de Saúde) e Ciências Sociais (História; Geografia; Ensino Religioso; Educação Moral e Cívica; Organização Social e Política Brasileira). No total, o documento possui 124 páginas e o texto sobre a disciplina de História, interesse desta pesquisa, tem 8 páginas.

¹⁷ Jayme Veríssimo de Campos nasceu em Várzea Grande (MT), em 1951. Pecuariano, é membro de família tradicional na política de Mato Grosso. Na política, tornou-se prefeito de Várzea Grande por três mandatos (1983-1988, 1997-2000 e 2001-2004), Governador (1991-1994) e Senador pelo estado de Mato Grosso (2007-2014). Em 2018, foi eleito novamente para o Senado Federal.

O texto da disciplina História está subdividido em três tópicos: Fundamentação do Ensino de História, Função e Objetivos, Sugestões de Conteúdos. Há, ainda, no início do capítulo, a apresentação da equipe técnica responsável por sua elaboração e, no final, a bibliografia consultada.

A *Proposta Curricular* determina que “os conteúdos de História e Geografia de Mato Grosso deverão estar incluídos em História e Geografia do Brasil, desde as séries iniciais” (MATO GROSSO, 1993, p. 83). Porém, no texto das sugestões de conteúdos para o ensino de História, só houve menção aos temas regionais entre as séries do 1º Grau (Anexo D). Também não houve menção à Lei 5.573/1990, que manda criar, no 2º Grau, as disciplinas autônomas, com programas específicos, de História de Mato Grosso, Geografia de Mato Grosso e Literatura de Mato Grosso (MATO GROSSO, 1990).

A *Proposta Curricular do Ensino de 1º e 2º Graus* apresentava-se como uma diretriz que visava a auxiliar a prática docente, porém assumiu-se como um trabalho inacabado que só se completaria através do exercício pedagógico no cotidiano escolar. Era a prática docente que finalizaria o trabalho sistematizado pela Secretaria de Estado de Educação.

O presente documento não poderá ser compreendido como decisão final, ou mesmo como verdade absoluta, pronta e acabada, mas sobretudo, deverá ser estudado, discutido e enriquecido com os determinantes práticos pelo cotidiano escolar e conseqüentemente, também oferecidos pela evolução histórico-social e cultural da sociedade brasileira. (MATO GROSSO, 1993, p. 5).

Todo o processo de sistematização da *Proposta Curricular* foi desenvolvido sob a coordenação de docentes da UFMT e técnicos da Secretaria de Estado de Educação. A sistematização das críticas e sugestões dos educadores, dirigidas à *Proposta Curricular*, resultaram em algumas modificações de ordem teórico-metodológica na abordagem das áreas de conhecimentos e das disciplinas componentes.

Para os formuladores, a *Proposta Curricular* deveria apresentar uma perspectiva crítica do currículo, rompendo com a predominância da tendência tecnicista na década de 1970 e 1980. Para eles, a escola deveria recuperar o sentido original da Educação, ou seja, não ser encarada como uma instituição “veiculadora de conhecimentos neutros, autônomos, independentes da realidade social, complexa e contraditória” (MATO GROSSO, 1993, p. 8). Na verdade, entendiam que “é preciso que o currículo das escolas de Mato Grosso contenha uma proposta que busque favorecer a vinculação teoria-realidade social, de modo a levar ao

entendimento das múltiplas determinações das práticas sociais concretas, nas quais se insere historicamente a educação” (MATO GROSSO, 1993, p. 10).

A contribuição das teorias críticas enraizadas no marxismo e neomarxismo de certa forma “revolucionaram” os estudos nesta área, colocando o currículo em um novo patamar epistemológico. [...] Não só isto, mas pela fertilidade da produção teórica que motivou a partir de então. Passou-se a questionar, a problematizar aquilo que era considerado naturalmente dado. (SOUZA, 1993, p. 125).

Na *Proposta Curricular do Ensino de 1º e 2º Graus*, ao ensino de História foi atribuído um papel essencial: “permite aos alunos tomarem consciência de sua situação social, ao mesmo tempo em que instrumentaliza-os para a análise e reflexão crítica sobre sua vivência cotidiana e sobre sua inserção na sociedade” (MATO GROSSO, 1993, p. 105). Entende o conhecimento histórico como um produto social, resultado do contexto histórico em que foi produzido, ou seja, a História não é somente “um estudo sobre o passado, ao qual o presente nada teria a dizer, pelo contrário, através do presente que determina e condiciona a leitura que o historiador, com sujeito social, faz do passado” (MATO GROSSO, 1993, p. 104-105).

O ensino nesta área, tem se caracterizado por um distanciamento crescente na sociedade e da realidade, impedindo os indivíduos de se situarem enquanto agentes e sujeitos da História. A reprodução e a mera transmissão de um saber produzido nos livros didáticos, tem sido a prática mais comum nas escolas de 1º e 2º Graus. Desta forma, a História é aquela que vem “pronta e acabada” capaz de expressar verdades absolutas e inquestionáveis ficando a produção dos conhecimentos desvinculada do momento e situação em que se deu, solta no tempo e no espaço. Portanto, é necessário a superação da concepção herdada do positivismo e idealismo que marcaram o século XIX, mas que até hoje perdura na história como uma sucessão de acontecimentos que se sucederam no tempo e que mostrariam a evolução e o progresso da humanidade. (MATO GROSSO, 1993, p. 104).

Era a “crise da história historicista” (NADAI, 1992, p. 144), que ganhou força com o término da Ditadura Militar (1964-1985), “resultante de descompassos existentes entre as múltiplas e diferenciadas demandas sociais e a incapacidade da instituição escolar em atendê-las ou responder afirmativamente, de maneira coerente, a elas”.

A *Proposta Curricular* elencou três objetivos para a disciplina de História: o primeiro, vincular o conhecimento histórico às práticas sociais dos alunos, incorporando suas experiências no processo de ensino-aprendizagem, fazendo-os assumir o papel de sujeitos da História; segundo, provocar reflexões críticas sobre o passado que sustente a análise e a

atuação no presente; e terceiro, compreender o ensino e a pesquisa como elementos indissociáveis na produção do conhecimento histórico. Por tudo isso, pode-se dizer que a *Proposta Curricular do Ensino de 1º e 2º Graus* do estado de Mato Grosso engajava-se no movimento que pretendia “viabilizar outras concepções de História, mais comprometidas com a libertação e a emancipação do homem” (NADAI, 1992, p. 160).

Nela não se propôs a criação de uma nova disciplina escolar denominada História de Mato Grosso. Entretanto, sugeriu-se que os conteúdos de ensino regionais estivessem inseridos, sob a categoria de *subtemas*, na disciplina escolar História para o Primeiro Grau, etapa em que os estudos da História do Brasil receberiam maior ênfase. Já a História Geral estava reservada ao ensino de Segundo Grau.

Além das inovações didático-metodológicas introduzidas no currículo de História, a *Proposta Curricular* sugeriu conteúdos inéditos para o ensino de História Regional, tais como: os quilombos em Mato Grosso, a violência nas minas de Cuiabá colonial, os sem-terra e o problema fundiário em Mato Grosso, entre outros. São temas que revelam a influência da UFMT, desde a década de 1970, na escolha de novos objetos, problemas e abordagens nas pesquisas sobre a História Regional.

Importante dizer que a participação da UFMT na sistematização de conhecimento para ensino de História Regional vem, ao menos, do início da década de 1980, quando o Governo Estadual encomendou uma pesquisa para a elaboração de um novo livro didático de História de Mato Grosso. Anos depois, em 1990, foi publicado o primeiro livro didático produto de pesquisa de historiadores profissionais: *O processo histórico de Mato Grosso*, de Elizabeth Madureira Siqueira e outras duas professoras da Secretaria de Estado de Educação, que será objeto de análise mais adiante. Portanto, esta obra exerceu evidente influência sobre a elaboração da *Proposta Curricular*.

Quanto à disciplina escolar História de Mato Grosso, apesar de não constar objetivamente neste documento, a SEE-MT empenhou-se para inseri-la na grande curricular, mesmo que de modo temporário. Já os registros dos conteúdos nos diários de classe geralmente referiam-se aos títulos dos livros adotados pelos professores de cada escola.

O quadro abaixo apresenta a grade curricular para o Segundo Grau matutino da Escola Estadual Professor Nilo Póvoas, de Cuiabá. Nela, as disciplinas autônomas Literatura, Geografia e História de Mato Grosso, conforme determinou a Lei Estadual n. 5.573/1990, existiram entre os anos de 1991 e 1992. Após esta data, nas grades curriculares era discriminado que os conteúdos regionais seriam integrados às disciplinas escolares de História e Geografia, assim permanecendo no currículo dessa escola até o ano de 2002.

Quadro 7 – Grade Curricular para 2º Grau, em 1991

Sentido	Partes	Indicações	Disciplinas	Séries						Total de Horas
				1ª		2ª		3ª		
				S	A	S	A	S	A	
Duração Geral	Núcleo Comum	Resolução 06/1986 CEE/MT	Língua Portuguesa	03	120	04	160	04	160	440
			Literatura Brasileira	01	40	-	-	-	-	40
			Língua Estrangeira Moderna	02	80	02	80	02	80	240
			(Inglês)	02	80	01	40	01	40	160
			Geografia	02	80	01	40	01	40	160
			História	-	-	-	-	01	40	40
			O.S.P.B	03	120	03	120	03	120	360
			Matemática	02	80	02	80	02	80	240
			Física	02	80	02	80	02	80	240
			Química	02	80	02	80	02	80	240
			Biologia	01	40	01	40	-	-	80
			Filosofia							
		Lei 5.573/1990	Literatura Mato-grossense	-	-	01	40	01	40	80
			Geografia de Mato Grosso	-	-	01	40	01	40	80
			História de Mato Grosso	-	-	01	40	01	40	80
		Art. 7º da Lei 5.692/1971	Educação Artística	-		01	40	-	-	40
			Ensino Religioso	01	40	-	-	-	-	40
			Programa de Saúde	01	40	-	-	-	-	40
Educação Física	03		120	03	120	03	120	360		
Total				25	1000	25	1000	25	1000	3000

Fonte: Arquivo Geral da E.E. Prof. Nilo Póvoas

A *Proposta Curricular* foi resultado de um processo de estudos e ampla discussão dos educadores mato-grossenses, com apoio técnico da UFMT, para traçar as diretrizes do documento. Sua elaboração ocorreu a partir de encontros de professores atuantes na área com propósito de reformular a prática de ensino e novas técnicas, de modo a levar o aprendizado dos conteúdos.

Após redação final, a Secretaria de Estado de Educação encaminhou às Superintendências e Unidades Escolares o documento intitulado *Proposta Curricular do Ensino de 1º e 2º Graus*. Além disso, o governo de Mato Grosso produziu mais duas propostas curriculares complementares naquele ano: a *Proposta Curricular da Educação Pré-escolar* e a *Proposta Curricular do Magistério*.

São essas normatizações abordadas (leis e propostas curriculares) que fomentaram, e continuam a fomentar, os estudos e a produção e divulgação de diversos livros didáticos sobre

História e Geografia do estado de Mato Grosso. Alguns deles serão objeto de estudo na próxima seção.

3.5 Livros didáticos de História Regional: estabilidade e mudança

O livro didático é um “instrumento privilegiado de construção de identidade” (CHOPPIN, 2004, p. 553), podendo ser compreendido como expressão das produções de conhecimento de uma dada disciplina escolar. Ainda, pode ser considerado um guia curricular que manifesta as influências de agentes internos e externos na seleção cultural para escola. De costume, são os “livros didáticos que servem efetivamente como orientadores do desenvolvimento do currículo” (SOUZA, 2006, p. 204).

Juntamente com as propostas curriculares, os livros didáticos fazem parte do currículo *preativo* da escola (GOODSON, 1995; 1997): expressam finalidades, conteúdos e métodos de ensino (CHERVEL, 1990), bem como ocupam lugar privilegiado na cultura escolar (MUNAKATA, 2016).

Para Choppin (2004, p. 553), o livro didático é um o objeto que assume “múltiplas funções”: a *referencial* (torna-se uma referência para elaboração de currículos ou programas); a *instrumental* (propõe métodos de aprendizagem, exercícios e atividades); a *ideológica e cultural* (é transmissor de valores e, em certos casos, de doutrinação das jovens gerações); e a *função documental* (fornece um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno).

Além das múltiplas funções, segundo Bittencourt (2004b, p. 71), o livro didático pode ser considerado um objeto de “múltiplas facetas”, ou seja, ora é visto como uma *mercadoria*, por isso sujeito à lógica do capitalismo, ou como um *depositário dos conteúdos escolares* que sistematiza os diversos conhecimentos elencados pelas propostas curriculares. É visto também como um *instrumento pedagógico*, no qual é incorporada uma série de técnicas de aprendizagem (exercícios, questionários, sugestões de trabalho), ou enquanto *veículo portador de um sistema de valores*, ideologia, cultura, transmissores de estereótipos e valores dos grupos dominantes.

Nesta pesquisa, o livro didático de História de Mato Grosso foi tomado como um instrumento pedagógico destinado, por meio de seus conteúdos de ensino, a transmitir certos valores e tradições da elite cuiabana às jovens gerações e, então, forjar uma identidade regional mato-grossense. Entende-se que esta foi a principal finalidade educativa atribuída ao livro didático de História de Mato Grosso. Entretanto, Laville (1999) alerta que é uma ilusão

acreditar que a manipulação dos conteúdos do ensino de História conduzirá a consciência da sociedade. Isto também vale para a História de Mato Grosso.

Tomando como ponto de partida o mapeamento de fontes de Carvalho (2013; 2014), foram recuperados vinte títulos de livros didáticos de História de Mato Grosso em acervos públicos do estado (Anexo E), sendo eles produzidos por diferentes autores ligados a duas instituições distintas: o IHGMT e a UFMT. Desse total, sete livros didáticos foram selecionados, tendo como critério de seleção o pertencimento do autor ao IHGMT, que aqui foi entendido como uma comunidade disciplinar (GOODSON, 1997), pois, apesar de heterogênea e com perspectivas divergentes, articulou-se (e ainda se articula) para negociar a inserção da História Regional no currículo escolar do estado de Mato Grosso. Soma-se ao critério de seleção o fato de, mesmo após dez anos de fundação da UFMT, o IHGMT continuar sendo um lugar social autorizado a enunciar a História de Mato Grosso (CARVALHO, 2014).

Alguns membros da tradicional elite cuiabana, pertencentes a grupos de interesses político-culturais – confrarias que integravam pessoas ilustres da sociedade, tais como o IHGMT e a AML –, foram autores de livros didáticos. Outros tantos, a partir dos anos 2000, foram produzidos por professores, geralmente ex-alunos da UFMT, porém nem todos alcançaram o mesmo sucesso dos livros didáticos produzidos pelos integrantes do IHGMT.

Importante dizer que, apesar de os livros aqui analisados serem enquadrados como didáticos, eles não possuem a materialidade dos livros didáticos atuais. A maioria são livros que não contêm exercícios, questionários, sugestões de trabalhos ou exposição de métodos de aprendizagem; outros sequer possuem referências bibliográficas. Eram livros produzidos para o ensino escolar, contudo isso não significa que tenham sido amplamente utilizados. Afinal, a disciplina escolar História de Mato Grosso ainda não foi regulamentada e, mesmo que fosse, “o que está prescrito não é necessariamente o que é apreendido, e o que se planeja não é necessariamente o que acontece” em sala de aula (GOODSON, 1995, p. 78).

Embora o nosso recorte temporal se estabeleça entre as décadas de 1970 e 1990, o quadro abaixo apresenta todos os livros didáticos produzidos por membros do IHGMT. Neles, é possível compreender os conhecimentos socialmente válidos sobre a História de Mato Grosso, bem como evidenciar as permanências e rupturas nos seus conteúdos de ensino ao longo do tempo.

Quadro 8 – Livros didáticos produzidos por sócios do IHGMT

TÍTULO	AUTOR	ANO	NÍVEL	EDITORA	LOCAL
<i>Quadro Chorographico de Mato-Grosso</i>	Estevão de Mendonça	1906	Ensino Secundário	Escolas Profissionais Salesianas	Cuiabá
<i>História de Mato Grosso</i>	Rubens de Mendonça	1967	Ensino Secundário / 2º Grau	IHGMT	Cuiabá
<i>Um estudo de História de Mato Grosso: roteiro para o ensino de 1º e 2º graus</i>	Octayde Jorge da Silva	1980	1º Grau / 2º Grau	ETF/MT	Cuiabá
<i>História de Mato Grosso</i>	Lenine de Campos Póvoas	1985	2º Grau	Resenha Tributária	São Paulo
<i>O processo histórico de Mato Grosso</i>	Elizabeth Madureira Siqueira; Lourença Alves da Costa; Cathia Maria Coelho Carvalho	1990	2º Grau	EdUFMT	Cuiabá
<i>Revivendo Mato Grosso</i>	Elizabeth Madureira Siqueira	1997	Educação de Jovens e Adultos	SEDUC	Cuiabá
<i>História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais</i>	Elizabeth Madureira Siqueira	2002	Ensino Médio	Entrelinhas	Cuiabá

Fonte: Adaptado de CARVALHO (2013; 2014)

Dos sete livros didáticos produzidos por membros do IHGMT, apenas quatro foram objeto de análise nesta pesquisa, isto é, aqueles que se inserem entre as décadas de 1970 e 1990.

O discurso histórico, como uma representação do passado que busca produzir consensos e, com isso, uma identidade social, insere-se na escola, geralmente, pelos livros didáticos. No caso do estado de Mato Grosso, os livros didáticos tornaram-se portadores da identidade regional que se pretendia forjar. No período analisado nesta pesquisa, estes são produtos de uma representação construída fundamentalmente por integrantes do IHGMT. Ademais, sabendo que toda cultura tem sua historicidade e que os conteúdos de ensino transmitidos na escola para as jovens gerações são fruto de uma seleção dentro dessa cultura, o cotejamento dos conhecimentos socialmente válidos para os estudos de História de Mato Grosso foi significativo para compreender padrões de estabilidade e mudança no currículo.

Zorzato (1998), ao analisar a longa duração da construção identitária de Mato Grosso, entre os anos de 1904 e 1983, elenca alguns temas recorrentes na escrita dos

intelectuais mato-grossenses, quais sejam: a origem bandeirante do mato-grossense, a defesa e ampliação das fronteiras e a obra civilizadora e modernizadora do sertão. De modo geral, estas características estarão – ora mais, ora menos – presentes em todos os livros didáticos produzidos no estado de Mato Grosso.

[...] civilizar significa a ocupação, ordenação e controle da espacialidade sob a ótica de um novo modelo de relações sociais implementadas pela absorção capitalista. Civilizar significa o extermínio da “*selvageria*”, aí incluindo as florestas e as formas tradicionais de vida e seus habitantes [indígenas]. (ZORZATO, 1998, p. 102).

Antes de abordar especificamente os livros didáticos que se inserem entre as décadas de 1970 e 1990, façamos uma breve digressão.

O primeiro livro didático de História de Mato Grosso foi o *Quadro Chorographico de Matto-Grosso* (Anexo F), de Estevão de Mendonça¹⁸, publicado em 1906, em Cuiabá, pela oficina tipográfica das Escolas Profissionais Salesianas. Quase cem anos depois, em 2005, houve uma segunda edição, publicada pelo IHGMT¹⁹. O livro didático em questão, com 117 páginas e nenhuma imagem, é um estudo histórico-geográfico sobre Mato Grosso.

Estevão de Mendonça, apesar de produzir uma “história tradicional” (BURKE, 1992), de narrativa eminentemente política, cronologia linear e factual, foi, indubitavelmente, um dos mais importantes historiadores mato-grossenses do seu tempo. Seu esforço pioneiro de sistematização de conteúdos de ensino para História de Mato Grosso conquistou seguidores que partilharam dos mesmos pressupostos. Foi um dos fundadores do IHGMT, em 1919, lugar do discurso autorizado sobre a História mato-grossense até os anos 1980.

Seguindo os passos do pai, Rubens de Mendonça²⁰, produziu o segundo livro didático de História de Mato Grosso, publicado em 1967 pelo IHGMT. Seu livro, *História de*

¹⁸ Estevão de Mendonça nasceu em Barão de Melgaço (MT), em 1869. Foi professor de História e Geografia do Liceu Cuiabano e diretor geral do Arquivo Público de Mato Grosso, onde fundou, em 1904, *O Archivo*: revista destinada à vulgarização de documentos geographicos e historicos do Estado de Matto-Grosso. Sua principal obra foi *Datas Matogrossenses* (1919), na qual recuperou notícias históricas, de forma cronológica, extraídas dos cronistas e de documentos oficiais da administração regional, desde a época da capitania, passando pela da província e chegando aos primórdios do estado republicano. Foi sócio fundador do IHMGT e AML. Morreu em Cuiabá (MT), em 1949. *ACADEMIA Mato-grossense de Letras*. Disponível em: <http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-11/96-estevao-de-mendonca>. Acesso em: 18 jun. 2019.

¹⁹ Uma análise pormenorizada de *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*, de Estevão de Mendonça, Cf. SILVA, 2013.

²⁰ Rubens de Mendonça nasceu em Cuiabá (MT), em 1915. Exerceu os cargos de Escrivão da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional e Delegacia Regional do Imposto de Rendas, foi Avaliador Judicial da Comarca da Capital e jornalista profissional. Foi redator da 2ª Divisão da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Chefe do Escritório Regional da SUDAM, em Mato Grosso, professor da disciplina de Português, registrado na Divisão do ensino Industrial. Foi sócio efetivo do IHMGT e AML. Morreu em Cuiabá

Mato Grosso (Anexo G), com 127 páginas e nenhuma imagem, fez sucesso e, por isso, teve mais três edições posteriores: 1970 (com 130 páginas e um mapa rodoviário do estado), 1981 (com 147 páginas e 22 fotografias – dezenove eram de ex-governantes) e 1982 (118 páginas e 22 fotografias de ex-governantes), sendo esta última edição publicada pela Fundação Cultural de Mato Grosso. Organizado em quatorze capítulos, apesar de trazer algumas inovações técnicas, mantém a narrativa tradicional, uma “história vista de cima” (BURKE, 1992), como sugere o subtítulo da primeira edição “através de seus governadores”.

Como todo a obra de Rubens de Mendonça é de vulgarização, seus livros têm em comum a intenção de reforçar a lembrança de pessoas, lugares e acontecimentos considerados importantes para a memória local. Por isso mesmo, necessitam ser constantemente lembrados. (ZORZATO, 1998, p. 09).

Em 1970, foi fundada a UFMT. Dentro de seus muros abriga-se o NDIHR, que, juntamente com o Departamento de História, foi responsável pela localização de documentação inédita sobre a região. Após a localização e recuperação destes documentos inéditos, sua disponibilização auxiliou diversas pesquisas que, conseqüentemente, passaram a compor, após seleção cultural, o repertório de conteúdos de ensino dos livros didáticos de História de Mato Grosso.

Na década de 1980 ocorre a ruptura, ou a mudança de tradição, como sugere Goodson (1997). Na UFMT, o Departamento de História e o NDIHR instituem uma linha de pesquisa voltada à “Elaboração de material didático instrucional de História de Mato Grosso para o ensino de 2º grau” (CANAVARROS, PERARO, BORGES e JOANONI NETO, 2012, p. 81), que promoveu o curso de Especialização “Mato Grosso: História e Historiografia”, já descrito no Capítulo 2 desta tese. Ao envolver-se na produção de materiais didáticos para uso nas escolas de Mato Grosso, gradualmente, “o lugar legítimo para a enunciação da História de Mato Grosso transferiu-se para a universidade” (CARVALHO, 2014).

Vale dizer que a produção de livros didáticos de História de Mato Grosso esteve, em geral, sob o amparo do Governo Estadual. Para se ter um exemplo, em encarte publicitário inserido no *Jornal do Dia*, de 15 de fevereiro de 1984, intitulado *Progresso para todos*, sendo também o *slogan* da gestão de Júlio Campos²¹ (1983-1986), então governador do estado de

(MT), em 1983. *ACADEMIA Mato-grossense de Letras*. Disponível em: <http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-9/89-rubens-de-mendonca>. Acesso em: 18 jun. 2019.

²¹ Júlio José de Campos nasceu em Várzea Grande (MT), em 1946. Formou-se em Agronomia pela Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal (SP), em 1969. Ocupou os cargos de secretário da Secretaria de Viação e Obras Públicas do município de Várzea Grande e de engenheiro-chefe do setor de colonização e

Mato Grosso, foram apresentadas as obras de seu primeiro ano de mandato: construção de estradas, de escolas públicas e fornecimento de energia para atender a população crescente nas novas comunidades que estavam surgindo diante do intenso fluxo migratório, bem como apoio ao capital privado que para o estado Mato Grosso se destinava. Com a abertura e incorporação de novas fronteiras agrícolas:

[...] o governo percebeu que a riqueza da cultura e das tradições mato-grossenses deveriam ser preservadas, uma vez que no confronto com os hábitos e costumes trazidos pelos migrantes, essa cultura estava sendo alienada. E para que não ocorresse a perda gradativa da nossa identidade cultural, a Secretaria de Educação e Cultura propôs-se a realizar um trabalho com ações mais duradouras: [...] *No sentido de valorizar a cultura regional, o governo oficiou à Universidade Federal de Mato Grosso, solicitando a possibilidade de realização de estudos e pesquisa e posterior elaboração de material didático-pedagógico referente à literatura mato-grossense, objetivando o cumprimento da Lei no. 4.570, de 30 de junho de 1983, e, também, à História e Geografia de Mato Grosso.* (JORNAL DO DIA, Cuiabá, [s.p.], 15 fev. 1984, grifo nosso).

Para além do espaço acadêmico, algumas pesquisas produzidas pela UFMT se popularizaram e, conseqüentemente, passaram a compor o repertório de conteúdos de ensino dos livros didáticos produzidos no âmbito do IHGMT. Os livros didáticos de Octayde Jorge da Silva e Lenine de Campos Póvoas, em proporções diferentes, incorporaram resultados de pesquisas universitárias, tentando “escapar a uma história apenas administrativa, dando ênfase a geopolítica, incluindo a participação de movimentos sociais e elementos culturais em sua abordagem histórica” (CARVALHO, 2013, p. 12).

Como explicado em seção anterior, dos antecedentes legais ao ensino de História Regional, o governo do estado de Mato Grosso promoveu, em 1979, o *Concurso de História de Mato Grosso* para escolher um trabalho que pudesse ser utilizado como livro didático nas escolas públicas estaduais. Apesar de vitorioso, o trabalho premiado não foi recomendado para tal objetivo, obrigando o Governo Estadual a encontrar outra solução para falta de livros didáticos de História Regional.

A comissão avaliadora era composta por três membros: um do IHGMT, um da AML e um da Fundação Cultural de Mato Grosso. Os dois primeiros, Rubens Mendonça e Octayde Jorge da Silva, pertenciam ambos ao IHGMT e à AML, ou seja, representavam o mesmo

operações da Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso (CODEMAT). Na política, foi prefeito de Várzea Grande (1973-1977), deputado federal (1979-1983 e 1986-1990), Governador do estado de Mato Grosso (1983-1987), Senador pelo estado de Mato Grosso do Sul (1991-1999). Também criou a Fundação Júlio Campos, instituição para defender as questões culturais de Mato Grosso (FERREIRA, 2014, p. 130).

lugar legítimo para a enunciação da História de Mato Grosso. Naquela época, a Escola Técnica Federal de Mato Grosso (ETF-MT) se destacava como a precursora na implantação do ensino de História Regional, para o qual se elaborou um opúsculo intitulado *Extratos da História de Mato Grosso*, de autoria de Octayde Jorge da Silva²². É possível inferir que a sugestão de aproveitamento deste opúsculo pelo Governo Estadual, solucionando o problema da falta de livros didáticos sobre o tema para as escolas públicas mato-grossenses, tenha ocorrido durante o *Concurso de História de Mato Grosso*. Depois de editado e publicado, o opúsculo foi intitulado *Um estudo de História de Mato Grosso: roteiro para o ensino de 1º e 2º graus*.

Importante dizer que, naquela época, a maioria dos livros didáticos publicados para uma ação de valorização da identidade regional mato-grossense esteve diretamente sob os auspícios do Governo Estadual. Segundo Carvalho (2013; 2014), a existência de vínculos pessoais entre um pequeno grupo de intelectuais ligados ao IHGMT e ao Governo Estadual muito facilitou a produção e circulação de livros didáticos no estado de Mato Grosso. Certamente, Octayde Jorge da Silva fazia parte desse grupo.

3.5.1 *Um estudo de História de Mato Grosso, de Octayde Silva*

Um estudo de História de Mato Grosso: roteiro para o ensino de 1º e 2º graus, de Octayde Jorge da Silva, foi o terceiro livro didático de História de Mato Grosso. Lançado em 1980, com 88 páginas e 42 imagens, sendo 12 desenhos, 14 mapas e 16 fotografias, foi publicado pela ETF-MT, com o apoio da SEC-MT. Uma segunda edição foi publicada, em 1982, com o apoio da Fundação Cultural de Mato Grosso, no governo de Frederico Campos²³, com 100 páginas e 55 imagens, sendo 21 desenhos, 11 mapas e 23 fotografias. Na capa do

²² Octayde Jorge da Silva nasceu em Cuiabá (MT), em 1926. Militar, formou-se pela Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ). Na carreira militar, dirigiu a Escola Regimental do 18º Regimento de Infantaria, em Porto Alegre (RS), comandou o 16º Batalhão de Caçadores, em Cuiabá (MT), e o 2º Batalhão de Fronteira, em Cáceres (MT). Ao se reformar no posto de coronel do Exército, exerceu várias funções públicas, tais como delegado do Imposto de Renda de Mato Grosso, professor, vice-diretor, diretor (interino) e chefe do Departamento de Ensino da Escola Técnica Federal de Mato Grosso e conselheiro do Conselho Estadual de Educação. Foi sócio efetivo do IHGMT e AML. Morreu em Cuiabá (MT), em 1991. *ACADEMIA Mato-grossense de Letras*. Disponível em: <http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-9/90-octayde-jorge-da-silva>. Acesso em: 18 jun. 2019.

²³ Frederico Campos nasceu em Cuiabá (MT), em 1927. Formou-se engenheiro civil pela Escola Nacional de Engenharia do Rio de Janeiro (RJ), em 1952. Ocupou os cargos de engenheiro da Prefeitura Municipal de Várzea Grande (MT), de 1953 a 1954, de presidente da Construtora Comércio, de 1955 a 1956, de engenheiro da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), de 1956 a 1966, de engenheiro da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de 1966 a 1967, e de professor da Escola Técnica Federal de Mato Grosso, de 1957 a 1970. Na política, foi prefeito de Cuiabá por dois mandatos (1967-1969 e 1989-1993) e governador do estado de Mato Grosso (1979-1983). Eleito por votação indireta, foi o primeiro governador no período pós-divisão do estado de Mato Grosso (FERREIRA, 2014).

livro (Figura 4), sobreposto um fragmento de mapa político – a região norte do estado –, foi estampado o Brasão de Armas do Estado de Mato Grosso.

Figura 4 – Capa de *Um estudo sobre a História de Mato Grosso* (1982)



Fonte: Acervo Pessoal

Um estudo sobre a história de Mato Grosso não apresenta sumário, mas a relação dos conteúdos de ensino selecionados (Anexo H) demonstra uma renovação na escrita da História de Mato Grosso para fins escolares. O autor esforçou-se em introduzir elementos da cultura e da sociedade de Mato Grosso em sua narrativa, apesar de não conseguir escapar à história dos grandes homens. Expõe, na apresentação da primeira edição do livro, que seu trabalho foi apenas simplificar o que já havia sido escrito por outros estudiosos: “Este fascículo, de mérito nosso só tem o trabalho de ler, ouvir, buscar o informe, reescrever o que outros já escreveram, de uma maneira que acolhemos como didática e de fácil exposição. Fora isso, nada é original” (SILVA, 1980, [s.p.]).

Ainda, elogia a ação do Governo Estadual, que, por intermédio da Secretaria de Educação e Cultura, tomou para si a iniciativa da campanha para integrar a História de Mato Grosso nos currículos escolares e, consequentemente, “consolidar a memória regional” (SILVA, 1980, [s.p.]).

A elogiável intenção de se colocar, como integrante dos currículos escolares, nas escolas mato-grossenses de 1º grau, o ensino de HISTÓRIA DE MATO GROSSO, é necessidade que transcende a ilustração e a simples informação, para transformar-se no que chamamos de “consolidar a memória regional”. (SILVA, 1980, [s.p.], grifo do original).

Resguardando a História Oficial sustentada pelo IHGMT até a década de 1970, o autor declara ser Cuiabá o lugar original da História de Mato Grosso e, conseqüentemente, o polo irradiador da cultura mato-grossense ao restante do estado. Portanto, ocorreria dentro desta cultura a seleção dos conteúdos de ensino que seriam transmitidos às jovens gerações, nativas ou forasteiras, nas escolas mato-grossenses.

Assim, esperamos que a HISTÓRIA DE MATO GROSSO, que se polarizou toda em torno da epopéia cuiabana, não seja mais privilégio apenas dos museus, das bibliotecas e, fora deles, dos estudiosos do assunto. Passe a ser conversa, motivo de preocupação, diálogo, discussão, informação, interesse, pesquisa, enfim, presença, em cada jovem mato-grossense, de nascimento ou de adoção, ou que, por circunstâncias várias, esteja convivendo ou aprendendo conosco. (SILVA, 1980, [s.p.], grifo do original).

Na apresentação da segunda edição, de 1982, Octayde Silva faz um balanço dos resultados daquela iniciativa de integrar a História de Mato Grosso nos currículos escolares e conclui:

O ensino da HISTÓRIA DE MATO GROSSO [...] ganhou espaço. Recebeu o amparo e o empolgamento da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, a partir de 1979, que abraçou a idéia, encampou-a, deu-lhe vida e se tornou o arauto dessa nova consciência. Depois, a UNIVERSIDADE, ciosa do seu papel na integração sócio-comunitária, cônica de suas responsabilidades de agente formador da intelectualidade regional, assumiu a paternidade desse ensino, quer regionalizando o caráter dos exames vestibulares quer trazendo para o seu “campus” a pesquisa, o estudo, o debate, a análise interpretativa na área sócio-política. (SILVA, 1982, [s.p.], grifo do original).

Para o autor, o ensino de História de Mato Grosso só alcançou prestígio porque houve comprometimento da Secretaria de Educação e Cultura, que integrou estes conteúdos de ensino ao currículo escolar, e da UFMT, que, desde 1979, exigia conhecimentos sobre História de Mato Grosso em seus vestibulares (CRUDO, 1983).

O livro didático *Um estudo sobre a história de Mato Grosso*, de Octayde Silva, não apresenta referências bibliográficas. No entanto, o autor faz questão de listar as influências de

seu texto. Inspirou-se nos livros de Pedro Calmon, Rubens de Mendonça, Gervásio Leite, Ricardo Franco, José Barbosa de Sá e, sobretudo, nas “informações preciosas, na transmissão oral e inteligente de LENINE PÓVOAS” (SILVA, 1980, [s.p.], grifo do original), autor do próximo livro analisado.

A organização dos conteúdos de ensino não foge à tradição inventada nos livros de História de Mato Grosso anteriormente produzidos, ou seja, uma história político-administrativa. Em resumo, o autor segue a lógica do tripé da origem bandeirante, da defesa das fronteiras e da obra civilizadora e modernizadora do sertão.

Os conteúdos de ensino selecionados integravam um conjunto canônico de temas da História de Mato Grosso, tais como a descoberta do ouro e a fundação de Cuiabá; as disputas pelo controle das minas de Cuiabá²⁴ e o aumento do território colonial; a criação da capitania de Mato Grosso e a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade; os governos dos Capitães-Generais (quem foram, o que fizeram e quando fizeram); a elevação de Cuiabá à condição de capital da província; os presidentes de Mato Grosso no período imperial (quem eram, o que fizeram e quando fizeram); a Rusga (rebelião ocorrida em Cuiabá durante o período regencial); a instalação da primeira tipografia e a participação de Mato Grosso na Guerra do Paraguai; os governadores de Mato Grosso no período republicano (quem eram, o que fizeram e quando fizeram); os conflitos armados por interesses políticos das oligarquias regionais²⁵; a divisão do estado de Mato Grosso. Sua análise se encerra no primeiro ano do governo de Frederico Campos, em 1979.

Nos primeiros capítulos, apresenta uma história de Mato Grosso focada em Cuiabá e contada para os cuiabanos, pois, ao descrever os locais dos acontecimentos históricos, apresenta os atuais nomes dos lugares, que são familiares aos habitantes da capital, mas não do interior: “CUIABÁ representa o mais importante reflexo do deslocamento do Meridiano de Tordesilhas, feito pelos bandeirantes paulistas” (SILVA, 1982, p. 42). Porém, não o faz inocentemente e, às vezes, tece críticas às fontes.

²⁴ Silva (1982) refere-se aos irmãos João Leme da Silva e Lourenço Leme da Silva, bandeirantes paulistas que dispunham de grande poder nos primeiros tempos de Cuiabá. Em 1723, depois de uma disputa pelo controle das minas de Cuiabá, os irmãos Leme foram perseguidos e mortos por ordem do capitão-general de São Paulo, Rodrigo César de Meneses.

²⁵ Para Silva (1982), os principais conflitos armados por interesses políticos das oligarquias regionais de Mato Grosso foram a chacina da Baía do Garcez (Santo Antônio do Leverger-MT), em 1901, na qual foram mortos dezessete opositores ao governo de Antônio Pedro Alves de Barros (1899-1903); a luta armada que resultou no assassinato do presidente de estado Antônio Paes de Barros (Totó Paes), em 1906, depois que tropas oposicionistas a seu governo, lideradas pelo senador Generoso Paes Leme de Souza invadiram Cuiabá; o movimento armado denominado *Caetanada*, ocorrido em 1916, que culminou, no ano seguinte, em intervenção federal em Mato Grosso e substituição do presidente de estado Caetano Manuel de Faria e Albuquerque.

É de estranhar-se que, sendo o primeiro aldeamento, o de Forquilha, no atual Coxipó do Ouro, a ata da fundação de Cuiabá tenha sido mandada lavrar, a 8 Abr 1719, no local onde se eleva o Morro da Prainha, hoje no bairro Bandeirante. Ora, a migração para as imediações do outeiro do Rosário, no Morro da Prainha, só começaram, a partir de 1722, quando das descobertas do ouro de [Miguel] Sutil. (SILVA, 1982, p. 05).

Os indígenas são excluídos da História Oficial, da identidade elitista que se pretende forjar, sendo frequentemente representados como inimigos históricos de Mato Grosso.

O ouvidor [Antônio Alves] LANHAS PEIXOTO partiu em 1730, com monção inteira, com seiscentas arrobas de ouro (del-rei e de particulares) e que fora destruída pelos ferozes paiaguás – índios canoeiros – unidos aos guaicurús (índios cavaleiros), que fizeram a chacina, dizimando a “monção” inteira. [...] Aliás, sem a união dessas tribos, paiaguás, unidas aos espanhóis e guaicurús, tapuias belicosas, a navegação das monções não seria tão difícil. Aliados, contudo, os adversários eram imbatíveis. (SILVA, 1982, p. 11, grifo do original).

Segundo Zorzato (1998), a temática indígena não constituiu assunto merecedor de grande importância para os primeiros historiadores do IHGMT. De modo geral, na tentativa de negar qualquer ascendência indígena do povo mato-grossense, consideraram melhor omiti-los da “História”.

Na construção historiográfica, que dá sustentação à identidade mato-grossense, a definição do lugar do índio é sempre problemática. Ela percorre um caminho que vai da idealização inicial do índio, passando por um grande silêncio até admitir, nem sempre explicitamente, sua serventia como trabalhadores. (ZORZATO, 1998, p. 88).

Deste modo, a questão da fronteira tornou-se temática fundamental na constituição de Mato Grosso. Para a defesa da fronteira, valia, inclusive, e contraditoriamente, incorporar o elemento indígena. Porém, sua posição social seria sempre de subalternidade.

O ouro não deveria ter prioridade sobre tudo. A terra também era importante. Era necessário alargar os domínios de el-rei de PORTUGAL. [...] Era preciso povoar a fronteira, mantê-la viva, colonizada, habitada, nem que fosse pelo índio, para que não se tornasse espanhola. (SILVA, 1982, p. 12-18, grifo do original).

Deixando o período colonial, apresenta-se a obra civilizadora de diversas autoridades políticas e militares ao longo do período monárquico e, especialmente, do período republicano. Elogios como “bom administrador”, “homem inteligente”, “espírito

magnânimo”, entre outros adjetivos lisonjeiros, foram usados para descrever a personalidade de muitos deles. Pouco espaço foi dado aos “maus” políticos em seu texto, pois não serviam como exemplo para a construção da identidade regional.

JÚLIO MÜLLER [que governou entre 1937-1945], como MÁRIO CORREA [que governou entre 1926-1930 e 1935-1937], amou MATO GROSSO. Só que o primeiro teve mais oportunidade e recursos colocados à sua disposição que o segundo. (SILVA, 1982, p. 75, grifo do original).

A extensão do “amor” desses políticos foi medida pela quantidade de obras públicas inauguradas em sua gestão. A necessidade de mostrar a modernização do estado de Mato Grosso, especialmente após década de 1940, foi descrita em obras de infraestrutura, tais como pontes, escolas, rodovias, estação de tratamento de água, hidrelétricas, prédios públicos, entre outras da construção civil. Porém, as disputas e os conflitos ocorridos pelo solo, como resultado da expansão capitalista sobre as terras devolutas mato-grossenses, não tiveram espaço neste livro.

Um tema recorrente na historiografia mato-grossense, e também presente no livro didático *Um estudo sobre a história de Mato Grosso*, foi a “revolução” (ZORZATO, 1998). Para Silva (1982), o regime republicano brasileiro foi marcado por diversas revoluções: 1922, 1924, 1930, 1932 e 1964, tendo Mato Grosso participado do desenrolar de todas elas. O golpe que instaurou a Ditadura Militar no Brasil, em 1964, foi por ele definido como a “Revolução Democrática de 31 de março de 1964” (SILVA, 1982, p. 85): um motivo de orgulho aos mato-grossenses porque os soldados de Cuiabá participaram da ocupação da capital federal – Brasília – para derrubar o governo do Presidente da República João Goulart²⁶. Tal ação foi apresentada como a expressão simbólica da coragem do povo mato-grossense.

De CUIABÁ, partiu a tropa mato-grossense que ocupou BRASÍLIA, [...] e que foi, juntamente com a de MINAS [Gerais], a primeira tropa a chegar em BRASÍLIA. A aproximação das tropas mineiras e cuiabanas acelerou a fuga do Presidente JOÃO GOULART, que foi deposto e substituído [...]. A 21 de abril de 1964, após a eleição e posse do Presidente [General] CASTELO

²⁶ João Belchior Marques Goulart, o Jango, nasceu em São Borja (RS), em 1919. Formou-se bacharel em Direito pela Universidade de Porto Alegre, em 1939. Atuou na política gaúcha e nacional, tornando-se, pelo estado do Rio Grande do Sul, deputado estadual (1946-1950) e deputado federal (1951-1955). Ocupou o cargo de Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (1953-1954) no governo do Presidente Getúlio Vargas. Foi vice-presidente da República (1956-1961) no governo de Juscelino Kubitschek e, novamente no mesmo cargo, durante o governo do Presidente Jânio Quadros (1961). Encerrou a carreira política como Presidente da República (1961-1964), quando teve seu mandato cassado pela Ditadura Militar. Morreu em Mercedes (Argentina), em 1976 (ABREU, 2001).

BRANCO²⁷, a tropa mato-grossense regressou a quartel. (SILVA, 1982, p. 86, grifo do original).

Ainda, o autor considera que, apesar dos “benefícios” produzidos pela Ditadura Militar no estado de Mato Grosso – por exemplo, ocupação das terras devolutas e a modernização da agricultura –, as expectativas sobre o “governo revolucionário” foram maiores do que seus resultados. Acontece que o governo dos militares foi marcado pelo autoritarismo, restrição à liberdade, repressão aos opositores e censura aos meios de comunicação. E, para legitimar suas ações políticas, muitas vezes contrárias à Constituição, fez editar 17 Atos Institucionais (AI), sendo o AI-5 o mais duro deles²⁸.

Em MATO GROSSO, quase nada mudou. Poucos foram os cassados pelo movimento, atingidos pelos AI1 e AI5 (atos institucionais). [...] O período revolucionário trouxe, durante a década de 65-75 [do século XX], muito progresso para o Estado, que cresceu e se desenvolveu social e economicamente, de maneira vultuosa. Politicamente, procurou afastar da vida pública corruptos e subversivos, o que se conseguiu de início, especialmente em relação à corrupção, não se atingindo, no final, o objetivo como se previa. (SILVA, 1982, p. 86-87, grifo do original).

As páginas finais de *Um estudo sobre a história de Mato Grosso* foram encerradas com um resumo das principais realizações dos últimos governadores mato-grossenses do período em questão, enfatizando suas obras de modernização no estado: construção de estradas, hidrelétricas, prédios públicos na área da educação e administração, entre outros. Obras que apontam a afeição dos mato-grossenses aos símbolos da modernidade. Porém, talvez porque Octayde Silva fosse um militar – e os militares que não apoiaram o golpe e a instalação da ditadura sofreram perseguições, punições e torturas – em seu livro didático, a Ditadura Militar não recebeu qualquer avaliação negativa do autor.

²⁷ Humberto de Alencar Castelo Branco nasceu em Fortaleza (CE), em 1900. Militar, formou-se pela Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro (RJ), em 1918. Em 1962, promovido ao posto de General de Exército, assumiu a função de Comandante do IV Exército, em Recife (PE). Em 1963, assumiu a chefia do Estado-Maior do Exército, órgão responsável pela elaboração da Política Militar Terrestre, pelo planejamento estratégico e pela emissão de diretrizes estratégicas. No ano seguinte, foi um dos articuladores do Golpe Militar de 1964 e, depois, tornou-se o primeiro Presidente da República (1964-1967) do período da Ditadura Militar. Morreu em Fortaleza (CE), em 1967 (ABREU, 2001).

²⁸ O Ato Institucional n. 5 (AI-5), baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do General Artur da Costa e Silva (1967-1969), vigorou até início de 1979 e definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. O AI-5, com 12 artigos, concedia ao Presidente da República os poderes de decretar recesso do Congresso e assumir suas funções legislativas nesse ínterim, intervir em estados e municípios, cassar mandatos e suspender direitos políticos de qualquer pessoa, bem como demitir ou aposentar servidores públicos. O AI-5 também suspendeu o *habeas corpus* aos acusados de cometer crimes políticos. Por fim, os jornais oposicionistas ao regime militar foram censurados, livros e obras “subversivas” foram retiradas de circulação e vários artistas e intelectuais precisaram se exilar no estrangeiro (FAUSTO, 2015).

3.5.2 *História de Mato Grosso, de Lenine Póvoas*

História de Mato Grosso, de Lenine de Campos Póvoas²⁹, foi o quarto livro didático produzido, tendo sua primeira edição publicada, em 1985, pela editora Resenha Tributária de São Paulo. Com treze capítulos (Anexo I), em suas 131 páginas, possui oito imagens, sendo seis fotografias e dois mapas. A sua segunda edição, publicada em 1992 pela mesma editora, conta com 134 páginas, apresentando as mesmas imagens da edição anterior³⁰. Na capa do livro (Figura 5), há uma fotografia da fachada do “antigo Palácio Alencastro, que durante quase um século e meio foi sede do Governo estadual, tendo sido demolido em janeiro de 1961, após a construção do novo Palácio Alencastro, localizado em área contígua” (PÓVOAS, 1985, p. 03).

Segundo o autor, o que motivou a produção deste livro foi a escassez de materiais de consulta para a juventude mato-grossense em idade escolar. Por isso, ele teve a iniciativa de produzir um livro de História Regional de fácil manuseio.

[...] a dificuldade que observamos de serem encontrados livros sobre o assunto, de fácil manuseio por parte dos estudantes, levou-nos à tarefa de escrevermos, agora, um volume em que a história viesse tratada em síntese, ao nível dos cursos do II grau, pré-universitário e universitário. (PÓVOAS, 1985, p. 11).

O livro didático *História de Mato Grosso* não se destinava apenas aos nativos mato-grossenses. Com ele, o autor pretendia fornecer aos migrantes, que em grande número aportaram no estado de Mato Grosso, um inventário dos fatos mais importantes do passado da região, bem como dos protagonistas da história regional.

Procuramos, dessa forma, expor a matéria da maneira mais simples e mais didática possível. [...] E o que procuramos fazer nesta edição destinada ao aprendizado dos jovens e dos milhares de recém-chegados ao nosso Estado

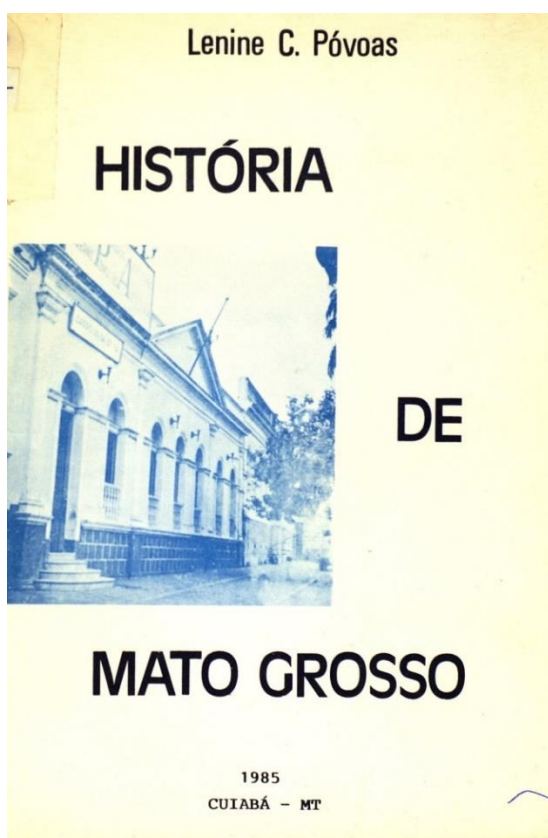
²⁹ Lenine de Campos Póvoas nasceu em Cuiabá (MT), em 1921. Formou-se bacharel pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (RJ), em 1945. Foi professor de Direito Penal na Universidade Federal de Mato Grosso. Na política, foi Deputado Estadual em Mato Grosso por duas legislaturas (1947-1950 e 1951-1954) e Vice-Governador do Estado de Mato Grosso (1966-1971). Ocupou os cargos de Ministro (hoje Conselheiro) do Tribunal de Contas do Estado, Secretário de Administração do Estado, Presidente da Fundação Cultural de Mato Grosso (atual Secretaria de Estado de Cultura), Chefe da Casa Civil do Governo Estadual e Diretor Superintendente da Cia. Mato-Grossense de Mineração (Metamat). Morreu em Cuiabá (MT), em 2003. *ACADEMIA Mato-grossense de Letras*. Disponível em: <http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-33/168-lenine-de-campos-povoas>. Acesso em: 18 jun. 2019.

³⁰ Na segunda edição do livro, publicada em 1992, o título foi alterado para *Síntese de História de Mato Grosso*.

que desejam conhecer, em linhas gerais, os seus fatos mais importantes e os seus lances mais decisivos. (PÓVOAS, 1985, p. 11).

Para isso, propôs uma narrativa sobre a História de Mato Grosso que não se apresentasse como um “compartimento estanque” da História do Brasil. Isto porque, no seu entendimento, até aquele momento, na história escrita por seus conterrâneos, inclusive confrades no IHGMT, “não se tem procurado evidenciar o relacionamento que existe entre uma [Mato Grosso] e outra [Brasil]” (PÓVOAS, 1985, p. 11). Os capítulos do livro foram organizados em tópicos de estudo e, ao final de cada um, havia uma resenha do assunto estudado.

Figura 5 – Capa de *História de Mato Grosso* (1985)



Fonte: Arquivo da Casa Barão de Melgaço

O autor, além do conjunto canônico de temas da História Regional, aborda, mesmo que muito sutilmente, a participação de mulheres na Guerra do Paraguai e o movimento abolicionista em Mato Grosso. Sua análise se encerra no primeiro ano do governo de Júlio Campos, em 1983. Um último aspecto a ser ressaltado foi a inserção, nos últimos capítulos do livro, de uma seção intitulada *Desenvolvimento social, econômico e cultural* do período

histórico apresentado, uma inovação se considerarmos que os antecessores de Lenine Póvoas se prenderam quase que exclusivamente à história política do estado de Mato Grosso.

Lenine de Campos Póvoas foi um homem influente na política mato-grossense. Eleito deputado estadual aos 26 anos de idade, participou da Assembleia Estadual Constituinte de Mato Grosso, em 1947. Como vice-governador do estado de Mato Grosso na gestão de Pedro Pedrossian (1966-1971), assistiu à chegada de milhares de migrantes em Cuiabá. Além disso, exerceu vários cargos públicos; entre eles, foi o primeiro presidente, entre 1975 e 1980, da Fundação Cultural de Mato Grosso, órgão estadual responsável pela preservação do patrimônio histórico regional. Entre 1981 e 1991, foi presidente da AML, de onde fez intensa campanha para introdução do ensino de História Regional no currículo do estado de Mato Grosso.

Em 1982, na condição de presidente da AML, Lenine Póvoas enviou uma carta ao Secretário Municipal de Educação e Cultura de Cuiabá, Artur Pires de Araújo, para parabenizá-lo pela iniciativa de tornar obrigatório o ensino de conteúdos de História e Literatura de Mato Grosso nas escolas públicas municipais daquela cidade: “A inserção, nos currículos escolares, desse estudo, começa um trabalho de reimplantação do cunho humanístico que as sucessivas reformas tiraram do ensino, no Brasil, além de constituir providência acertada para a preservação de todo um patrimônio do qual muito nos orgulhamos” (PÓVOAS, 1982, [s.p.]).

O Secretário, por meio de um ofício, respondeu-lhe:

Com o presente, acuso recebimento do expediente datado de 27 de março do corrente ano, cumprimentando-me pela decisão de envolver a rede escolar do município no processo de culto às nossas tradições e bens culturais. Entretanto, o mérito transcende a nossa concepção pessoal, vez que, a sugestão apenas veio ao encontro do nosso sentimento que lamentava ver-se desmoronando com os meios de comunicação de massa e com a intensidade das migrações, os laços mais sinceros com os nossos usos e costumes. Vale dizer, que neste 1982, apenas 3 unidades escolares já exercitarão no seu currículo a posição que adotamos, servindo como experiência-piloto de uma expansão, que esperamos para bem da nossa cultura, alcance a todas as escolas de Cuiabá, sem diferenças de dependências de quaisquer esferas administrativas. (ARAÚJO, 1982, [s.p.]).

Em 1986, juntamente com Luis-Philippe Pereira Leite³¹, então presidente do IHGMT, e diante da inoperância da Lei Estadual n. 4.570/1983, de autoria do deputado

³¹ Luis-Philippe Pereira Leite nasceu em Cuiabá (MT), em 1916. Formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de Niterói (RJ), em 1940. Foi extranumerário mensalista do Departamento Federal de Segurança Pública, no Rio de Janeiro (RJ), quando ainda universitário. Em Cuiabá, foi oficial de Gabinete da Secretaria Geral do Estado,

Francisco Monteiro, Lenine Póvoas encaminhou carta ao então governador do estado, Wilmar Peres de Faria³², solicitando-lhe medidas imediatas de preservação da memória histórica e cultural de Mato Grosso. Tal feito viria da criação de uma nova lei que tornasse obrigatório o estudo da História e Literatura de Mato Grosso nas escolas públicas e particulares que funcionavam no estado, sendo o ensino ministrado em:

[...] uma só DISCIPLINA AUTÔNOMA no currículo das escolas de II Grau e em uma das duas últimas séries do I Grau, conservando-se o ensinamento da História de Mato Grosso apenas através de noções gerais na 3a. e 4a. séries do I Grau, complementares do programa de História do Brasil. (PÓVOAS, 1986, [s.p.], grifo do original).

Entre as justificativas, estava a dificuldade dos professores “por falta de tempo ou outras circunstâncias, a abordarem a História e a Literatura de Mato Grosso, ou fazendo-o de modo absolutamente ineficaz”, pois seus conteúdos figuravam “como apêndice [...] no final dos respectivos programas [de ensino]” (PÓVOAS, 1986, [s.p.]). Isto certamente dificultaria a defesa das tradições regionais diante da descaracterização da cultura mato-grossense decorrente da chegada de milhares de migrantes de todas as partes do Brasil. Mas, ao que parece, o governador Wilmar Peres de Faria não deu a esperada atenção à proposta apresentada por aquelas entidades.

Em 1989, aproveitando o processo de elaboração da nova Constituição do Estado de Mato Grosso, Lenine Póvoas encaminhou ofício à ALMT solicitando apoio à emenda constitucional apresentada pelo deputado estadual Hermes de Abreu, a pedido da AML e do IHGMT, que tornaria “obrigatório o estudo da história e da literatura de Mato Grosso, reunidas numa só CADEIRA AUTONOMA, nas escolas de 2º grau e como complemento de

Procurador Fiscal e membro do Conselho Fiscal do Estado. Fez parte do Conselho Penitenciário, do Conselho Regional de Desportos, do Conselho Estadual de Menores, do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, deputado estadual constituinte - em 1947 -, Procurador-Geral da Justiça e, simultaneamente, Procurador Regional Eleitoral e Notário Público - como Escrevente Juramentado e depois titular do Cartório do 2º Ofício de Notas da Comarca da Capital. Pertenceu também ao IHGMT, à AML, ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, à Academia Sergipana de Letras e foi sócio correspondente IHGB e de diversos estados brasileiros. Entre suas principais obras estão: *Forquilha, o Fundador e a Padroeira* (1972), *Capitães Gerais de Mato Grosso* (1972), *A Capitania de Matto-Grosso e a Independência* (1972), *O Engenho da Estrada Real* (1976), *Vila Maria dos meus Maiores* (1978), *O Médico da Jacobina* (1978), *Vilas e fronteiras coloniais* (1978), *Bispo do Império* (1979), *Alexandre Trebaure* (1983), *Vida e Glória de um cientista cuiabano* (1983), *A obra Dom Bosquina e o Oeste Brasileiro* (1984), *No Panteon da História* (1990). Morreu em Ribeirão Preto (SP), em 1999. INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/LPPLeite.html>. Acesso em: 18 jun. 2019.

³² Wilmar Peres de Faria nasceu em Barra do Garças (MT), em 1939. Empresário e pecuarista na sua cidade natal, foi vereador (1973-1977) e prefeito (1977-1982 e 1993-1997). Em 1982, elegeu-se vice-governador na chapa de Júlio Campos, que renunciou ao cargo para concorrer a uma vaga de deputado federal. Assumiu o governo do estado de Mato Grosso por dez meses, entre 1986 e 1987. Por fim, foi deputado federal (1991-1992) e deputado estadual (1994). Morreu em Barra do Garças (MT), em 2006 (FERREIRA, 2014, p. 246).

outras disciplinas nas de 1º grau” (PÓVOAS, 1989, [s.p.], grifo do original). Contudo, a emenda ao projeto da Constituição do Estado de Mato Grosso não foi aprovada.

Nossas Constituições, da República e de Mato Grosso, prescrevem que o Estado protegerá, apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Nenhuma outra forma de apoio e incentivo à nossa cultura pode haver melhor do que a obrigatoriedade do ensino da história e literatura matogrossenses nas escolas que funcionam em nosso Estado, que, submetido a um violento processo de migração populacional, vê-se na iminência de ter sua brilhante história e sua rica literatura sepultadas no esquecimento e no desprezo. (PÓVOAS, 1989, [s.p.]).

Ainda em 1989, Lenine Póvoas encaminhou ao Secretário de Educação e Cultura do estado de Mato Grosso, Joemil José Balduino de Araújo, um ofício solicitando patrocínio para a realização de “um breve curso de reciclagem de História e Literatura de Mato Grosso, destinado aos Professores das escolas de 2º Grau e de modo geral aos de 1º Grau” (PÓVOAS, 1989, [s.p.]). O evento seria promovido pela AML e pelo IHGMT, que, para isso, colocariam à disposição os conferencistas necessários, bem como o auditório da Casa Barão de Melgaço. À SEC-MT caberia tornar obrigatório o comparecimento dos referidos professores. No ano seguinte, 1990, estas entidades promoveram cursos de História de Mato Grosso, ministrados gratuitamente aos candidatos a concursos públicos do Estado e demais interessados, que aconteceriam naquele mesmo ano.

Lenine Póvoas foi, por décadas, um dos principais defensores da cultura matogrossense. Ocupou cargos importantes em diversas instituições culturais, tais como a presidência da Fundação Cultural de Mato Grosso (1975-1980) e a presidência da Academia Mato-grossense de Letras (1981-1991). Na década seguinte, mesmo não ocupando cargos políticos, manteve-se atuante nas questões que se referiam à preservação da cultura regional. Vale lembrar: ele foi sogro de Hermes Abreu, autor da Lei n. 5.573/1990, que tornava obrigatório o ensino das disciplinas de História, Geografia e Literatura de Mato Grosso, nas Escolas de 1º e 2º Graus, públicas ou particulares, que funcionassem no estado.

Mas voltemos ao livro: como representante dos intelectuais da segunda geração do IHGMT³³, Lenine Póvoas manteve como narrativa uma história “vista de cima”, uma história dos “grandes homens” (políticos, militares e intelectuais) e das suas obras. Compartilhou a representação de Cuiabá como polo irradiador da civilização no Oeste do Brasil: “[...] a

³³ A segunda geração de intelectuais do IHGMT, além de Lenine de Campos Póvoas, inclui Rubens de Mendonça, Octayde Jorge da Silva, Gervásio Leite, Luis-Philippe Pereira Leite, Archimedes Pereira Lima, entre outros (DOURADO, 2016).

fundação de Cuiabá é a primeira página da história de Mato Grosso. E foi ela, como arraial, vila ou cidade, o ponto de irradiação do povoamento de Mato Grosso” (PÓVOAS, 1985, p. 16).

Dentro de sua proposta de constituição de uma identidade regional, manteve a narrativa de que os cuiabanos são descendentes dos bandeirantes paulistas: “Por isso tornaram-se os paulistas os descobridores de Mato Grosso e foi São Paulo, através dos tempos, o Estado que manteve mais estreitos laços históricos e sociais com o nosso” (PÓVOAS, 1985, p. 17). No entanto, propôs novas explicações sobre o passado, até mesmo refutando as interpretações de outros historiadores mato-grossenses. Sem citar autores nem obras, negou-se a aceitar certas versões da História de Mato Grosso.

[...] a ata de fundação de Cuiabá não teria sido lavrada em São Paulo, de onde teria vindo, pronta para ser assinada, **como disse alguém**, nem foi assinada num ponto do Morro da Prainha, próximo da atual sede do Clube Esportivo Dom Bosco. Foi lavrada e assinada no arraial da “Forquilha”, às margens do Rio Coxipó. (PÓVOAS, 1985, p. 15, grifo nosso).

Procurou perpetuar a representação dos primeiros mato-grossenses como responsáveis pela defesa e ampliação da fronteira Oeste do Brasil. Para ele, a jornada ao Oeste da colônia portuguesa era uma aventura perigosa rumo à “mais extraordinária mancha aurífera da qual até então se tivera notícia no Brasil”; região “onde a fortuna afluía [...] e a fama de suas riquezas endoidou a gente de São Paulo” (PÓVOAS, 1985, p. 16). Deste modo, o ouro, cobiçado metal, provocou intenso deslocamento de aventureiros às minas de Cuiabá e regiões circunvizinhas, bem como despertou no governo da metrópole portuguesa, para consolidar a posse sobre o território ocupado, a decisão de criar a capitania de Mato Grosso, em 1748: “O que caracterizou o período colonial [em Mato Grosso] foi a constante preocupação com a consolidação e defesa do imenso território que os bandeirantes haviam incorporado ao Brasil” (PÓVOAS, 1985, p. 28).

Neste aspecto, a Guerra do Paraguai tornou-se um símbolo da defesa e ampliação da fronteira Oeste do Brasil, bem como da valentia e da formação do caráter identitário mato-grossense. E não faltaram recursos retóricos para valorizar a participação dos mato-grossenses neste episódio da História do Brasil: “heroica resistência”, “protesto de sangue”, “um dos feitos mais gloriosos da História do Brasil”, “sangrento conflito”. Sintetizando o episódio, o autor assevera: “Sem comunicações com o resto do País, a não ser as difíceis comunicações por terra, a Província de Mato Grosso curtiu, sozinha, os horrores da guerra [que ajudou a vencer]” (PÓVOAS, 1985, p. 53).

Um dos heróis da Guerra do Paraguai, o almirante Augusto João Manuel Leverger³⁴, tornou-se um exemplo de caráter ao povo mato-grossense. Condição esta manifestada especialmente nos relatos de sua atuação na defesa de Cuiabá diante da invasão paraguaia, em 1865: “os paraguaios, sabendo que a defesa da Capital estava confiada a um velho conhecido, cujos méritos respeitavam, não se atreveram a vir até Cuiabá” (PÓVOAS, 1985, p. 52).

Lenine Póvoas inseriu em sua narrativa grupos sociais até então ausente nos livros didáticos de História de Mato Grosso (cidadãos comuns, mulheres e escravos), mas apenas os representantes da elite mato-grossense foram nomeados. Os outros, com raras exceções, foram retratados de forma genérica e anônima. Ademais, ele foi um dos poucos a tratar da escravidão africana em Mato Grosso, embora sem inserir o negro na formação do povo mato-grossense. Sobre o tema, uma curiosidade sobressai:

[...] após a abolição foram queimados, em quase todo o País, os documentos referentes à escravidão. Em nossa Província, dada a distância, essa ordem não chegou. E Mato Grosso ficou sendo das raras Unidades da Federação onde tais documentos ainda existem [livros de escritura de compra e venda de escravos]. (PÓVOAS, 1985, p. 66).

No processo de constituição da identidade mato-grossense, assim como fizeram seus contemporâneos intelectuais cuiabanos, Lenine Póvoas escreveu sobre os lugares de história do povo mato-grossense (rios, morros, praças, igrejas, prédios públicos, entre outros), porém, se estas referências tinham significado para os nativos de Cuiabá, para os mato-grossenses do interior apresentavam-se como abstratas e distantes da realidade. Se considerarmos os migrantes estabelecidos no interior do estado de Mato Grosso, pessoas que não mantinham vínculos afetivos com a capital estadual, essas referências apresentavam-se ainda menos importantes.

No fundo, o autor pretendia desconstruir aquela representação do estado de Mato Grosso como uma terra distante e desconhecida, de gente selvagem e violenta, abandonada

³⁴ Augusto João Manuel Leverger, o Barão de Melgaço, nasceu em Saint-Malo (França), em 1802. Militar, tornou-se, em 1824, segundo-tenente da Armada Imperial do Brasil, tendo combatido na Guerra da Cisplatina (1825-1828). Em 1830, nomeado para o Arsenal de Marinha de Mato Grosso, chegou à Cuiabá, de onde desempenhou atividades militares e explorações científicas fluviais, além de exercer funções diplomáticas no Paraguai. Casou-se, em 1843, com a cuiabana Inês de Almeida Leite, naturalizando-se brasileiro no ano seguinte. Em 1850, foi nomeado presidente da província de Mato Grosso, permanecendo no cargo por seis anos. E, por seu alto prestígio, foi chamado a assumir a chefia do governo provincial de Mato Grosso por mais três vezes ao longo de sua vida. Foi promovido a capitão-de-mar-e-guerra, em 1852, a almirante, em 1854, e reformou-se como vice-almirante, em 1858. Quando estourou a Guerra do Paraguai, em 1864, ofereceu-se para comandar a defesa da capital face ao eminente ataque paraguaio. O êxito com que o fez a defesa do local, a frente de um destacamento de cerca de mil homens, valeu-lhe o título nobiliárquico de barão. Além de militar e diplomata, foi pesquisador e escritor, deixando 36 títulos acerca da história e geografia de Mato Grosso. Morreu em Cuiabá (MT), em 1880 (FERREIRA, 2014, p. 340-341).

pelas autoridades nacionais. Para isso, era imperativo mostrar que este território, contrariando o *mito do isolamento*³⁵, foi frequentado por grandes nomes da História Política nacional: Sabino Vieira³⁶, Deodoro da Fonseca³⁷, Hermes da Fonseca³⁸ e Floriano Peixoto³⁹ são alguns exemplos por ele elencados.

Tentou abrandar a representação sobre os conflitos internos e pouco escreveu sobre a violência promovida pelas oligarquias mato-grossenses. Considerava mais importante mostrar Mato Grosso como um estado civilizado, moderno, de gente culta e afeita ao progresso. Por isso, destacou a importância da instalação da primeira tipografia de Mato Grosso, em 1839, da passagem pelo território de diversas expedições científicas, entre o final do século XIX e o início do XX, e da construção das chamadas “obras oficiais de Cuiabá” do Estado Novo (1937-1945), que “consolidaram Cuiabá na condição de Capital, numa época em que se fazia diversas tentativas de mudança da sede do Governo Estadual para Campo Grande” (PÓVOAS, 1985, p. 102).

A propósito da divisão do estado de Mato Grosso e a posterior criação do estado de Mato Grosso do Sul, em 1977, Lenine Póvoas afirma que o evento produziu ressentimentos na população de Cuiabá e municípios circunvizinhos, que foram contrários às aspirações divisionistas de setores da sociedade sulista, majoritariamente de Campo Grande. Para ele:

³⁵ A tese do isolamento foi instituída dentro do IHGMT, tendo como principal representante Virgílio Corrêa Filho. Até o início da década de 1970 existia uma única concepção de história, uma espécie de História Oficial de Mato Grosso. A partir de 1977, com a divisão do estado, houve a substituição dessa concepção de história, tornando-se hegemônica nos trabalhos sobre Mato Grosso a tese do não isolamento, que defendia que Mato Grosso nunca esteve isolado de outras partes do país, haja vista a existência de rotas fluviais distintas, uma estrada terrestre e, no século XX, duas estradas de ferro. Representante dessa concepção era o historiador Alcir Lenharo, que foi professor do Departamento de História da UFMT. Cf. GARCIA, 2003.

³⁶ Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira nasceu em Salvador (BA), em 1796. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1818. Foi jornalista, político e líder do movimento revoltoso conhecido como *Sabinada* (1837-1838), que, ocorrido na província da Bahia, pretendia implantar uma República no Brasil até a maioria de Dom Pedro II. Derrotado o movimento, Sabino Vieira recebeu pena de desterro e foi enviado para a província de Mato Grosso. Morreu em Cáceres (MT), em 1846 (FERREIRA, 2014, p. 627).

³⁷ Manuel Deodoro da Fonseca nasceu em Alagoas, atual Marechal Deodoro (AL), em 1827. Militar, formou-se pela Escola Militar da Corte, no Rio de Janeiro (RJ), em 1847. Foi o primeiro presidente da República do Brasil (1889-1891). Em Mato Grosso, foi secretário particular do presidente Antônio Pedro de Alencastro, entre 1859 e 1862; em meados de 1889, foi comandante da patrulha de reconhecimento de fronteira entre Brasil e Bolívia. Casou-se em Cuiabá, em 1860, com Mariana Cecília de Souza Meireles. Morreu no Rio de Janeiro (RJ), em 1892 (FERREIRA, 2014, p. 265).

³⁸ Hermes Ernesto da Fonseca nasceu em Alagoas, atual Marechal Deodoro (AL), em 1824. Militar, formou-se pela Escola Militar da Corte, no Rio de Janeiro (RJ), em 1844. Era irmão de Manuel Deodoro da Fonseca e pai de Hermes Rodrigues da Fonseca, oitavo presidente da República do Brasil (1910-1914). Entre 1875 e 1878, foi presidente da província de Mato Grosso, onde promoveu uma reforma educacional. Morreu no Rio de Janeiro (RJ), em 1891 (FERREIRA, 2014, p. 265).

³⁹ Floriano Vieira Peixoto nasceu em Maceió (AL), em 1839. Militar, formou-se pela Escola Militar da Corte, no Rio de Janeiro (RJ), em 1861. Foi o segundo presidente da República do Brasil (1891-1894). Em 1870, foi nomeado inspetor encarregado das fortificações e demais obras militares em Mato Grosso e, entre 1884 e 1885, foi presidente desta província, onde fez construir o abastecimento de água de Cuiabá e providenciou a incorporação à receita provincial dos impostos provenientes com a exploração da erva-mate. Morreu em Barra Mansa (RJ), em 1895 (FERREIRA, 2014, p. 457).

“Arraigados no culto do seu passado e orgulhosos do Mato Grosso do futuro, [os nortistas] combatiam as idéias divisionistas” (PÓVOAS, 1985, p. 120).

O ressentimento que ficou, em Cuiabá, contra o Presidente [General] Ernesto Geisel, na hora da divisão, foi que ele marginalizou totalmente as lideranças do Norte na elaboração da lei que criaria o novo Estado. A redação da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, que criou o Estado de Mato Grosso do Sul não teve a assistência de um único político do Norte, constituindo-se os seus termos na mais completa surpresa para todos eles. Populações interessadas na divisão foram lançadas para este ou aquele lado, sem serem ouvidas, como foi o caso das de Corumbá e Ladário, que prefeririam continuar anexadas a Mato Grosso, se consultadas fossem, em plebiscito. (PÓVOAS, 1985, p. 121).

Certamente, Lenine Póvoas compreendia que o plebiscito é uma prática democrática, por isso inexistente em um governo autoritário. Entretanto, considerou que muito do que ocorreu durante a Ditadura Militar (1964-1985), que ele chamou de Quarta República, foi bom para o estado de Mato Grosso. No seu entendimento, os investimentos do Governo Federal nos setores da educação, energia e transportes foram fundamentais para o progresso econômico de Mato Grosso. Para ele, a abertura de rodovias federais em Mato Grosso seria fundamental para a colonização do interior do estado: “Com a completa pavimentação dessas rodovias [BR-070, BR-158 e BR-163] estarão abertas as principais vias de penetração para a Amazônia mato-grossense, fator decisivo para o desenvolvimento do Estado” (PÓVOAS, 1985, p. 130).

Com relação à divisão de Mato Grosso, já fato consumado, caberia aos intelectuais mato-grossenses a tarefa de reelaborar a História Oficial do estado, pois a amputação do território serviu para reativar os discursos regionalistas produzidos pelos sócios-fundadores do IHGMT, nas primeiras décadas do século XX, que concebiam a cidade de Cuiabá como o polo irradiador da cultura mato-grossense ao restante do estado.

Nas palavras de Galetti (2012):

Os anos [19]70 correspondem também a uma fase de renascimento do IHMT, que entra numa fase de mutismo desde os anos [19]50. Como à época de seu nascimento, feitas as devidas ressalvas, a instituição se confronta com a perspectiva da ameaça à supremacia política e cultural dos *nativos*, representada por velozes transformações demográficas, econômicas e sociais decorrentes do avanço da frente de expansão capitalista em Mato Grosso e com a própria discussão acerca da divisão do estado, consumada pelo regime militar em 1977. Tem-se, neste momento, uma reativação do discurso histórico elaborado nos anos 1920/1930 por esta instituição, e uma maior utilização de elementos do universo da cultura popular mato-grossense nas

representações da identidade regional, até então pouco explorados pelo IHMT. (GALETTI, 2012, p. 367-368, grifo do original).

Se considerarmos os livros didáticos de Octayde Jorge da Silva e Lenine de Campos Póvoas como uma referência para a elaboração de currículos ou programas, podemos dizer que, até esse momento, manteve-se um padrão de estabilidade no currículo da História de Mato Grosso. Seus conteúdos de ensino, produzidos por membros do IHGMT, eram dirigidos por um modelo de história política, cronológica e factual, com finalidade educacional de transmitir os valores dos grupos sociais dominantes de Cuiabá às jovens gerações⁴⁰. O IHGMT, aqui entendido como uma comunidade disciplinar, até então dominava sozinho o campo disciplinar.

Com a inauguração do curso de graduação em História, em 1979, a UFMT passa a disputar *status*, recursos e territórios com o IHGMT, e quem saiu vitoriosa foi a Universidade. Os conhecimentos produzidos pela UFMT, gradualmente, foram inseridos nos livros didáticos de História de Mato Grosso. Além disso, a mudança do perfil socioeconômico fez que novas finalidades educacionais surgissem, provocando mudanças no currículo e o que era uma tradição pedagógica da disciplina, aos poucos, assume-se como uma tradição acadêmica. Deste modo, os anos 1980 representaram a gradual transferência do lugar social legítimo de enunciação da História de Mato Grosso, que era o IHGMT, para a UFMT.

A partir dos anos 1980, o IHGMT abriu-se para intelectuais oriundos do campo universitário, especialmente da UFMT. Esta incorporação implicou uma tímida renovação do discurso da instituição. A diversidade de temas, problemas, abordagens e fontes de estudo da História de Mato Grosso revelam um padrão de mudança, mas não muito. Isso é possível ser observado nos livros didáticos que adiante analisaremos.

3.5.3 O processo histórico de Mato Grosso, de Elizabeth Siqueira, Lourença Costa e Cathia Carvalho

O quinto livro didático de História de Mato Grosso foi *O processo histórico de Mato Grosso*, de autoria de Elizabeth Madureira Siqueira⁴¹, professora do Departamento de História

⁴⁰ Lenine de Campos Póvoas, em 1995, publicou o livro *História Geral de Mato Grosso* em dois volumes. Nele, o autor procurou incorporar algumas novidades que a historiografia da época oferecia, incluiu a geopolítica, os movimentos sociais e culturais em sua abordagem histórica (CARVALHO, 2013).

⁴¹ Elizabeth Madureira Siqueira, nasceu em Franca (SP), em 1947, e mudou-se para Cuiabá (MT) em 1976. Formou-se em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca (atual Unesp), em 1969. Na UFMT, atuou como professora do Departamento de História, pesquisadora do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, e coordenadora da Editora Universitária – EdUFMT. Concluiu o doutorado em Educação pela mesma instituição, em 1999. É sócia efetiva do IHGMT e AML. Atualmente é

da UFMT, juntamente com duas professoras da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, Lourença Alves da Costa⁴² e Cathia Maria Coelho Carvalho⁴³, que representa um marco de inflexão na tradição historiografia mato-grossense. Na verdade, sinaliza um padrão de mudança, como sugere Goodson (1997).

A primeira versão de *O processo histórico de Mato Grosso* foi uma publicação apostilada de 1989 (CARVALHO, 2014). Em 1990, por meio de um acordo com a Secretaria Estadual de Educação, outras duas edições foram publicadas: a segunda, pela Editora Universitária – EdUFMT, a terceira, pela editora Guaicurus, ambas em Cuiabá. A terceira edição, exemplar aqui analisado, tem 298 páginas e 65 imagens, sendo 26 desenhos, 10 mapas, 29 fotografias e 30 tabelas. Os desenhos são de autoria de Moacyr de Freitas⁴⁴, renomado artista plástico de Cuiabá. Na capa do livro (Figura 6), há uma reprodução, em preto e branco, da aquarela *Carga de Cavalaria Guaicuru*, pintada por Jean Baptiste Debret, em 1822.

Mantendo a lógica dicotômica – nativos e/ou forasteiros –, as autoras assim anunciam seu livro: “Elaboramos este livro para estudantes e professores de História e o dedicamos ao povo mato-grossense, por nascimento ou opção, que aqui viveu e vive construindo, como seu cotidiano, a História deste Estado [de Mato Grosso]” (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990, [s.p.]).

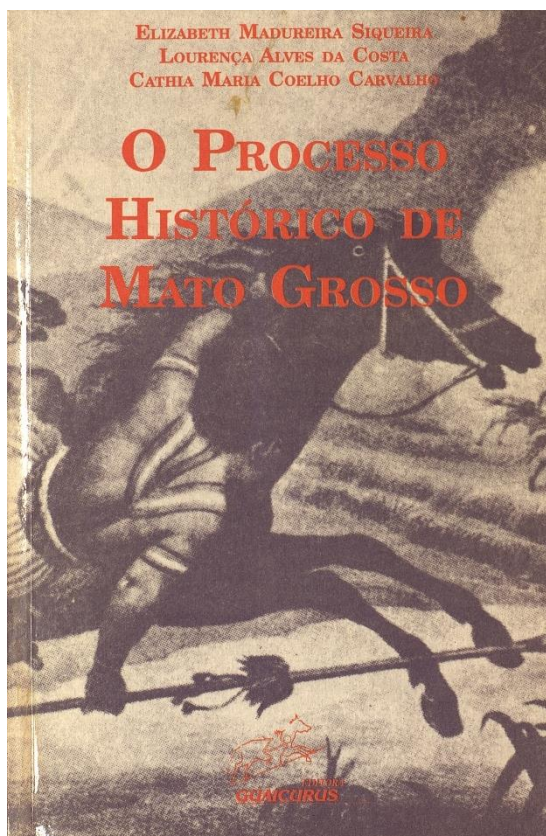
curadora do Acervo da Casa Barão de Melgaço, responsável pelo arranjo, catalogação e divulgação de documentos que integram acervos institucionais e privados (de ex-sócios da AML e do IHGMT), além de cuidar e atualizar o acervo da biblioteca e hemeroteca institucional (SILVA, 2011).

⁴² Lourença Alves da Costa foi professora da rede pública de ensino do estado de Mato Grosso.

⁴³ Cathia Maria Coelho Carvalho nasceu em Cáceres (MT), em 1951. É professora aposentada da rede pública de ensino do estado de Mato Grosso.

⁴⁴ Moacyr Freitas nasceu em Cuiabá (MT), em 1930. Formou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (RJ), em 1960. Teve atuação profissional nessa área, tendo contribuído no processo de elaboração do conceito arquitetônico do Centro Político Administrativo (CPA) e na elaboração do projeto arquitetônico e urbanístico da rodoviária de Cuiabá, Terminal Rodoviário Engenheiro Cássio Veiga de Sá, e de outros projetos desenvolvidos na capital mato-grossense. Foi também professor titular da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). É sócio efetivo do IHGMT (MORAIS, 2019).

Figura 6 – Capa de *O processo histórico de Mato Grosso* (1990)



Fonte: Arquivo da Casa Barão de Melgaço

No livro, a influência marxista evidencia-se pela metodologia adotada na organização dos capítulos. Afastando-se da cronologia linear e factual, a História de Mato Grosso apresentou-se dividida em quatro unidades temáticas: 1. Sistemas produtivos; 2. Movimentos sociais; 3. Fronteira e abastecimento; 4. A questão indígena (Anexo J). Tal influência torna-se evidente no objetivo proposto pelas autoras: “O nosso objetivo maior é fazer com que você conheça a História do Estado onde vive e, através dela, possa posicionar-se de forma crítica frente aos acontecimentos atuais” (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990, [s.p.]).

O quadro a seguir, presente apenas na terceira edição deste livro didático, foi introduzido pelas autoras no sentido de orientar os estudos dos alunos. Percebe-se que, no interior de cada unidade temática, a organização dos conteúdos de ensino selecionados segue uma ordem cronológica. Todavia, pode-se supor que a iniciativa se deve à dificuldade de sua utilização em sala de aula pelos professores, visto que eles estavam acostumados a uma narrativa histórica pautada na política e de cronologia linear (CARVALHO, 2014).

Quadro 9 – Unidades temáticas e seus conteúdos de ensino

Sistemas produtivos	Movimentos sociais	Fronteira e abastecimento	A questão indígena
Mineração: Século XVIII Mineração: Século XX	Irmãos Leme Morbeck X Carvalhinho	Século XVIII Século XX	Índios e Bandeirantes A resistência indígena
Cana de açúcar: Século XVIII Século XIX	Processo de independência A Rusga Os quilombos Guerra do Paraguai	Século XVIII Século XIX A abertura da navegação pelo rio Paraguai	Os índios em Mato Grosso //
Século XX	O massacre da baía do Garcez O movimento de 1906 A Caetanada	Século XX A comissão Rondon	//
Erva-mate Poaia Borracha Pecuária	Coluna Prestes Tanque Novo “Sem terra”	Século XX Estradas de Ferro Noroeste / Madeira-Mamoré A colonização em Mato Grosso	Terra, um bem comum

Fonte: SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990

Cada um dos quatro capítulos, ou unidades temáticas, começa com uma longa contextualização histórica do cenário brasileiro relativo ao assunto a ser estudado. Adiante, as autoras elaboraram uma narrativa histórica sobre o estado de Mato Grosso que enfatizou as atividades econômicas da região, bem como uma abordagem mais ampla no social – a análise das autoras sobre as disputas pelo poder político no estado encerrou-se na década de 1930. Deste modo, recusaram o paradigma historiográfico até então vinculado ao IHGMT, a tradicional História político-administrativa. Nesse sentido, o livro representou um esforço de reinterpretação da História de Mato Grosso, nele inserindo documentação de variada espécie (manuscritos, escritos tipográficos, depoimentos orais, fotografias, desenhos, pinturas, mobiliário e outros objetos) e resultado de pesquisas acadêmicas, especialmente dos historiadores ligados à UFMT.

A década de 1980 foi marcada pelo processo de redemocratização do Brasil. O fim da Ditadura Militar (1964-1985) e a promulgação da Constituição Federal de 1988 colocaram em primeiro plano da vida política as demandas de grupos excluídos do exercício da cidadania. No ensino escolar, inseriram-se novos sujeitos sociais na história da nação. Nos livros didáticos, houve um “esforço de introduzir os personagens históricos e as classes

sociais em sua própria subjetividade superando uma abordagem estrutural” (BITTENCOURT, 2004a, p. 25).

Acompanhando essa tendência, as autoras inseriram temas inéditos para um livro didático de História de Mato Grosso, resultado de produção historiográfica acadêmica. Esta produção historiográfica produziu uma nova representação sobre o estado de Mato Grosso que influenciou o ensino nas escolas, e, portanto, os livros didáticos, parte da cultura material escolar. Uma *representação concorrente* (CHARTIER, 1990) sobre o estado de Mato Grosso, diferente daquelas que, até então, existiam nos livros didáticos.

O livro didático *O processo histórico de Mato Grosso* nasceu no interior da UFMT como um projeto do Departamento de História de escrever, pela primeira vez, uma História de Mato Grosso pautada em novos paradigmas. Isso significa que a lógica do tripé da origem bandeirante, da defesa das fronteiras e da obra civilizadora e modernizadora do sertão foi problematizada.

A História de Mato Grosso continuou tendo sua origem com a chegada do bandeirante paulista, porém não era mais vista como uma epopeia. Agora, era também a luta cotidiana de pessoas comuns, mestiças de índios e/ou negros, em busca de fortuna nas minas de ouro cuiabanas. Ademais, a violência, a dureza do trabalho e a carestia nas minas de Cuiabá foram retratadas na narrativa das autoras.

O ouro em Mato Grosso teve um período rápido de existência, não proporcionando, como aconteceu em Minas Gerais, uma evolução e desenvolvimento da vida urbana. Por isso, não encontramos hoje, sinais evidentes de grande riqueza ou acúmulo dela em nossa região. O ouro de Mato Grosso, além de aluvional (*sic*), não foi suficiente para aqui estabelecer uma sociedade marcada por sua existência mas, ao contrário, durante o período da mineração, o que se assistiu foi um cenário de fome, pobreza e miséria. (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990, p. 17).

Diferente dos livros didáticos precedentes, as autoras apresentaram os povos indígenas como protagonistas da colonização de Mato Grosso. Enquanto nos outros livros didáticos os indígenas foram representados como um entrave ao desenvolvimento econômico do estado, neste eles passaram à condição de vítimas do progresso.

Essas nações indígenas [Caiapó, Paiaguá e Guaicuru] lutaram e resistiram, de forma heróica, à dominação do colonizador, até o século XIX, momento em que, com o avanço da fronteira econômica e humana, terminaram por ceder, vindo a, praticamente, desaparecer enquanto nação indígena. (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990, p. 15).

As autoras destacaram, inclusive, a necessidade de se compreender o lugar dos índios na História do Brasil, em geral, e de Mato Grosso, em particular. Vale dizer que os índios foram sujeitos praticamente ausentes na produção historiográfica do IHGMT e, conforme o entendimento das autoras, os indígenas foram elemento étnico fundamental na formação do povo mato-grossense.

O índio, na História, foi sempre um elemento relegado ao segundo plano, em detrimento das análises que privilegiam os segmentos branco e negro. Esse tipo de omissão se deve ao fato de que a História do Brasil sempre se pautou em documentos escritos, onde o índio quase não aparece utilizando sua própria fala. Isso se deve ao fato de que o índio não privilegia, em seu universo cultural, a **escrita**, prática utilizada pelo branco colonizador. Como podemos entender a História de nossa Pátria sem levar em conta o índio? [...] Nunca poderemos pensar nos índios isolados completamente dos brancos e dos negros africanos. A partir do momento em que teve início o processo de colonização do Brasil, o contato se estabeleceu, modificando, tanto a sociedade do branco, como a do negro e também a do índio. (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990, p. 268-273, grifo do original).

Em *O processo histórico de Mato Grosso*, a influência visível do marxismo está presente no enfoque dado às relações de trabalho e às manifestações de resistência à exploração do trabalhador. Em resumo, as autoras analisaram a imbricação entre a força de trabalho e a propriedade dos meios de produção de cada atividade econômica desenvolvida no estado ao longo da história: ouro, diamante, açúcar, pecuária, poaia, erva-mate e borracha. Em cada uma delas foi observada a organização da produção, o regime de trabalho e o cotidiano dos trabalhadores, bem como a violência a que estavam submetidos os escravos e, após a abolição, os trabalhadores livres pobres. Certamente, uma inovação no livro didático de História de Mato Grosso.

Na época da escravidão, os negros africanos de Mato Grosso, como em outros lugares do Brasil, lutaram pela liberdade e, então, fundaram quilombos para receber os escravos fugidos do cativeiro, índios e brancos socialmente desprivilegiados. Dos muitos que existiram, o Quilombo do Quariterê, descoberto nos anos 1760, na região do rio Guaporé, próximo à fronteira entre Mato Grosso e Bolívia, e chefiado por José Piolho e sua esposa Teresa de Benguela, foi o exemplo maior. Os quilombos eram espaços dotados de divisões e organização interna, e representavam uma resistência à escravidão: “Ser escravo não significava aceitar estar nessa condição. O corpo, os ossos, a pele do escravo pertenciam a outrem, porém sua vontade, seus sentimentos e suas paixões só a ele pertenciam” (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990, p. 132).

Após a abolição da escravidão, os escravos se tornaram trabalhadores livres pobres, no entanto a exploração continuou na mineração, no extrativismo vegetal (poaia, erva-mate, borracha), na indústria do açúcar e na pecuária extensiva. Os latifundiários implementaram a servidão por dívida, ou seja, quando os trabalhadores contratados trabalham sem receber salário ou recebem salários inferiores ao combinado a fim de pagar dívidas contraídas ou adiantamentos recebidos dos patrões. Mesmo quando o valor do trabalho realizado extrapolava a soma de suas dívidas, os trabalhadores continuavam prisioneiros de seus patrões. Durante muito tempo, esta foi uma prática comum no estado de Mato Grosso, quando muitos latifundiários formaram exércitos particulares para impedir a fuga dos seus trabalhadores, aplicando punições, castigos e repressões (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990).

Até a década de 1930, a História de Mato Grosso foi marcada por violentos conflitos armados entre facções das elites locais (comerciantes, mineradores e fazendeiros) que lutavam pelo poder político regional, resultando em dezenas de mortes violentas, chacinas e linchamentos. A questão foi problematizada pelas autoras ao abordarem, além do conjunto canônico de temas da História de Mato Grosso, as lutas armadas travadas, na década de 1920, entre dois chefes políticos locais, pelo controle da zona diamantífera dos rios Garças e Araguaia, situada na porção leste de Mato Grosso. José Morbeck e Manuel Balbino de Carvalho (Carvalhinho) mantinham grupos armados, homens recrutados entre a população garimpeira, para defender seu poder e domínio sobre os garimpos de diamantes da região. Mesmo depois de terminada a luta entre Morbeck e Carvalhinho, a violência tornou-se marca das relações sociais na zona diamantífera do Garças e Araguaia por anos, levando à morte de muitas pessoas, principalmente garimpeiros.

Mais adiante, as autoras destacam a questão da terra no estado de Mato Grosso e seus desdobramentos, tal como a especulação imobiliária. A lei de terras de 1850⁴⁵ marcou a transferência do capital do escravo para terra, logo a riqueza de um indivíduo passou a ser determinada pela quantidade de terras que possuía. Com a proclamação da República no Brasil, “Os compradores de terras não foram os homens livres pobres e tampouco os ex-escravos, mas sim, a elite rural, aquela camada que, há séculos, detinha o capital” (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990, p. 192). Nas décadas de 1930 e 1970, o Governo Federal⁴⁶, através de financiamentos e outras vantagens, estimulou a fixação de grandes

⁴⁵ Lei Imperial n. 601, de 18 de setembro de 1850.

⁴⁶ A partir da década de 1930, com a *Marcha para o Oeste* do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), e da década de 1970, com o *Programa de Integração Nacional* dos governos da Ditadura Militar (1964-1985).

empresas rurais e de fazendeiros nas terras mato-grossenses, e essa política dificultou a aquisição de terras pelos trabalhadores pobres.

Os pequenos agricultores, que eventualmente venderam suas terras e não conseguiram adquirir outras empobreceram e acabaram se tornando trabalhadores assalariados. Alguns deles, ao ficarem desocupados devido ao alto nível de desemprego no campo, passaram a habitar ilegalmente as terras abandonadas, improdutivas, e delas sobreviver com sua família na condição de posseiros (sem-terra). Mas quando houve a venda destas terras abandonadas a terceiros, com a ajuda de grileiros⁴⁷, o resultado foi muita violência e mortes no campo. Muitos posseiros resistiam e, para não serem expulsos da terra em que viviam, organizaram-se em movimentos sociais como o MST – *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*⁴⁸, mesmo correndo o risco de serem massacrados (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990).

Hoje [1990], assistimos a um quadro bastante sério no setor agrário no nosso país, onde uma grande parcela da população não possui terras, nem instrumentos de trabalho e tampouco capital. Estão vivo em terras alheias, sob a forma de posseiro ou estão vagando pelas estradas em busca de uma solução para seus problemas: são os “SEM TERRAS”. (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990, p. 135).

Para as autoras, a defesa e a ampliação das fronteiras continuaram a ser um dos traços marcantes da formação territorial do Brasil desde os tempos coloniais, quando Mato Grosso era considerado o “antemural de todo o interior da colônia” (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990, p. 207). Por isso, eventos como o movimento bandeirante, a construção de fortes e fortalezas na fronteira com as colônias espanholas, os tratados de limites, as missões diplomáticas com os países vizinhos, a abertura da navegação pelo estuário do rio da Prata, a Guerra do Paraguai, a destruição de quilombos no vale do rio Guaporé e a ocupação de terras indígenas foram temas que receberam atenção e muitas páginas foram escritas para descrever os acontecimentos do período. Entre outros acontecimentos, os governantes mato-grossenses criaram políticas de colonização da fronteira em diferentes momentos da história regional, incorporando diferentes sujeitos no processo.

⁴⁷ Segundo Martins (1980, p. 07), grileiro “é o homem que se assenhoreia de uma terra que não é sua, sabendo que não tem direito a ela, e, através de meios excusos (*sic*), suborno e falsificação de documentos, obtém finalmente os papéis oficiais que o habilitam a vender a terra a fazendeiros e empresários”.

⁴⁸ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento camponês brasileiro de luta pela terra que surgiu em 1984. O objetivo do MST é realizar a reforma agrária e melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais. *Enciclopédia Latinoamericana*. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/m/mst>. Acesso em: 18 jun. 2019.

Inicialmente, os escravos libertos:

O embarque dos primeiros moradores foi objeto de regozijo e festa. A eles foram entregues sementes, ferramentas, peças de panos de algodão e casais de animais domésticos. O governador escolheu como chefe dos aldeões ao escravo mais velho. Os moradores se comprometiam de cultivar a terra, defendê-la, assim como deveriam atrair para lá, índios que desejassem ali residir, obrigando-se ainda a procurar metais preciosos, especialmente, ouro. (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990, p. 138).

Depois, os indígenas:

Os governadores da capitania de Mato Grosso [...] centraram suas preocupações, igualmente, nas questões de defesa e avanço de fronteira. Para isso, necessitavam de uma população ativa na região, que pudesse pegar em armas no momento de conflito. Assim, os índios capturados eram utilizados na defesa da fronteira, na construção de fortes e fortalezas e nas muitas atividades militares. (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990, p. 275-276).

Por último, os trabalhadores nacionais:

Foi, porém, pós-1960 que o governo da União resolveu, frente aos graves problemas sociais, estimular a colonização de toda a região Norte e Centro-Oeste, através, do projeto de INTEGRAÇÃO NACIONAL, o qual objetivava esvaziar as tensões existente na região Sudeste, especialmente. Para que a Amazônia fosse povoada, seria fundamental investir em obras infra-estruturais: ferrovias, rodovias, colonização, reforma agrária, etc. (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990, p. 257, grifo do original).

Ainda, as autoras enfatizam a participação de mulheres no desenrolar da História de Mato Grosso. Além de Teresa de Benguela, chefe do Quilombo do Quariterê, apresentam o episódio que envolveu Laurinda Lacerda de Cintra, a Doninha, na localidade de Tanque Novo, na região de Poconé. Mulher religiosa, que tinha visões de uma santa, praticava a cura milagrosa de doentes, que a transformaram em uma liderança na região. Considerada uma inimiga política do estado, foi perseguida e presa, em 1933, ficando 84 dias na prisão.

O último aspecto analisado pelas autoras estava relacionado ao processo de modernização do estado. Para inserir Mato Grosso no mapa da civilização, era necessária a construção de ferrovias, rodovias, hidrelétricas, entre outros símbolos do progresso que se revestiam de tal finalidade. No entanto, havia o ônus do progresso. A natureza foi a que mais reagiu a seus efeitos negativos, tais como desmatamento, poluição dos rios e perda da biodiversidade. Houve ainda o massacre dos povos indígenas, extrativistas, ribeirinhos e

quilombolas, pessoas pobres que foram subjugadas pelos interesses da classe dominante do estado.

Para citar um exemplo: em Mato Grosso, a construção das *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*, no Norte, e *Estrada de Ferro Noroeste do Brasil*, no Sul, ceifou muitas vidas, sendo as doenças tropicais a causa de morte de milhares delas. No caso dessa última, as autoras disseram: “A construção desta longa estrada [de Ferro Noroeste do Brasil], contou com o sacrifício de muitas vidas anônimas. Morreram eles de acidentes de trabalho, assim como de doenças, especialmente a febre amarela, a malária e a tuberculose” (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990, p. 251).

Como o título do livro didático sugere, *O processo histórico de Mato Grosso*, as autoras esforçaram-se para demonstrar o encadeamento de uma série de fatos históricos geradores de uma dada realidade socioeconômica mato-grossense, associando-a à formação de uma consciência crítica dos leitores, inclusive numa perspectiva ambientalista. Também propõe a participação dos leitores no processo de construção da aprendizagem, como, por exemplo, no tema sobre os quilombos em Mato Grosso, quando afirmam o seguinte:

Esse tema está ainda por ser melhor estudado na História de Mato Grosso. Indague as pessoas de seu relacionamento se elas têm notícias sobre a existência de outros quilombos. Investigue, organize os dados, redija e divulgue sua pesquisa. Vamos colaborar para aclarar a memória regional. (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990, p. 138).

A proposta de *O processo histórico de Mato Grosso* significou, indubitavelmente, uma “aproximação mais consistente entre o saber acadêmico e o saber escolar, para além dos muros da UFMT” (CANAVARROS, PERARO, BORGES e JOANONI NETO, 2012, p. 84). Entretanto, seu texto trouxe tantas novidades que os professores tiveram dificuldades para trabalhar como o livro em sala de aula, pois não compreenderam a sistemática, haja vista estarem acostumados à narrativa pautada na política e de cronologia linear.

Muito requerido por professores e alunos das redes pública e particular, o livro apresentou, no entanto, dificuldade na sua utilização em sala de aula, uma vez que os professores faziam uso tendo por base não as temáticas, mas sim concebiam a obra como uma sequência natural do relato histórico. Ao contrário, deveriam trabalhar os temas concomitantemente, seguindo a ordenação cronológica existente no interior de cada um deles. Mesmo com esse empecilho, foram necessárias três edições que se esgotaram rapidamente. (SIQUEIRA, 2015, p. 186-187).

Na concepção de Elizabeth Siqueira, apesar de terem se esgotado rapidamente as três edições publicadas do livro, a experiência falhou. Na tentativa de encontrar uma solução para o problema, ela investiu na produção de um novo livro didático, mas em formato totalmente diferente.

Considerando um pouco frustrante sua primeira produção didática [*O processo histórico de Mato Grosso*], a historiadora Elizabeth Madureira Siqueira investiu em uma segunda empreitada, elaborando um livro destinado ao ensino de jovens e adultos, intitulado *Revivendo Mato Grosso*. Abandonando o tratamento por temas, optou pela cronologia, uma vez compreender que ela, por si só, não poderia revolucionar a História, mas sim a forma de seu tratamento dos temas apresentados. O livro se esgotou em poucos meses, tendo sido farta e gratuitamente distribuído entre as escolas que ministravam o EJA. (SIQUEIRA, 2015, p. 187, grifo do original).

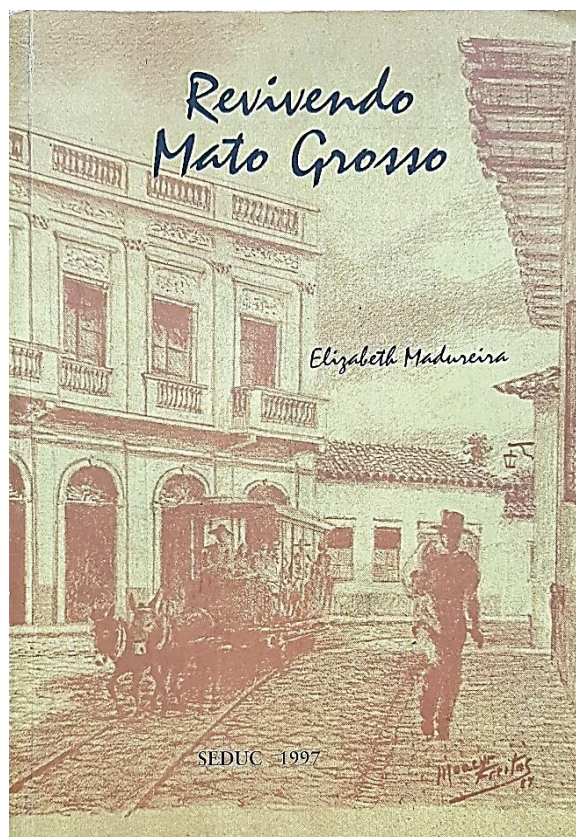
Ainda que boa parte da recepção tenha sido frustrada em sua proposta didático-pedagógica, o livro *O processo histórico de Mato Grosso* teve o mérito de propor uma nova identidade regional mato-grossense. Mesmo sustentando-se no tripé da origem bandeirante, da defesa das fronteiras e da obra civilizadora e modernizadora do sertão, o livro valoriza o protagonismo de índios, negros, escravizados, libertos, trabalhadores pobres, homens e mulheres na construção da História de Mato Grosso. Tendo isso em conta, as autoras colocaram em domínio público questões antes colocadas apenas nos meios acadêmicos.

3.5.4 *Revivendo Mato Grosso*, de Elizabeth Siqueira

O sexto livro didático produzido, e último aqui analisado, foi *Revivendo Mato Grosso*, de Elizabeth Madureira Siqueira, publicado em 1997 pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, no governo de Dante de Oliveira⁴⁹, e destinado à modalidade da Educação de Jovens e Adultos, o ponto mais singular do trabalho. Com três capítulos (ANEXO K), possui 156 páginas e 38 imagens, sendo 24 desenhos (15 são de Moacyr Freitas), 7 fotografias e 7 mapas. Na capa do livro (Figura 7), há um desenho a *crayon* de Moacyr de Freitas, de 1987, estampando um bonde sobre trilhos, puxado a burros, no início do século XIX, e, ao fundo, a Casa Orlando, antiga empresa de importação e exportação de borracha e transações bancárias de Cuiabá.

⁴⁹ Dante Martins de Oliveira nasceu em Cuiabá (MT), em 1952. Formou-se engenheiro civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ), em 1976. Ocupou o cargo de ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (1986-1987) do governo de José Sarney. Na política, foi prefeito de Cuiabá por três mandatos (1986, 1987-1989 e 1993-1994), deputado estadual (1979-1983), deputado federal (1983-1985) e governador (1995-2002). Tornou-se célebre por sua proposta de emenda constitucional pelo voto direto para presidente da República, as “Diretas Já”. Morreu em Cuiabá (MT), em 2006. (FERREIRA, 2014).

Figura 7 – Capa de *Revivendo Mato Grosso* (1997)



Fonte: Acervo Pessoal

Na apresentação do livro didático, o então Secretário de Estado da Educação, Fausto de Souza Faria, enaltece a qualidade da obra:

[O livro] conta didaticamente a trajetória do povo desta terra, inclusive daqueles que não têm voz e que geralmente se encontram à margem da Educação. Esta parcela da população recebe, merecidamente, a importância histórica que lhes é devida no contexto educacional mato-grossense, através deste livro. (SIQUEIRA, 1997, p. 03).

O secretário Fausto Faria assim afirmou: “Ao reproduzir a História, a autora [Elizabeth Siqueira] resgata a diversidade socioeconômica e cultural do Estado, [logo] o leitor consegue enxergar a si mesmo como sujeito cultural” e, ainda, que a obra era um “documento idealizado como parte da Política Educacional para o período [19]95/98, que fez uma opção clara pelo fortalecimento da escola” (SIQUEIRA, 1997, p. 03-04). Por esse motivo, a autora Elizabeth Siqueira percorreu o estado de Mato Grosso, em cursos de formação patrocinados pela Secretaria de Estado de Educação, para capacitar os professores a utilizar o seu material (CARVALHO, 2014).

Revivendo Mato Grosso adotou uma proposta mais afinada com as produções de nível nacional. Seu texto foi enriquecido com documentação, bem como resultado de pesquisas acadêmicas (dissertações e teses). Dos livros analisados, é o que mais se assemelha ao formato dos atuais livros didáticos: textos curtos com linguagem simples e exercícios ao final dos capítulos para fixação dos conteúdos de ensino. Além disso, partindo de temas e problemas, valoriza as pessoas comuns, os grupos e sujeitos tradicionalmente excluídos dos discursos sobre a história mato-grossense. Nesta parte, em grande medida, recebeu contribuição do livro anteriormente analisado.

Os exercícios para fixação dos conteúdos de ensino, ao final de cada capítulo do livro, são caça-palavras, preencher lacunas, palavras-cruzadas, relacionar colunas e atividades com imagens, além de produção de pequenos textos.

Para facilitar os estudos dos alunos e professores, na organização dos capítulos do livro a autora tomou como referência a tradicional periodização da História do Brasil: Colônia (1500 a 1822), Império (1822 a 1889) e República (1889 aos dias atuais). Entretanto, segundo ela: “A História de Mato Grosso possui como marco oficial a descoberta de ouro pela bandeira de Pascoal Moreira Cabral, junto ao rio Coxipó-Mirim, no ano de 1719” (SIQUEIRA, 1997, p. 09).

A origem bandeirante dos mato-grossenses foi problematizada. Para ela, antes da chegada do colonizador europeu, “na região de Mato Grosso, viviam inúmeras tribos indígenas: Coxipoconé, Beripoconé, Bororo, Paresi, Paiaguá, Guaicuru, Caiapó, e muitos outros grupos” (SIQUEIRA, 1997, p. 10). Deste modo, recusa a História Oficial de Mato Grosso sustentada pelo IHGMT até a década de 1970, na qual os indígenas eram um obstáculo a ser vencido, juntamente como a floresta e seus animais. Certamente, uma inovação no currículo de História Regional.

A contribuição dos indígenas para a formação do povo mato-grossense ocorreu desde o primeiro contato com os colonizadores: “Os paulistas adquiriram muita destreza em suas viagens pelos sertões graças à ajuda dos índios que eles capturavam e que, com seu saber acumulado por milênios, foram os grandes mestres dos bandeirantes” (SIQUEIRA, 1997, p. 18). Mas Elizabeth Siqueira silencia sobre a origem cabocla dos bandeirantes, mestiços de índio com branco, que falavam no cotidiano a *língua geral*⁵⁰, não o português, e andavam

⁵⁰ A *Língua Geral Paulista* foi uma língua surgida da evolução do tupi antigo, a partir da segunda metade do século XVII. Inicialmente falada na região de São Vicente e do Planalto Paulista, foi levada pela ação das bandeiras paulistas para os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e norte do atual estado do Paraná. Desde o início do século XX, a *Língua Geral Paulista* é considerada extinta. Cf. LEITE (2013).

descalços pelo sertão, utilizando os hábitos alimentares e agrícolas dos índios, dos quais eram tão próximos.

A autora apresenta a contribuição do negro africano para a formação do povo mato-grossense, embora em menor proporção que os indígenas. Explica que depois que o Quilombo do Quariterê foi destruído, em 1795, por ordem do capitão-general da capitania de Mato Grosso, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, uma aldeia foi criada no exato local do antigo refúgio: “Para isso, resolveu libertar vários casais de velhos escravos e enviá-los para residir na aldeia que criara e que recebeu o nome de Aldeia Carlota, em homenagem à Rainha de Portugal D. Carlota Joaquina” (SIQUEIRA, 1997, p. 80), nada mais dizendo sobre a questão do negro em Mato Grosso.

Sobre defesa e ampliação das fronteiras, a autora, mais uma vez, apresenta os indígenas como sujeitos do processo histórico. Para ela, quando Portugal tomou conhecimento do ouro de Cuiabá, tratou logo de garantir as terras conquistadas pelos bandeirantes paulistas em sua expansão para o extremo oeste da Colônia. Diante da necessidade de promover o povoamento da região, a Coroa portuguesa ordenou a construção de prisões, quartéis, fortes e fortalezas à margem esquerda dos rios Guaporé e Paraguai, que viria a definir os limites do território português na América pelo Tratado de Madri, em 1750. Neste contexto, destacou-se a fundação da Vila Maria (atual Cáceres), em 1778, inicialmente povoada com casais de índios retirados da missão jesuítica de Chiquitos, na Bolívia. Também destacou-se a ocupação das minas da Chapada de Beripoconé (atual Poconé), que “fora habitada pelos índios do grupo Guató, que legaram aos chegantes [mineiros] seu rico universo cultural, especialmente no que toca ao aproveitamento racional dos recursos naturais” (SIQUEIRA, 1997, p. 22).

A questão da fronteira dos impérios espanhol e português será, daí em diante, preocupação maior dos governantes de Mato Grosso, aos quais caberá não somente povoar a região, defendê-la com forças militares, mas, sobretudo, protegê-la contra as investidas do lado espanhol. (SIQUEIRA, 1997, p. 26).

Com o desenrolar da Guerra do Paraguai, a importância dos indígenas mato-grossenses foi novamente colocada em evidência. Na ocasião, segundo a autora, os índios de Mato Grosso lutaram ao lado dos não-índios para defender a soberania do Brasil.

Apesar de todo o empenho e heroísmo de seus comandantes e tropas militares, assim como dos índios da região e de toda a população que se

envolveu na defesa do território mato-grossense, os primeiros combates foram perdidos e os paraguaios se apossaram de toda parte sul da província, hoje constituída do território do Estado de Mato Grosso do Sul. (SIQUEIRA, 1997, p. 53).

No entendimento da autora, a obra civilizadora e modernizadora do sertão deu-se desde os primeiros tempos da História de Mato Grosso, entretanto foi intensificada pela abertura da navegação pelo estuário do rio da Prata, em 1870, após o fim da Guerra do Paraguai. Por esta via, grandes distâncias foram superadas com um transporte mais rápido, aproximando Mato Grosso dos grandes centros da América e da Europa. De navio, chegavam “medicamentos, instrumentos musicais, livros, alimentos, bebidas e demais produtos industrializados” e saíam “a poaia, a borracha bruta (látex em goma), erva-mate (apenas seca) e subprodutos de animais, como chifres, crina, carne seca (charque), unhas, couro curtido rusticamente, sebos, peles de animais, plumas, penas e alguns artefatos indígenas” (SIQUEIRA, 1997, p. 60). Essa movimentação comercial permitiu aos mato-grossenses terem contato com as ideias que circulavam no mundo. Antes disso, apenas alguns poucos estudantes privilegiados, que faziam seus cursos superiores na Europa ou na Corte no Rio de Janeiro, tinham contato com o pensamento que depois divulgariam em Mato Grosso.

Vale dizer que a abertura da navegação pelo rio Paraguai facilitou a importação de máquinas e equipamentos da Europa para a indústria de açúcar, transformando rudimentares engenhos em sofisticadas usinas. Porém, no final da década de 1940, a indústria açucareira mato-grossense entrou em decadência e as usinas, após a falência, tiveram suas instalações abandonadas. Outrora símbolos da modernização da economia mato-grossense, em 1997 estavam em ruínas. Isso posto, a autora cobrou do Governo Estadual uma medida de preservação do patrimônio arquitetônico das antigas usinas de açúcar do rio Cuiabá.

Hoje [1997], estas usinas de açúcar estão abandonadas, apresentando uma paisagem desoladora daquilo que fora o esplendor usineiro na região. Por constituírem parte importante da memória histórica regional, patrimônio arquitetônico de Mato Grosso, merecem um cuidado especial dos governantes. (SIQUEIRA, 1997, p. 53).

Adiante, a autora apresenta algumas atividades econômicas desenvolvidas no estado ao longo da história (erva-mate, poaia, borracha e açúcar), observando a organização da produção, as condições de trabalho e o cotidiano dos trabalhadores. Atribui a parte destes trabalhadores a ocupação do território mato-grossense: “[...] o povoamento do leste mato-grossense cuja população, em grande parte, foi formada de nortistas e nordestinos que haviam

trabalhado junto à extração da borracha” (SIQUEIRA, 1997, p. 70) – pessoas que se empregaram no garimpo de diamantes na região do rio Araguaia, no início do século XX.

Elizabeth Siqueira critica os historiadores dos grandes centros por omitirem eventos da História de Mato Grosso no conjunto História do Brasil. No seu entendimento, era necessária uma revisão historiográfica da história nacional.

[...] a Rusga [1834] representou um movimento regencial precursor, pois fora, na cronologia deles, o segundo. Estudar a Rusga significa dominar alguns aspectos presentes na maioria dos movimentos regenciais. Infelizmente, o movimento mato-grossense, na maioria da literatura nacional, é omitido, o que não só empobrece a História nacional, como revela o desconhecimento dos historiadores sobre os acontecimentos da Região Centro-Oeste. (SIQUEIRA, 1997, p. 49).

Após expor as disputas existentes entre as oligarquias mato-grossenses na Primeira República brasileira (1889-1930) e suas práticas violentas pelo comando político do estado, a autora encerra sua análise político-administrativa. Um período marcado pela ausência de participação popular nos processos de tomada de decisão política. A partir daí, apresenta o processo de migração populacional para Mato Grosso, excluindo a região Norte mato-grossense da análise.

Na verdade, o que a autora quis demonstrar era que a população pobre trabalhadora de Mato Grosso – descendentes dos indígenas e escravos que aqui haviam nascido ou se estabeleceram depois – nunca participou das decisões sobre os rumos do estado. As decisões políticas, acirradas e sangrentas, ficaram a cargo da elite branca e rica do estado. Os acontecimentos que beneficiavam os ricos, na maioria das vezes, eram contrários aos interesses dos pobres. Em resumo, o progresso havia chegado para acabar com o sossego do trabalhador pobre.

Neste ponto, apresenta os problemas da intensa migração, aceleração do desmatamento e desequilíbrio ecológico, e a disputa pela propriedade da terra, a qual fez surgir o movimento sem-terra.

Os antigos habitantes da região, posseiros e índios, com a chegada dos capitalistas, foram obrigados a abandonar as terras, migrando para outras regiões. Esses trabalhadores rurais, em sua maioria empobrecidos, não puderam sequer adquirir um pedaço de terra. [...] Muitos conflitos se estabeleceram entre estes sem-terra e os grandes proprietários de latifúndios, pois estes trabalhadores, vendo que alguma dessas terras estavam abandonadas, passavam a nelas plantar, em busca de sobrevivência. Por outro lado, os proprietários, logo que tomavam conhecimento da invasão, buscavam retirar estes trabalhadores de suas propriedades. Desse confronto,

inúmeras contendas se estabeleceram, sendo que, na maioria delas, os sem-terra acabavam sendo expulsos, sem qualquer condição para negociação. (SIQUEIRA, 1997, p. 141-142).

Ao final de cada capítulo, a autora inseriu uma sessão para tratar da cultura mato-grossense: na Colônia, as obras dos cronistas, a presença dos jesuítas, a atuação dos engenheiros e práticos em construção, a ida de jovens cuiabanos estudar na Europa; no Império, os jornais, os estabelecimentos escolares, as expedições científicas, as artes cênicas; na República, o IHGMT, a AML, as universidades, os arquivos, as bibliotecas, os museus. Era um padrão de mudança, pois poucas vezes a cultura, a educação, a sociedade e os conflitos sociais foram objeto de discussão em um livro didático de História de Mato Grosso.

Os livros didáticos produzidos por Elizabeth Siqueira representam uma aliança entre a UFMT e o Governo Estadual de Mato Grosso. Trata-se de uma nova História de Mato Grosso produzida para forjar uma nova identidade mato-grossense.

De um lado, uma proposta da academia de difundir sua forma de conceber a História de Mato Grosso, validando regionalmente sua posição de enunciativa do discurso legítimo da História de Mato Grosso e, ao mesmo tempo, realizando o que a academia pensa ser sua função social, ao informar o ensino da História e, portanto, atuar na luta pela produção da memória social. De outro lado, o governo estadual, com uma política de governo inspirada ainda pelos ares democráticos da pós-ditadura, preocupado em construir uma sociedade (e uma História) mais democrática e com uma política de memória e de identidade diferente da até então hegemônica em que predominaram os trabalhos vinculados ao IHGMT. (CARVALHO, 2019, p. 24)

Elizabeth Siqueira propôs uma identidade mato-grossense mestiça, nascida do encontro entre povos indígenas, brancos colonizadores e negros africanos: “um povo mestiço na carne e no espírito” (RIBEIRO, 1995, p. 453). Propôs, ainda, uma narrativa histórica que valorizasse os sujeitos comuns. Dessa forma, nos livros didáticos que escreveu emerge uma identidade regional que pode ser negociada para legitimar projetos de futuro de grupos como quilombolas, indígenas, trabalhadores sem-terra, que reivindicam e lutam pelo que entendem ser seus direitos.

Sua produção representa certa colaboração entre a UFMT e o IHGMT, instituição da qual é sócia desde 1983 e foi presidente por três mandatos (1998-2002, 2010-2012 e 2017-2018). Tal produção acabou influenciando outros historiadores, ex-alunos da graduação em História da UFMT, a investirem na elaboração de material didático de História de Mato Grosso, “representando, nessa medida, o olhar de uma nova e terceira geração de intelectuais”

(SIQUEIRA, 2015, p. 188), sendo que alguns destes autores investiram, ainda, na produção de livros didáticos de História de Mato Grosso direcionados aos candidatos de concursos públicos em órgãos estaduais e exames vestibulares organizados no/pelo estado de Mato Grosso.

Na década de 1990, o predomínio da UFMT sobre a produção de uma memória histórica regional tornou-se incontestável. Em 1999, a UFMT passou a oferecer um programa de Pós-Graduação em História, inicialmente apenas o Mestrado e, desde 2011, também o Doutorado. Entretanto, além da UFMT, um outro fator importante começou a influenciar o circuito de produção de livros didáticos de História de Mato Grosso: o mercado editorial (CARVALHO, 2014).

Em 2002, por convite da editora Entrelinhas de Cuiabá, Elizabeth Siqueira produziu seu mais recente livro didático, intitulado *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Segundo ela, era uma proposta que “mesmo mantendo a cronologia, ampliou e diversificou temas e problemas, que foram da pré-história, perpassando por análises político-administrativas, econômicas, sociais, incluindo educação, cultura, folclore, arte e comunicação, e atingindo a contemporaneidade” (SIQUEIRA, 2015, p. 189). Entretanto, como obra produzida sob agenciamento do mercado editorial, este livro didático de História de Mato Grosso integra um conjunto de obras ao qual foi atribuído novas finalidades educativas, ou seja, capacitar estudantes do Ensino Médio e candidatos de concursos públicos em órgãos estaduais e exames vestibulares organizados no/pelo estado de Mato Grosso.

Considerações finais

Trezentos anos se passaram desde a fundação de Cuiabá, em 7 de abril de 1719, e a questão da identidade regional mato-grossense ainda é tema de discussão. Nos últimos quarenta anos, milhares de migrantes de todos os cantos do Brasil desembarcaram no estado de Mato Grosso em processo que, apesar de ter recentemente diminuído, ainda não se encerrou. As sucessivas levas de migrantes que se estabeleceram no estado transformaram profundamente o perfil social do mato-grossense, em geral, e do cuiabano, em particular.

Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, teve importância destacada no processo de movimentação de migrantes que se dirigiam à região amazônica. Tornou-se um ponto de atração por onde, inevitavelmente, passariam aqueles que estavam em busca de um futuro melhor. A propaganda sobre as facilidades para adquirir terras naquela região, bem como sobre as riquezas nela existentes (madeira, ouro, diamante), provocou uma “avalanche” de pessoas que, com pouco ou nenhum capital, rumavam para o estado de Mato Grosso. Ao chegarem na região, muitos não prosperaram. Destes, tantos outros optaram por se estabelecer em Cuiabá e, com isso, a cidade cresceu assustadoramente nos anos da Ditadura Militar (1964-1985).

Os migrantes que ficaram em Cuiabá, aos poucos, foram ocupando os espaços da cidade e inserindo sua cultura, que era estranha aos nativos locais. Isso foi motivo de preocupação entre alguns representantes da tradicional elite mato-grossense, que elaborou um movimento de reação aos que eram considerados forasteiros. Categorias de identificação e diferenciação (*Chapa-e-cruz*, *pau-rodado*, *pau-fincado*) foram criadas para demarcar os espaços sócio-políticos da cidade, em uma espécie de luta de representações entre “os de dentro” e “os de fora” do estado. Prática esta que, em menor grau, se mantém até os dias atuais.

O Governo Estadual promoveu um conjunto de iniciativas culturais e educacionais com o intuito de preservar a memória histórica regional e, no limite, forjar uma identidade cultural mato-grossense. Na cultura, surgiram incentivos para o desenvolvimento das artes e para a preservação dos lugares de memória dos primeiros mato-grossenses: os cuiabanos. Os lugares preservados remetiam aos tempos da Cuiabá antiga, das conversas despreocupadas na calçada em frente as casas. Muitos cuiabanos que viveram ao longo do século XX eram saudosos de uma época quando não havia tantos carros e pessoas estranhas pelas ruas da cidade, quando o medo dos forasteiros não espreitava os homens e as mulheres de sociedade local.

A educação foi mobilizada como um setor estratégico no projeto de manutenção do poder político com a tradicional elite mato-grossense: o Governo Estadual promoveu uma série de ações com o objetivo de inculcar nos migrantes uma memória histórica regional e foram financiadas publicações para elevar a cultura cuiabana à condição de verdadeira cultura do

estado de Mato Grosso. A revista *Educação em Mato Grosso*, os concursos de livros didáticos e os próprios livros didáticos que foram produzidos entre as décadas de 1970 e 1990 são exemplos dessa política educacional.

Não bastou a produção de livros didáticos para que os conteúdos de ensino sobre o estado de Mato Grosso se efetivassem no plano real das salas de aula. De tão problemática, a questão suscitou a inserção da História, da Geografia e da Literatura de Mato Grosso no currículo escolar por força da lei. Para impor o ensino de tais conteúdos nas escolas mato-grossenses, alguns deputados estaduais propuseram a criação de disciplinas autônomas para legitimar a seleção cultural dos conteúdos de ensino listados pelos autores de livros didáticos. Contudo, a criação de uma lei não foi suficiente para garantir a efetiva existência das disciplinas escolares na sala de aula.

A análise da legislação educacional e dos livros didáticos, em uma perspectiva sócio-histórica, permitiu compreender o processo de constituição da disciplina escolar História de Mato Grosso. Apesar de existir determinação legal a incluir conteúdos versando sobre a História de Mato Grosso nos programas de ensino desde o Período Imperial, suas finalidades educacionais não foram sempre as mesmas, pois foram determinadas por questões de ordem política e social. No período analisado, a finalidade educacional era constituir uma memória histórica regional que modelasse uma identidade cultural mato-grossense diante do processo de descaracterização da cultura nativa com a chegada dos milhares de migrantes de outras regiões do Brasil.

A disciplina escolar História de Mato Grosso não foi constituída como uma vulgarização de saberes exógenos, de uma ciência de referência. Pelo contrário, constituiu-se como um saber autônomo próprio para escolarização. Entretanto, sofreu forte interferência de agentes externos à escola: políticos, intelectuais, pessoas que pretendiam fazer uso político da disciplina.

No tocante à produção de livros didáticos de História de Mato Grosso, no período analisado, duas instituições protagonizaram as atividades em dois momentos distintos: o IHGMT e a UFMT. O primeiro momento, que abrange as décadas de 1970 e 1980, foi marcado pela atuação dos memorialistas do IHGMT, que produziram uma história tradicional, “vista de cima”, acrítica, elitista e excludente. O segundo momento, que abrange a década de 1990, foi marcado pela atuação dos historiadores profissionais da UFMT, que produziram uma história afinada com as técnicas vigentes da historiografia naquele momento. Era uma história-problema, que inseriu novas fontes, novos objetos e novos sujeitos em sua narrativa.

A análise dos sumários, das apresentações e dos conteúdos de ensino presentes nos livros didáticos permitiu entender os padrões de estabilidade e mudança que a disciplina escolar sofreu ao longo do período investigado. Além disso, também possibilitou compreender que a disciplina escolar transitou de uma tradição pedagógica para uma tradição acadêmica, na qual as finalidades de ensino voltadas à constituição de uma identidade regional mato-grossense perderam espaço para uma aprendizagem abstrata com finalidade de aprovação nos concursos públicos em órgãos estaduais e exames vestibulares organizados no/pelo estado de Mato Grosso.

Os anos 1980 representam a gradual transferência do lugar social legítimo de enunciação da História de Mato Grosso, que era o IHGMT, para a UFMT. Os livros de Octayde Jorge da Silva e Lenine de Campos Póvoas representam os últimos embates de uma velha tradição pedagógica. O formato editorial e a apresentação dos conteúdos de suas obras têm algumas semelhanças com as produzidas pelos seus antecessores (Estevão e Rubens de Mendonça). Foram autores que seguiram a metodologia da História tradicional: uma perspectiva linear, factual, acrítica, elitista e excludente. Mesmo assim, como membros do IHGMT, instituição que desempenhou papel de comunidade disciplinar, seus livros didáticos revelaram-se como uma referência para elaboração de currículos ou programas.

Na década seguinte, os livros didáticos escritos por Elizabeth Madureira Siqueira representaram um padrão de mudança, pois inventaram uma nova tradição pedagógica. Ela, historiadora profissional, professora no Departamento de História da UFMT e pesquisadora do NDIHR, participou ativamente das atividades de formação inicial e/ou continuada de professores e pesquisadores mato-grossenses. Além disso, foi protagonista de um espaço institucional representativo do movimento renovador do currículo, tendo, portanto, contribuído para a mudança dos padrões curriculares de História de Mato Grosso.

Sua obra inovou ao reunir documentação de variada espécie, resultado de pesquisas acadêmicas e um esforço de reinterpretação da História de Mato Grosso. Como resultado fez emergir uma identidade mato-grossense mestiça, que valoriza as ações dos sujeitos comuns, bem como seus projetos de futuro. Interpretação possível porque, como propõe Munakata (2016, p. 130), os “conteúdos das disciplinas escolares, exercícios e atividade [...] de livro didático também fornecem indícios de como era efetivado o ensino”.

Vinte e nove anos se passaram desde a promulgação da Lei Estadual n. 5.573/1990, que criou a disciplina escolar História de Mato Grosso e ainda não foi regulamentada pelo Governo Estadual. Iniciado o século XXI, o motivo para não regulamentar a referida lei continua sendo de ordem econômica. O Governo Estadual persiste em declarar que faltam

professores com formação específica para lecionar a disciplina escolar de História de Mato Grosso e a contratação de novos professores oneraria os cofres públicos do estado. Também haveriam de adquirir livros didáticos para o uso nas escolas.

Tanto tempo se passou sem regulamentar a referida lei, que o seu texto já começa a perder o vigor e, por isso, reclama algumas modificações para garantir seu funcionamento. Em 2006, o deputado estadual José Malheiros apresentou um projeto de lei tentando regularizar a situação. A solução encontrada pelo deputado José Malheiros era inserir os conteúdos de História de Mato Grosso na disciplina escolar História numa proporção de 25% das aulas (Anexo L). O projeto de lei não foi aprovado, mas sua justificativa apresenta um novo objetivo que, até então, era tácito nas discussões anteriores. Isto é, a ideia de criar uma reserva de emprego para os mato-grossenses nativos até aquele momento não havia aparecido nos textos legais.

O discurso sobre a prática de produzir vantagem aos que vivem e conhecem a região para serem aprovados em concursos públicos em órgãos estaduais sempre foi um objetivo tácito. Uma representação recorrente no imaginário mato-grossense é a da hospitalidade cuiabana, a qual está relacionada à aceitação dos forasteiros como filhos adotivos da terra, desde que aceitem essa condição. Na verdade, era um *status* reservado aos que se destacavam no cenário regional e que contribuíssem com a grandeza de Mato Grosso. Caso contrário, aos que negassem essa condição, seria reservada a condição de *pau-rodado* e todo tipo de afrontas à tal categoria de pessoas.

Em 2014, foi reacendido o debate sobre a temática por ocasião das eleições estaduais para governador. O IHGMT e AML apresentaram uma Carta Aberta¹ (Anexo M) para os candidatos ao cargo de Governador solicitando que, ao assumirem a gestão estadual, providenciassem imediata regulamentação da Lei n. 5.573/1990. Como é habitual em época de campanha eleitoral, todos os candidatos se comprometeram a fazer a Lei n. 5.573/1990 entrar em vigor.

¹ A *Carta Aberta da Casa Barão de Melgaço aos candidatos ao Governo de Mato Grosso* reivindicava, entre outras coisas, a imediata implementação da obrigatoriedade do consumo de obras produzidas por autores regionais e de um programa de distribuição de livros de editoras mato-grossenses em escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio.

A vitória de Pedro Taques², um nativo mato-grossense, reanimou os membros das duas instituições³. Todavia, ao final de seu mandato, em 2018, nada havia mudado. A Lei n. 5.573/1990 não foi regulamentada e os planos dos membros do IHGMT e AML foram frustrados. Esperavam que, com a sua regulamentação pelo poder Executivo, a lei fomentaria a produção editorial regional.

Nos anos 2000, um novo ingrediente entrou em cena no processo de inserção das temáticas regionais no currículo das escolas públicas de Mato Grosso: o mercado editorial. As editoras assumiram um papel determinante na condução do circuito da produção de livros didáticos de História de Mato Grosso. Importante dizer que, para viabilizar a constituição de uma identidade regional mato-grossense, a inclusão da História regional nos concursos públicos e exames vestibulares mostrou-se muito eficiente, especialmente porque fez surgir uma demanda editorial por livros didáticos de História de Mato Grosso (CARVALHO, 2014).

Enfim, ousar dizer que o fato de boa parte dos atuais membros do IHGMT e AML serem migrantes esvaziou o discurso regionalista. Não estou a julgar quais são os sentimentos afetivos dos ilustres para com a terra a qual habitam, mas posso afirmar que a separação entre “nós” e “eles” já não é predominante nas discussões que tangem a inserção da História Regional no currículo. Consolidou-se o movimento de hibridismo cultural (SILVA, 2014): a cultura do migrante não é mais exógena, pois integra, junto com a cultura do nativo, as bases da formação do novo mato-grossense⁴.

Se nos primeiros livros didáticos de História de Mato Grosso os autores objetivavam construir uma identidade regional baseada no mito bandeirante e no papel de protagonistas dos cuiabanos descendentes como defensores da fronteira ou estimuladores do progresso na região, nos últimos a narrativa histórica tem outros sujeitos envolvidos: negros, índios, e trabalhadores pobres passaram a fazer parte do povo mato-grossense. Deste modo, a História de Mato Grosso

² José Pedro Gonçalves Taques nasceu em Cuiabá (MT), em 1968. Formou-se bacharel em Direito pela Universidade de Taubaté, em 1992. Foi procurador do Ministério Público do Estado de São Paulo (1993-1995) e procurador do Ministério Público Federal (1995-2010). Na política, tornou-se Senador (2011-2014) e Governador pelo estado de Mato Grosso (2014-2018).

³ Entre 2002 e 2014, o Governo do Estado de Mato Grosso havia sido ocupado por migrantes, especialmente sulistas: o paranaense Rogério Salles (2002-2003); o gaúcho Blairo Maggi (2003-2010) e o paranaense Silval Barbosa (2010-2015).

⁴ Em 2018, para as festividades do tricentenário de Cuiabá, um projeto intitulado *Famílias Pioneiras – Cuiabá 300 Anos*, coordenado pelo Núcleo de Ações Voluntárias (Nav), por meio da Comissão Estadual Cuiabá 300 anos, foi lançado com o objetivo de catalogar as famílias que contribuíram para a colonização de Cuiabá, de 1700 a 1977, ano em que ocorreu a divisão do estado de Mato Grosso. Como resultado concreto desse empreendimento simbólico, o Governo Estadual entregará condecorações (medalhas e diplomas) às famílias catalogadas como pioneiras no processo de formação e desenvolvimento de Cuiabá. *Famílias Pioneiras – Cuiabá 300 Anos*. Disponível em: <http://www.familiaspioneiras.mt.gov.br/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

buscou forjar uma nova identidade regional mato-grossense, que reconhece a existência de grupos que antes eram excluídos das narrativas históricas.

Agora, quando vão regulamentar a Lei n. 5.573/1990 é outra história!

Referências

- ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001. 5v.
- ABUD, Kátia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. 1986. 342 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- AGUILAR FILHO, Sidney. *Educação, autoritarismo e eugenia: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945)*. 2011. 364 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/62>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1990>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros; CARDOSO, Cancionila Janzkovski. Circulação de cartilhas em Mato Grosso e o caso de Ada e Edu. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; MACIEL, Francisca Izabel Pereira (Orgs.). *História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – Séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2006, p. 257-276.
- AMEDI, Nathália da Costa. A cidade (res)significada: a ideologia de modernização de Cuiabá no período pós-divisão do Estado de Mato Grosso. *Revista Angelus Novus*, São Paulo, a. 3, n. 4, p. 41-64, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ran/article/view/88864>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- AMEDI, Nathália da Costa. *A invenção da capital eterna: discursos sensíveis sobre a modernização de Cuiabá no período pós-divisão do estado de Mato Grosso (1977-1985)*. 2014. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- AMORIM, Rômulo Pinheiro de. *Professoras primárias em Mato Grosso: trajetórias profissionais e sociabilidade intelectual na década de 1960*. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARANHA, Patrícia Marinho. Levantamentos territoriais e construção de saberes geográficos na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 91-100, 2012.

Disponível em: https://www.sbhcc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=679. Acesso em: 18 jun. 2019.

ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)*. 2007. 314 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

ARIANO, Heloísa Afonso. *Vozes da cuiabania: identidade e globalização no rasqueado cuiabano*. 2002. 179 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.12, n. 16, p. 38-63, 2011. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/987>. Acesso em: 18 jun. 2019.

BARROS, Manoel de. *Memórias inventadas: a segunda infância*. São Paulo: Planeta, 2006.

BARROZO, João Carlos. Políticas de Colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. In: BARROZO, João Carlos (Org.). *Mato Grosso do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT, 2008, p. 15-26.

BENEDICTO, Marcelo; MARLI, Mônica. Cinco faces do Brasil: As divisões regionais e suas mudanças na história. *Retratos*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 08-12, 2017. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3ee63778c4cfdcbbe4684937273d15e2.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

BENFICA, Tiago Alinor Hoissa. *História e Universidade: a institucionalização do campo histórico na Universidade Estadual de Mato Grosso/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1968-1990)*. 2016. 379 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. *História da Disciplina Escolar Língua Portuguesa em Mato Grosso do Sul (1977-2008)*. Jundiá: Paco, 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004a, p. 11-27.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de; RANZI, Serlei Maria Fischer (Orgs.). *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 09-38.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004b, p. 69-90.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712. 2v.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Ludmila de Lima. *A catedral e a cidade: uma abordagem da educação como prática social*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 18 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do território da Baixada Cuiabana-MT*. Campo Grande: Fundação Cândido Rondon, 2006.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971*. [Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências]. Brasília: Presidência da República, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 18 jun. 2019.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BUZATO, Gino Francisco. *Transformações urbanas em Cuiabá e a formação do cidadão moderno (1937-1945)*. 2017. 140 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

CAMARGO, Marisa. *A dança da morte: festa, barbárie e tradição*. Cuiabá: Umanos Editora, 2012.

CANAVARROS, Otávio; PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; JOANONI NETO, Vitale. Mato Grosso nos Estudos Historiográficos. *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, vol. 5, n. 2, p. 79-97, 2012. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/136>. Acesso em: 18 jun. 2019.

CARVALHO, Ely Bergo de. A quem serve a História? Livros de popularização da História de Mato Grosso, Brasil, 1990-2012. *HIb - Revista de Historia Iberoamericana*, v. 7, n. 2, p. 20-41, 2014. Disponível em: <https://revistahistoria.universia.net/article/view/1022/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

CARVALHO, Ely Bergo de. Identidade, Natureza e História: A coinvenção das identidades nas lutas por apropriação do mundo natural em Mato Grosso e a produção e divulgação da História regional. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH - Associação Nacional de História, 2014. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363886334_ARQUIVO_TextoElyNatal2.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

CARVALHO, Ely Bergo de. Uma História a serviço da destruição? Livros de História e a modernização de Mato Grosso, Brasil, 1964-1992. *HALAC - Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 155-179, set. 2013-fev. 2014.

Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/173>. Acesso em: 18 jun. 2019.

CASTANHA, André Paulo. O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 11 n. 41 (n. esp), p. 309-331, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639912>. Acesso em: 18 jun. 2019.

CASTOR, Ricardo Silveira. *Arquitetura Moderna em Mato Grosso: diálogos, contrastes e conflitos*. 2013. 456 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CAVALCANTE, Else. *História de Mato Grosso*. 3 ed. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2013.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incerteza e inquietudes*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, 2011. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1598>. Acesso em: 18 jun. 2019.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, v. 2, p.177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.

COCCO, Marta Helena. *O ensino da Literatura produzida em Mato Grosso: regionalismo e identidades*. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2006.

CRUDO, Matilde Araki. *Metodologia do ensino de História: uma análise crítica a partir do ponto de vista do aluno*. 1983. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Planejamento Educacional) – Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis.

DAL PAI, Camili. *Transformações econômicas e a mobilidade espacial da população na Mesorregião Norte de Mato Grosso de 1986 a 2010*. 2016. 238 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo.

DORILEO, Benedito Pedro. *Ensino superior em Mato Grosso: até a implantação da UFMT*. Campinas: Komedi, 2005.

DOURADO, Nildeide Souza. Rubens de Mendonça e as histórias de Mato Grosso: o poeta, historiador e jornalista. *Labirinto*, Porto Velho, v. 24, n. 2, p. 195-225, 2016.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14 ed. São Paulo: Edusp, 2015.

FERNANDES, Mario Luiz; ZAMPIERI, Gustavo. Grifo: marcas da primeira revista de Mato Grosso do Sul. In: *3º Encontro Centro-Oeste de História da Mídia*. Campo Grande: ALCAR - Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, 2016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/centro-oeste/3o-encontro-2016/historia-da-midia-impressa-e-midia-alternativa/grifo-marcas-da-primeira-revista-de-mato-grosso-do-sul/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso*. Cuiabá: Defanti, 2014.

FREIRE, Delca Simões. *A história de Mato Grosso e o livro didático*. 1983. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História e Historiografia de Mato Grosso) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

FREIRE, Paulo. *Professora, sim; tia, não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d'Água, 1998.

FREIRE, Silva. *A Japa e outros croni-contos cuiabanos*. Cuiabá: Carliani e Carniato, 2008.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao>. Acesso em: 18 jun. 2019.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

GARCIA, Romyr Conde. *Mato Grosso (1800-1840): crise e estagnação do projeto colonial*. 2003. 348 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GOODSON, Ivor F. *A Construção Social do Currículo*. Lisboa: Educa, 1997.

GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOODSON, Ivor F. *O currículo em mudança: estudos na construção social do currículo*. Porto: Porto Editora, 2001.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A Batalha da Borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 9, p. 95-102, 1997. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39301>. Acesso em: 18 jun. 2019.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A Lenda do Ouro Verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá, Unicen, 2002.

GUIMARÃES, Suzana Cristina Souza. *Arte & Identidade: Cuiabá 1970-1990*. 2002. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse do censo demográfico: 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da crença: ocupação do norte de Mato Grosso após 1970*. Cuiabá, EdUFMT, 2007.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n. 01. p. 09-17, 2001. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>. Acesso em: 18 jun. 2019.

JULIA, Dominique. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Orgs.). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 37-71.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v19n38/0999.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEITE, Fabiana Raquel. *A Língua Geral Paulista e o “Vocabulário Elementar da Língua Geral Brasileira”*. 2013. 190 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 47-64, 1986. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3626. Acesso em: 18 jun. 2019.

LEOTTI, Odemar. *Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT: relações de poder, escrita, política, cientificidade e a invenção do mato-grossense moderno (1895 a 1934)*. 2013. 261 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”*. São Paulo: FAPESP, 1998.

MAGALHÃES, Epaminondas de Matos. *Poéticas do regionalismo na prosa de Silva Freire*. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

MARCATO, Míria Terezinha. *A prática da Proposta Curricular de Língua Portuguesa – 5ª a 8ª série, da SEE/MT, nas escolas públicas estaduais de Sinop*. 1994. 43 f. Monografia

(Especialização em Supervisão e Currículo para a Escola de 1º e 2º Graus). Universidade Federal de Mato Grosso, Sinop.

MARTINS, José de Souza. Lutando pela terra: índios e posseiros na Amazônia Legal. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 11, n. 1-2, p. 7-27, 1980.

MARTINS, Marcos Lobato. História regional. In: Pinsky, Carla Bassanezi (Org.). *Novos temas nas aulas de história*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 135-152.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MATTOSO, José. *A Escrita da História: teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MENDONÇA, Rubens. *História de Mato Grosso*. 2 ed. Cuiabá: [s.n.], 1970.

MORAIS, Ednilson José de. *Aprendizagem histórica através das pinturas de Moacyr Freitas: os usos e apropriações de imagens no ensino de História Regional*. 110 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Instituto de Geografia, História e Documentação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

MORENO, Gislaene. A Colonização no século XX. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Cardoso de Souza (Orgs.). *Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade, Ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005, p. 52-71.

MORENO, Gislaene. O processo histórico de acesso à Terra em Mato Grosso. *Geosul*, Florianópolis, v. 14, p. 13-35, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/18833>. Acesso em: 18 jun. 2019.

MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Cardoso de Souza (Orgs.). *Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade, Ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Apresentação. In: MORTATTI, Maria do Rosário Longo et al. (Orgs.). *Sujeitos da história do ensino de leitura e escrita no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 11-22.

MUSSALAM, René. *Norte Pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos*. 1974. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

NADAI, Elza. O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, set. 1992/ago. 1993. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=30596. Acesso em: 18 jun. 2019.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. *Cadernos ANPED*, Porto Alegre, n.5, p. 7-64, 1993. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/caderno_anped_no.5_set_1993.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. *Migração e Escolarização: história de instituições escolares de Tangará da Serra, Mato Grosso, Brasil (1964-1976)*. 2009. 355 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

PERARO, Maria Adenir. *Estudo do povoamento, composição e crescimento da população do Norte Novo do Paraná de 1940 a 1970*. 1978. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PERARO, Maria Adenir. Imigração para Mato Grosso no século XIX: mulheres paraguaias – estratégias e sociabilidades. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: ABEP - Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2000. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/974/939>. Acesso em: 18 jun. 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História regional e transformação social. In: SILVA, Marcos Antônio da (Org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 67-79.

PIAIA, Ivane Inêz. *Geografia de Mato Grosso*. 3 ed. Cuiabá: EdUNIC, 2003.

PÓVOAS, Lenine. *Cuiabanidade*. Cuiabá: [s.n.], 1987.

PRIORI, Ângelo Aparecido. História regional e local: métodos e fontes. *Pós-História*, Assis, v. 2, p. 181-187, 1994.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo Sul de Mato Grosso. *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 8, n. 1, p. 204-228, 2015. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/336>. Acesso em: 18 jun. 2019.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira (Org.). *Transportes e Políticas Públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados: Editora da UFGD, 2008.

REZZIERI, Raphaela. *A sedução estética em letras cuiabanas*. Políticas culturais em Mato Grosso: O caso da Fundação Cultural (1975-1995). 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Dunga. E agora José? In: MÜLLER, Maria de Arruda; RODRIGUES, Dunga. Cuiabá ao longo de 100 Anos. Cuiabá: [s.n.], 1994, p. 184.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de; MONTEIRO, Silas Borges. Universidade Federal de Mato Grosso: da regionalização à internacionalização. *Educativa*, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 253-267, 2017. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/5876/3214>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SACRISTÁN, José Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. *O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – a década de 70 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e*

os Estudos Sociais. 2009. 293 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Aparecido Borges da. *Mato Grosso nos Livros Didáticos de História (1889-1930): imaginários e representações*. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Marijâne Silveira da. Revista Educação em Mato Grosso: criação, produção e circulação (1978-1986). *Revista Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados, v. 3, n. 7, p. 68-83, 2013. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/2773>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SILVA, Marijâne Silveira da; SILVA, Aparecido Borges da. Circulação dos livros de leitura e cartilhas pela ótica dos jornais mato-grossenses: décadas iniciais do século XX. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, Cuiabá, v. 23, n. 1, p. 166-181, 2018. Disponível em: <https://www.ufmt.br/ndihr/revista/revistas-anteriores/revista-dm-23.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SILVA, Marta Andréia Estancare Pinheiro. Entrevista com a historiadora Elizabeth Madureira Siqueira. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, Cuiabá, v. 5, n. 1, p. 117-124, 2011. Disponível em: <https://www.ufmt.br/ndihr/revista/revistas-anteriores/revista-dm-05.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 73-102.

SILVA, Viviane Rodrigues da. *O ensino de História Regional em escolas secundárias de Rondonópolis, desde a implantação até 2005*. 2006. 48 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Livros Didáticos de História e Geografia de Mato Grosso. In: ROMANCINI, Sonia Regina; ROSSETTO, Onélia Carmem; NORA, Giseli Dalla (Orgs.). *As representações culturais no espaço: perspectivas contemporâneas em Geografia*. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2015, p. 179-194.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; COSTA, Lourenço Alves da; CARVALHO, Cathia Maria Coelho. *O processo histórico de Mato Grosso*. 3 ed. Cuiabá: Guaicurus, 1990.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; DOURADO, Níleide Souza; RIBEIRO, Roberto Silva (Orgs.). *Universidade Federal de Mato Grosso: 40 anos de História (1970-2010)*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SOUZA, Edison Antônio de. *O poder na fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso*. 2008. 256 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SOUZA, Edison Antônio de. *Sinop: História, Imagens e Relatos*. Um estudo sobre a sua colonização. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. A produção intelectual brasileira no campo do currículo a partir dos anos 80. *Em Aberto*, Brasília, a. 12, n. 58, p. 117-128, 1993. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1897>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SOUZA, Rosa Fátima de. Cultura escolar e currículo: aproximações e inflexões nas pesquisas históricas sobre conhecimentos e práticas escolares. In: XAVIER, Libânia Nacif et al. (Orgs.). *Escola, cultura e Saberes*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 74-91.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2008. (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira, v. 2).

SOUZA, Rosa Fátima de. Política curricular no Estado de São Paulo nos anos 1980 e 1990. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 127, p. 203-221, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n127/a0936127.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

TOMAZI, Nelson Dácio. *Norte do Paraná: história e fantasmagorias*. 1997. 342 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938. 5v.

VIÑAO, Antonio. A história das disciplinas escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 8, n. 3 (18), p. 173-215, 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40818>. Acesso em: 18 jun. 2019.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus: revista de História*, Juiz de Fora, v. 3 n. 1, p. 84-97, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20441>. Acesso em: 18 jun. 2019.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 183 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Fontes

Cartas

ARAÚJO, Arthur Pires de. [Carta] 3 mar. 1982, Cuiabá [para] PÓVOAS, Lenine, Cuiabá. 1f. Agradece os cumprimentos pela decisão de envolver a rede escolar do município de Cuiabá no processo de culto às tradições e bem culturais locais. Fornece maiores informações sobre a implantação daquela experiência. In: AML/IHGMT, Caixa n. 08, documento n. 2373.

PÓVOAS, Lenine. [Carta] 27 mar. 1982, Cuiabá [para] ARAÚJO, Arthur Pires de, Cuiabá. 1f. Congratulação por tornar obrigatório o estudo, nas escolas da rede municipal, da cultura mato-grossense. In: Acervo AML/IHGMT, Caixa n. 06, documento n. 958.

PÓVOAS, Lenine. [Carta] 15 set. 1989, Cuiabá [para] ARAÚJO, Joemil, Cuiabá. 1f. Promoção de curso de reciclagem de História e Literatura mato-grossense. In: AML/IHGMT, Caixa n. 06, documento n. 1125.

Documentos

MATO GROSSO. Lei n. 2.821, de 14 de março de 1968. [Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino]. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, p. 02-09, 01 abr. 1968.

MATO GROSSO. Conselho Estadual de Educação. Resolução n. 3, de 13 de janeiro de 1978. [Aprova a inclusão de disciplinas na Parte Diversificada de Educação Geral e Formação Especial dos Currículos de 2º Grau da rede estadual de Ensino]. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, p. 17, 6 mar. 1978.

MATO GROSSO. Portaria SEC/MT n. 2.473, de 25 setembro de 1979. [Institui o Concurso de História de Mato Grosso]. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, p. 17, 27 set. 1979a.

MATO GROSSO. História de MT. Concurso dá 100 mil cruzeiros de prêmio. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, p. 01, 01 out. 1979b.

MATO GROSSO. Concurso de História de Mato Grosso. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, p. 03, 28 jan. 1980.

MATO GROSSO. *Projeto de Lei n. 26/1983*. [Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão da literatura Mato-grossense, nos currículos plenos, das escolas de 1º e 2º Graus, do Estado de Mato Grosso e dá outras providências]. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 1983a.

MATO GROSSO. *Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, 16 de julho de 1983. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, 1983b.

MATO GROSSO. *Projeto de Lei n. 141/1983*. [Estabelece a obrigatoriedade da exigência de 1/3 (um terço) das questões de Conhecimentos Gerais e/ou Estudos Sociais versando sobre Geografia e História Política e Econômica de Mato Grosso e dá outras providências]. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 1983c.

MATO GROSSO. *Parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei n. 141/1983*. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, 1983d.

MATO GROSSO. *Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, 13 de março 1984. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, 1984a.

MATO GROSSO. *Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, 15 de março 1984. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, 1984b.

MATO GROSSO. Lei n. 4.667, de 06 de abril de 1984. [Estabelece a obrigatoriedade da exigência de 1/3 (um terço) das questões de Conhecimentos Gerais e/ou Estudos Sociais versando sobre Geografia e História Política e Econômica de Mato Grosso e dá outras providências]. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, p. 01, 06 abr. 1984c.

MATO GROSSO. *Projeto de Lei n. 175/1989*. [Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino das disciplinas de História, Geografia e Literatura de Mato Grosso, nas Escolas de 1º e 2º Graus, públicas ou particulares, que funcionem no Estado]. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 1989a.

MATO GROSSO. *Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, 28 de novembro de 1989. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, 1989b.

MATO GROSSO. *Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, 6 de dezembro de 1989. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, 1989c.

MATO GROSSO. Lei n. 5.573, de 6 de fevereiro de 1990. [Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino das disciplinas de História, Geografia e Literatura de Mato Grosso, nas Escolas de 1º e 2º Graus, públicas ou particulares, que funcionem no Estado]. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, p. 25, 17 abr. 1990.

MATO GROSSO. *Proposta Curricular do Ensino de 1º e 2º Graus*. Cuiabá: [s.n.], 1993.

MATO GROSSO. Portaria n. 059/GS/2002/SEDUC/MT. [Estabelece os critérios para designação, composição e definição de competência das Assessorias Pedagógicas instaladas nos municípios]. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, p. 14, 17 out. 2002.

MATO GROSSO. *Projeto de Lei n. 426/2006*. [Altera o Art. 3º da Lei n. 5.573, de 06 de fevereiro de 1990]. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

MATO GROSSO. *Projeto de Lei n. 171/2010*. [Modifica o Art. 1º da Lei nº 4.667, de 06 de abril de 1984]. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

UFMT. Universidade Federal de Mato Grosso. *Relatório final do curso de Especialização “Mato Grosso: História e Historiografia”*. Cuiabá, 1983. (mimeo).

Livros didáticos

MENDONÇA, Estevão de. *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*. Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1906.

MENDONÇA, Rubens. *História de Mato Grosso*. Cuiabá: [s.n.], 1967.

PÓVOAS, Lenine de Campos. *História de Mato Grosso*. São Paulo: Resenha Tributária, 1985.

SILVA, Octayde Jorge da. *Um estudo de História de Mato Grosso: roteiro para o ensino de 1º e 2º graus*. Cuiabá: ETF/MT, 1980.

SILVA, Octayde Jorge da. *Um estudo de História de Mato Grosso: roteiro para o ensino de 1º e 2º graus*. 2 ed. Cuiabá: ETF/MT, 1982.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Revivendo Mato Grosso*. Cuiabá: SEDUC, 1997.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; COSTA, Lourenço Alves da; CARVALHO, Cathia Maria Coelho. *O processo histórico de Mato Grosso*. 3 ed. Cuiabá: Guaicurus, 1990.

Periódicos

BARRETO, Nilce de Mattos. Festas Antigas do Divino Espírito Santo. *Revista Educação em Mato Grosso*, Cuiabá, a. 6, n. 20, p. 14-15, 1983.

CORRÊA, Clarice Ramos; SILVA, Romilda Scarmanhani da. Mato Grosso: o ensino que deve ser intensificado. *Revista Educação em Mato Grosso*, Cuiabá, a. 3, n. 1, p. 52-54, 1980.

CORRÊA, Filogônio. Paus Rodados. *Civilização: revista trimestral de cultura e educação*. Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 134-146, 1934.

CORRÊA, Valmir Batista. Em defesa da História Regional. *Revista Grifo*, Campo Grande, n. 6, p. 82, 1979.

JUCÁ, Pedro Rocha. Rebuscando o Passado de MT. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, p. 2, 14 jan. 1974.

LEITE, Gervásio. Política e Sátira. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, p. 04, 03 set. 1978.

LIMA, Josephina Paes de Barros. O propósito da tradicional Festa de São Benedito. *Revista Educação em Mato Grosso*, Cuiabá, a. 6, n. 20, p. 11-12, 1983.

MEDIDAS policiais para logo. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, p. 02, 03 jul. 1968.

MENDES, Francisco Alexandre Ferreira. A primeira corrida de touros. *Revista Educação em Mato Grosso*, Cuiabá, a. 6, n. 20, p. 16-18, 1983.

PALMA, Maria Luiza Canavarros. Valor social do falar cuiabano. *Revista Educação em Mato Grosso*, Cuiabá, a. 7, n. 27, p. 43-45, 1985.

PROGRESSO para todos. [Encarte publicitário]. *Jornal do Dia*, Cuiabá, [s.p.], 15 fev. 1984.

RECORDAR é viver. *Jornal do Dia*, Cuiabá, p. 02, 06 abr. 1986.

ROSAS, Ceres Elisa da Fonseca. Vocabulário “canaranense”, resultado da migração sulista. *Revista Educação em Mato Grosso*, Cuiabá, a. 6, n. 20, p. 21-22, 1983.

TEIXEIRA, Mariluce Badre; SILVA, Maria de Lourdes Coutinho. O antigo Campo D’Ourique. *Revista Educação em Mato Grosso*, Cuiabá, a. 6, n. 20, p. 19-20, 1983.

Instituições, acervos e sites consultados

Instituições e acervos físicos

Acervo da Casa Barão de Melgaço. Cuiabá-MT.

Arquivo da Escola Estadual Professor Nilo Póvoas. Cuiabá-MT.

Arquivo do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso. Cuiabá-MT.

Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá-MT.

Biblioteca Central da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT.

Biblioteca da Assessoria Pedagógica de Sinop-MT.

Biblioteca do Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional. Cuiabá-MT.

Biblioteca Regional da Universidade do Estado de Mato Grosso. Sinop-MT.

Instituto Memória do Poder Legislativo. Cuiabá-MT.

Bases de dados disponíveis on-line e sites da Internet

Base de dados da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/>.

Base de dados da Superintendência da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <https://www.iomat.mt.gov.br/>.

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/>

Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/>.

Coleção Digital de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>.

Site de busca Google Acadêmico. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/>.

Anexo A: *Projeto de Lei n. 26/1983*, de Deputado Francisco Monteiro (Lei Estadual n. 4.570/1983)

Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão da literatura Mato-grossense, nos currículos plenos, das escolas de 1º e 2º Graus, do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Artigo 1º – Será obrigatória a inclusão da disciplina Literatura Mato-grossense, nos currículos das escolas de 1º e 2º Graus, do Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º – A Literatura Mato-grossense será estudada em todas as séries do 1º Grau, através de textos de escritores mato-grossenses, variando em conteúdo e métodos, segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.

Parágrafo Único – Considera-se escritor mato-grossense, aquele que, residindo em Mato Grosso, haja editado alguma obra literária.

Artigo 3º – No ensino de 2º Grau, a Literatura Mato-grossense, será incluída como parte integrante da disciplina de Literatura Brasileira, tratada como disciplina única, e, dosada de forma a permitir o domínio do elemento linguístico e literário.

Artigo 4º – O ensino da Literatura Mato-grossense, convergirá para o cultivo da linguagem, como expressão da cultura regional, conduzindo o aluno a descoberta e compreensão dos valores mais típicos.

Artigo 5º – Compete à Secretaria de Educação e Cultura, através da Coordenação de Ensino de 1º e 2º Graus, baixar as normas e programas básicos, para a sua inclusão no currículo das Escolas para as diferentes séries do ensino de 1º e 2º Graus.

Artigo 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 17 de maio de 1983.

Dep. Francisco Monteiro.

Justificativa

Devido o esquecimento em que se encontra o estudo da literatura mato-grossense, é que tomamos a iniciativa de apresentar o presente projeto de lei, que torna obrigatória a sua inclusão no currículo pleno das escolas de 1º e 2º Graus do nosso Estado.

A valorização da nossa literatura é uma necessidade nos dias atuais, quando Mato Grosso vem recebendo inúmeras levas de imigrantes, oriundos de regiões mais desenvolvidas e onde as atividades literárias são mais divulgadas e difundidas.

Mato Grosso, em especial a nossa Verdecap, contribuiu com páginas brilhantes, para a literatura brasileira, dentre elas podemos citar autores como: José de Mesquita, Maria Müller, Luiz Phillippe Pereira Leite, Feliciano Galdino de Barros, Pe. Wanir Dephino César, Rubens de Mendonça, Antônio de Arruda, Silva Freire e D. Francisco de Aquino Corrêa, sendo este único mato-grossense a ingressar na Academia Brasileira de Letras.

A nossa intenção é preservar a cultura da gente mato-grossense, que conseguiu mesmo no isolamento por mais de 250 anos, construir uma civilização.

A finalidade primordial do ensino da literatura mato-grossense, convergirá para o cultivo da linguagem, como expressão da cultura regional, conduzindo o aluno a descoberta e compreensão dos valores mais típicos.

É nossa intenção fazer com que a Secretaria de Educação e Cultura, baixe as normas e estabeleça os programas básicos, que dose o seu estudo, de forma a permitir o domínio do elemento linguístico e literário.

Na preservação das nossas tradições e no cultivo da nossa literatura, estão as esperanças da tomada de consciência do governo e do povo, para perpetuidade da nossa raça.

Assim sendo, temos a certeza que merecemos o apoio dos nossos pares e teremos a necessária acolhida por parte do Governo do Estado.

Sala de Sessões, 17 de maio de 1983.

Dep. Francisco Monteiro.

Anexo B: *Projeto de Lei n. 141/1983*, de Deputado Kazuho Sano (Lei Estadual n. 4.667/1984)

Estabelece a obrigatoriedade da exigência de 1/3 (um terço) das questões de Conhecimentos Gerais e/ou Estudos Sociais versando sobre Geografia e História Política e Econômica de Mato Grosso e dá outras providências.

Artigo 1º – Fica estabelecida a obrigatoriedade de que 1/3 (um terço) das questões de Conhecimentos Gerais e/ou Estudos Sociais nos concursos organizados por órgãos governamentais e de economia mista, deve versar sobre Geografia e História Política e Econômica de Mato Grosso.

Artigo 2º – Caberá à Secretaria de Administração o cumprimento desta lei.

Artigo 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1983.

Dep. Kazuho Sano.

Justificativa

A partir da década de 60 o desenvolvimento socioeconômico de Mato Grosso experimentou um grande impulso. Vários fatores determinaram e influenciaram essa arrancada. A criação de Brasília, a pavimentação das rodovias existentes e a abertura de novas estradas e o assentamento de colonos de outros Estados contribuíram para que o fluxo migratório se tornasse intenso. Igualmente, a busca de novos mercados de trabalho e a variedade de oportunidades existentes influenciaram a expansão econômica do Estado.

Aliado ao processo de mudanças econômicas está o das transformações sociopolíticas e culturais. A realidade mato-grossense se alterou em seus diversos aspectos. O progresso, a intensa atividade decorrente da exploração agrícola, o crescimento das cidades, o aparecimento de novos polos econômicos, modificaram sua paisagem humana, cultural e social.

O intenso fluxo migratório resultou que mais da metade da população que aqui vive é oriunda de outros Estados da Federação. Para essa população a falta de informação sobre a história e geografia do Estado, representa uma grande lacuna em suas relações com o povo e a terra mato-grossenses. Para eles, nada pode representar a data de 13 de junho a não ser uma rua em Cuiabá e, talvez, em outras cidades do interior. Nomes como Isac Póvoas, Dom Aquino Corrêa, Ponce de Arruda, Moreira Cabral nada significam. As manifestações culturais típicas como Cururu e Siriri, festas de São Gonçalo e Congada, entre outras, se perdem ou se

transformam totalmente. Assim, Mato Grosso, gradualmente vai perdendo aquelas expressões originais que delineiam o perfil de um povo e definem sua identidade cultural.

Esse grande vazio e esse silêncio sobre todo um processo histórico que tem início no século XVIII permite que se ignore um passado de lutas e trabalho que pesquisado e sistematizado viria a enriquecer todos que aqui vivem e constroem a atual história mato-grossense.

Essa desinformação cria uma falta de identificação com a terra, que não é características apenas dos gaúchos, paranaenses ou paulistas que aqui vivem. A juventude mato-grossense que hoje está nas escolas sofre da mesma desinformação. Basta perguntarmos a qualquer estudante alguma questão sobre história e geografia de Mato Grosso e teremos como resposta o silêncio. É necessário que se resgate urgentemente a história de Mato Grosso e suas tradições encontrem o espaço necessário para sobreviver.

A obrigatoriedade de questões versando sobre a História Econômica e Política de Geografia de Mato Grosso em concursos públicos, forçará a sistematização desse conhecimento assim como determinará sua procura, razão pela qual justifica-se a presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1983.

Dep. Kazuho Sano.

Anexo C: *Projeto de Lei n. 175/1989*, de Deputado Hermes de Abreu (Lei Estadual n. 5.573/1990)

Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino das disciplinas de História, Geografia e Literatura de Mato Grosso, nas Escolas de 1º e 2º Graus, públicas ou particulares, que funcionem no Estado.

Artigo 1º – Passa a ser obrigatório o ensino da História, da Geografia e da Literatura de Mato Grosso nas Escolas Públicas ou Particulares, de 1º e 2º Graus, que funcionem no Estado.

Artigo 2º – Nos cursos de 1º Grau o ensino se restringirá a noções de História e Geografia de Mato Grosso, como complemento das noções gerais de História e Geografia do Brasil.

Artigo 3º – No 2º Grau a História, a Geografia e a Literatura de Mato Grosso constituirão objeto de uma cadeira autônoma, com programas específicos.

Artigo 4º – Compete à Secretaria de Educação e Cultura baixar as normas e programas básicos para a inclusão dessas disciplinas nos currículos escolares, nos termos desta lei.

Artigo 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e as que tenham anteriormente disposto sobre o assunto.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1989.

Dep. Hermes de Abreu

Justificativa

A alienação cultural porque passa boa parte da população brasileira tem contribuído para que estejamos perdendo, ao longo dos anos, algumas das mais importantes manifestações culturais, que, aliás, sempre nos individualizou das outras nações do mundo.

Mesmo entendendo que a cultura é universal, não defendo a tese de que devemos deixar de aprender o que é nosso para assimilar o que é dos outros.

Tenho visto em muitos currículos escolares disciplinas que não retratam, com a devida fidelidade e importância, a realidade cultural brasileira, o que tem contribuído negativamente na formação escolar dos nossos jovens.

Uma das falhas que precisa ser corrigida com bastante rapidez é a obrigatoriedade do ensino das disciplinas de Geografia, História e Literatura de Mato Grosso nos currículos plenos das Escolas de 1º e 2º Graus.

Não restam dúvidas que a presente medida contribuirá decisivamente para um melhor conhecimento dos principais fatos histórico-literários e das características geográficas dos nosso Estado.

É com essa finalidade que submeto o presente Projeto a apreciação dos nobres colegas de Parlamento, esperando contar com o apoio de todos para a sua integral aprovação.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1989.

Dep. Hermes de Abreu

Anexo D: Sugestões de conteúdos de ensino de História da *Proposta Curricular de Mato Grosso* (1993)

ETAPA	TEMA	SUBTEMA
5ª série (1º Grau)	O Estudo da História: - Conceito, importância; o tempo, as divisões da História; os Homens em Sociedade: trabalho, produção, organização social e política, manifestações culturais.	Civilização como resultado de um longo processo histórico.
	A Expansão Comercial e marítima europeia: - A colonização; as descobertas (Brasil); os objetivos; os fatores que levaram às grandes descobertas; a função das colônias, resultantes de uma nova ideologia (burguesa) baseada apenas na exploração e no lucro; o método de exploração servil e escravo.	A Ocupação da América Latina.
	O Sistema Colonial Português: - Formação do sistema colonial no Brasil; a exploração do Brasil enquanto forma de acumulação de capital na Europa; o impacto dessa colonização sobre os habitantes primitivos: alteração de sua cultura e modo de vida; o modo primitivo de exploração agrícola e mineral e os ciclos; cana-de-açúcar; mineração pecuária: no nordeste, no sul do país em Mato Grosso. A força do trabalho do índio e do negro; a rebeldia do índio e a luta do negro pela liberdade.	Os quilombos em Mato Grosso. Os homens primitivos do Brasil - Trabalho coletivo e igualdade.
	A Expansão Territorial do Brasil: - As Entradas e Bandeiras; a administração do ouro e do diamante. A marcha para o Oeste: a ocupação de Mato Grosso.	A violência nas minas de Cuiabá.
	A crise do Sistema Colonial: - O declínio do mercantilismo e suas implicações no processo de independência do Brasil. Os movimentos populares de libertação colonial.	A função política de Vila Bela da Santíssima Trindade.
	Brasil: Sede da Monarquia Brasileira - Fator que contribuiu no processo separatista do Brasil e Portugal: 1808/1822. - O sentido da Independência e a dependência econômica.	O contexto mato-grossense no momento da Independência. O interesse da Inglaterra na independência das colônias americanas.
6ª série (1º Grau)	Considerando o estudo de I e II Impérios de grande importância para a compreensão do Brasil contemporâneo, faz-se necessário aprofundar os temas fundamentais, explicando as transformações significativas do país, com a organização político-econômica-social, estruturada em uma ideologia de trabalho escravo, destacando as lutas populares, a formação de novas classes, a migração dos europeus e suas contribuições econômica-culturais no desenvolvimento da sociedade brasileira.	
	I Reinado: - Organização Administrativa; - Nova Ordem Política.	A constituição de 1824.
	Período Regencial: - Evolução Política; - A violência social.	Os movimentos político-sociais em Mato Grosso: A Rusga.
	II Reinado: - As lutas populares e externas - As transformações econômicas - O café: a influência política dos grandes latifundiários.	A Guerra do Paraguai, resultante da política econômica da Inglaterra contra o modelo econômico nacionalista paraguaio.

	- A sociedade: o processo histórico do desenvolvimento da urbanização e industrialização do Brasil, analisando a influência exercida pela ideologia dos países dominantes que aturaram sobremaneira na mudança de regime – de Império para República. - A Crise do Império e a Origem da República.	O elemento Negro. A abolição. Transição para o trabalho assalariado. A participação popular no movimento de transição.
7ª série (1º Grau)	A queda da monarquia associada à incapacidade das instituições da nação brasileira. A organização política dos diversos governantes e a influência do capital estrangeiro.	Os primórdios da República em Mato Grosso: 1892/1893. A Constituição de 1891.
	A República Velha: - A república dos fazendeiros ou das Oligarquias Agrárias. - O controle da máquina eleitoral. - A política de valorização do café. - A crise do Brasil nos anos 20. - Conflitos entre um Estado conservador, oligárquico e as propostas liberais e reformistas – o tenentismo, o coronelismo e governadores.	A Colona Prestes em Mato Grosso. Revolução Cultural: o Modernismo. A revolução de 1930.
	A Era Vargas: - Análise da participação da sociedade brasileira, no contexto político, social, econômico e cultural. - a participação do Estado. - O desempenho da classe dominante. - O processo de desenvolvimento do populismo e os partidos políticos. - A dependência externa da economia.	A colonização em Mato Grosso. A Marcha para o Oeste. As constituições de 1934/1937.
	A República Contemporânea: O Brasil da atualidade correlacionado com o contexto mundial. A constituição “liberal” de 1946 Nova Era de Vargas: o nacionalismo econômico. Juscelino e a Liberdade de Ação ao Capital Estrangeiro Jânio Quadros e o populismo caricato A crise da “legalidade” O golpe de 1964: instalação do Estado Militar, os governos, o desenvolvimento econômico dependente, o autoritarismo, a censura, o controle educacional e as lutas pela democracia Os movimentos pela democratização A nova constituição	A participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial. O problema fundiário em Mato Grosso. “Os Sem Terra” O pluripartidarismo e a nova ordem política. A questão ecológica.
8ª série (1º Grau)	História: ciência em constante elaboração e interpretação. Conceitos, valores, fontes Os fosseis A evolução do homem Organização comunitária primitiva	O homem primitivo do Brasil e em Mato Grosso.

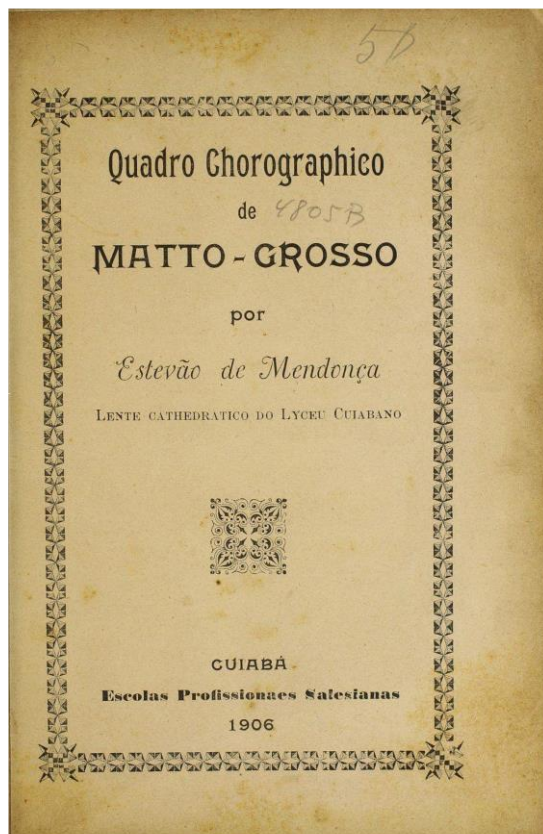
Anexo E: Títulos e autores de livros didáticos de História de Mato Grosso

TÍTULO	AUTOR	ANO	NÍVEL	EDITORA	LOCAL	EDIÇÕES
<i>Quadro Chorographico de Mato-Grosso</i>	Estevão de Mendonça	1906	Ensino Secundário	Escolas Profissionais Salesianas	Cuiabá	2 ed. (2005)
<i>Compendio de Chorographia de Matto-Grosso</i>	Amélia de Arruda Alves	1930	Ensino Primário	[s.n.]	[s.l.]	Não foi localizado exemplar.
<i>História de Mato Grosso</i>	Rubens de Mendonça	1967	Ensino Secundário / 2º Grau	IHGMT	Cuiabá	2 ed. (1970) 3 ed. (1981) 4 ed. (1982)
<i>Geografia e História de Mato Grosso</i> (2 volumes)	José Lucídio Nunes Rondon	1970	Ensino Primário	Gráfica Urupês	São Paulo	
<i>Estudos Sociais de Mato Grosso e Ciências</i>	José Lucídio Nunes Rondon	1972	1º Grau	Gráfica Urupês	São Paulo	
<i>Integração Social: Mato Grosso</i>	José Lucídio Nunes Rondon	1973	1º Grau	Grapan	São Paulo	
<i>Um estudo de História de Mato Grosso: roteiro para o ensino de 1º e 2º graus</i>	Octayde Jorge da Silva	1980	1º Grau / 2º Grau	ETF/MT	Cuiabá	2 ed. (1982)
<i>Os principais fatos da História de Mato Grosso: roteiro para o ensino do 2º Grau, vestibulares e concursos públicos</i>	Gonçalo de Assis Poquiviqui	1983	2º Grau	[s.n.]	Cuiabá	
<i>História de Mato Grosso</i>	Lenine de Campos Póvoas	1985	2º Grau	Resenha Tributária	São Paulo	2 ed. (1992)
<i>História de Mato Grosso: roteiro para 1º e 2º grau</i>	Gonçalo Guerreiro	1986	1º Grau / 2º Grau	Resenha Tributária	São Paulo	
<i>O processo histórico de Mato Grosso</i>	Elizabeth Madureira Siqueira; Lourença Alves da Costa; Cathia Maria Coelho Carvalho	1989	2º Grau	EdUFMT	Cuiabá	2 ed. (1990) 3 ed. (1990)
<i>Revivendo Mato Grosso</i>	Elizabeth Madureira Siqueira	1997	Educação de Jovens e Adultos	SEDUC	Cuiabá	
<i>Mato Grosso, meu estado: Ciências e Estudos Sociais</i>	Gonçalo Clodomiro de Oliveira Leite Guerreiro	1998	1º Grau	Adriana	Cuiabá	
<i>Mato Grosso e sua história</i>	Else Dias de Araújo Cavalcante; Maurim Rodrigues Costa	1999	Ensino Médio	Gráfica Liberal	Cuiabá	

<i>História de Mato Grosso para Concursos e Vestibulares</i>	Gênesis Barbará Marques Pereira	2001	Ensino Médio	[s.n.]	[s.l.]	
<i>Mato Grosso e sua história</i>	Laura Antunes Maciel	2001	Ensino Fundamental (4º Série / 5º Ano)	Base	Curitiba	2 ed. (2004) 3 ed. (2008) 4 ed. (2011)
<i>História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais</i>	Elizabeth Madureira Siqueira	2002	Ensino Médio	Entrelinhas	Cuiabá	2 ed. (2006) 3 ed. (2017)
<i>História de Mato Grosso: para concursos e exames vestibulares</i>	Else Dias de Araújo Cavalcante	2006	Ensino Médio	Carlini & Caniato	Cuiabá	2 ed. (2007) 3 ed. (2013)
<i>História e Geografia de Mato Grosso: para concursos e vestibulares</i>	Marcos Amaral Mendes	2006	Ensino Médio	Adriana	Cuiabá	2 ed. (2006) 3 ed. (2009) 4 ed. (2012)
<i>História de Mato Grosso: dos primeiros tempos à atualidade</i>	Pedro Carlos Nogueira Félix	2008	Ensino Médio	Defanti	Cuiabá	2 ed. (2009), com participação de Giseli Dalla Nora 3 ed. (2013)

Fonte: Adaptado de CARVALHO (2013; 2014)

Anexo F: Folha de rosto e índice do *Quadro Chorographico de Matto-Grosso* (1906), de Estevão de Mendonça



INDICE

Primeira parte
Descrição physica de Matto-Grosso

Limites	3	Salubridade	11
Posição astronômica	6	Produções naturaes	13
Superfície	6	Orographia	14
Aspecto physico	6	Regimen das aguas	17
Clima	10	Limnographia	23

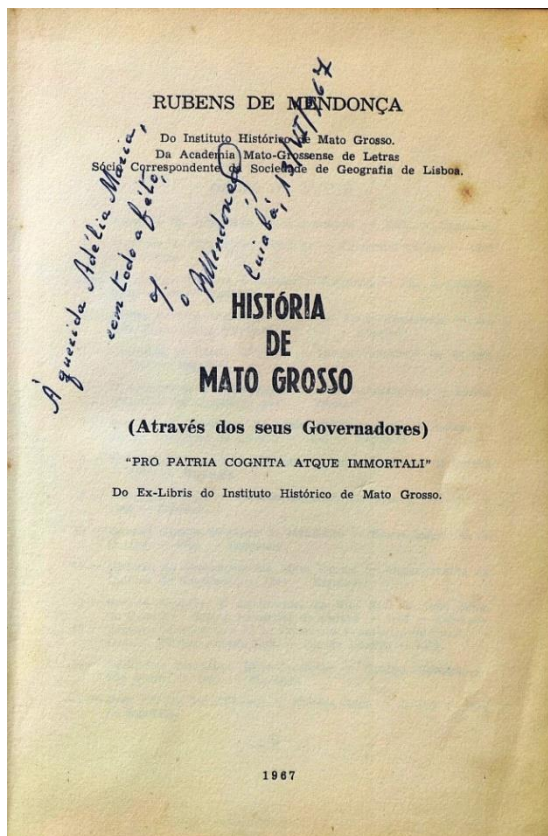
Segunda parte
Descrição politica de Matto-Grosso

Noticia historica	25	Defesa militar	73
Raça—População	60	Governo ecclesiastico	75
Poderes do Estado	70	co	77
Instrução Publica	71	Selvagens	80
Commercio	72	Mineração	80
Industria	72	Vias de communi- cação	82
Força publica	73		

Cidades e villas do Estado

Cuiabá	87	Diamantino	108
Matto-Grosso	92	Livramento	110
Corumbá	96	Rosario	111
São Luiz de Caca- ris	99	Miranda	112
Poco	100	Nioac	112
Poco	104	Coxim	114
Sant'Anna do Para- nhyba	106	Melgaco	114
		Aquidauana	115

Anexo G: Folha de rosto e sumário de *História de Mato Grosso* (1967), de Rubens de Mendonça



ÍNDICE	
CAPÍTULO I	
Primeiros Exploradores	9
CAPÍTULO II	
Fundação de Cuiabá	11
CAPÍTULO III	
Fase da Mineração	15
CAPÍTULO IV	
Visita de Dom Rodrigo Cezar de Menezes	17
CAPÍTULO V	
Desmembramento da Capitania — Dom Antônio Rolim de Moura Tavares — Fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade	21
CAPÍTULO VI	
Período Colonial — João Pedro da Câmara — Luís Pinto de Souza Coutinho — Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres — João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres — Governo Interino — Caetano Pinto de Miranda Montenegro — Governo Interino — Manoel Carlos de Abreu Menezes — Governo Interino — João Carlos Augusto D'Ocy-nhausen e Grevenbourg — Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho — Junta Governativa	25
CAPÍTULO VII	
Primeiro Império — José Saturnino da Costa Pereira — Regência — Antônio Corrêa da Costa — A Rusga — Antônio Pedro de Alencastro (O 1.º Alencastro) — José Antônio Pimenta Bueno, O Marquês de São Vicente — Estevão Ribeiro de Rezende	37
CAPÍTULO VIII	
Segundo Império — Cônego José da Silva Guimarães — Coronel Zeferino Pimentel Moreira Freire — Tenente Coronel Ricardo Gomes Jardim — João Crispiniano Soares — Major Joaquim José de Oliveira — João José da Costa Pimentel — Augusto Leverger — Joaquim Raimundo de Lamare — Tenente Coronel Antônio Pedro de Alencastro (O 2.º Alencastro) — Senador Herculano de Souza Ferreira Pena	45

CAPÍTULO IX	
Guerra do Paraguai — General Manoel Albino de Carvalho — Chefe de Esquadra Augusto Leverger — Dr. José Vieira Couto de Magalhães — Barão de Melgaço — Conselheiro Francisco Antônio Raposo — Tenente-Coronel Francisco José Cardoso Junior — General José de Miranda da Silva Reis — General Hermes Ernesto da Fonseca — Dr. João José Pedrosa — Barão de Maracáji — Coronel José Maria de Alencastro (O 3.º Alencastro) — Barão do Batovi — General Floriano Peixoto — Dr. Joaquim Galdino Pimentel — Dr. Alvaro Rodolpho Marcondes dos Reis — Coronel Francisco Rafael de Melo Régio — Dr. Antônio Herculano de Souza Bandeira — Coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos	53
CAPÍTULO X	
Proclamação da República — General Antônio Maria Coêlho — 2.º Governador Coronel Frederico Solon de Sampaio Ribeiro — 3.º Governador José da Silva Rondon — 4.º Governador Coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet	77
CAPÍTULO XI	
Governos Constitucionais — Dr. Manoel José Murtinho — República Transatlântica ou Estado Livre de Mato Grosso — Reposição do Dr. Manoel José Murtinho — Coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponce — Dr. Antônio Corrêa da Costa — Coronel Antônio Cesário de Figueiredo — João Felix Verus Metelo — Capitão de Mar e Guerra Antônio Pedro Alves de Barros — Coronel Antônio Paes de Barros (Totó Paes) — Coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponce — Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques — General Caetano Manoel de Faria e Albuquerque — Intervenção Federal — Dom Francisco de Aquino Corrêa — Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa — Dr. Mário Corrêa da Costa — Dr. Anibal Benício de Toledo	83
CAPÍTULO XII	
Revolução de 1930 — Coronel Antônio Mens Gonçalves — Dr. Artur Antunes Maciel — Dr. Leonidas Antero de Matos — Dr. Cezar de Mesquita Serva — Dr. Fenelon Muller — Coronel Newton Cavalcanti — Dr. Mário Corrêa da Costa (2.º Governo) — Capitão Manoel Ari da Silva Pires — Governo Júlio Muller	109
CAPÍTULO XIII	
Estado Novo — Intervenção Júlio Muller	121
CAPÍTULO XIV	
Redemocratização do País — Intervenção Olegário Moreira de Barros — Dr. José Marcelo Moreira — Governo Constitucional, Dr. Arnaldo Esteves de Figueiredo — Dr. Jary Gomes	125

ANEXO H: Relação dos conteúdos de ensino de *Um estudo sobre a História de Mato Grosso* (1982), de Octayde Jorge da Silva

CONTEÚDO	PÁGINA
Os primeiros anos de Mato Grosso	01
A fundação de Cuiabá	03
A ideia de administração e os primeiros desentendimentos	06
O nome Cuiabá – estória ou história?	07
Rodrigo César e o ouro de Cuiabá	08
Os facínoras Lemes	08
Onde aparecem paiaguás, caiapós e guaicurús	10
O aumento do território	12
O nome Mato Grosso	13
O surgimento de novas capitanias	15
A primeira sede de governo em Mato Grosso	16
Fundação de Vila Bela, depois Mato Grosso e novamente Vila Bela	17
Os capitães-generais de 1748 a 1821	18
As primeiras cidades mato-grossenses	19
Administração de Luís de Albuquerque	20
O Forte Coimbra começa a fazer história	21
Cuiabá – Carta de lei, concede o predicamento de cidade	22
Cuiabá – capital	23
Mato Grosso no Primeiro Império	24
Na época da Regência a “Rusga”	25
Os Alencastros – a primeira tipografia em Cuiabá	27
Os presidentes do Segundo Império	28
O chefe da Sabinada em Mato Grosso – Presidência de Gomes Jardim (1844-1847)	28
O Barão de Melgaço	28
Leitura sobre Augusto João Manuel Leverger “Barão de Melgaço”	30
Antônio Pedro Alencastro	33
Mato Grosso na Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança	34
Os últimos presidentes da agonizante monarquia	43
Miranda Reis	43
Hermes Ernesto da Fonseca	43
Rufino Galvão – O Liceu Cuiabano e	44

o 1º arcebispado em Mato Grosso	
José Maria de Alencastro	45
Floriano Peixoto	46
Galdino Pimentel	46
Souza Bandeira e Cunha Matos	47
Mato Grosso na Primeira República	48
Os sucessores de Maria Coelho: Governos Provisórios	50
Governos Constitucionais	51
Estado Livre de Mato Grosso	52
Generoso Ponce – começa atuação	53
Uma boa administração	54
Ramonada e Baía do Garcez	55
Totó Paes	57
Ponce – um político hábil	58
A educação em Mato Grosso, com Pedro Celestino	59
A Caetanada	61
O único mato-grossense na Academia Brasileira de Letras	63
Mato Grosso e as Revoluções de 22 e 24	64
Administração Mário Correa	67
Mato Grosso na Segunda República	68
A Revolução de 1930	69
A Revolução de 1932	70
Interventorias	71
Estado Novo em Mato Grosso	74
Mato Grosso na Terceira República	77
Período 46-64 – Reconstitucionalização do país	79
Governador Arnaldo de Figueiredo	81
Governador Fernando Correa da Costa	82
Governador João Ponce de Arruda	84
Mato Grosso na Quarta República	85
A Revolução de março de 1964	85
Governador Pedro Pedrossian	87
Governador José Fragelli	89
Governador José Garcia Neto	92
A divisão do Estado	95
O último governador de escolha indireta	96

ANEXO I: Sumário de *História de Mato Grosso* (1985), de Lenine de Campos Póvoas

SUMÁRIO	
	Págs.
- JUSTIFICATIVA	11
- O INÍCIO	
Fundação de Cuiabá - O ciclo da mineração e o início do povoamento - Criação da Capitania e fundação de Vila Bela	13
- O PERÍODO COLONIAL	
O Governo dos Capitães-Generais - A consolidação do território	21
- O PRIMEIRO REINADO E AS REGÊNCIAS	
Repercussão na Província das lutas nativistas e dualidade de Governos - Os governantes - Fatos mais importantes - A "Rusga" - Oficialização da mudança da Capital para Cuiabá - A primeira tipografia em MT	31
- O SEGUNDO REINADO - I -	
Os Presidentes - Fatos importantes e curiosos	39
- O SEGUNDO REINADO - II -	
A Guerra da Tríplice Aliança - Porto Carreiro e a resistência em Coimbra - Antonio João e a epopéia de Dourados - Evacuação	

de Corumbá - Melo, o Bravo - A defesa da Capital e o Barão de Melgaço - Invasão do norte do Paraguai e a retirada da Laguna - A retomada de Corumbá - Participação da mulher - Abandono de Corumbá - O combate do Alegre - O fim da guerra	45
- O FIM DO SEGUNDO REINADO	
O abolicionismo em Mato Grosso - A queda da Monarquia - Desenvolvimento social e cultural durante o Segundo Reinado	65
- A PRIMEIRA REPÚBLICA - I -	
A pregação republicana - A Constituinte estadual de 1891 - Os governantes	71
- A PRIMEIRA REPÚBLICA - II - (Da Proclamação à Revolução de 1906)	
A institucionalização - A Revolução de 1892 - A tentativa da "República Transatlântica de MT" - A "reposição da legalidade" - O "caso do bonde" - A tragédia da Baía do Garcez - Exílio de Ponce e Correa da Costa no Paraguai - a Revolução de 1906 - Desenvolvimento social, econômico e cultural	77
- A PRIMEIRA REPÚBLICA - III - (Da Revolução de 1906 à de 1930)	
Interregno de paz - A Assembleia Estadual em Corumbá e a intervenção federal de 1917 - O Governo Dom Aquino - A "Fusão" - Governos até 1930 - O Governo Mario Corrêa - Desenvolvimento social, econômico e cultural	89
- A SEGUNDA REPÚBLICA - (1930 a 1945)	
As interventorias - A Revolução de 1932 - O segundo Governo Mario Corrêa - O "Estado Novo" e a administração Julio Müller -	

Desenvolvimento social, econômico e cultural - Participação na II Guerra Mundial ..	99
- A TERCEIRA REPÚBLICA - (1945 - 1964)	
O fim do "Estado Novo" e a eleição de Dutra para a Presidência - Os Governos constitucionais - Jânio Quadros, outro mato-grossense na Presidência - Desenvolvimento social, econômico e cultural	109
- A QUARTA REPÚBLICA - (1964 - 1984)	
A Revolução de 1964 - Governadores eleitos por voto direto e indireto - A divisão de Mato Grosso - Desenvolvimento social, econômico e cultural	117
- A NOVA REPÚBLICA	129

ANEXO J: Sumário de *O processo histórico de Mato Grosso* (1990), de Elizabeth Madureira Siqueira, Lourença Alves da Costa e Cathia Maria Coelho Carvalho

SUMÁRIO	
UNIDADE TEMÁTICA 1	
SISTEMAS PRODUTIVOS	
• mineração	10
• produção açucareira	33
• erva-mate	43
• poaia	54
• borracha	61
• pecuária	71
UNIDADE TEMÁTICA 2	
MOVIMENTOS SOCIAIS	
• A violência nas minas de Cuiabá: o caso dos Irmãos Leme	80
• O contexto mato-grossense no momento da independência	87
• A Rússia	101
• A guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai	110
• Os Quilombos em Mato Grosso	131
• Os primórdios da República em Mato Grosso: 1892/1893	139
• O massacre da Baía do Garcez	146
• O movimento de 1906	151
• Caetanada — 1916	159
• A Coluna Prestes em Mato Grosso	164
• Morbeck X Carvalhinho	176
• O Tanque Novo	184
• Os "Sem Terra"	192
UNIDADE TEMÁTICA 3	
FRONTEIRA ABASTECIMENTO	
• Fronteira no Século XVIII	204
• Fronteira no Século XIX	214
• Fronteira no Século XX	227
UNIDADE TEMÁTICA 4	
A QUESTÃO INDÍGENA	226
BIBLIOGRAFIA POR TEMAS	283

ANEXO K: Sumário de *Revivendo Mato Grosso* (1997), de Elizabeth Madureira Siqueira

SUMÁRIO	
O TEMPO DA HISTÓRIA	7
I. PERÍODO COLONIAL	9
1. Povoamento Inicial	10
2. A Capitania de São Paulo	10
3. A Bandeira de Pascoal Moreira e a Descoberta de Ouro em Terras Mato-grossenses	12
4. O Abastecimento da Região Mineira	14
5. O Governador da Capitania de São Paulo Vem Morar nas Minas do Cuiabá	19
6. Novas Minas são Descobertas	20
7. Criação da Capitania de Mato Grosso	24
8. Panorama Cultural de Mato Grosso no Período Colonial	31
RECORDANDO O TEXTO	38
II. O PERÍODO IMPERIAL (de 1822 a 1889)	43
1. Vila Bela ou Cuiabá	43
2. A Rusga: um Movimento Tipicamente Regencial	46
3. A Guerra da Tríplice Aliança Contra o Paraguai	50
4. Mato Grosso se Liga ao Mundo pelo Rio Paraguai (Final do Século XIX e 1ª Metade do Século XX)	57

5. A Produção	60
6. As Casas Comerciais	71
7. As Usinas de Açúcar	72
8. O Panorama Social: a Questão da Escravidão	78
9. Os Presidentes da Província	81
10. A Cultura Mato-grossense no Século XIX	84
RELEMBRANDO O TEXTO	96
III. O PERÍODO REPUBLICANO (de 1890 a 19--)	101
1. As Lutas da Primeira República: o Coronealismo	101
2. Governantes de Mato Grosso: 1889-1930	107
3. O Processo Migratório e a Evolução das Cidades Mato-grossenses	109
4. Estudando Mato Grosso por Regiões	110
4.1. Região do Rio Cuiabá	111
4.2. Região do Rio São Lourenço	118
4.3. Região do Rio Paraguai	127
5. Governantes de Mato Grosso: 1937-1997	133
6. A Divisão do Território de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	135
7. Reativação da Hidrovia Paraná/Paraguai	138
8. Os Sem-Terra: um Problema da Sociedade	140
9. Arte e Cultura na República Mato-grossense	143
RECAPITULANDO O CONTEÚDO	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153

Anexo L: Projeto de Lei n. 426/2006, de Deputado João Malheiros (NÃO APROVADO)

Altera o art. 3º da Lei nº 5.573, de 06 de fevereiro de 1990.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º – Fica modificado o art. 3º da Lei nº 5.573, de 06 de fevereiro de 1990, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 3º – Nos cursos do segundo grau, as disciplinas discriminadas no art. 1º desta lei serão parte integrante das disciplinas história, geografia e língua portuguesa, perfazendo o ensino desses conhecimentos, no mínimo, 25% da carga horária dessas disciplinas.”

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Justificativa

A Lei nº 5.573 de 1990, que disciplina o assunto, no seu art. 3º, impõe que o ensino das matérias Geografia História e Literatura de Mato Grosso seja ministrado através de uma cadeira autônoma com programas específicos nesses temas.

Este comando cria um óbice a aplicabilidade da lei, posto que exige a contratação de novos professores para ministrar as matérias. Atualmente, cálculos feitos pela Secretaria de Educação, indicam a necessidade da contratação de cerca de aproximadamente 7000 professores a mais para dar cumprimento à Lei. Em razão desta situação, que se configura como impraticável financeiramente, o referido preceito não foi regulamentado até os dias de hoje.

Diante da importância de que se reveste a aplicação deste comando legal, principalmente agora que os concursos públicos do estado e exames vestibulares exigem o conhecimento destes temas, entendemos necessário encontrar mecanismos legais para que o ensino destas matérias seja inserido na grade curricular das escolas do Estado.

A não regulamentação da Lei nº 5.573 dificulta a inclusão do ensino destas ciências nas escolas e com a exigência do conhecimento desses assuntos nas provas de admissão cria-se um vazio de conhecimento difícil de ser suprido, principalmente pelas pessoas mais carentes, posto que a exige esforços complementares muitas das vezes com custos (aulas complementares e aquisição de obras impossíveis de serem suportado pelas classes menos favorecidas criando assim uma discriminação indevida.

A inclusão na grade curricular dos temas História, Geografia e Literatura de Mato Grosso nas disciplinas já ministradas regularmente sobre estes temas elimina o custo da contratação de novos professores e viabiliza a aplicabilidade deste importante projeto, que vai ao encontro do anseio de toda a comunidade estudantil.

Há que se lembrar ainda que a idéia de incluir matérias atinentes a temas regionais tem uma importância significativa na vida das pessoas que ali vivem. É do entorno onde se convive que as informações são mais úteis posto que este conhecimento torna a pessoa mais apta para viver de conformidade com o ambiente que a cerca e, assim, tomar decisões mais acertadas sobre sua existência e escolhas presentes e futuras.

Mais: As inclusões de temas regionais em concursos públicos e exames vestibulares têm por objetivo gerar uma seletividade em que as pessoas que vivem e conhecem a região possam ter vantagem comparativa nestes certames. Assim fazem todos os estados da federação. Esta prática dá maiores possibilidades à população nativa de ser aprovada nestes concursos, desde de que a mesma esteja instruída sobre o assunto. Como a lei ainda não se encontra em vigor, o ensino do segundo grau não privilegia temas regionais e a vantagem que se esperava, elegendo estes temas, desaparece em detrimento dos habitantes da região que acabam em pé de igualdade ou até em inferioridade com relação aos candidatos vindos de outros estados, principalmente aqueles preparados em centros mais desenvolvidos.

Este simples fato acaba assim invertendo o espírito da lei de incluir temas regionais em concursos efetuados no Estado, que é a de dar maiores chances á população local nestas provas seletivas.

Em vista do exposto e da importância que entendemos ter a aprovação desta lei, é que pedimos o apoio dos meus pares para a sua apreciação e aprovação o mais rápido possível.

Plenário das Deliberações, 21 de novembro de 2006.

Dep. João Malheiros

Anexo M: Carta Aberta da Casa Barão de Melgaço

Aos candidatos ao Governo de Mato Grosso.

A CASA BARÃO DE MELGAÇO é formada pelas duas mais tradicionais instituições culturais do Estado: o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, fundado em 1919, e a Academia Mato-Grossense de Letras, criada em 1921. Abrigou a intelectualidade regional e continua buscando o diálogo com diversos grupos de produção literária, pesquisa histórica e geográfica. O casarão, construído no século XVIII, foi herdado por ambas as instituições diretamente dos herdeiros de Augusto Leverger, o Barão de Melgaço e é conservado direta e exclusivamente pelos associados.

É uma satisfação sediar a audição dos candidatos ao governo do Estado de Mato Grosso. De antemão, parabenizamos os políticos que reconhecem a importância da CASA BARÃO DE MELGAÇO, centrando as discussões culturais nesse casarão bicentenário, que inclui uma das mais valiosas bibliotecas, que recolhe, organiza e disponibiliza acervos de família e privados e que possui grande quantidade de imagens históricas. Essencial usar essa oportunidade para encaminhar nossa pauta conjunta. Inicialmente, cumpre ao candidato comprometer-se com a Casa Barão de Melgaço na retomada da posse dos prédios anexos, regulada recentemente em contrato assinado em 07 de novembro de 2013 pelo Exmo. Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial. A retomada do prédio é uma demanda de quatro décadas, considerando as disposições testamentárias da própria família Leverger.

Outra questão essencial é o envio de dotação orçamentária derivada da Secretaria de Estado de Cultura, verba que sustentou as atividades da CASA BARÃO DE MELGAÇO por décadas e atualmente cortada.

Além das Revistas do IHGMT e da AML, queremos lembrar ao candidato que partiram daqui a coleção Obras Raras, com 10 volumes de relevantes trabalhos literários, de pesquisa em nossos acervos, o que beneficiou bibliotecas, professores e pesquisadores. Vale também lembrar as Publicações Avulsas, com reedição de obras hoje esgotadas e que vem amparando estudos e pesquisas relativas ao contexto mato-grossense. Não é possível que esse trabalho em benefício da comunidade cultural mato-grossense não seja amparado institucionalmente pelo governo do Estado de Mato Grosso. Importante salientar que, atualmente, não há qualquer verba pública ou programa que auxilie os onerosos encargos relativos à nossa manutenção.

Em nossa estrutura, Sr. Candidato, há um espaço destinado a um teatro, com capacidade para 250 lugares. Infelizmente, não é conhecido e nem frequentado por falta de

estrutura. A realização de mais um teatro de médio porte em Cuiabá será alternativa benéfica para a população mato-grossense, ponto natural de produções regionais ou mesmo local para oficinas de teatro e música. Além de contar com uma localização estratégica, uma sala de espetáculos na CASA BARÃO DE MELGAÇO representa o coroamento de um esforço conjunto dos associados em conservar o patrimônio histórico cuiabano.

Todos os programas de recuperação do patrimônio são bem-vindos, mas é preciso priorizar os proprietários de casarões que tiveram e ainda têm a mesma responsabilidade do Instituto Histórico e Geográfico e da Academia Mato-Grossense de Letras.

Finalmente, relevante pontuar a necessidade de alterar a legislação mato-grossense para implementar imediatamente a obrigatoriedade do consumo de obras produzidas por autores regionais. E, como ação executiva, propomos a regulamentação de legislação já aprovada e que exige o ensino de história, geografia e literatura de Mato Grosso no currículo do ensino médio, assim como matéria obrigatória no vestibular nas instituições de ensino superior e nos demais centros universitários, além de programa de distribuição de livros de editoras mato-grossenses em escolas públicas de ensino fundamental e médio. A produção só será definitivamente valorizada quando for conhecida pelas gerações mais jovens. Da mesma forma, convém um programa de incentivos fiscais junto ao empresariado que apoie a produção de artistas plásticos, cineastas, literatos, pesquisadores, danças populares, folclore em geral e outras manifestações culturais.

A plataforma apresentada pela CASA BARÃO DE MELGAÇO é um método de indução pública de iniciativas privadas para o fortalecimento do setor cultural mato-grossense. São ajustes executivos em parcerias legislativas, um conjunto de itens necessários à independência dos produtores culturais, propostas que devem se somar ao plano de governo a ser apresentado à sociedade por qualquer dos candidatos que for eleito no próximo pleito.

Cuiabá, 26 de agosto de 2014.

Academia Mato-grossense de Letras

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso